



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
Amazônia Oriental**

**Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

Leandro Borges Pereira

**EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA BUBALINA E A TRANSFORMAÇÃO DOS
ECOSSISTEMAS NA RESEX VERDE PARA SEMPRE:
UM OLHAR A PARTIR DA ANÁLISE RETROSPECTIVA**

**Belém
2013**

Leandro Borges Pereira

**EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA BUBALINA E A TRANSFORMAÇÃO DOS
ECOSSISTEMAS NA RESEX VERDE PARA SEMPRE:
UM OLHAR A PARTIR DA ANÁLISE RETROSPECTIVA**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. Orientador: Prof^a. Dra. Myriam Cyntia Cesar de Oliveira

**Belém
2013**

Leandro Borges Pereira

**EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA BUBALINA E A TRANSFORMAÇÃO DOS
ECOSSISTEMAS NA RESEX VERDE PARA SEMPRE:
UM OLHAR A PARTIR DA ANÁLISE RETROSPECTIVA**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.

Data de aprovação. Belém – PA, ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Myriam Cyntia Cesar de Oliveira
MAFDS/PPGAA/UFPA

Prof. Dr. René Pocard-Chapuis
CIRAD/EMBRAPA

Prof^ª. Dr^ª. Livia Navegantes Alves
MAFDS/PPGAA /UFPA

À minha família, sem ela nunca teria conquistado esse objetivo comum, mas com assinatura singular.

AGRADECIMENTOS

É muito fácil esquecer alguns atores que participaram da construção desse trabalho, talvez seja mesmo impossível apontar todos. Portanto, desde já, peço perdão para aqueles que ficaram de fora deste memorial, mas a todos que de alguma forma se acham importantes e não estão aqui nomeados fica um sincero agradecimento e reconhecimento por suas contribuições.

Primeiramente, agradeço a instituição Universidade Federal do Pará (UFPA), em especial aos componentes do Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar (NEAF) e, com especial atenção, a todos que fizeram parte do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), grupo que despertou em mim o interesse para que o momento presente fosse esse.

Agradeço a orientadora Myriam Cyntia Cesar de Oliveira por ter contribuído para o meu crescimento intelectual e por ter sido, principalmente, paciente comigo, colaborando para que falhas oriundas, também, de uma situação histórica, fossem amenizadas. Sendo, assim, peça fundamental para a conclusão deste trabalho.

Quero registrar também meus agradecimentos aos profissionais Noemi Porro e René Pocard por contribuírem diretamente para o desenvolvimento de toda a pesquisa. À Noemi por ministrar disciplinas de forma magistral e apaixonante e ao René pela contribuição metodológica e atenção dispensada. Em relação à metodologia sintam-se também agradecidas Soraya Abreu e Livia Navegantes.

Pelo apoio nas pesquisas de campo, inclusive, esclarecimento do mesmo, agradeço a Claudio Wilson Barbosa e toda sua família que viabilizaram minha estadia na comunidade. Como também, a todas as famílias moradoras da comunidade São João do Cupari por me receberem - um estranho - de modo atencioso, respondendo a horas de entrevistas extenuantes e permitindo o acompanhamento de suas práticas.

Agradeço aos companheiros de república que, além de me suportarem, participaram de delírios conceituais de todas as ordens, dos mais ingênuos aos mais elaborados. São eles Edna, Andréia, Elton, Otiniel, Ricardo e Roberta. E aos colegas de turma, em especial, Loyanne, Elcio, Alison, João Paulo e Michel.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar os motivos históricos que promoveram a evolução da pecuária em uma comunidade tradicional da Reserva Extrativista Verde para Sempre, especificamente, na comunidade São João do Cupari. Com isso, visa também identificar a influência desta atividade na transformação da paisagem. Para tanto esta pesquisa utilizou o método da Análise Retrospectiva. Este tem por base a investigação histórica dos pontos de ruptura que marcam a passagem de um determinado funcionamento de um sistema produtivo para outro. Por meio da Análise Retrospectiva, através da construção de modelos denominados crônicas, foram identificadas as trajetórias de cada família. De posse das trajetórias analisou-se os motivos e as circunstâncias que as levaram a tomar decisões que transformaram as estratégias produtivas e, simultaneamente, a mudança de paisagem. Na comunidade foram observadas três trajetórias evolutivas, com elas nota-se como às famílias, influenciadas por estímulos particulares a cada momento histórico, advindos do meio social, ecológico e econômico da localidade, alteraram os sistemas de criação. De acordo com esses estímulos houve famílias que mantiveram a lógica consuntiva com a criação de búfalos baseada em uma pequena quantidade de animais, em média de 10 animais por família, mas que atualmente apresentam tendência de crescimento, e outro grupo com criação com média de 80 animais, o qual tem se mantido estável nos últimos 10 anos. O terceiro grupo é o que melhor define as diferenças de uma lógica consuntiva para uma de mercado, sendo o grupo com a maior criação de animais, possuindo em torno de 300 cabeças, esse ao contrário do segundo grupo, aumentou consideravelmente a quantidade de animais neste mesmo período de tempo. A elevada quantidade alterou dramaticamente o modo de vida dessas famílias, substituindo antigas práticas produtivas, oriundas do extrativismo faunístico, como pesca e caça, por outras que giram entorno da pecuária. Desta forma, concluiu-se que a pecuária evoluiu de acordo com o *know-how* prático das famílias e de seus interesses singulares, os quais definiram as formas de uso dos recursos e, simultaneamente, a transformação da paisagem em interação com o mercado local, que influenciado pelas políticas de governo, promoveu a pecuária como a melhor alternativa de renda.

Palavras chave: Amazônia. Búfalo. Várzea. Terra firme. Tradição.

ABSTRACT

This study aims to identify the historical reasons that promoted the development of animal husbandry in a traditional community of Verde para Sempre Extractive Reserve, specifically, in the community of St. John Cupari. With that, also seeks to identify the influence of this activity in the transformation of the landscape. Therefore this research used the method of Retrospective Analysis. This is based on the historical research of breaking points that mark the passage of a particular operation of a productive system to another. Through Retrospective Analysis, through the construction of models denominated chronic, trajectories were identified for each family and their related behaviors. Possession of the familie trajectories analyzed the reasons and circumstances which led the decisions that transformed the productive logics. In the community were observed three evolutive trajectories, with them is noted how the families, according to their abilities, altered farming systems influenced by particular stimuli at each historical moment arising from the economic and ecological environment of the locality. According to these stimuli there was families who maintained consumptive logic with buffalo breeding based on a small amount animals, an average of 10 animals per family, but actually present growth trend, and with creating another group with average of 80 animal, which has remained stable over the last 10 years. The third group is that best defines the differences of a consumptive logic for a market, being the group with the highest breeding having around 300 heads, that contrary to second group greatly increased the number of animals in this same period of time. The high amount dramatically altered the way of life of these families, replacing old productive practices arising from the extraction of fauna, like fishing and hunting by others that revolve around livestock. Thus, it was concluded that livestock developed in accordance with the practical know-how and their unique interests, which defined forms of resource use, and simultaneously. landscape transformation in interaction with the local market, being influenced by government policies, promoted livestock as the best income alternative.

Keywords: Amazon. Buffalo. Lowland. Mainland. Tradition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Comparativo entre o orçamento anual destinado ao SNUC pelo MMA e aumento em área das UC federais.	40
Figura 02: Explicação de uma crônica.	51
Figura 03: Área do baixo amazonas.	54
Figura 04: Características paisagísticas de Porto de Moz.	55
Figura 05: Delimitação da área da RESEX.	56
Figura 06: Localização da propriedade de Antônio Barbosa.	57
Figura 07: Território da fazenda Aquiqui.	66
Gráfico 01: Quantidade de búfalos ao longo dos anos no município de Porto de Moz.	68
Figura 09: Distribuição da quantidade de búfalos por comunidades.	69
Figura 10: Representação do modo de vida no ecossistema de terra firme.	75
Figura 11: Ambiente de várzea.	76
Figura 12: Representação do modo de vida no ecossistema de várzea.	77
Figura 13: Manejo em maromba na área de várzea.	78
Figura 14: Búfalos pastejando a pleno nado.	79
Figura 15: Localização da comunidade São João do Cupari no seu ecossistema.	80
Figura 16: Representação do modo de vida no ecossistema de zona de transição.	81
Figura 17: Pastagem cultivada em área de terra firme.	82
Figura 18: Uma ilha da zona de transição.	83
Figura 19: Imagem de satélite da área da comunidade São João do Cupari referente ao ano de 1990.	89
Figura 20: Crônica de um estabelecimento familiar do Tipo 1.	93
Quadro 01: Influência do ataque de piranhas sobre o campo técnico da comunidade.	99
Figura 21: Crônica de um estabelecimento familiar do Tipo 2.	104
Figura 22: Gravura à esquerda: organização espacial das famílias na primeira fase; Gravura à direita: organização das famílias na terceira fase.	107
Figura 23: Pastagem na terra firme do Tipo 3 (vermelho) em relação aos outros Tipos 1 e 2 (azul) no ano de 2004.	111
Figura 24: Crônica de um estabelecimento familiar do Tipo 3.	113
Quadro 02: Tipologia	117
Figura 25: Calendário agropecuário das famílias do Tipo 1.	118
Figura 26: Calendário agropecuário das famílias do Tipo 2.	124
Figura 27: Rota de pastejo do Tipo 1 e 2.	127
Figura 28: Calendário agropecuário das famílias do Tipo 3.	129
Figura 29: Rota de pastejo do Tipo 3.	131
Figura 30: A influência dos estímulos externos a comunidade ao longo do tempo.	136

Figura 31: Evolução do sistema de criação.	138
Quadro 03: Elementos do campo social que foram influentes na definição do sistema criação.	140
Quadro 04: Elementos agroecológicos que foram influentes na definição do sistema criação.	144
Quadro 05: Elementos do meio envolvente que foram influentes na definição do sistema criação.....	147
Gráfico 02: Quantidade bovina e bubalina ao longo da trajetória da comunidade São João do Cupari.	151
Gráfico 03: Trajetória da quantidade de búfalos por Tipo.	152
Figura 32: Relação de alguns fatores com a contribuição para a especialização do sistema produtivo.....	158

LISTA DE SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FNO – Fundo Constitucional do Norte

IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INPE – Instituto de Pesquisas Espaciais

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PIN – Programa de Integração Nacional

PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas

PRODES – Monitoramento do desmatamento das formações florestais na Amazônia Legal

RESEX – Reserva Extrativista

SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UC – Unidade de Conservação

UFPA – Universidade Federal do Pará

UPF – Unidade de Produção Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	OBJETIVOS.....	21
2.1	OBJETIVO GERAL	21
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
3	POVOS TRADICIONAIS E A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	22
3.1	A DINÂMICA DOS POVOS TRADICIONAIS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO ECONÔMICO E AS DIFERENTES PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO USO DA NATUREZA	22
3.1.1	A adaptação do sistema de produção familiar frente ao contexto local.....	26
3.1.2	O comportamento adaptativo das famílias em relação ao campo econômico	27
3.2	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL.....	32
3.3	A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO “POPULAÇÃO TRADICIONAL” E SUA APROPRIAÇÃO POR DIFERENTES ATORES.....	35
3.4	A ATUAL CONJUNTURA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DOS POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL.....	39
4	QUADRO METODOLÓGICO	44
4.1	APRESENTAÇÃO DO MÉTODO DE ABORDAGEM.....	44
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
4.2.1	Análise da produção bibliográfica na localidade	46
4.2.2	A amostra.....	47
4.2.3	Levantamento de campo	48
4.2.3.1	Cronograma de entrevista.....	48
4.2.3.2	Instituições entrevistadas.....	48
4.2.3.3	Pessoas entrevistadas.....	48
4.2.3.4	Roteiro da entrevista.....	49
4.2.4	Sistematização dos dados	51
4.2.4.1	Tabulação dos dados	51
4.2.4.2	Construção das crônicas	51
4.3	TIPOLOGIA	52
4.4	DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	52
4.5	LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	53

5	PANORAMA SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA ÁREA ESTUDADA: CARACTERIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NA RESEX VERDE PARA SEMPRE	58
5.1	HISTÓRICO POLÍTICO-ECONÔMICO E A FORMAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NA ÁREA DA RESEX VERDE PARA SEMPRE	59
5.1.1	A evolução econômica na várzea: o caso da pecuária bubalina	65
5.1.2	Os sistemas produtivos e sua relação com os ecossistemas	70
5.2	OS SISTEMAS PRODUTIVOS E OS DIFERENTES ECOSSISTEMAS.....	73
5.2.1	O sistema de produção no ecossistema de terra firme.....	73
5.2.2	O sistema de produção no ecossistema de várzea	76
5.2.3	O sistema de produção no ecossistema de transição.....	80
6	O SURGIMENTO DAS NOVAS ESTRATÉGIAS DE USO DOS RECURSOS E A FORMAÇÃO DE NOVOS TIPOS EM SÃO JOÃO DO CUPARI: O ESTUDO DE CASO	85
6.1	O SURGIMENTO DO TIPO 1 E AS ESTRATÉGIAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS FRENTE ÀS CONDICIONANTES DA PRIMEIRA FASE.....	85
6.1.1	Segunda fase: novos mercados, novas possibilidades e um novo sistema produtivo, o Tipo 2	94
6.1.2	Terceira fase: o Tipo 3 pecuarista	106
6.2	UMA TIPOLOGIA POR MEIO DA DAS ESTRATÉGIAS DE USO DOS RECURSOS	115
6.2.1	Tipologia: as estratégias atuais de uso dos recursos naturais em cada Tipo....	117
6.2.1.1	Tipo 1: O “Extrativista”	118
6.2.1.2	Tipo 2: O “Diversificado”	123
6.2.1.3	Tipo 3: “Bubalinocultor especializado”	128
7	A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CRIAÇÃO E A INFLUÊNCIA DA RESEX VERDE PARA SEMPRE	132
7.1	REFLEXÃO SOBRE A FORMA EVOLUTIVA DO SISTEMA DE CRIAÇÃO .	132
7.2	A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CRIAÇÃO	135
7.3	DISCUSSÃO DOS ELEMENTOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CRIAÇÃO	139
7.3.1	Os elementos do campo social.....	139
7.3.2	Os elementos do campo ecológico.....	143
7.3.3	Os elementos do meio econômico	146
7.4	A ATUAL CONDIÇÃO DOS SISTEMAS DE CRIAÇÃO	150

7.5	O PAPEL DA RESEX VERDE PARA SEMPRE NA FORMAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO.....	155
8	CONCLUSÃO.....	163
	REFERÊNCIAS	169
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

“As causas históricas e presentes do desmatamento na Amazônia são diversas e frequentemente inter-relacionadas” (SOARES-FILHO et al, 2005). Dentre elas a pecuária se destaca como a principal causa, devido sua importância econômica para as mais diversas categorias sociais existentes na região (RIVERO et al, 2009; FEARNSIDE, 2006). Além do mais, é normalmente implantada com base em métodos que promovem a erosão da fertilidade do solo (FEARNSIDE, 2006). O que impossibilita sua continuidade com o passar dos anos, levando a perdas de recursos naturais que trariam mais benefícios do que o próprio investimento (RIVERO et al, 2009; FEARNSIDE, 2006).

Por conseguinte, [...] as mudanças na cobertura florestal têm importantes implicações quanto à perda de biodiversidade e outros serviços ambientais, emissão de gases que contribuem para o efeito estufa e à prosperidade da sociedade da Amazônia a longo prazo (SOARES-FILHO et al, 2005).

A atividade pecuária na região amazônica ganhou destaque como um importante pilar da economia regional a partir dos incentivos de inúmeros programas estatais criados a partir da década de 1960, os quais visavam fortalecer e integrar a economia da região em benefício do país (SIMÕES, 2003; LIMA; POZZOBON, 2005). Esses programas promoveram o estabelecimento de polos de desenvolvimento como: a grande produção agropecuária, a exploração madeireira, a extração mineral e a produção de energia (SIMÕES, 2003; LIMA; POZZOBON, 2005). Para apoiar o desenvolvimento destes polos foram criados programas de: assentamento, com vista à atração de mão-de-obra; crédito agrícola, visando atender a interesses das elites locais e nacionais e; novas estradas, para ligar o norte ao restante do país (PORTO-GONÇALVES, 2010).

Mas, a pecuária não se consolidou na região norte apenas devido ao forte aparato estatal, que por sinal foi importante para consolidação de uma conjuntura favorável para o desenvolvimento desta atividade. Esta atividade também evoluiu devido à adaptabilidade às diferentes necessidades das mais diversas categorias sociais, sendo observada tanto em áreas de agricultores de base familiar como em áreas de agricultura patronal (FEARNSIDE, 2006). Segundo Martins (1996), até em relações antagônicas, e de certo modo complementares, entre essas categorias, a pecuária exerceu e exerce um papel importante na economia dos atores

envolvidos. De acordo com o autor, muito da evolução desta atividade se deve ao baixo custo de produção, principalmente, pelo uso de trabalho análogo a escravidão.

Para os agricultores patronais o baixo preço do mercado de terras, o acesso a créditos, o retorno garantido devido a uma demanda crescente pelo produto gerado, no mercado nacional e internacional, são os principais motivos que atraíram e atraem os investimentos desta categoria (COSTA, 2000; RIVERO et al, 2009). Já para os criadores de base familiar a relação dos motivos que despertam o interesse para esta atividade é bem mais complexa. O interesse desta categoria por esta atividade caminha por um vasto campo de motivos que vão desde razões econômicas, como as da categoria patronal, até aquelas determinadas por valores culturais do grupo étnico a qual pertença (COSTA, 1992). Portanto, a lógica dos estabelecimentos familiares, quanto à prática da pecuária, misturam, ou melhor, unem de forma indivisível, comportamentos pragmáticos (econômicos) e valores culturais específicos (tradições)¹ (SAHLINS, 1999; RAYNAUT, 1994).

Ressaltando uma perspectiva mais econômica, mas sem isolá-la, na região da Transamazônica, BR 230, Rocha (2003) elenca algumas das principais motivações e condições que levam as famílias, inclusive as descapitalizadas, a desenvolverem esta atividade em seus estabelecimentos, estes são: baixo nível tecnológico exigido; baixo nível de capital para implementação da atividade (como é o caso da meia²); valorização da propriedade para possível especulação futura; facilidade de deslocamento da produção; garantia de comercialização devido à mesma possuir melhor estrutura de mercado³. A vastidão de possibilidades estratégicas que esta atividade disponibiliza permite sua execução em áreas que, normalmente, para outras atividades econômicas seria inviável.

Desta forma, na Amazônia Legal, principalmente, nas áreas de colonização, dispostas ao longo e a partir das rodovias criadas pelo Estado, a pecuária cresce ininterruptamente desde 1991. Com exceção de 2005, ano em que inúmeras Unidades de Conservação (UC) foram regulamentadas, paralisando temporariamente a evolução da pecuária. Porém, no longo prazo

¹ Não que um fazendeiro tenha um comportamento diferente, em que esses mesmos elementos não façam parte de suas estratégias produtivas, mas sim que para o mesmo os valores econômicos são preponderantes.

² Aqui entende-se por meia o ato de um agricultor fornecer pastagens disponíveis em seu estabelecimento para a criação de gado de outro agricultor, desde que, salvaguardado em um acordo verbal, a metade da produção animal conseguida sobre as pastagens do que a disponibilizou fica com o dono da mesma e a outra metade com o dono dos animais.

³ Ao contrário, citando novamente a região da Transamazônica, até porque é próxima a área de estudo, outros tipos de atividades como as culturas perenes e anuais historicamente sempre apresentaram oscilações que colocavam em risco a reprodutibilidade das famílias.

estas medidas não tiveram a mesma efetividade e novos desflorestamentos foram novamente constatados (FEARNSIDE, 2006).

Todavia, estas condições, históricas e presentes, favoráveis ao desenvolvimento da pecuária não devem ser aplicadas para todos os casos da região amazônica (PORTO-GONÇALVES, 2010). Por esta região ser rica em diversidade de situações, possuindo categorias diversas com perspectivas e condições evolutivas diferentes, o desenvolvimento da pecuária da forma como citado acima não pode ser generalizada (PORTO-GONÇALVES, 2010).

Na verdade, as condições acima referidas são mais condizentes com os agricultores das áreas de fronteira (MARTINS, 1996). Para tratar de populações ou povos tradicionais, que é o que este trabalho pretende, as condicionantes históricas são outras, assim como, as perspectivas em relação ao uso dos recursos naturais disponíveis⁴. Portanto, diante desta categoria, ao tratar de temas, como o da pecuária, as relações observadas em áreas de fronteira e as condicionantes históricas dessas localidades não são tão importantes, pelo menos até a década de 1990, como veremos. As formas como a pecuária se desenvolveu junto a estas sociedades são outras. Fato percebido quando se observa que estas sociedades existem desde muito antes da chegada das condicionantes (políticas estatais) que favoreceram o desenvolvimento das áreas de fronteira, as quais chegaram somente a partir da década de 1960 (PORTO-GONÇALVES, 2010).

Para os agricultores tradicionais, no período pós década de 1960, o Estado, mesmo tendo a Amazônia, novamente, como uma fonte potencial de recursos, como foi no período da borracha, não seguiu o mesmo modelo de desenvolvimento implantado para extração deste recurso (PORTO-GONÇALVES, 2010). A partir da década de 1960 o padrão de deslocamento e o uso do espaço que antes seguiam no sentido rio-várzea-floresta não foram levados mais em consideração e todos os vestígios que ficaram do modelo desenvolvimento econômico do passado foram ignorados, supondo a Amazônia como um vazio demográfico (PORTO-GONÇALVES, 2010).

Segundo Porto Gonçalves (2010) a expansão do sistema econômico se deu, então, da terra firme, via construção de estradas, para o rio e não mais do rio para terra firme. Segundo o mesmo autor, os estímulos financeiros oriundos do Estado foram direcionados para a grande produção, tida como moderna e capaz de trazer retornos monetários para o país,

⁴ Os quais por estarem a mais tempo sobre uma mesma terra, os laços entre as pessoas e o ambiente natural que vivem são bem mais complexos (MAYBURI-LEWIS, 1997).

negligenciando o modo produtivo tradicional tido como “condenado” e “atrasado”⁵. Assistiu-se, assim, o abandono político das famílias do campo, mais ainda as das áreas de várzea, conferindo “uma história persistente de invisibilidade, frequentemente evitada em vez de corrigida” (BRONDÍZIO, 2006, p. 196).

Tomando como exemplo o caso estudado, da comunidade São João do Cupari, na RESEX Verde para Sempre, até pouco tempo as populações e povos tradicionais de várzea mantiveram seu modo de vida parecido com o de tempos passados, baseado no extrativismo vegetal e da fauna silvestre de várzea, como o pescado. A pecuária, nos estabelecimentos familiares tradicionais, independente se de bubalinos ou bovinos, permaneceu funcionando sob uma lógica de autoconsumo e de poupança viva, servindo, geralmente, como moeda de troca, atendendo (e ao mesmo tempo se adequando) a pequena demanda dos mercados locais, intermediado por marreteiros⁶, com quem negociavam a produção de pequenas quantidades de queijo e/ou carne, normalmente, salgada.

Por estas condições de mercado, mas não só, a pecuária praticada pelas populações e povos tradicionais se diferenciou da praticada por agricultores familiares de áreas de fronteira. O sistema de criação praticado, por este último, participou ativamente da estrutura de mercado do bovino da sua região, atuando, geralmente, na primeira etapa da cadeia produtiva, o da criação de bezerros⁷ (ROCHA, 2003). Com isto, a pecuária, desde o início da sua formação, além de servir de poupança viva e autoconsumo ocupava um largo espaço na vida econômica dessas famílias, favorecendo a preponderância de lógicas de mercado, as quais estavam muito mais presentes, sendo a principal estratégia das famílias das áreas de fronteira (ROCHA, 2003).

Já a pecuária praticada pelas famílias na área estudada, durante o período que os incentivos estatais foram implementados, da década 1960 até de 1990, se diferenciam por não ter um mercado que demandasse especificamente por um produto oriundo desta atividade, portanto, não tendo uma cadeia produtiva definida para a pecuária. Com isto, as famílias negociavam a produção de produtos derivados da pecuária apenas de forma esporádica, o que

⁵ Segundo Brondízio (2006), os produtores de pequena escala em geral, compartilham de uma condição de invisibilidade econômica e social alimentada pelo modo como se interpreta seus sistemas produtivos. Consequentemente, a falta de suporte político e de infra-estrutura básica para essas áreas leva a um tipo de processo cíclico que reforça ainda mais suas condições de invisibilidade, justificando negligências e falta de apoio aos seus sistemas (BRONDÍZIO, 2006, p. 199).

⁶ Mercadores que trafegam em barcos nos rios buscando trocar mercadorias manufaturadas, geralmente, em condições de superfaturamento, pela produção local, para novamente renegociarem e, assim, obterem lucro.

⁷ Enquanto que, a faixa de maior margem de lucro, a de cria e engorda, é dominada por produtores de maior porte e capital. No máximo, quando as famílias criavam os animais até a fase adulta eram porque estes estavam envolvidos com a produção leiteira.

de certa forma impediu a especialização nesta atividade, ajudando a manter uma paisagem mais próxima do natural.

Contudo, com o passar dos anos, os incentivos político-econômicos do Estado voltados para a terra firme chegaram até a várzea, entretanto, sob o comando dos atores das áreas de terra firme e/ou das elites locais, como fazendeiros, madeireiros e grileiros. O primeiro incentivo a chegar à localidade foi o da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), já por volta de 1980. Este viabilizou, na microrregião da pesquisa, a criação de uma fábrica de laticínios de grande porte para produção de queijo de origem bubalina. A criação desta fábrica foi fundamental para consolidação da cadeia produtiva deste produto no local, desenvolvendo na região todo um contexto promissor para a atividade da pecuária.

Outro incentivo que contribuiu para o crescimento econômico das elites locais e também da pecuária, foi o Fundo Constitucional do Norte (FNO). Este até a primeira metade da década 1990 estimulou a entrada de fazendeiros, cada vez mais, afastados das rodovias, chegando até a várzea do rio Amazonas. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1990, o FNO especial ao entrar em contato direto com as famílias também favoreceu o crescimento da atividade da pecuária bubalina nesta categoria.

Estes estímulos à produção promoveram, no caso estudado, pelo menos duas situações que influenciaram o modo de vida das populações ribeirinhas. A primeira é a situação política (muitas das vezes violenta), em que por estimularem a expansão e contato das áreas de fronteira, com seus atores e conflitos característicos, com as populações locais, de várzea, promoveram sérias tentativas de expropriação dos meios de produção, a terra (MOREIRA, 2004). A segunda situação que influenciou significativamente o modo de vida das famílias locais foi a emergência de novas condições de mercado, o qual foi transformado a partir das implementações dos programas de desenvolvimento, supracitados. Estes transformaram o sistema econômico local, viabilizando a emergência de novas demandas e inaugurando novas cadeias produtivas, permitindo que novas lógicas produtivas fossem adotadas pelas famílias, no caso a pecuária.

Em relação à situação política, no final da década de 1990 e início da de 2000, as famílias, diante de um alto risco de expropriação dos meios de produção, com apoio de instituições como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Igreja Católica, Organizações Não Governamentais (ONG) e Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET)/Universidade Federal do Pará (UFPA) recorreram às políticas ambientais adotadas

pelo Estado para que transformasse seu território em Unidade de Conservação. O que foi realizado em 2004, com a criação da Reserva Extrativista Verde para Sempre, após muito conflito interno com as elites locais (GREENPEACE, 2003). Seguindo este caminho, as famílias desta RESEX impediram o avanço de agentes vindos das áreas polos do desenvolvimento, da Transamazônica, mais especificamente dos municípios de Altamira, Medicilândia e Brasil Novo.

Com a criação da RESEX cessaram as ações violentas como também os riscos de expropriação de seus meios produtivos. Todavia, por influência das políticas de governo, principalmente, das políticas de crédito, já se havia determinado novas estruturas mercantis na região, agora mais específicas, favoráveis à pecuária, assim como nas áreas de fronteira. Portanto, a implementação de programas de créditos, como o FNO, nos últimos 15 anos, foram fundamentais para o surgimento da cadeia produtiva da pecuária, a qual se tornou uma das principais economias da região, junto com a indústria madeireira, substituindo inclusive entre as populações tradicionais dali, o sistema de produção baseado no extrativismo (ROCHA; CASTELLANET; MELLO, 1996).

Assim, com um meio econômico favorável ao desenvolvimento da atividade pecuária, somado ao fato de que a área da RESEX Verde para Sempre, como em outras UC's do Brasil, se encontram em constantes déficits de investimento por parte do governo, as comunidades, continuaram suas vidas desenvolvendo estratégias produtivas de acordo com seus conhecimentos, buscando se adequar às estruturas do mercado local, coisa que sempre fizeram.

A atividade pecuária assumiu novos postos na vida das famílias, tornando-se, com as devidas apropriações, a principal atividade mantenedora do modo de vida, mas ao mesmo tempo passou de uma atividade de baixo impacto sobre a paisagem natural para uma que cada vez mais transforma o ambiente no seu entorno⁸. Com isso, a pecuária bubalina, por se tornar uma fonte de capitalização melhor que as outras atividades, tem sido utilizada pelas famílias para se integrarem ao mercado. Contudo, esta integração tem culminado com um crescimento acentuado dos rebanhos, provocando a replicação de sistemas de produção parecidos com os utilizados pelas famílias das zonas de fronteira, onde a degradação dos pastos promove a abertura de novas áreas de floresta.

⁸ Tendo em vista que, para criação de gado em terra firme, fato que é notado nas populações estudadas, há a necessidade de uma completa mudança de paisagem, configurando uma situação de desmatamento. Assim, concorda-se com “Kaimowitz e Angelsen (1998 citado por SOARES-FILHO et al., 2005), os quais definem desmatamento como a “remoção completa e no longo prazo da cobertura de árvores”.

Assim, este trabalho, centrado no tema da relação sociedade/natureza, analisa, a partir das perspectivas das famílias, a evolução do sistema de criação em interação com o meio ambiente local, para tanto é norteado pela seguinte pergunta de pesquisa “de que forma se deram e como evoluíram as interações entre sistema de criação de animais de grande porte e o meio ambiente na comunidade São João do Cupari, RESEX Verde para Sempre, município de Porto de Moz?”.

Como tentativa de aproximação da melhor resposta à pergunta foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- A elevação do número de animais dos rebanhos bubalinos levou a derrubada das florestas.
- Na ausência de regulação ambiental o sistema de criação bubalino na RESEX Verde para Sempre funciona de forma parecida com o que ocorre na frente pioneira da Transamazônica, onde o sistema de pecuária bovina se estende sobre a floresta.
- O funcionamento da RESEX Verde para Sempre modifica o sistema de criação bubalino levando a novos usos dos recursos naturais.

Com intuito de satisfazer a pergunta de pesquisa e testar as hipóteses o trabalho foi organizado em cinco capítulos: O primeiro capítulo, após introdução e objetivos, procura dar sustentação ao tema da relação sociedade/natureza. Neste, visou-se buscar embasamento para se trabalhar com temas como o da categoria povos tradicionais e sua situação, ou seja, como estes interagem com o meio envolvente, objetivando compreender as transformações ao longo do tempo.

O segundo capítulo trata da metodologia utilizada no trabalho, nele descreve-se as principais características da abordagem do objeto de estudo, na qual se fundamenta no método conhecido como Análise Retrospectiva. Este, sobretudo, baseia-se em uma aferição histórica dos estabelecimentos, visando identificar e relacionar as mudanças do sistema produtivo e os respectivos fatores influentes. É importante salientar que o mesmo adota como perspectiva o olhar dos atores envolvidos, ou seja, como estes percebem os fatores de ordem micro e macro de diferentes esferas (social, ambiental, política e econômica) que motivaram as tomadas de decisão ao longo das trajetórias das famílias.

O terceiro capítulo tem por objetivo contextualizar a localidade, para isso apresenta características históricas de diversos campos. Busca-se, basicamente, esclarecer para o leitor o porquê da atual situação em que se encontra a área do estudo, principalmente, no que ajuda a explicar a atual situação do sistema de criação de animais de grande porte.

O quarto capítulo é onde, por meio de uma narrativa, se apresenta o estudo de caso. Este foi organizado de modo a apresentar primeiramente as trajetórias dos sistemas produtivos das famílias, mas tratado sob uma perspectiva global. Em seguida são apresentadas as tipologias, oriundas das diferentes trajetórias. Em relação ao primeiro objetivo, busca-se identificar a dinâmica vivida pelas famílias e as causas do comportamento destas, principalmente, no que tange as tomadas de decisões sobre as técnicas de manejo.

Por fim, o quinto capítulo aborda, com base na análise das informações apresentadas no quinto capítulo, sintetiza-se as principais causas que levaram as transformações da paisagem em função bubalinocultura. Aproveitando o gancho, avalia a influência da criação da RESEX sobre a evolução do sistema de criação e, conseqüentemente, sobre os efeitos desta sobre a mudança de paisagem.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho pretende analisar de modo histórico e dinâmico o sistema de criação de animais de grande porte (bovino e bubalino) em um contexto de RESEX, visando apontar, segundo a perspectiva das famílias, as causas que levam a transformação deste sistema e, conseqüentemente, do ecossistema local.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar e caracterizar os tipos de estabelecimentos familiares por meio da modelização das diferentes estratégias produtivas, mais especificamente sobre a atividade bubalina, a relação das famílias com a natureza.
- Identificar as diferentes condições históricas e as estratégias específicas das famílias para a atividade da pecuária, e com isso apontar as lógicas de uso dos recursos, denotando o que teve maior ou menor influência no desflorestamento.
- Analisar a influência da criação da RESEX na evolução dos sistemas de produção que desenvolvem a atividade bubalina.

3 POVOS TRADICIONAIS E A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Este item tem por base discorrer sobre a dinâmica das sociedades tradicionais, visando compreender a alteração da relação dessas com a natureza. A partir dessas alterações busca-se refletir, com base em diversos autores, sobre os impasses decorrentes do contato desta dinâmica, via populações que vivem à margem da sociedade capitalista, com os princípios de uma Unidade de Conservação e com o conceito de populações tradicionais⁹, elemento inerente a esta política.

3.1 A DINÂMICA DOS POVOS TRADICIONAIS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DO MEIO ECONÔMICO E AS DIFERENTES PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO USO DA NATUREZA

O antropólogo Antônio Carlos S. Diegues, ao tratar da conservação do meio ambiente, afirma que as populações tradicionais preservam a natureza devido às características específicas de suas culturas, as quais condicionam a forma dos homens se relacionarem entre si e com o ambiente. Nos seus “estudos tem demonstrado que as populações tradicionais de coletores, pescadores e etnias indígenas são responsáveis pela manutenção da diversidade biológica da qual dependem para sua sobrevivência” (DIEGUES, 1992, p. 5).

No mesmo trabalho, o autor cita a importância de se preservar diferentes modos de vida, de diferentes localidades, sugerindo que o caminho para a sustentabilidade deve ser atingido de forma endógena, correlacionando diretamente a permanência da diversidade de culturas com a diversidade biológica. Ao basear suas conclusões sobre qualidades¹⁰, referentes às categorias que estruturam o modo de vida destas populações, lhes confere o papel de guardiões da natureza. Por esta via suas ideias influenciaram determinantemente o rumo da construção das leis ambientais em vigor no Brasil (VIANNA, 2008; BARRETO FILHO, 2006; ADAMS, 2000).

⁹ De acordo com Organização Internacional do Trabalho (OIT), no contexto das populações indígenas e de populações tradicionais antigas, ou seja, que se encontravam antes da colonização imperialista, no qual somente depois se formaram os Estados-Nações, é importante tratar estas sociedades conforme elas se auto-identificarem, devendo ser tratadas como “povos”, se assim preferirem, ao invés de populações (CONVENÇÃO..., 2007).

¹⁰ Essas qualidades se referem: às relações socioeconômicas, estruturadas pela relação de parentesco, o qual possibilita que outros atributos, que não somente os lucrativos liguem um indivíduo a outro, como também a natureza (POLANYI, 2012); à cultura local, a qual possibilita outra percepção da realidade, diferente da possibilitada pela sociedade moderna, baseada em uma cosmovisão holística e integrada; à tradição, mais especificamente ao conhecimento desenvolvido em co-evolução com limitações e potencialidades locais, configurando um *know-how* próprio que pode subsidiar a tomada de decisões mais sustentáveis.

Autores como Adams (2000) têm classificado o posicionamento de outros que se baseiam em Diegues como neofuncionalistas e diacrônicos. Estes teriam por base que, as populações tradicionais desenvolveriam sistemas produtivos adaptados e condicionados pelo meio ambiente local e que, assim, apresentariam uma tendência de comportamento estático, obedecendo às leis naturais. Portanto, vivendo em harmonia com a natureza, desenvolvendo um estilo de vida sustentável.

Mas, de acordo com Adams (2000), o desenvolvimento desta percepção, de que as populações tradicionais são sustentáveis, só se torna coerente quando se observa estas em um determinado período de tempo. Para a autora muitas das percepções sobre as populações tradicionais, atualmente, foram levantadas com base em análises sincrônicas, feitas em períodos de estagnação de economias de mercado. Desta forma, não consideram as influências ao longo das histórias dessas populações, principalmente, dos efeitos de variados ciclos econômicos por qual estas entram em contato.

Os diferentes ciclos econômicos ao atingirem essas populações ao longo de suas trajetórias as colocam frente a opções de viverem de forma, também, diferentes (ADAMS, 2000). Segundo a autora, ao contrário do que disseram autores neofuncionalistas, frequentemente essas populações optaram e optam por modos de vida contrários aos valores tradicionais, apresentando formas variadas de se relacionarem com a natureza. Assim, se em um determinado momento fosse observado que determinada população desenvolvia suas atividades práticas de forma sustentável, isto não quer dizer que em um momento futuro o mesmo seria observado.

Em analogia a teoria de Strauss (1989), a qual foi construída com base em povos tribais, nem considerando somente as relações intrínsecas de um dado povo tradicional local, ou seja, sem levar em conta suas relações com o meio externo, pode-se lhes conferir a denominação de estático, logo sustentável. Com base em elementos da cultura desses povos, a sua racionalidade, oriunda de uma ciência sensitiva¹¹, está em constante evolução e, portanto, como no modo científico de pensar, os processos cognitivos destes visam à produção de novos conhecimentos, possibilitando, assim, a ruptura com padrões sócio-produtivos já estabelecidos (STRAUSS, 1989).

Segundo o mesmo autor, a racionalidade das sociedades primitivas permite uma dinâmica apropriativa de fatos novos que surgem diante da sua realidade. O autor nega, assim,

¹¹ Segundo Strauss (1989), as populações primitivas produzem conhecimentos por meio da ciência do concreto, ou seja, a partir de ações práticas, portanto, sensitivas. O autor complementa dizendo que, as populações tradicionais não produzem conhecimento somente pela sua função prática, mas também para a própria satisfação cognitiva, o que não impede desta chegar a ter alguma funcionalidade no futuro.

a possibilidade de considerar estas populações como estáticas, mesmo as mais autônomas, o que impede de se pensar que esses povos mantenham um *status quo* permanente, logo este é variável, sendo que pode ser mais ou menos sustentável.

Para Waldman (2006), muitos povos tribais já extintos tiveram como causa do seu desaparecimento o fato de utilizarem seus recursos até o ponto de impossibilitarem a reprodução do seu modo de vida. Porém, deve-se levar em consideração que o tempo de transformação de uma comunidade tradicional, logo de seus efeitos sobre o meio em que vivem, é consideravelmente maior do que o das populações modernas, o que lhes dá a impressão de sustentabilidade (WALDMAN, 2006).

Segundo Adams (2000), Barreto Filho (2006) e Vianna (2008), considerando as populações que vivem a margem da sociedade capitalista, o modo de vida dessas populações é alterado por meio de constantes apropriações, em especial de novas tecnologias, e da influência de estímulos externos, como dos ciclos econômicos. Em relação à apropriação de novas tecnologias, esta pode contribuir para ressignificação de valores de uma dada comunidade, o qual pode alterar todo um ciclo de práticas (SAHLINS, 1999).

Um bom exemplo do efeito das novas apropriações sobre a forma de uma comunidade se relacionar com a natureza local é citada por Vianna (2008). A autora em seu trabalho cita o exemplo da adoção da rede de pesca em uma comunidade de pescadores. Estes, após adotarem o novo método, passaram a lograr maior êxito, conseguindo capturar maiores quantidades de peixes com um mesmo tempo de trabalho. Isto trouxe novos horizontes para a vida da comunidade, a qual passou a secundarizar outras atividades tidas como mais importantes em outro momento, modificando o modo de vida local e sua relação com a natureza.

Portanto, na trajetória evolutiva das populações tradicionais com o meio envolvente essas possuem a capacidade de realizar uma leitura da realidade e se posicionar de forma mais favorável a seus interesses para, assim, aproveitar as oportunidades que surgem¹². Elas assumem um comportamento de agência¹³, e de acordo com a conjuntura, chegam, inclusive,

¹² Segundo Pinton e Albertin (2007), as populações tradicionais por serem influenciados pela situação de pobreza em que vivem podem desenvolver sistemas produtivos deletérios da natureza. Fato que é reforçado ainda mais pela desvalorização que o sistema capitalista promove junto a esses meios de produção (LEFF, 1998). No entanto, é importante salientar que pobreza não é sinônimo de sistemas produtivos insustentáveis, muito pelo contrário, é nos sistemas produtivos periféricos ao sistema hegemônico que se encontram os modelos mais próximos a de um tipo ideal de sustentabilidade (BARRETO FILHO, 2006).

¹³ Toma-se aqui de empréstimo o conceito de agência utilizado por Bourdieu (2009), para o qual um ator social é livre para tomar decisões, mas de acordo com seu campo simbólico.

a trocar de modo produtivo (SHANIN, 2005)¹⁴. Inclusive, quando os estímulos econômicos onde as populações tradicionais estão adaptadas por algum motivo cessam, estas podem retomar um modo de vida mais autônomo, e integrado à natureza, portanto, mais próximo de um estilo de vida camponês (ADAMS, 2000; SHANIN, 2005).

Segundo Lima e Pozzobon (2005, p. 50), seguindo a mesma linha de pensamento:

Não são os atributos de etnicidade, classe ou orientação econômica de um dado segmento social que definem, por si, seu comportamento em relação ao ambiente, mas a conjugação particular de suas características sociais em um dado momento e lugar. A categoria “índio” não está necessariamente associada à sustentabilidade, nem a de “branco”, à insustentabilidade, embora se atribua às sociedades indígenas a herança da sustentabilidade e à população branca o papel oposto. É importante atentar para a cristalização de “estereótipos socioambientais” que atribuem valores ecológicos positivos ou negativos à diversidade social da Amazônia.

Assim, os mesmos autores afirmam que é possível associar o grau de sustentabilidade desta categoria, nos dias atuais, conforme o seu nível de envolvimento com o mercado.

Em geral, o envolvimento com o mercado só implica mudanças socioambientais quando é seguido por alterações significativas no padrão de consumo do grupo, fazendo com que este eleve a pressão que exerce sobre o ambiente para atender à demanda por recursos naturais que o mercado apresenta... O aumento da população e o envolvimento crescente na economia de mercado elevam as taxas de exploração dos recursos naturais a níveis acima de sua capacidade natural de reposição (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 54).

Desta forma, autores como Adams (2000), Barreto Filho (2006), Waldman (2006) e Vianna (2008) concordam que o “mito do bom selvagem” não passa realmente de um mito. Sua dinâmica, promovida através de constantes interações com a sociedade englobante, transforma sua relação com os elementos materiais e imateriais já simbolizados, ou não, promovendo novas ressignificações que alteram o modo de uso dos recursos. Com isso, provocam constantes mudanças comportamentais que impossibilitam ter nessas populações um ideal de sustentabilidade, segundo os padrões científicos acadêmicos do termo. Assim, segundo os autores, as políticas públicas não podem ser baseadas sobre afirmações ideológicas, confiando que essas populações guardam um instinto de preservação inconsciente, ou seja, nato.

¹⁴ Aqui assumo a perspectiva de que o conceito de camponês, trabalhado por Shanin (2005), ajuda compreender o comportamento das populações tradicionais. Principalmente, no caso brasileiro, onde a denominação população tradicional abarca famílias do campo que não são oriundas de povos tribais, portanto, que não possuem uma cultura “independente” da sociedade que os cerca (VIANNA, 2008).

3.1.1 A adaptação do sistema de produção familiar frente ao contexto local

Neste subitem são utilizadas investigações científicas feitas entorno da categoria agricultura familiar. As análises discorridas a seguir demonstram como os agricultores interagem com meio, modificando, assim, constantemente sua relação com a natureza. Portanto, acredita-se que, por a categoria populações tradicionais e a categoria agricultura familiar terem em comum a fusão entre unidade de produção e família e, também, por, em muitos casos, manterem laços (como os de reciprocidade e de troca) sob uma perspectiva cultural comum muito dos estudos e conhecimentos adquiridos junto a uma categoria sirva também a outra (SABOURIN, 2009; CHAYANOV, 1981).

Na agricultura de base familiar os fatores internos como os projetos familiares, o nível de capitalização, cultura, mão de obra disponível são fundamentais para a evolução da unidade de produção (LIMA et al., 1995). Entretanto, segundo Wolf (1976), isso não deve significar uma independência total da família em relação à sociedade englobante, no máximo relativa. Por isso, segundo o mesmo autor, fatores contextuais de ordem ambiental e/ou político-social influem na conformação do tipo de agricultura, ou melhor, no modo de vida, gerando especificidades, mas também dinamismo entre os estabelecimentos familiares.

A escolha de uma atividade produtiva, por exemplo, pode depender da que melhor estiver remunerando o trabalho, o que é geralmente determinada pelo mercado local, assim, este fator chega a até sobrepujar a tradição e interesse da família (FIGUEIREDO; SIMÕES; VEIGA, 2003). Lima et al. (1995, p. 53) diz que o *nível de reprodução simples* ou renda mínima necessária ao agricultor pode ser comparado com um indicador externo à propriedade: o *custo de oportunidade do trabalho*, medido através do salário mínimo regional por unidade de trabalho. Portanto, a escolha das atividades mesmo em última instância sendo definida na escala da família estaria também diretamente relacionada a fatores externos à propriedade e conforme a situação sociopolítica em que esta se encontra.

Porém, neste mesmo sentido também pode ocorrer o oposto. Em estabelecimentos familiares em que as condições reais de produção são pouco favoráveis a escolha por atividades que alcançam menores níveis de remuneração do trabalho familiar é necessária para reduzir os riscos que a unidade familiar venha a sofrer (SCHULTZ, 1978 *apud* FIGUEIREDO; SIMÕES; VEIGA, 2003). Este ponto denota bem que, as famílias, em concordância com seus objetivos, no momento de tomada de decisão os definem de acordo

com a relativização das capacidades da família e as potencialidades do meio em que estas se encontram.

A enorme amplitude das condições de produção possíveis em estabelecimentos familiares possibilita a abertura de um vasto leque de situações, proporcionando a evolução de uma diversidade de formas produtivas em uma mesma região, com os mesmos estímulos produtivos. Segundo Lima et al. (1995), em um dado momento histórico, os agricultores em geral encontram-se em situações diferenciadas, as quais os distinguem em diferentes categorias sociais e econômicas. Por disporem de uma base material diferenciada, aqui entendida como a quantidade e qualidade da terra e dos demais meios de produção, estes findam por se integrarem de forma distinta a um determinado meio agroecológico e socioeconômico, com os quais estabelecem relações de produção. Admitindo-se, portanto, que as condições de produção desiguais determinam no espaço e no tempo campos específicos de atuação e reprodução dos agricultores, caracterizando diferentes tipos de unidades de produção.

Em relação à formação de diferentes tipos de estabelecimentos familiares Hurtienne (1999) complementa dizendo que, a evolução do sistema de produção depende das formas particulares nas quais se desenvolveram, sendo resultado de uma complexa interação entre fatores condicionantes, entre os quais ressalta o papel das políticas agrárias junto com as características específicas da ocupação territorial e os condicionantes agroecológicos. Desta maneira a evolução dos sistemas de produção não segue somente uma trajetória, mas várias trajetórias que não seguem uma tendência linear e dependem das condições iniciais divergentes e da complexa interação dos fatores condicionantes.

3.1.2 O comportamento adaptativo das famílias em relação ao campo econômico

No primeiro tópico deste capítulo foi visto que muito das transformações realizadas no sistema de produção são realizadas de modo a adequar-se a oportunidades no mercado local, de modo que o mesmo pode ou não estar integrado economicamente ao sistema capitalista. Para melhor compreender essa relação entre estabelecimentos familiares rurais e sistema econômico hegemônico, no caso o capitalista, desenvolve-se a seguir, com base em diversos autores clássicos, mas, principalmente, entorno de Shanin (2005), como se define comportamento das famílias. Acredita-se que essa compreensão contribua consideravelmente

também para o discernimento sobre a sustentabilidade das sociedades, no caso que envolvam a junção família-unidade produtiva.

Chayanov (1981) foi o primeiro, na sociedade industrial, a delimitar a essência do funcionamento interno dos estabelecimentos familiares agrícolas, também, chamado pelo autor de Unidade de Produção Familiar (UPF). Para ele, nas teorias econômicas atuais é comum se pensar que, exclusivamente, todos os fenômenos econômicos são capitalistas e que todos os demais tipos são insignificantes ou em declínio frente às questões básicas da economia moderna. No entanto, o autor afirma que, mesmo com a hegemonia mundial do capital financeiro não se deve estender sua aplicação a todos os fenômenos da vida econômica, pois uma área bastante vasta da vida econômica (a maior parte na esfera agrária) baseia-se em unidades econômicas familiares não assalariadas.

Segundo o mesmo autor, ao realizar uma análise sobre os estabelecimentos familiares rurais nota-se que os fenômenos econômicos referentes a estes não se adaptam aos marcos da economia clássica. As unidades produtivas familiares não apresentam os fenômenos fundamentais de uma ordem econômica capitalista, ou seja, não apresentam as categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salários, juros e renda.

Para o autor isto ocorre em uma economia natural, onde há fusão entre unidade de produção (meio de produção e força de trabalho) e unidade de consumo, processo inerente a uma Unidade de Produção Familiar. Esta fusão culmina no fim da categoria salário, uma vez que, ao final de um ciclo produtivo a família recebe em bens a quantidade de trabalho e insumos investida. Isto implica fundamentalmente que este modelo de produção não realiza lucro líquido, renda e o juro do capital, afastando-se, assim, do modo de produção capitalista.

Chayanov (1981) menciona que, a quantidade de trabalho realizada na unidade produtiva agrícola familiar, ao contrário de qualquer outro setor do modo produtivo capitalista, não é regida por uma margem de renda líquida, mas sim pela satisfação das necessidades familiares e pela penosidade do trabalho. Esses fatores não são considerados pelo capitalista, motivo pela qual a produção camponesa se diferencia. O mesmo afirma que:

[...] por conseguinte a prosperidade da exploração familiar não aumenta de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto exploração de sua capacidade de trabalho (CHAYANOV, 1981, p.).

Porém, muitas das características da lógica de Chayanov foram questionadas por se prenderem demasiadamente nas propriedades internas do estabelecimento familiar agrícola e por serem de ordem estritamente pragmática, uma vez que, as relações entre estabelecimentos foram consideradas apenas no sentido dos efeitos demográficos¹⁵. Por esta via houve críticas vindas de diferentes correntes. Assim, pouco considerando o papel da cultura na definição das necessidades substanciais das famílias (POLANYI, 2012).

Para pensadores da corrente estruturalista, Chayanov abordou seu objeto de pesquisa de forma fragmentada, considerando as unidades produtivas como divisíveis e passíveis de serem isoladas (SHANIN, 2005). Desta forma, não observou, ou não tratou, as influências do todo sob o comportamento das unidades. O déficit sobre as estruturas sociais, percebida especialmente pelo fato do mesmo não tratar dos efeitos das tradições, possibilita incorrer no erro de acreditar que as populações tradicionais tomam decisões baseadas em uma racionalidade estritamente econômica, avaliando o custo-benefício e excluindo a importância da cultura nesse processo.

Para autores como Strauss (1989) e Sahlins (2001), mesmo também possuindo uma lógica objetiva, as comunidades tradicionais não podem ser tratadas como se estas fossem movidas exclusivamente pela forma mais prática, pois as tomadas de decisões são orientadas por uma cultura coletiva, que lhes conferem uma lógica e cosmovisão própria. Esse comportamento, típico de relações não-capitalistas, extrapola os limites da unidade familiar, interligando os estabelecimentos familiares por meio de sistemas de coesão social que condicionam o comportamento da comunidade e dos indivíduos que dela fazem parte. Diferentemente da simples soma das unidades familiares, formam-se, por exemplo, relações de parentesco¹⁶, as quais condicionam o cálculo do custo benefício para a tomada de decisão, fazendo com que não se apresente de forma evidente.

Nestes grupos sociais, há, também, a forte presença do componente tradição que condiciona o seu comportamento. Por tradição entende-se como:

¹⁵ O viés coletivo dessas populações ganha um sentido que ultrapassa os abrangidos pela demografia, sendo o comportamento das unidades familiares mais bem compreendidas quando observada as conexões entre os estabelecimentos interligados por meio das estruturas (família, tradição, religião e etc.) que compõem a cultura local, o qual além de reger o comportamento do grupo, influencia as formas de uso dos recursos da natureza assim como a atuação de agentes externos ao grupo em seu território (WALDMAN, 2006).

¹⁶ Segundo Lima (2006, p. 147) relações de parentesco basicamente se definem como “as relações horizontais entre parentes vivos que formam uma rede de ajuda e concedem o direito de usufruto coletivo de recursos naturais”.

[...] um objeto cultural – um sistema de significados ou ideias – que é transmitido do passado para sucessivas gerações. As tradições existem como significados sustentados pelos membros de determinada sociedade e comunicados de um para outro nas cadeias de significado que consistem das memórias coletivas ou compartilhadas, das representações coletivas e das formas costumeiras de realizar atividades. Os conteúdos de uma tradição podem mudar imperceptivelmente com o tempo, mas não são vivenciados pelos indivíduos que os adquirem mediante socialização como coisas que persistem, sem grandes mudanças, por consideráveis períodos de tempo. Esses costumes são construídos de maneira irrefletida, como instituições sociais que influenciam o comportamento das pessoas inculcando-lhes hábitos de ação que elas seguem sem intenção consciente nem deliberação racional. As instituições costumeiras baseadas na tradição frequentemente são conhecidas como cultura popular (*folkways*) de uma sociedade (GLUKSMANN, 2006, p. 215).

Em outra percepção, a marxista-estrutural, os estabelecimentos familiares rurais não desenvolvem um sistema produtivo isolado descontextualizado da lógica capitalista. Mas, essa percepção serve, de acordo com teorias mais recentes, ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente (SHANIN, 2005, p. 10).

Segundo Shanin (2005), na análise marxista do uso do conceito de modo de produção, o foco moveu-se em direção ao que estava oculto sob o observável, ao estrutural, ao não objetivo, com a lógica dos modos de produção obscurecendo outras unidades de análise. Assim, a essência da análise social passou a ser, em grande medida, o exame das formas em que os modos operam e se articulam dentro das sociedades. O mesmo autor segue dizendo que, os camponeses, na maneira como os marxistas os definem, não são um modo de produção porque lhes falta à estrutura política-econômica relativamente auto-suficiente, os sistemas mais significativos de exploração e apropriação do excedente têm sido de modo geral, externos a eles.

De fato, a guinada em direção à predominância decisiva de estruturas de desigualdades e exploração intercamponesa e interaldeias significa, para os marxistas, o fim do campesinato enquanto tal, isto é, enquanto um grupamento social específico (SHANIN, 2005).

Com essa percepção autores como Musumeci (1988) e Soares (1981) adotaram um ponto de vista em que os estabelecimentos familiares agrícolas cumprem um papel social na estrutura dominante, a capitalista. Musumeci (1988) considerou que era possível identificar elementos fundamentais das categorias do capitalismo, citadas por Chayanov, a partir da identificação da relação destas com o meio, assim, os fundamentos do capitalismo são natos da categoria. Soares (1981) a partir, também, das relações com o meio, identificou nesta categoria política o fenômeno do capitalismo não como uma força econômica, mas ideológica

e política que coagia os modos produtivos não-capitalistas a atuarem numa relação como explorados.

Nesses dois autores nota-se que a lógica capitalista é inerente ao modelo produtivo. Assim, em Musumeci (1988) e Soares (1981) há certa gradação, em que os estabelecimentos familiares evoluem cada vez mais para a forma perfeita do sistema capitalista de produção. No entanto há outros pensamentos como o de Martins (1997), onde a lógica produtiva parte de fora para dentro, por meio de relações antagônicas que transformam o modo produtivo não-capitalista. Em Martins, percebe-se uma dualidade, antagônica, em que ou os estabelecimentos familiares possuem uma lógica não-capitalista ou capitalista.

Para Shanin (2005) a análise marxista é, sem dúvida, estruturalista na medida em que se recusa a aceitar a redução de qualquer totalidade à soma de suas subunidades (como também, aliás, o conhecimento não-marxista sofisticado). Sem dúvida, não podemos compreender como operam as unidades de produção camponesas sem seu contexto societário. Tampouco podemos, simplesmente por isso, deduzi-las ou reduzi-las ou dissolve-las conceitualmente (SHANIN, 2005).

Em outras palavras, aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem:

Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. Em poucas palavras, significa que uma formação social dominada pelo capital que abarquem camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses (SHANIN, 2005, p. 14).

As mesmas observações teóricas tratadas por Shanin (2005) podem ser observada nos trabalhos de Lima e Pozzobon (2005). Por exemplo, quando afirmam que, a manutenção, por uma determinada sociedade, de um sistema econômico consuntivo coletivo não implica necessariamente em dizer que a interação da comunidade com a conjuntura do mercado local seja sempre da mesma forma¹⁷. Pelo contrário, as famílias realizam inúmeras combinações entre sistemas econômicos que condicionam diferentes modos das famílias se relacionarem

¹⁷ Na concepção de Chayanov (1990 *apud* FIGUEIREDO; SIMÕES; VEIGA, 2003), o fato dos estabelecimentos familiares no momento de uma tomada de decisão levar em consideração outros motivos que não o exclusivamente o econômico, não quer dizer que o excluam.

com a sociedade englobante¹⁸ (LIMA; POZZOBON, 2005). Os autores destacam que até pode haver co-existência entre diferentes sistemas econômicos.

3.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL

A partir de 1960 a crise ambiental foi reconhecida pela sociedade em geral tanto por trabalhos como “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson e o relatório Brundtland como pela ascensão do movimento preservacionista (LITTLE, 2002, p. 15). Esse tipo de ação chamou a atenção para à crise que o modelo urbano industrial apresentaria no futuro se seguisse baseado nos mesmos padrões produtivos e de consumo. O maior destaque dado à crise ambiental influenciou para que a sociedade internacional passasse, então, a cobrar medidas dos Estados no sentido de garantir a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras, assim, como para a manutenção do sistema capitalista (LITTLE, 1992, apud LITTLE, 2002).

Com base no interesse de salvaguardar os recursos naturais para as gerações futuras, mas não só, visto que o uso destes não deveria ir de encontro ao desenvolvimento crescente da economia, emerge a ideia de Unidade de Conservação (LEFF, 2002). Esta ideia foi construída pelos Estados, ditos desenvolvidos, segundo os parâmetros singulares destes, ou seja, segundo os padrões das sociedades ali existentes, que se sabe, não possuem disparidade social tão acentuada entre suas classes populacionais¹⁹.

Nos países do norte a problemática ecológica aparecia, então, dissociada da questão social, diferentemente do que ocorria nos países do sul (PORTO GONÇALVES, 2006; DIEGUES, 2001). Tanto é que, a presença humana não era considerada na versão do regimento que normatiza o funcionamento das UC's nos países desenvolvidos (DIEGUES, 2001). Desta forma, devido à predominância de um único padrão de vida, os países do norte obtiveram resultados satisfatórios no ato de implementação das UC's.

No entanto, a generalização da ideia de UC para os países emergentes, como o Brasil, não apresentaram os mesmos resultados. As características específicas dos países do sul, principalmente em relação aos problemas sociais, resultaram na formação de cinturões de miséria no entorno das áreas protegidas (DIEGUES, 2001). Nestes países a combinação de problemas ambientais e sociais associados a problemas fundiários (entre grileiros e populações tradicionais, por exemplo) fez emergir a necessidade de tratar as Unidades de

¹⁸ Isto pode ser bem caracterizado, por exemplo, quando um sistema econômico de consumo escapa para um lucrativo (LIMA; POZZOBON, 2005).

¹⁹ Assim, casos de populações vivendo sob o modo de vida camponês não tem o mesmo grau de importância que nos países menos industrializados (WANDERLEY, 2009).

Conservação como um programa mais amplo, que, além da função de preservação ambiental, atendia a necessidade de sanar problemas fundiários.

Assim, as UC's, como o caso da Reserva de Proteção Integral, deixaram de servir somente a preservação dos recursos naturais para, deste momento em diante, atender a problemas socioeconômicos. O que contribuiu para o surgimento das Reservas de Uso Sustentável. Com isso, a ideia de conservação, em que se pregava a convivência harmônica entre sociedade e natureza, começaram a ganhar espaço.

Simultaneamente ao processo de consolidação da ideia de uso sustentável dos recursos naturais, estava a participação ativa das populações tradicionais. Por este caminho as populações tradicionais ganharam muita importância no cenário da conservação ambiental no Brasil (VIANNA, 2008). Inclusive, o debate socioambiental foi inaugurado pelos movimentos sociais do campo, após as lutas dos seringueiros no Acre, e somente em seguida é que este foi apropriado pelo Estado brasileiro.

As Reservas Extrativistas são fruto do movimento social dos seringueiros amazônicos, em especial do Acre, e das parcerias que lograram estabelecer. Trata-se de uma proposta, depois transformada em política pública, nascida da luta concreta dos seringueiros por seu direito a permanecerem nos seus locais de moradia e trabalho (PANTOJA; COSTA; POSTIGO, 2009, p. 118).

Foi por meio da defesa dos interesses destes, no que diz respeito ao direito de uso da terra, frente aos interesses dos grileiros, que conseguiram criar a primeira Reserva Extrativista (RESEX) do país. E é por esta mesma fórmula²⁰, mas agora por meio dos processos de auto-identificação coletiva, com conseqüente emergência de “territorialidades específicas²¹”, que as populações marginalizadas estão se apropriando do discurso ecológico. Estas se autoidentificam como populações e povos tradicionais, com intuito de obtenção de interesses específicos, como o da regularização fundiária, mesmo que por meio da transformação dos seus territórios em UC de uso sustentável, assim como de serem reconhecidos pela sociedade e poderem acessar benefícios (ALMEIDA, 2007).

Com a criação das RESEX's atribuiu-se às populações do campo, antes marginalizadas, o reconhecimento de guardiãs da floresta ou de povos da floresta (PINTON; ALBERTIN, 2007; VIANNA, 2008). Assim, esses povos ganharam o direito de lutar pelas

²⁰ É preciso salientar que, a replicação da mesma fórmula utilizada na situação dos seringalistas em outras ocasiões culminou em conflitos no ato de sua implementação (LITTLE, 2002; VIANNA, 2008).

²¹ Entende-se por territorialidades específicas como o processo em que uma comunidade delimita um espaço conforme a história vivida pelos mesmos no local. Portanto, identificando singularidades que pertence somente ao grupo envolvido, conferindo-lhe identidade (ALMEIDA, 2008).

áreas com o qual mantém relação, mas, agora, com ajuda de um estatuto jurídico que permite regulamentar seus interesses, possibilitando colocar fim nos conflitos (PINTON; ALBERTIN, 2007). Surge então, a partir do comprometimento destas sociedades com os interesses do Estado, “uma nova categoria²², simultaneamente social e técnica, com referência às normas ecológicas de manejo florestal, e jurídica, com relação a um comprometimento contratual entre comunidade e poderes públicos”²³ (PINTON; ALBERTIN, 2007, p. 17).

Entretanto, esta nova categoria político-social, agora reconhecida por diferentes setores da sociedade, foi concebida ideológica e juridicamente como sendo formada por grupos sociais estáticos e harmônicos com a natureza (VIANNA, 2008). Como foi supracitado, é como se os sistemas produtivos das populações tradicionais não se apropriassem de estímulos externos ou não evoluíssem segundo parâmetros internos do grupo alterando sua forma de se relacionar com a natureza. Sendo que, normalmente, devido ao estado de pobreza em que se encontram, apontam para sistemas produtivos insustentáveis (GOODY, 1988; STRAUSS, 1989; ADAMS, 2000; PINTON; ALBERTIN, 2007)²⁴.

Em pesquisas recentes, diferentes pensadores apontam que implícito nas medidas políticas adotadas pelo Estado esteve e ainda está presente há propagação de posicionamentos que tomam como realidade teorias de base ideológica, em que é a política (de sindicatos, partidos políticos, ONG's e movimentos sociais) que decide os caminhos a se tomar quanto ao uso de determinados recursos, em vez de embasamento científico, ainda muito escasso nas políticas ambientais nacionais (ADAMS, 2000; BARRETO FILHO, 2006; VIANNA, 2008).

Todavia, não se está colocando em xeque a importância de populações e povos tradicionais na sua capacidade de construir conjuntamente as políticas públicas e, assim, executarem um papel fundamental na preservação e conservação dos recursos naturais. Muito pelo contrário, pois se sabe que há também inúmeros estudos científicos de autores como

²² O autor considera como uma nova categoria as populações tradicionais que vivem em áreas de UC, pois considera os mesmos como representantes de uma nova classe social, inclusive, reconhecida juridicamente, tornando-os sujeitos de direito, com deveres específicos que são: o uso de técnicas de manejo sustentáveis e de proteção dos recursos naturais (PINTON; ALBERTIN, 2007).

²³ De modo geral as Unidades de Conservação de uso sustentável no Brasil visam convergir interesses do Estado para com a comunidade internacional, interesses nacionais de preservação de recursos naturais para fins futuros e como resposta a conflitos agrários (BARRETO FILHO, 2006; PINTON; ALBERTIN, 2007; VIANNA, 2008). Segundo Kashiura (2009), com o desenvolvimento do sujeito de direito - a partir da evolução do direito como um todo -, com conseqüente integração deste pelo indivíduo, necessariamente viabiliza-se a entrada deste ao mundo das relações capitalistas.

²⁴ A interpretação de que essas populações são estáticas vai de encontro, inclusive, às teorias de pensadores que trataram sobre a evolução dos sistemas agrícolas no mundo. Para estes, desde as populações ágrafas, com modos de reprodução simples, até os camponeses das sociedades complexas os sistemas de produção apresentam-se dinâmicos, sendo possível fazer uma analogia a um sistema que, evolui dialeticamente conforme condicionantes do meio, tanto natural quanto sociocultural (MAZOYER; ROUDART, 1997).

Posey (1987) e Baleé (1989) que embasam estas afirmativas. As quais estão implícitas na Lei ambiental 9.985, o qual no Art. 5º inciso III, onde é assegurada “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”. Afirmativas estas que possuem grande receptividade no mundo acadêmico, contribuindo para consolidação da importância de se levar em consideração a participação dos povos tradicionais e seus conhecimentos, como diz Strauss (1989), “sensitivos”.

Muitas das atribuições do convívio harmônico dos povos tradicionais com a natureza, e que respaldam a ideia de um relacionamento positivo com a natureza, se baseiam nas relações complexas multilíneas que estas mantêm (OLIVEIRA, 2009). De acordo com essas relações, complexas, as tomadas decisões empregam um amplo espectro da vida no uso dos elementos naturais, portanto, dificultando a especialização ou dependência de uma única espécie vegetal ou animal (OLIVEIRA, 2009).

Assim, guardadas as devidas limitações estas ainda tem grande importância para a busca de modos de vida mais sustentáveis (LEFF, 2002). Segundo Porto-Gonçalves (2002), nas sociedades ditas modernas a relação do ser humano com a natureza é respaldada predominantemente pela via econômica, sendo orientada por princípios positivistas que pregam o afastamento do sujeito em relação ao objeto, colocando o homem como superior, tornando a natureza passível de ser dominada. Estas sociedades, ao contrário do modo de vida anterior, até agora, foram incapazes de articular a diversidade da vida com uma única dimensão, a econômica (PORTO-GONÇALVES, 2002)²⁵.

3.3 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO “POPULAÇÃO TRADICIONAL” E SUA APROPRIAÇÃO POR DIFERENTES ATORES

Segundo Vianna (2008), no Brasil, muitas discussões foram travadas no meio conservacionista²⁶ envolvendo tanto a sociedade civil quanto o poder público. Tais discussões devem ser entendidas sob duas perspectivas históricas.

²⁵ É importante ressaltar que aqui não se tem a intenção de dizer que uma sociedade é mais deletéria ao meio ambiente do que outra, pois se entende que ambas podem exercer atividades depredadoras ou não. No entanto, o modelo em vigor, implementado pelo sistema capitalista, já demonstrou sua inviabilidade, ao considerar apenas a dimensão econômica (LEFF, 2002). E, em certa medida, os modelos mais complexos e tradicionais, e, sobretudo locais, vêm se mostrando como alternativa (LEFF, 2002).

²⁶ Entende-se que fazem parte do movimento conservacionista agentes e instituições de variados setores da sociedade, os quais podem fazer parte: instituições do Estado, movimentos sociais, ONG's e etc.

A primeira perspectiva incorpora as populações ao discurso conservacionista e a segunda, pelo contrário, incorpora o discurso conservacionista ao movimento social, fortalecendo as lutas para garantia de seu território e de acesso a recursos naturais²⁷ (VIANNA, 2008, p. 215).

E é pelos donos do segundo discurso, dos ambientalistas, que nasce o conceito de “população tradicional” (LIMA; POZZOBON, 2005). Para Vianna (2008, p. 207), essa expressão nasce por volta de 1980, quando envolvidos com a conservação *in situ* passaram a reconhecer, com certos interesses²⁸, grupos de habitantes do interior de unidades de conservação. Neste sentido o termo foi apropriado por diversas linhas políticas e de pensamento.

Como categoria antropológica, essas populações podem se situar entre as chamadas *sociedades rústicas*. No meio ambientalista, “populações tradicionais” evoca os consagrados conceitos de sociedades tradicionais e sociedades complexas, adquirindo matiz utilitária, e, assim como no movimento social, passou a ter conotação política ideológica (VIANNA, 2008, p. 207).

Segundo a autora essa expressão nasce em um contexto internacional que tinha nas populações indígenas como capazes e dependentes, para sua própria reprodução, da conservação da natureza. Entretanto, no Brasil os mesmos argumentos utilizados para defender as *indigenous people*²⁹ serviram em defesa das populações marginalizadas e que fazem parte do conjunto da sociedade³⁰ (VIANNA, 2008, p. 241). Sendo assim, neste país o

²⁷ No discurso “conservacionista” o meio ambiente é definido “exclusivamente como mundo natural selvagem, vendo qualquer intervenção nele como questão técnica, restrita aos cientistas naturais” e no segundo “o discurso ambiental incorporou a crítica ao processo de industrialização em curso no país nos anos 1970 e demandou alterações no estilo de vida urbano-industrial” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p.215). Assim, o novo frame associou fortemente os problemas ambientais com causas políticas e econômicas. Por isso, ganhou o título de socioambientalismo. Os dois frames, o conservacionista e o socioambientalista, passaram desde então a conviver em concorrência. “O fato de um ou outro ganhar ascendência em cada uma das fases de formação do movimento ambientalista brasileiro dependeu dos itens sob debate na agenda pública e da habilidade dos ativistas de vinculá-los a cada estrutura de oportunidades políticas” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p.215).

²⁸ Segundo Lima e Pozzobon (2005), os ambientalistas tinham parcerias com diferentes categorias sociais e passaram a reconhecê-los como populações tradicionais como uma maneira de diferenciá-los e reconhecer neles um papel potencial para o desenvolvimento de um novo modelo de uso do ambiente. É neste sentido que “a nova legislação sobre unidades de conservação (SNUC), por exemplo, concede apenas às sociedades tradicionais o direito de usufruto e à ocupação nesses territórios reservados à conservação e ao manejo sustentável do ambiente” (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 54).

²⁹ Os grupos indígenas por motivos específicos desatrelaram-se das discussões relativas às áreas naturais protegidas. “A questão indígena acompanha toda a história da formação e do desenvolvimento da sociedade brasileira” (VIANNA, 2008, p. 211). “Os índios podem contar com uma legislação específica que os protege e que lhes confere direitos sobre seus territórios e sobre o uso de seus recursos, com o que outras populações locais não contam” (VIANNA, 2008, p. 213).

³⁰ Todavia, neste contexto, a sustentabilidade dos povos tradicionais não indígenas é colocada em xeque por autores como Lewis (1997), para o qual a sustentabilidade dos sistemas produtivos está diretamente relacionada

conceito de populações tradicionais não é mais representado por povos com uma cultura autônoma, abarcando povos que fazem parte política e economicamente, embora de forma periférica, da sociedade abrangente (REDFIELD, 1947, apud VIANNA, 2008, p. 241)³¹.

Todavia, segundo interesses de algumas linhas conservacionistas estas populações ainda:

[...] são fundamentais para a própria conservação, pois são consideradas ‘harmônicas’ com a natureza, em função de seu conhecimento e de suas práticas tradicionais sustentáveis de manejo dos recursos naturais [...] Nesse sentido, o reconhecimento dos direitos dessas populações está condicionado ao cumprimento dos objetivos de conservação da biodiversidade (VIANNA, 2008, p. 210).

Segundo essas linhas conservacionistas, “população tradicional” é uma expressão que:

designa um conjunto de populações de pescadores artesanais, pequenos agricultores de subsistência, caiçaras, caipiras, camponeses, extrativistas, pantaneiros e ribeirinhos que fazem uso direto dos recursos da natureza, através de atividades extrativas e/ou de agricultura com tecnologia de baixo impacto ao meio, que vivem em remanescentes florestais que são ou podem vir a ser unidades de conservação (VIANNA, 2008, p. 214).

Desta forma, é patente a importância utilitária dada pelo movimento conservacionista a essas populações para a conservação da natureza, baseada na harmonia e no etnoconhecimento (VIANNA, 2008). Assim, é com intuito de inserção na sociedade englobante dessa massa marginalizada que se cunhou o termo populações tradicionais. Nele, o sentido estrutural se apresenta cumprindo uma função socioambiental, de preservação da natureza, construída pelos movimentos ambientalistas.

Entre os critérios e referentes comuns que sustentam esse amplo guarda-chuva conceitual estão: a sua relação particular com a natureza, fundada em grande dependência dos ciclos naturais e, por isso, num conhecimento profundo dos processos bio-ecológicos, que gerou um corpo de saberes técnicos e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais adaptados as condições dos ecossistemas localizados em que vivem; a sua posição periférica face à economia de mercado, decorrente de processos históricos específicos – mas que, eventualmente, é tomada como

com o tempo de existência de uma determinada sociedade sobre um ecossistema, sendo que quanto maior o tempo de existência maior a sustentabilidade.

³¹ Neste sentido, pode-se afirmar também que parte da cultura destas populações é influenciada pela sociedade hegemônica e/ou Estado, integrando-se, assim, há um campo simbólico e/ou estrutura social que se sabe não ser sustentável. No sistema capitalista moderno a produção de símbolos arquetípicos é, atualmente, padrão para o seu bom funcionamento, principalmente numa sociedade globalizada onde a exigência pela democracia é mais intensa, dificultando a manutenção de um governo totalitário, exigindo cada vez mais o uso da violência simbólica em substituição do uso da violência física estatal (DUPAS, 2007).

característica intrínseca, permanente e substantiva desses grupos; e o fato de elas hoje ocuparem as últimas áreas marginais às respectivas economias nacionais dos países em que vivem e, desse modo, relativamente menos transformadas do que áreas em que se desenvolveram a agricultura intensiva, a industrialização e a urbanização – fato que, por si só, é tomado como confirmação do entrelaçamento entre biodiversidade e sociodiversidade (BARRETO FILHO, 2006, p. 121).

No entanto, para Barreto Filho (2006), a noção do termo populações tradicionais, atualmente, vai mais além do que a expressa pelo movimento conservacionista³². Segundo o autor a partir da sua apropriação por diferentes grupos sociais essa noção também “expressa um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente – percepções, valores e estruturas de significação que orientam e estão na origem de certas políticas ambientais” (2006, p. 110). Esta noção “produz efeitos nas disputas simbólicas constitutivas da micropolítica das lutas camponesas em torno do acesso aos fatores de produção e nos processos políticos que influenciam os direitos territoriais”. Segundo Vianna (2008) é de acordo com o desenvolvimento desta perspectiva que emerge o “socioambientalismo”.

Portanto, para os povos tradicionais, segundo Almeida (2008), a apropriação do conceito jurídico de “populações tradicionais” se dá por valores identitários e coletivos reivindicados com o objetivo de acessarem novas oportunidades ofertadas pelo Estado. Este fator identitário leva as pessoas a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado (ALMEIDA, 2008).

Desta forma, subentende-se que as populações tradicionais, além de serem grupos dinâmicos interligados com a sociedade englobante, são também sujeitos históricos, que se apropriam das políticas públicas conforme seus interesses e possibilidades, como foi o caso da apropriação da categoria população tradicional por grupos locais, os quais tiveram que assumir o papel de defensores da natureza para acionarem determinados direitos (VIANNA, 2008, p. 275).

³² Lima e Pozzobon (2005) fazem importantes observações que alertam para o como a comunidade se identifica, classificações gerais e de identificação como *caboclo*, geralmente não tem significado para os envolvidos. No mesmo sentido, Vianna (2008) também faz essa observação e diz que o termo população tradicional não é assumido como identidade, ao contrário de ribeirinho. Lima e Pozzobon (2005) complementam que essas identidades são desenhadas de fora para dentro, portanto, dentro de uma mesma categoria política, especialmente na região amazônica, pode haver conflitos de interesses internos a uma mesma categoria, pois pode incorrer que nesta haja diferenças culturais.

3.4 A ATUAL CONJUNTURA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DOS POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL

Historicamente, o Estado centrou-se no fortalecimento do grande capital no campo, tendo a estrutura do país e sua organização quase sempre orientada em seu favor, procurando por esta base formar e evoluir a economia agrícola brasileira (PRADO JUNIOR, 2002). A economia camponesa, estando aí envolvidos os povos marginais à economia estabelecida e que vivem por meio do usufruto dos recursos naturais, ficou sem apoio, se transformando por meio de estímulos fornecidos pela evolução das organizações sociais (PRADO JUNIOR, 2002).

Nas últimas duas décadas, no entanto, o Estado vem gradualmente reconhecendo as economias agrícolas familiares³³, sendo notável uma evolução nas formulações das políticas públicas no sentido de considerar estes atores³⁴, dentre elas, a criação de Unidades de Conservação. Porém, mesmo reconhecendo a importância desta categoria, inclusive, com propostas que se dizem participativas³⁵, os programas de desenvolvimento para esses povos estão muito aquém do esperado.

É neste caminho que encontram as Unidades de Conservação. Estas ainda se encontram em uma situação no qual as análises feitas por Vianna (2008) em 1996 ainda são muito representativas. Pois, para a autora, a questão socioambiental, perante o Estado, continua em déficit, sendo tratada de forma secundária diante de questões econômicas, tidas como primordiais, com isso e no sistema de gestão destas áreas que se verificam os problemas mais graves (VIANNA, 2008).

Segundo dados do relatório “Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação” (BRASIL, 2009), o Estado apresenta uma estrutura de atuação e gerenciamento das Unidades de Conservação deficitária. Segundo o relatório, faltam contratações de mão de obra – aproximadamente 19 mil funcionários –, como também ter seus recursos acrescidos de maneira proporcional ao crescimento das áreas de conservação.

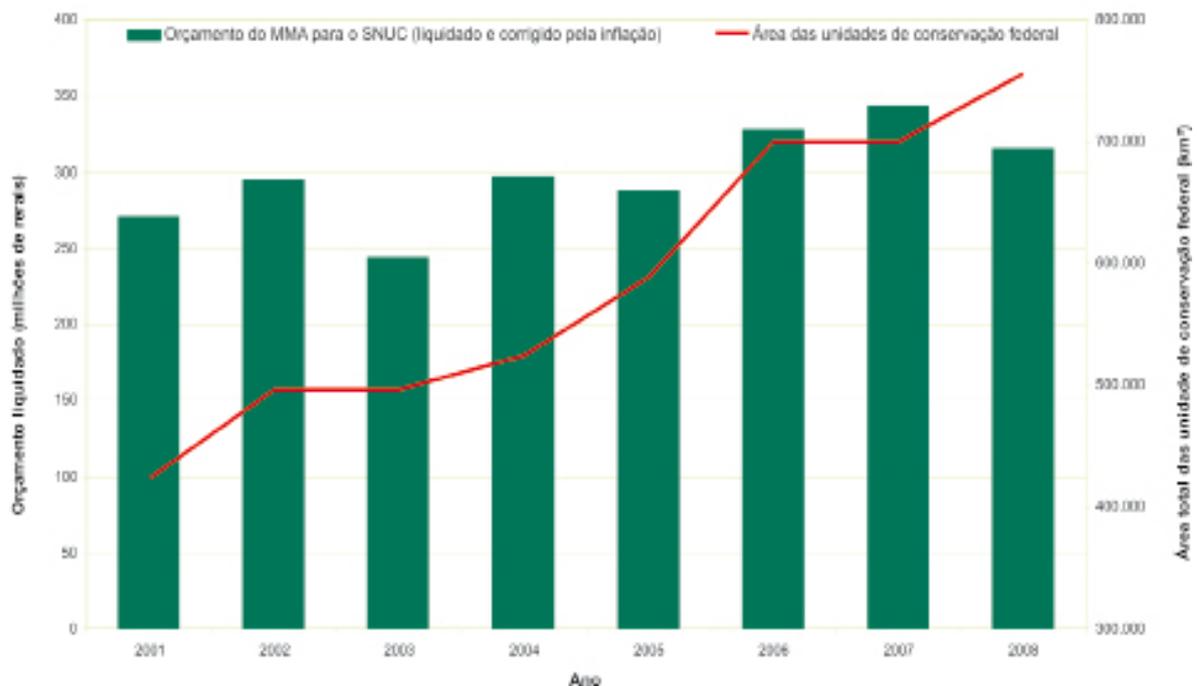
³³ Apesar de esta ainda ser em alto grau baseada em medidas paliativas, ou melhor, sendo encarada como políticas sociais ao invés de ser considerada como um eixo importante de uma política econômica de desenvolvimento.

³⁴ A partir da década de noventa, mesmo com a diminuição das intervenções do Estado, devido ao período de liberalização que este passou, é perceptível a tentativa crescente de se realizar intervenções de forma mais participativas, principalmente através de ONGs (RÓY, 2002).

³⁵ Em relação às populações tradicionais, o Estado, com intuito de respeitar as particularidades do dinamismo local dos estabelecimentos, criou instituições e decretos – como o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) - que organiza e obriga a participação de todos os interessados.

Pela Figura 01 nota-se que o Estado brasileiro de 2001 a 2008 aumentou a quantidade de Unidades de Conservação, porém o orçamento não acompanhou o mesmo ritmo, apresentando um déficit. Esta situação tem impossibilitado a concretização das políticas conforme rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Além do que, segundo o próprio relatório, por as políticas públicas voltadas para o tema não serem prioritárias, é recorrente o corte de verbas.

Figura 01: Comparativo entre o orçamento anual destinado ao SNUC pelo MMA e aumento em área das UC federais.



Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e Ministério do Planejamento (2009).

Assim, na gestão e no acompanhamento das famílias presentes nas Unidades de Conservação tem-se proporcionado condições para a apropriação, por parte das famílias que moram nestas áreas, de atividades produtivas pouco condizentes com os princípios de sustentabilidade pretendidos por esta política. Segundo Pantoja, Costa e Postigo (2009) em relação às Reservas Extrativistas:

[...] (estas) foram criadas tendo por objetivo a conservação ecológica e social de áreas de interesse ambiental habitadas por populações não-indígenas, tendo como compromisso o respeito a regras de uso dos recursos com baixo impacto ambiental em troca da garantia de direitos ao território e outros benefícios (2009, p. 115).

Mas, segundo transcrição de Allegretti (2008), comentando artigo de Bettina Barros da Revista Valor Econômico, a falta de opção econômica tem levado as comunidades a optarem

pela liquidez e bom preço do gado bovino. Assim, o gado tem entrado na maioria das RESEX do bioma Amazônia, contradizendo os ideais destes programas, problema que é agravado devido à falta de investimentos do governo nestas áreas. Segundo o informante da autora da revista, das 33 reservas, existentes até 2008, nenhuma havia obtido o plano de manejo, sendo que algumas estavam próximas de completar 20 anos.

Para Pantoja, Costa e Postigo (2009), assim como para Allegretti (2008), as considerações sobre a criação de gado nas RESEX's, mesmo sendo sérias, não podem ser vistas como funcionando em um sistema estritamente econômico, em que os valores identitários foram desconsiderados, por exemplo, no caso dos seringueiros que estes a tenham abandonado. Segundo Pantoja, Costa e Postigo (2009), a criação do gado não entrou no ritmo de grandes criadores pecuaristas, para as famílias da RESEX a criação entra em concílio com o modo de vida peculiar daquela região. Sendo que, a própria aquisição dos animais surge de modo específico e adequado as condições locais.

No caso da RESEX do Acre os motivos que levaram a entrada do gado se devem, basicamente, a “maior liberdade econômica e um aumento da renda monetária somados a uma situação favorável para aquisição de bens” (PANTOJA; COSTA; POSTIGO, 2009, p. 121). E por não terem outras fontes de investimento para o capital liberado, adquirido das atividades extrativistas, o gado se torna uma opção como poupança e seguro para o futuro (PANTOJA; COSTA; POSTIGO, 2009).

O que está sendo sugerido é que a criação da Reserva propiciou um contexto política (livrando-se do sistema de aviação) e economicamente favorável a alguma capitalização por parte dos moradores, e que muitos investiram seu capital em gado... Dados do survey de 1998 indicam que 50% dos rebanhos foram iniciados com recursos advindos da venda de borracha, e outros com doações de familiares (pai, sogro, cunhado) (PANTOJA; COSTA; POSTIGO, 2009, p. 121).

Assim, o déficit gestacional do Estado para com as Reservas combinado com a agência das famílias, as quais são perfeitamente capazes de interpretar e interferir na realidade em que se encontram tem sido os responsáveis por situações incompatíveis para com os fundamentos das Reservas e com o que os agentes envolvidos se propuseram no ato de suas criações (COSTA, 2010).

Além do que, o Estado, na atual forma que se propõe a debater a questão das Unidades de Conservação, ainda mantém forte presença do ímpeto desenvolvimentista³⁶ (LITTLE,

³⁶ Sobre o uso e significado do termo “desenvolvimento” e sua ligação com o “desenvolvimento sustentável” ver Enrique Leff (2001).

2002). Com isso, ao invés de aproveitar e potencializar o capital social³⁷ desses grupos tradicionais, o qual, geralmente, em sistemas familiares de produção é menos depredador³⁸, pode acabar propiciando a preponderância de relações capitalistas no modo de vida das populações tradicionais.

Desta forma, a partir da instituição da categoria população tradicional, acredita-se que, conferindo um valor de troca aos produtos da floresta está-se diretamente o salvando da extinção e, conseqüentemente, preservando os recursos naturais. Portanto, as políticas de incentivo mercantil têm tentado internalizar a diversidade ambiental com a intenção preservar as fontes desses produtos (PINTON; ALBERTIN, 2007)³⁹. Entretanto, para Leff (2002) isto é contraditório, visto que o sistema capitalista promove a homogeneização cultural e ambiental, e que o seu processo de seleção atende somente a alguns produtos em um determinado tempo, excluindo os que não interessam.

Com isso as práticas de produção, antes baseada nas tradições, passam a depender do conhecimento moderno, positivista, o qual se encontra fora da comunidade. Isso pode ser observado nos relatórios Pilares para a Sustentabilidade Financeira (BRASIL, 2011), no qual toda a lógica de gestão é baseada pela dimensão econômica que, no geral é (ou pretende ser) administrada por organizações externas à localidade. Nestes as bases dos cálculos são feitas para satisfazer as demandas nacionais e internacionais, visando à maximização dos lucros sobre o comércio dos produtos florestais.

Assim, no discurso, o Estado objetiva nas suas intervenções⁴⁰ os princípios participativos, de respeito à sociodiversidade e da biodiversidade e da distribuição justa de renda, mas na prática, de acordo com o relatório supracitado, fica clara a perspectiva da preocupação unidimensional do Estado, pouco enfatizando as cosmovisões específicas⁴¹ e supervalorizando a dimensão econômica.

As palavras de Leff (2001) ganham muito sentido no contexto brasileiro quando diz que o Estado ainda tenta internalizar as externalidades estritamente pelo viés econômico. O

³⁷ Aqui, capital social se refere a forma de uma sociedade específica viver e se reproduzir em compatibilidade com o ecossistema local. No qual o Estado deveria, como promotor de políticas públicas, se esforçar para aproveitar o máximo possível deste capital nas formulações das políticas de desenvolvimento.

³⁸ Em certa medida, os modelos mais complexos e tradicionais, e, sobretudo locais, vêm se mostrando como alternativa ao desenvolvimento (LEFF, 2002).

³⁹ Os autores discorrem também que um dos principais problemas nas UC's atualmente é a dificuldade de consolidação de uma estrutura de mercado para os produtos da floresta.

⁴⁰ Ver Silva e Martins (2007), os quais destacam a necessidade de se atentar que há diferentes setores de governança do Estado com diferentes posicionamentos sobre o mesmo tema.

⁴¹ Assim, baseado em Vianna (2008), as populações locais ao se apropriarem das políticas públicas, forçam a adaptação dos seus estilos de vida aos parâmetros das políticas públicas, em especial as categorias que são utilizadas para reivindicação de direitos, e por estas não se adequarem as suas realidades, o Estado pode, potencializado pelo seu déficit administrativo, promover a desestruturação dos antigos modos de vida.

Estado baseia, assim, sua ideia de “desenvolvimento sustentável” na capacidade que a dimensão econômica possa ter de conservar a diversidade cultural e ambiental, empregando força no desenvolvimento de técnicas como saída para a insustentabilidade entrópica vigente.

4 QUADRO METODOLÓGICO

4.1 APRESENTAÇÃO DO MÉTODO DE ABORDAGEM

Este trabalho foi desenvolvido com base em um estudo de caso na comunidade São João do Cupari, na Reserva Extrativista Verde para Sempre. Nele são analisados fenômenos complexos identificados em campo por meio de um olhar multidisciplinar. Estes fenômenos foram observados sob uma perspectiva histórica sincrônica e diacrônica, objetivando identificar fatores que ajudam a esclarecer as tomadas de decisões feitas pelas famílias da comunidade, especificamente as que levaram a mudanças nas práticas⁴² de manejo da pecuária e que marcaram a transformação da relação sociedade-natureza⁴³.

Para tanto, a pesquisa foi orientada segundo os princípios do método conhecido como Análise Retrospectiva, desenvolvida por Moulin et al (2005). Ao utilizar a Análise Retrospectiva como método, os procedimentos de pesquisa foram orientados⁴⁴ de modo a direcionar a investigação para os pontos de ruptura dos sistemas produtivos⁴⁵. Pelo método o pesquisador pode identificar e analisar os fatores que possibilitaram a promoção do desatrelamento de um determinado *status quo* técnico e prático para outro.

Para isto a pesquisa foi orientada de modo a capturar o máximo de informações sobre as atividades realizadas pela família durante um ano ou durante um ciclo agrícola. É importante destacar que, as atividades de um ciclo agrícola tendem a se repetir todo ano, sendo que durante este período todas as variações destas atividades podem ser observadas, inclusive, a partir das sucessões de estações, isto é o que os autores chamam de “tempo redondo”.

⁴² Entende-se por prática a reprodução de métodos de trabalho adaptados a uma determinada realidade com fins a desenvolver uma determinada atividade, aqui a pecuária.

⁴³ Utilizando termos característicos da “teoria de sistema” aplicado ao funcionamento dos estabelecimentos agrícolas familiares, não é a intenção deste trabalho abrir completamente a caixa preta dos sistemas de produção das famílias da comunidade (BOURGEOIS, N/D). Basicamente, este trabalho se prende na escala do sistema de produção como um todo, assim, apenas brevemente entra, de modo mais aprofundado, na escala das técnicas de manejo.

⁴⁴ Apesar de o método possuir uma estrutura hierárquica de procedimentos é importante mencionar que o mesmo tem como característica intrínseca a flexibilidade de adaptação, permitindo a realização das adequações necessárias às condicionantes específicas de cada localidade.

⁴⁵ Os procedimentos do método foram desenvolvidos há pouco tempo, porém já foram aplicados em diversas situações que variam desde a utilização com povos tradicionais, no qual, sabe-se, possuem uma dinâmica própria, oriundas, principalmente, do fato de residirem há varias gerações na mesma localidade, até em zonas de fronteira agrícola, em que as transformações ocorrem mais rapidamente por motivos que variam num curto período de tempo (ALVES, 2010).

Tendo observado as práticas realizadas durante um ano, iniciaram-se, então, as investigações para se descobrir como às práticas evoluíram até o ponto atual. “Nessa etapa deve-se questionar a natureza das mudanças. Em que medida tal mudança nessa família é uma inovação?” (MOULIN et al, 2005, p. 6). Portanto, buscou-se compreender a evolução do sistema de produção, sendo que o objetivo foi capturar as transformações e os motivos que levaram o sistema produtivo a se alterar ao longo do tempo. Neste tempo os ciclos repetitivos não interessam mais, mas sim sua evolução, isto é chamado de “tempo longo” (MOULIN et al, 2005, p. 5).

A partir dos dados obtidos, foram construídos esquemas, denominados de crônicas, discutidas a seguir. Estas clarearam – especialmente para o pesquisador – os períodos em que ocorreram as transformações sobre uma determinada unidade de análise, colocando em evidência os pontos de ruptura que levaram a evolução das estratégias e as condicionantes que permitiram que este fato ocorresse.

Este método, aplicado às famílias, possibilitou a apreensão dos mais diversos pontos promotores de mudança, sejam eles materiais ou imateriais, e seus reflexos no modo de vida das famílias. Este identificou influências de fatores de diferentes ordens como crises familiares, crises agroecológicas, naturais e político-econômicos. A partir da identificação, estes fatores são, então, avaliados e hierarquizados segundo sua importância para a mudança de estratégia. Com a identificação dos pontos foi possível compreender o que levou as famílias a tomarem determinadas decisões que modificaram as estratégias e, simultaneamente, sua relação com a natureza.

Seguindo os procedimentos metodológicos, discorridos adiante, na análise dos estabelecimentos familiares da comunidade São João do Cupari, os fatores que promoveram transformações foram qualificados como de origem externa⁴⁶ e interna à comunidade. Ambos são considerados a partir da perspectiva das famílias, portanto, de acordo com as apropriações feitas por elas. Por isso, os fatores influenciadores não foram definidos a priori.

Os fatores foram considerados como importantes para as tomadas de decisões somente após constatações causais, identificados a partir da confirmação da sua importância nos relatos das famílias, as quais os apontavam como motivos para as transformações dos estabelecimentos e, conseqüentemente, de seus efeitos no meio natural. Assim, as conclusões tomadas neste trabalho, são baseadas em discursos orais das famílias entrevistadas.

⁴⁶ Com a identificação dos fatores externos influentes na promoção de mudanças foi possível, também, avaliar a influência, ou não, de políticas públicas, com quais essas famílias tiveram contato; de ciclos de mercados; de adoção de novas tecnologias no manejo e; de momentos de crise agroecológica.

Para a captura da diversidade dos sistemas produtivos na área da RESEX esta foi observada tendo em conta três elementos fundamentais, estes são: a cultura local (aqui referente mais aos costumes práticos locais), o meio ambiente em que vivem e o tipo de relação que mantem com a sociedade englobante. Diante disso, tentou-se captar a dinâmica dos estabelecimentos, em que a identificação da heterogeneidade dos estabelecimentos se deu por meio de observações que atentaram para o **onde**, o **como** e **quando** os territórios foram ocupados pelas famílias.

Considerar o “onde” permitiu levar em conta o ambiente em que as famílias se encontram e sua influência no modo vida⁴⁷; o “como” permite visualizar a adaptação⁴⁸ sociotécnica ao meio socioeconômico e ambiental; e o “quando” possibilita investigar as influências externas específicas de um determinado tempo histórico, principalmente, de cunho econômico e político.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.2.1 Análise da produção bibliográfica na localidade

Este trabalho teve como primeira etapa a compilação e o tratamento de documentos científicos (encontrados no portal da CAPES e em organizações de artigos produzidos pela UFPA/NEAF), estatísticos (de instituições como IBAMA e IBGE), cartográficos (do ICMBIO). O objetivo foi fazer, com os dados disponíveis, relações entre as diferentes variáveis (clima, solos, relevo, cobertura vegetal, estrutura fundiária, dados demográficos e de produção, infraestrutura, sistema econômico, cultural e etc...).

Destes é importante destacar os trabalhos desenvolvidos na comunidade de estudo como os de Moreira (2004), Santos (2006), Moreira; Hébette (2009) e dos diagnósticos construídos pelo Laboratório Agroecológico da Transamazônica – LAET elaborado por (ROCHA; CASTELLANET; MELLO, 1996) e Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB elaborado por (NUNES, 2005).

⁴⁷ Visto que, segundo a disciplina ecologia humana, o desenvolvimento de uma dada sociedade também é influenciada pelo meio natural (KORMONDY; BROWN, 2002).

⁴⁸ Visto que, também segundo a ecologia humana, o homem tem alta capacidade de adaptação ao meio ambiente (KORMONDY; BROWN, 2002). Mas não somente a esta dimensão, segundo Brondizio (2006), povos tradicionais têm demonstrado interatividade com o sistema econômico capitalista e se adaptado ao meio.

4.2.2 A amostra

Por ser uma pesquisa do tipo qualitativa o tamanho das amostras não foi definido a partir de critérios estatísticos. Procurou-se escolher estabelecimentos e elementos de análise que representassem a diversidade das práticas locais, sendo que a diversidade prática que mais interessou foi aquela relacionada aos sistemas produtivos agropecuários, especialmente no que se refere à atividade bubalina.

Portanto, as amostras foram dirigidas de forma a obter a máxima heterogeneidade dos sistemas produtivos da comunidade São João do Cupari. Estas foram obtidas por meio de investigações via perguntas orais sobre a existência de sistemas produtivos diferentes desde o primeiro entrevistado. Uma vez identificado um sistema produtivo novo analisava-se sua trajetória e os fenômenos que colaboraram para tanto (procedimento discutido mais adiante). Como se observou que o grupo era relativamente homogêneo, principalmente, em relação ao sistema produtivo, considerou-se que não seria necessário um número elevado de amostras para identificar a realidade do grupo. Dessa maneira, foram realizadas um total de 16 entrevistas.

É interessante comentar que ao levar em consideração a diversidade do sistema produtivo para a definição das amostras, simultaneamente, outros fatores passaram a fazer parte das amostras. Pois, ao se ter a diversidade dos sistemas produtivos como meta, conjuntamente, considerou-se as diferenças do meio biofísico, diferenças socioespaciais (na forma em que as famílias estão distribuídas e como se organizam) e diferenças econômicas entre as famílias.

Para a captura da máxima diversidade da comunidade foram entrevistados todos os patriarcas dos grupos familiares, um total de seis e mais alguns casais pertencentes a um determinado grupo familiar, formando a família extensa. Houve um caso especial, de um grupo familiar, na qual a coesão já não era mais tão perceptível, como nos outros casos: neste o patriarca era muito idoso e não pôde realizar a entrevista, que foi feita com todos os seus filhos. Entre estes há um processo de formação de novos grupos familiares, portanto, os laços de união entorno do patriarca já havia enfraquecido.

4.2.3 Levantamento de campo

4.2.3.1 Cronograma de entrevista

O levantamento de campo foi realizado no período de maio a julho de 2012. Durante esse período foram efetuadas três idas a campo, de 15 dias, com intervalos também de 15 dias, totalizando 45 dias de levantamento na comunidade e 30 dias em um ponto de apoio, na cidade de Altamira. No período passado no ponto de apoio foram realizadas as primeiras sistematizações das informações e (re) adequação dos instrumentos de levantamento.

As entrevistas foram conduzidas pelo pesquisador⁴⁹, por meio de um questionário. A entrevista foi também gravada, com o consentimento do entrevistado. Além das perguntas existentes no questionário foram feitas outras complementares quando surgiam elementos, no discurso dos entrevistados, importantes para os objetivos do trabalho, mas que não estavam contempladas no mesmo. As entrevistas duraram, em média, uma hora e meia.

4.2.3.2 Instituições entrevistadas

Para levantamento dos fatos relevantes que aconteceram ao longo da história da comunidade foram realizadas entrevistas com instituições que atuam na localidade. O objetivo destas entrevistas foi o de identificar os acontecimentos importantes que ocorreram e que influenciaram a dimensão técnica. Com base nessas informações foi formulado o questionário de entrevistas e montado um organograma com as datas dos principais acontecimentos. Com ele pode-se indagar os entrevistados em pontos específicos da história, contribuindo para os fatores de origem externa a comunidade e até mesmo questioná-los com relação às contradições identificadas.

4.2.3.3 Pessoas entrevistadas

Para um primeiro registro da situação da área a primeira conversa foi iniciada com um morador da comunidade indicado por outros pesquisadores que já haviam realizado pesquisas na área em questão. Por meio dele foram obtidas informações mais gerais, importante para organização da logística e cronograma de pesquisa. Esse também indicou

⁴⁹ Na íntegra o método Análise Retrospectiva sugere que a entrevista seja feita por duas pessoas, porém foi inviável nas condições em que o pesquisador se encontrava.

alguns interlocutores que poderiam interessar à pesquisa, além de colaborar para as idas à comunidade, comunicando às famílias e de certa forma “abrindo as portas”.

Nos estabelecimentos as entrevistas se dirigiram, na maioria das vezes, para o chefe de família, com exceção de alguns casos, em que houve maior receptividade, devido a um maior tempo de contato, foram realizadas conversações com mulheres e filhos.

Segundo Moulin et al (2005), são necessárias duas entrevistas, pois algumas informações podem estar faltando ou não ficarem bem claras na primeira entrevista. Nas primeiras entrevistas foram aplicados os questionários e com as repostas realizou-se uma pré-sistematização, iniciando os primeiros esboços das crônicas e também a descrição da história de cada ator. Neste momento foi identificadas falhas e as incoerências nas histórias. Com a identificação das lacunas e incoerências foi feito um novo formulário e no ato do retorno pode-se, assim, dirimir as dúvidas com os entrevistados.

4.2.3.4 Roteiro da entrevista

Segundo Moulin et al (2005) a diversidade de formas de exploração dos ecossistemas se explica pela história conjunta das transformações ecológicas, das relações sociais e das técnicas agrícolas. Portanto, tem-se como objetivo nas entrevistas, além de estabelecer uma cronologia dos fatos ecológicos, técnicos e sociais relatados, sobretudo estabelecer relações de causa e efeito entre estes fatos (MOULIN et al., 2005).

Portanto, segundo o interesse do próprio método da Análise Retrospectiva o entrevistado foi conduzido a contar sua história desde o momento da chegada à comunidade e como se processou a formação do modo de vida atual, enfatizando as diferentes formas de uso do espaço, manejos, atividades que surgiram e desapareceram, alterações nos elementos naturais, etc. Para isso o roteiro foi organizado em duas partes, o que os autores desta proposta metodológica chamam de “tempo longo” e “tempo redondo”.

A entrevista, portanto, teve duas etapas: a primeira tratou da organização atual da propriedade; e a outra parte tratou das mudanças que aconteceram no longo prazo.

- 1ª etapa do roteiro de entrevista, a organização atual da propriedade (tempo redondo):

Nesta etapa, seguindo as orientações de Moulin et al, (2005), foi enfocada a composição da família e suas ocupações respectivas, inclusive, com atividades extras⁵⁰, a organização do sistema de produção, a distribuição das atividades entre a família e durante o decorrer do ano, verificação da existência de outras atividades econômicas ou aspectos específicos na propriedade.

- 2ª etapa do roteiro de entrevista, as mudanças no longo prazo (tempo longo):

Nesta etapa foram identificados os elementos - ecológicos, técnicos e sociais - históricos de maior repercussão que determinaram as transformações no sistema de produção e que culminaram na sua situação atual. Estes elementos apontaram: alterações de potencialidades e os limites dos ecossistemas; mudanças ecológicas (inundações, desgastes dos solos, desmatamento,...); evolução da estrutura fundiária; evolução das técnicas ou dos instrumentos de produção; criação de infraestruturas (posto de saúde, escolas, estradas e etc.); expansão e retração dos mercados; migrações; crescimento demográfico; mudanças na legislação.

Ainda seguindo as orientações de Moulin et al, (2005) identificou-se os eventos importantes na vida da pessoa, da família, do estabelecimento. Nesta etapa correlacionou-se os eventos importantes com a atividade de criação bubalina, com especial atenção para o reconhecimento dos processos evolutivos, no que diz respeito a mudanças de práticas, crescimento/retração da atividade, utilização do espaço, entre outros aspectos.

Além disso, realizaram-se comparações com os vizinhos questionando quando havia diferenças, porque não fez o mesmo que ele. E também, “de onde vieram essas ideias de mudança? Quais são as redes de relacionamento sobre as quais ele se apoiou, para tomar a decisão dele? Na base de quais saberes ele decidiu?” (MOULIN et al, 2005, p. 6).

⁵⁰ Atividades, geralmente, remuneradas realizadas por algum integrante da família e que não fazem parte do sistema de produção do estabelecimento.

4.2.4 Sistematização dos dados

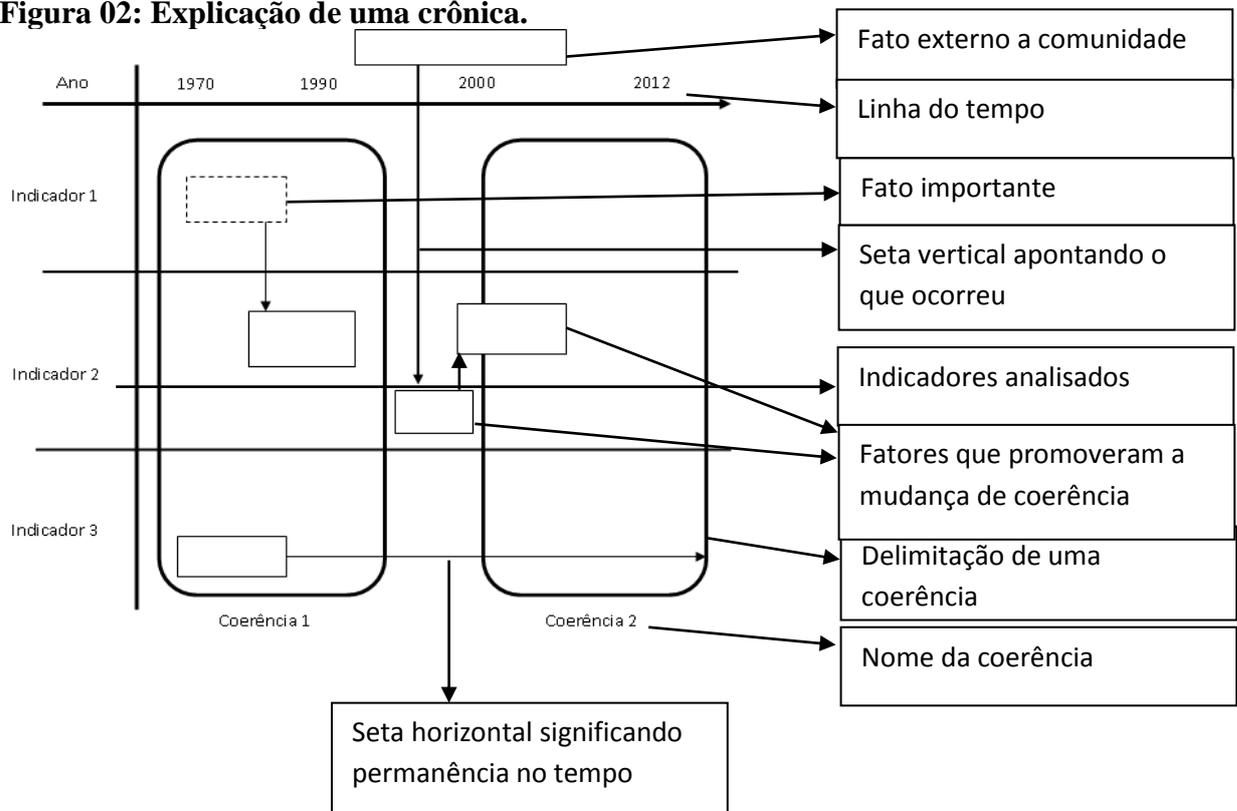
4.2.4.1 Tabulação dos dados

Após a coleta dos dados estes foram sistematizados em tabelas do Excel, a partir das quais foram analisados e re-estruturados na forma de gráficos, organogramas (no caso das crônicas) e tabelas. A sistematização dos dados serviu também para avaliar dados que apresentaram incongruências, os quais foram reavaliados, chegando, em alguns casos, a serem descartados.

4.2.4.2 Construção das crônicas

É por meio da crônica que o tratamento das informações é expresso. É com ela que objetivos da pesquisa são atendidos. Abaixo segue um exemplo explicativo de uma crônica:

Figura 02: Explicação de uma crônica.



Fonte: Adaptado de Carvalho (2010, p. 10).

Com base na figura acima nota-se duas coerências, ou seja, duas formas das famílias lidarem com o meio, mantendo uma relativa constância nas formas de uso dos recursos. Entre elas, nos quadrados, estão os elementos que motivaram ou causaram a ruptura da primeira coerência e permitindo a entrada em outra. Entretanto, mesmo havendo uma mudança significativa de coerência alguns elementos são permanentes. Assim, as coerências denotam as mudanças e permanências na evolução das trajetórias das famílias.

A crônica, após a definição das coerências, delimita as diferentes fases ou períodos da trajetória de um estabelecimento familiar (ALVES, 2010, p. 10). Ela permite analisar elementos importantes, conforme o objetivo da pesquisa, tanto em nível macro como crédito agrícola e mudanças na legislação, quanto em nível micro como problemas familiares, mudança de manejo, pragas e doenças (ALVES, 2010, p. 10).

4.3 TIPOLOGIA

Para facilitar a compreensão e análise das diferentes lógicas de uso dos recursos naturais adotadas pelas famílias, optou-se por agrupar as mesmas em tipos, onde as estratégias produtivas mais parecidas foram aproximadas. As formas de uso dos recursos foram observadas e extraídas das crônicas, visto que nelas são exemplificadas as estratégias produtivas ao longo de suas trajetórias. Mais especificamente, os tipos foram definidos segundo as últimas coerências, pois é nesta parte que se define o atual estágio evolutivo das estratégias de produção. Portanto, é por meio da análise da última coerência que as famílias foram alocadas nos tipos específicos.

Para definir as estratégias de uso dos recursos das famílias, foram utilizados indicadores, extraídos da última coerência, como área de desmatamento na terra firme (com implantação de forrageira) e quantidade de animais. Basicamente, estes dois indicadores foram suficientes para se observar toda a diversidade dos comportamentos estratégicos existentes na comunidade.

4.4 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A localidade foi escolhida devida apresentar características históricas que destacam o papel de agência das famílias, as quais por serem obrigadas a se apropriarem de diversos fatores internos e externos forçou a modificações constantes das estratégias para poderem

continuar subsistindo. Esta situação permite ao pesquisador, principalmente, os interessados em trabalhar com a dinâmica agrária, uma clara evidência das transformações por qual este objeto de pesquisa pode passar, servindo, assim, como um ótimo exemplo para o estudo do desenvolvimento rural.

O fato de a localidade apresentar uma acentuada dinâmica de mudanças, finda por ser também uma ótima opção para evidenciar as qualidades do método, que é o de captar a dinâmica histórica de um grupo social.

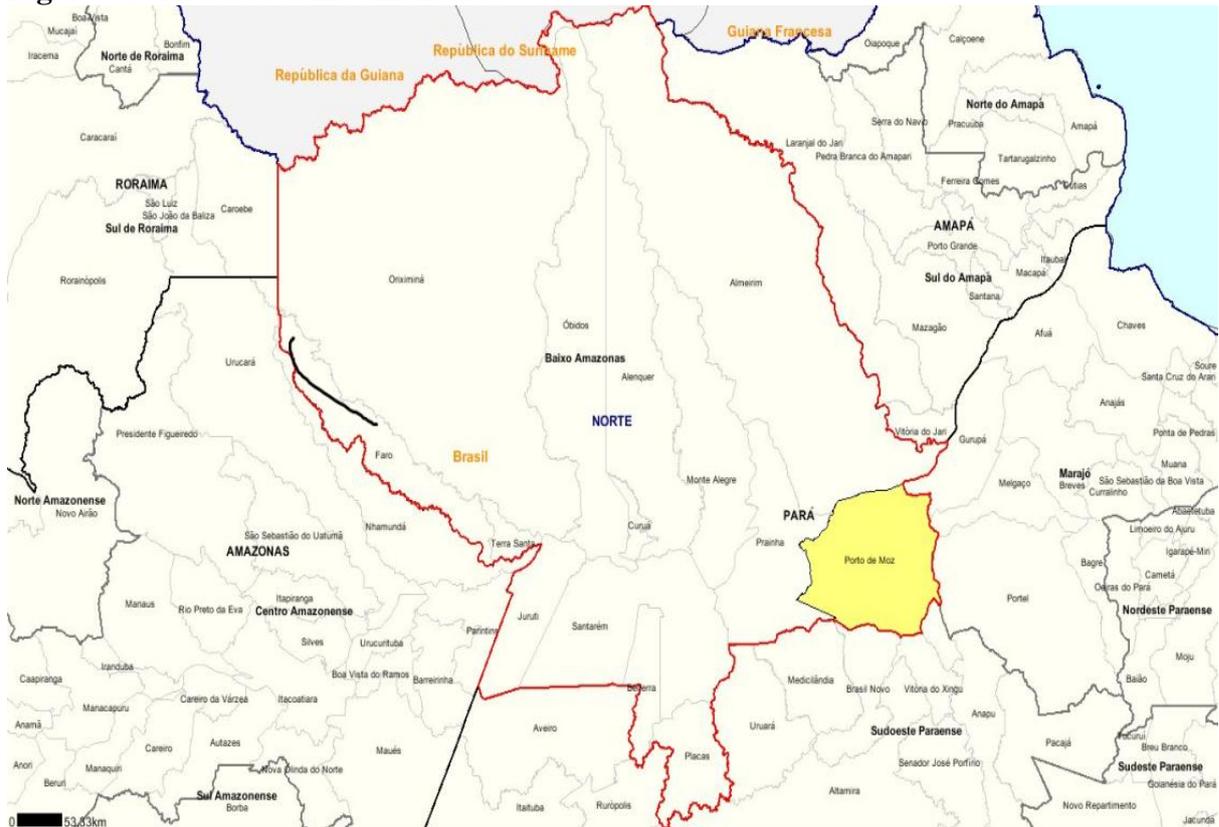
Mas, para a escolha da comunidade, visto que a região apresenta uma gama de comunidades que se encontra em situações muito parecidas, a decisão foi feita por aquela que melhor forneceu condições de contato, até porque, o orçamento para a pesquisa era limitado. Basicamente, pode se dizer que, a comunidade que forneceu os informantes-chaves mais acessíveis foi a escolhida, pois facilitou a chegada do pesquisador na comunidade e junto às famílias.

4.5 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo pertence à macrorregião do Baixo Amazonas (Figura 03), mais especificamente do município de Porto de Moz. Este município possui como limites: ao Norte, o rio Amazonas (Figura 03) e o município de Almerim; ao Sul, os municípios de Vitória do Xingu, Brasil Novo e Senador José Porfírio; a Oeste, o município de Prainha e, a Leste, os municípios de Portel, Gurupá e Melgaço. De acordo com dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2007), seu território serve de lar para 33.956 mil pessoas. Sendo que 14 mil vivem em 125 comunidades rurais (IBGE, 2000).

O acesso ao município ocorre por via fluvial, através dos rios Xingu e afluentes, podendo também, ser realizado por via aérea. Só existe uma estrada no município, com 40 km de extensão que liga a sede do município ao rio Majari – foi construída nos anos 1970, com a finalidade de facilitar a colonização da área por meio de assentamentos (SANTOS, 2006, p. 27).

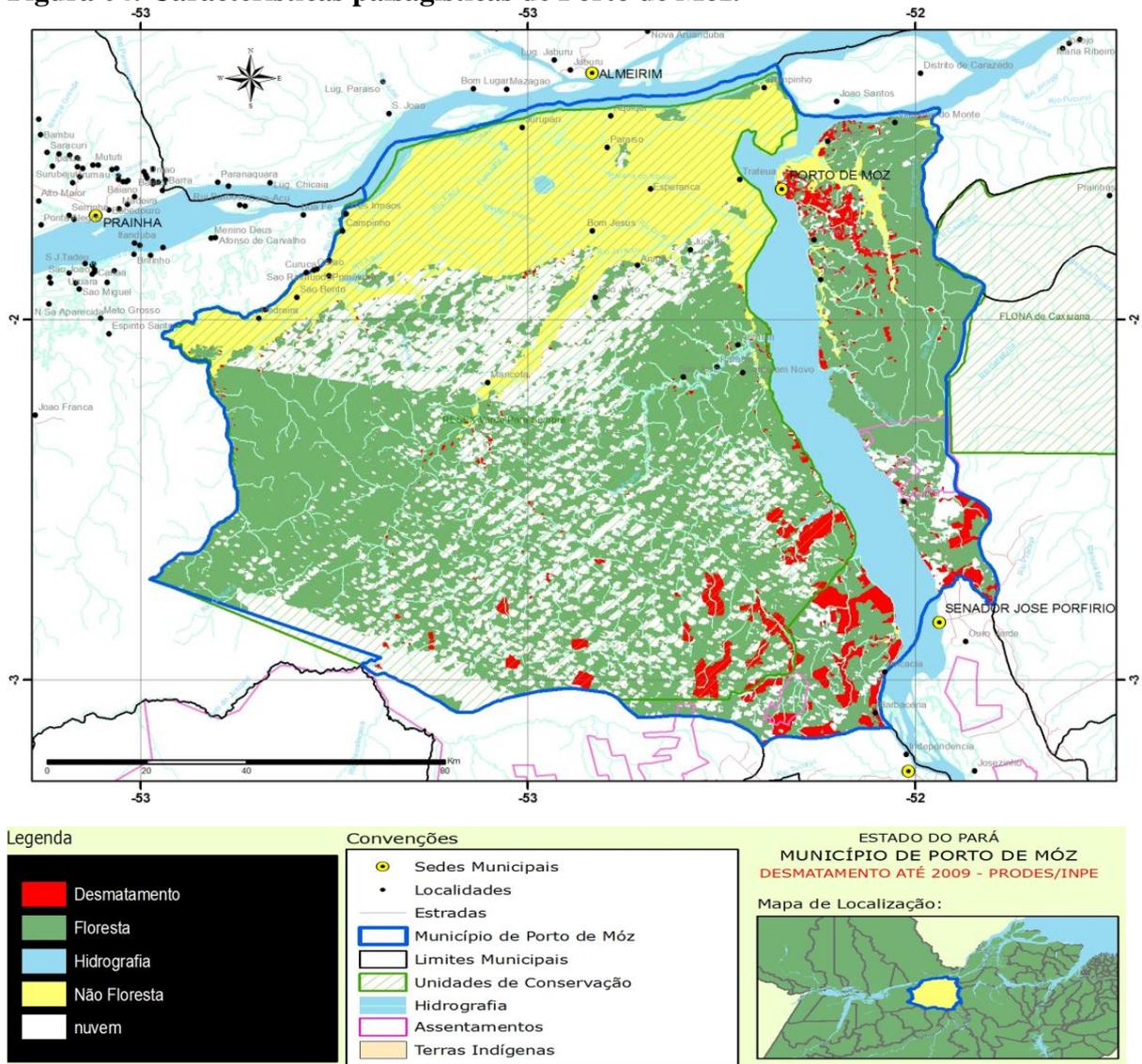
Figura 03: Área do baixo amazonas.



Fonte: IBGE (2012).

Aproximadamente 15% do município é composto por áreas de várzea, representada em amarelo (Figura 04), e o restante de terra firme (SANTOS, 2006). A comunidade estudada, São João do Cupari, encontra-se exatamente nos limites da área em amarelo, área de várzea, com a área em verde, terra firme, portanto, a comunidade se encontra em uma zona de transição de um ecossistema para outro.

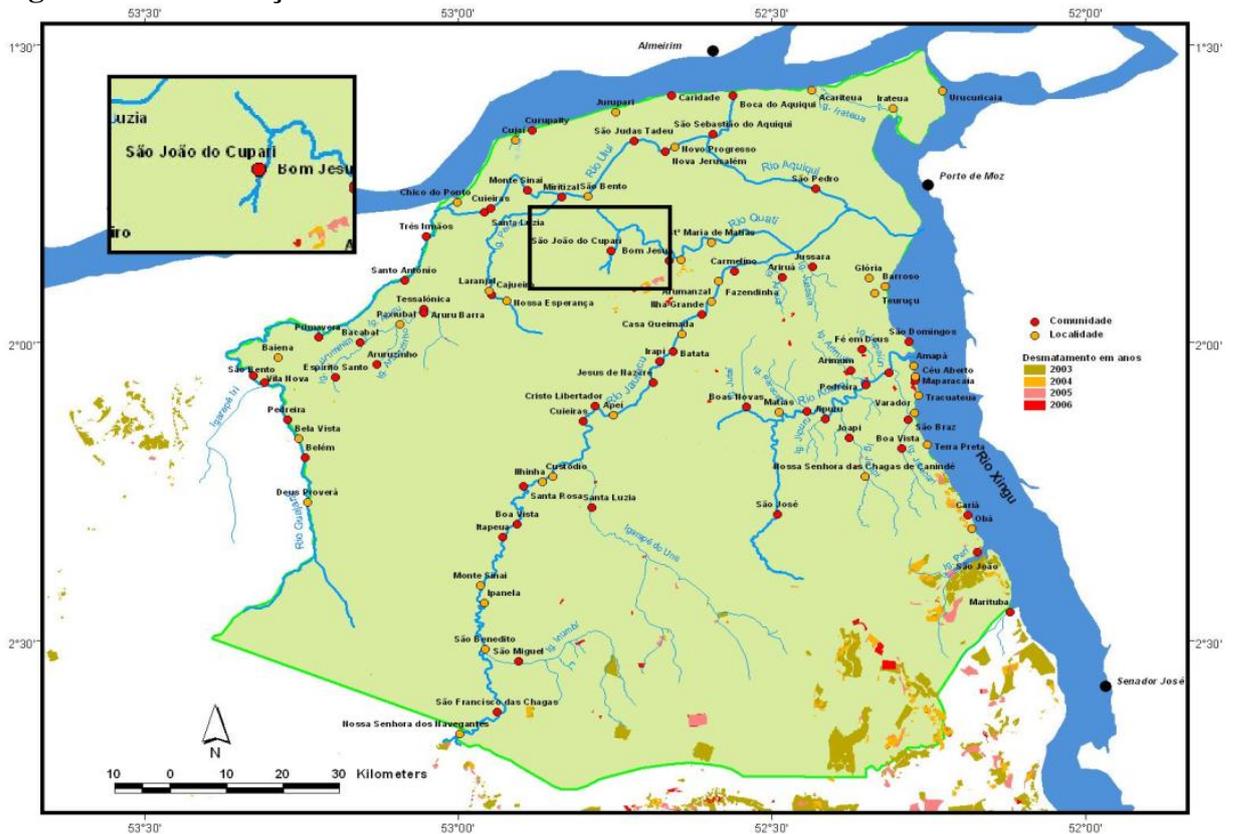
Figura 04: Características paisagísticas de Porto de Moz.



Fonte: PRODES/INPE, (2009).

A comunidade de estudo está situada dentro da Reserva Extrativista (RESEX) “Verde para Sempre” (Figura 05). Essa RESEX possui uma extensão de 1.289.362,78 hectares ou 12.887 km², área que representa 74% do território do município de Porto de Moz (MOREIRA, 2004). A sede do município localiza-se na margem direita do Rio Xingu, distante cerca de 600 km de Belém. “O município tem uma rede fluvial ampla: é cortado pelo Rio Xingu no sentido norte-sul e pelo Rio Amazonas no sentido leste-oeste, além de ter inúmeros igarapés (afluente do Xingu)” (SANTOS, 2006, p. 27).

Figura 05: Delimitação da área da RESEX.



Fonte: ICMBIO, (2006).

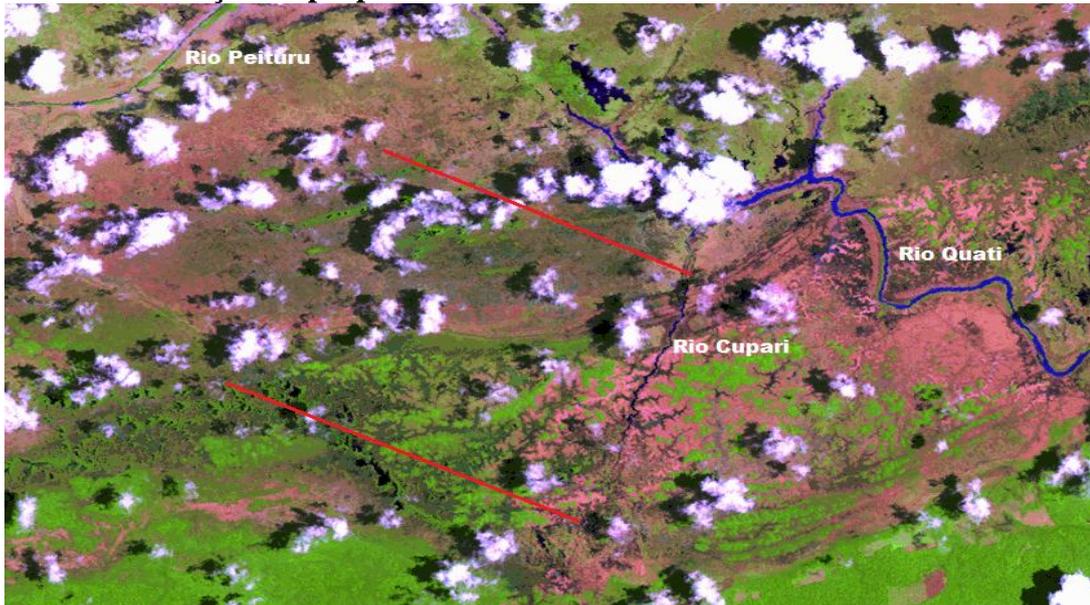
A comunidade de São João do Cupari, em 2004, apresentava um total de 49 famílias (SANTOS, 2006) e atualmente, segundo o Agente Comunitário de Saúde (ACS) local, existem 55 famílias, distribuídas em três agrupamentos ao longo da extensão do rio Cupari. Esta comunidade se encontra na parte norte da RESEX (Figura 05).

Na representação (Figura 06) construída conforme orientações dos moradores, é interessante notar que o limite do fundo não é bem demarcado. A área possui 6000 x 6000m, mas há certo consenso que o limite é definido pelo rio Peituru ao fundo e o rio Cupari à frente, o que alteraria essa medida exata⁵¹. Porém, mais recentemente, por volta de 1976, após a morte do filho de Antônio Barbosa, conhecido como Antônio, as terras divididas entre seus filhos tinham no total 3000 x 3000m⁵².

⁵¹ Segundo McGrath et al (1998) “a propriedade na várzea é geralmente definida, não em termos de sua área, mas em termos de seu comprimento ao longo do rio ou Paraná (*metros de frente*). Na maioria das vezes, a propriedade se estende da margem do rio até o centro da ilha ou lago, onde se encontram propriedades que se estendem para o centro do outro lado da ilha. Um resultado prático é a dificuldade em saber a área total de uma propriedade individual porque o fundo das propriedades é apenas vagamente estimado”.

⁵² A delimitação observada na Figura 06 é baseada na área herdada pelo primeiro patriarca, contudo após conflitos com madeireiras, em 1996, a comunidade demarcou uma área bem maior, abrangendo também uma

Figura 06: Localização da propriedade de Antônio Barbosa.



Fonte: Imagem do INPE (2012), referente ao ano de 2004, tratada pelo autor.

— Linha demarcatória da fazenda de Antônio Barbosa, atual comunidade São João do Cupari.

Convém explicar que para o agente (ACS), família significa a relação formal (jurídica) entre um casal e seus filhos, se houver. Porém, no momento da pesquisa foi notado que as famílias mantêm um forte grau de coesão, formando grupos familiares ligados ao casal mais antigo da família. Esses grupos mantêm um grau de coesão tal que todo o trabalho voltado à reprodução é mantido e dividido entre os pertencentes de um mesmo grupo familiar⁵³, não havendo diferenças na forma de trabalho neste grupo. Desta forma, o conceito de “família extensa” foi utilizado, pois ajuda compreender aquela realidade, com isso o número de famílias baixa para um total seis grupos familiares.

A comunidade está distante, aproximadamente, sete horas da sede do município. Para chegar até ela o acesso usual é via fluvial. Entretanto, o caminho dos rios sofre alterações de acordo com a época do ano, se inverno ou verão. No inverno, as cheias cobrem as planícies permitindo que os barcos ou voadeiras naveguem sobre grandes superfícies sem maiores empecilhos, possibilitando que em muitos trechos diminua as distâncias devido à possibilidade de se traçar trajetórias retilíneas em alguns pontos do território alagado. Já no verão ocorre um processo inverso, os pilotos das embarcações se vêem obrigados a seguirem as rotas definidas pelo caminho dos rios, logo tornando a viagem mais longa.

vasta área na terra firme. Toda a área demarcada, por meio de GPS, é tida como comunitária, sendo vedada a entrada de pessoas externas.

⁵³ Não se pretende afirmar aqui que os grupos são independentes, muito pelo contrário os grupos são altamente interativos, mantendo relações de reciprocidade.

5 PANORAMA SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA ÁREA ESTUDADA: CARACTERIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NA RESEX VERDE PARA SEMPRE

A área correspondente a RESEX “Verde para Sempre” é conhecida, nos meios acadêmicos, pela sua diversidade ambiental. Diversidade identificada em trabalhos técnicos científicos, governamentais, como os do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Mas, além da rica biota, essa área é também constituída por uma vasta diversidade de grupos sociais com diferentes formas de olhar e lidar com os recursos naturais. Por essa riqueza de categorias sociais é verificado na localidade uma ampla gama de sistemas produtivos.

Segundo definições conceituais, a diversidade social existente nesta localidade pode ser alocada nas categorias de populações ou povos tradicionais, agricultores familiares e fazendeiros. As populações e povos tradicionais existentes na área desta UC são constituídos por ribeirinhos⁵⁴ e quilombolas⁵⁵ que moram na localidade a mais de um século. Enquanto que, os agricultores familiares e fazendeiros são formados por agricultores que adquiriram o direito de moradia por meio da compra do direito de posse de área, pela colonização espontânea ou pela expropriação de antigos moradores.

Portanto, embora hoje a área da RESEX apresente uma realidade com sistemas sociais diversos ela nem sempre foi assim, havendo períodos de maior e menor diversidade de categorias. Nesta área muitas categorias sociais surgiram como também desapareceram, ou se originaram de categorias sociais anteriores, na medida em que o meio socioeconômico se transformou. É importante destacar que a mudança no sistema econômico, normalmente, se deu junto a transformações nos sistemas políticos.

Para melhor compreensão dos sistemas produtivos existentes hoje, faz-se necessário, neste capítulo, analisar a história da área da RESEX de modo contextualizado, levando em conta, principalmente, o histórico econômico local. Desta forma, a análise da evolução do sistema de produção foi tratada sob dois aspectos: o primeiro é o aspecto econômico por qual

⁵⁴ A denominação cabocla, assim como a autoidentificada ribeirinho, representa populações e povos que são frutos de uma miscigenação constituída, basicamente, por migrantes, indígenas e afrodescendentes (ADAMS, 2000).

⁵⁵ Todavia, dentre as populações tradicionais que se encontram na região, talvez, a único que o histórico dos ciclos econômicos não ajude a explicar, satisfatoriamente, seja a dos quilombolas. Pois, os motivos de sua chegada à localidade foram outros que não as promovidas, por exemplo, pelo mercado da borracha (PORTO-GONÇALVES, 2010).

a região passou e; o segundo é o aspecto ambiental onde as famílias tiveram que adaptar seus sistemas produtivos de modo a melhor articular a disponibilidade de recursos com as oportunidades do meio.

Estes dois aspectos são fundamentais para compreender do por que da existência da diversidade de categorias sociais na região. Pois, ajudam a compreender as tomadas de decisão das famílias, as quais estrategicamente se articularam com os meios disponíveis (recursos naturais, *know-how*⁵⁶ tecnológico, oportunidades de mercado, políticas públicas e etc...) para definir as formas de produção para cada momento. Em síntese pode-se afirmar que, os estímulos econômicos específicos a cada período histórico têm grande importância na escolha das atividades, e até na definição das identidades. Enquanto que, a análise do contexto ambiental em que as famílias se encontram serve para compreender a forma do como os sistemas produtivos foram organizados. Pois, acredita-se que, as famílias devido a restrições tecnológicas e de capital disponível modificaram seus sistemas produtivos, visando se adaptar aos mercados, mas sem escapar às condicionantes dos ciclos naturais locais.

No caso, por as técnicas de uso dos recursos naturais serem, em grande parte, apropriadas das culturas indígenas que ali existiam os sistemas de produção mantiveram suas práticas, em certa medida, integrada ao ecossistema local.

5.1 HISTÓRICO POLÍTICO-ECONÔMICO E A FORMAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NA ÁREA DA RESEX VERDE PARA SEMPRE

Considera-se que a história dos sistemas produtivos, como são vistos hoje, inicia-se a partir do final do século XVIII, mais especificamente com o fim do período de extração da borracha. Contudo, reconhece-se que este período propiciou o ciclo econômico mais influente por qual a área da RESEX passou, sendo peça fundamental para compreensão da diversidade de sistemas produtivos vistos hoje. Pois, este período, certamente foi o mais expressivo para o favorecimento da migração de pessoas, logo de culturas, atraindo um enorme contingente de trabalhadores para a extração da seringa, produto que os conectava com o mundo circundante

⁵⁶ Sabe-se que este termo é aplicado por economistas para designar o acúmulo de conhecimento exclusivo de um determinado grupo econômico, o qual por ser exclusivo pode servir para formação de lucro. No entanto, o termo é aqui utilizado para designar o acúmulo de saberes locais, normalmente, repassados oralmente entre gerações, os quais permitem a um determinado grupo local usufruir dos recursos em que vivem de modo singular, geralmente, adaptado ao meio natural em que vivem (GOODY, 1988; DIEGUES, 1992). Portanto, de forma nenhuma se tem a intenção de aplica-lo de modo exclusivo a dimensão econômica, como fazem os economistas.

(MOREIRA, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2010). Com exceção dos grupos quilombolas que chegaram à localidade fugindo da escravidão (MOREIRA; HÉBETTE, 2009).

Durante este período os moradores atuaram como empregados e se identificaram como seringueiros, fazendo parte de um sistema socioeconômico que condicionava uma relação patrão e empregado (NEVES, 2005). Devido à situação de proletários, mesmo outorgado o direito a certa porção de terra, não se pode dizer que os sistemas produtivos, como os observados hoje, são reflexos diretos deste período. Segundo Porto-Gonçalves (2010), os trabalhadores que chegaram neste período da história não puderam exercer livre atividade, sendo comum a proibição das práticas agrícolas, para ser mantido o sistema de repressão e escravidão (PORTO-GONÇALVES, 2010)⁵⁷.

As famílias só tiveram a possibilidade de se estabelecerem livremente após o fim do período áureo da economia da borracha (PORTO-GONÇALVES, 2010). Logo, considera-se que as famílias puderam se desenvolver por conta própria, responsabilizando-se por suas ações, somente a partir do final deste ciclo econômico. Mas, já na segunda fase da borracha, muito do antigo sistema de exploração já havia se esfacelado, e muitas famílias, de forma independente, atuavam por conta própria, com exceção daquelas que os coronéis mantiveram vínculo com a terra. Portanto, é somente com o fim do ciclo econômico da borracha que se formaram os grupos com maneiras particulares de tratarem os recursos (como pode ser observado hoje).

A partir da livre interação das famílias com estímulos econômicos e políticos essas passaram a definir seus sistemas produtivos de acordo com seus interesses e segundo sua racionalidade econômica⁵⁸. No geral, pode-se dizer que, as famílias como pertencentes a uma sociedade englobante prosseguiram com seus modos de vida, articulando, de acordo com suas vontades (culturais), os recursos disponíveis e as possibilidades que o mercado local disponibilizava. Assim, a tríade mercado local, ecossistema local e cultura local tornaram-se as condicionantes das escolhas produtivas das famílias, ao invés da coerção dos coronéis da borracha.

O primeiro grande efeito sobre os sistemas produtivos com o fim do ciclo econômico da borracha se deve ao fato de que, as famílias e trabalhadores da região passa a se

⁵⁷ Contudo, mesmo nesse período, onde eram preponderantes as relações de poderes assimétricas, a atuação dessas famílias não pode ser considerada de modo passível. Costa (2010), em seus estudos diz que no Acre houve vários registros de uma atuação ativa dos seringueiros, como sujeitos históricos, os quais não agiam apenas passivamente.

⁵⁸ “Na economia contemporânea, *comportamento racional* significa as escolhas feitas por um indivíduo à luz das informações completas sobre a situação em que ele se encontra e as escolhas prováveis de outros, realizadas para alcançar o nível mais elevado de utilidade factível para aquela situação” (MORÁN; OSTRON, 2009).

movimentar num sentido contrário ao descrito por Porto-Gonçalves (2010). Para o autor, no período áureo da seringa, devido os rios proporcionarem facilidades de acesso e escoamento aos produtos derivados das explorações dos recursos naturais, os assentamentos se deram das margens dos rios para dentro da floresta. Mas, com o fim deste período, o sistema produtivo, até então em vigor, se desfaz. Agora, ao invés de continuarem adentrando a floresta, os seringueiros passam a retornar em direção à várzea. Realidade que pode ser percebida na localização das casas que formam as comunidades hoje, pois a maioria dos estabelecimentos familiares se encontram as margens de rios, ou melhor, às margens do limite da terra firme com a várzea (Figura 05).

Assim, a concentração de famílias nas margens dos rios aumentara, explicando a existência de tantas comunidades às margens dos rios atualmente. O fato de não precisarem mais extrair a seringa que era encontrada, cada vez mais, dentro da floresta, na terra firme, fez com que as atenções fossem redirecionadas para atividades como pesca, caça de animais de várzea e pecuária. Para algumas famílias este movimento foi ainda mais intenso, correspondendo à saída definitiva das áreas de terra firme para morar nas áreas de várzea, como trabalhadores para os grandes latifundiários, que se diziam donos das pastagens nativas. Fato que começa a indicar que o gado poderia se tornar uma atividade lucrativa (em relação à área de várzea ver subitem seguinte).

As famílias que continuaram a viver à margem da terra firme, portanto, em uma zona de transição, após o ciclo econômico da borracha, entraram em uma fase que duraria de 1900 a 1990 sem a definição exata de um produto que seria o carro chefe. Os produtos voltados para comercialização variaram conforme a demanda dos regatões e marreteiros, os quais encomendavam determinados tipos de produtos, no geral, de origem faunística, salgados. Estes passaram, com o fim do sistema aviação, a ser o principal meio de conexão das pessoas com o mundo circundante (NEVES, 2005). Com isso, “estimularam e apoiaram a atividade pesqueira e o beneficiamento de peixes” (NEVES, 2005, p. 119).

Concordando com Neves (2005, p. 119), os seringueiros, ao retornarem para as margens dos rios, “foram sendo repostos pelos ribeirinhos”, ou seja, deixaram de se autenticarem como seringueiros para se tornarem ribeirinhos. Como afirma a autora,

“estes, agregados em torno de grupos domésticos, (passaram a dedicar-se)... à agricultura sazonal, à pesca, à coleta de frutos, à caça e à derrubada da floresta, atendiam agora aos interesses dos madeireiros, além de suprirem os regatões especializados no comércio de peixes secos” (NEVES, 2005, p. 119).

Além de peixes, na região estudada a caça foi também muito importante, sendo que a carne salgada e peles de animais silvestres dividiu espaço com o peixe salgado. Em relação aos produtos extraídos da fauna e vegetação silvestre local, cada um em um determinado período teve maior ou menor importância. Por exemplo, a pele de jacaré e de gato do mato foi essencial para as famílias da década de 1960 até início da de 1970, esses produtos eram chamados de produtos “fantasia” (NUNES, 2005).

Já em relação à pesca, de peixe fresco, esta foi notadamente a atividade mais importante no início da década de 1980 até metade da de 1990, quando pescadores profissionais, com as conhecidas “geleiras”, vindos das áreas da, então, em construção, barragem de Tucuruí, em busca de novos locais para a prática da pesca, chegaram aos rios que banham as comunidades da área da RESEX. Segundo relatos, muitos moradores deixaram completamente a prática da caça com fins comerciais, principalmente, dos produtos denominados localmente como “fantasia” e a salga de animais para se dedicarem na atuação como intermediários ou como ajudantes na pescaria.

Assim, o sistema extrativista permaneceu como principal meio de articulação das famílias com o mercado local. Sendo que as estratégias das famílias para utilização dos recursos, sob este sistema produtivo, permitiu atender um amplo leque de oportunidades oferecidos pelo meio econômico. Todavia, este sistema produtivo, de modo predominante, permaneceu até a década de 1990, quando a situação para o gado bubalino começa a se apresentar como favorável. A partir desta década nota-se a evolução do sistema de criação entre as famílias, as quais passam a adaptar seus sistemas produtivos para atuarem com esta atividade.

Percebe-se que, as condições para esta atividade começa a se tornar favorável já por volta de 1980, quando políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da nação, assim como de guarnição do território nacional, começam a alterar as demandas, logo, os mercados locais (HÉBETTE, 2004). Na vanguarda políticas como os da SUDAM promoveram a criação de laticínio de grande porte, o qual foi responsável por iniciar uma rede de mercado para a pecuária bubalina, distribuindo animais entre outros produtores, familiares e patronais, como para os açougues da região, popularizando o produto. A ponto de tornar uma atividade que não tem tanto tempo entre os produtores familiares em uma atividade tradicional.

Portanto, como principal fator impulsionador para a pecuária local nota-se o acúmulo de ações de políticas públicas como a SUDAM, FNO e FNO especial, os dois últimos vieram durante a década de 1990. Estes programas consolidaram na região toda uma estrutura de

compra e venda de animais, mas baseada pela presença, cada vez maior, de grandes produtores (fazendeiros). Desta forma, o gado bubalino se torna o produto com maior liquidez no mercado local, passando a ser o principal objetivo das famílias. O sistema extrativista, neste momento, passa a servir como forma de subsidiar a evolução da criação.

Todavia, ao mesmo tempo em que as condições para pecuária evoluem, a implementação de políticas públicas possibilita a chegada de atores vindos das áreas de terra firme, via picadas abertas na floresta por madeireiras (SALGADO; KAIMOWITZ, 2003). Além de viabilizar a chegada de atores vindos das áreas de colonização as novas políticas, também, serviram para reanimar os interesses das elites locais pelas áreas, colocando-as novamente no jogo pelo controle do território, visto que, agora, o território da área da RESEX teve restituído sua capacidade de gerar renda (SALGADO; KAIMOWITZ, 2003). Assim, as políticas públicas estimularam a entrada de madeireiros, grileiros e fazendeiros, reproduzindo uma situação como a de fronteira, onde os antigos moradores, com sua forma específica de interpretar a realidade, foi gradativamente e violentamente expropriada dos seus meios de produção (MOREIRA, 2004; SALGADO; KAIMOWITZ, 2003).

Por vezes estigmatizados, os ribeirinhos por serem donos de um sistema de produção mais adaptado ao “tempo da floresta” do que ao “tempo da indústria” foram tratados como incapazes de atuar junto à economia “moderna”, assim, sendo colocados de lado (PORTO-GONÇALVES, 2010; LIMA; POZZOBON, 2005). Estes programas, visavam tornar o território amazônico um gerador de recursos (ao mesmo tempo que negava a capacidade dessas famílias) para a nação, para isso promoviam a modernização da produção por meio de pacotes tecnológicos, constituinte da “Revolução Verde”, e a substituição dos sistemas tradicionais de produção, tidos como atrasados, pela ocupação por fazendeiros (OLIVEIRA; ALMEIDA; SILVA, 2011).

Assim, assistiu-se, como na fronteira, observada por Martins (1997), a emergência de conflitos em que, os atores da linha de frente, a frente pioneira, formados por agricultores familiares sem terra, muita vezes, motivados pela especulação, adentraram nas das áreas das populações e povos tradicionais. Quando não, estes foram expulsos a força por grileiros que se diziam donos das terras. Reproduzindo, assim, uma situação vista em áreas como no momento da abertura da Transamazônica, em que os posseiros invadem, expulsando antigos moradores, e implantam pastagens para criação de gado ou para especulação imobiliária, alimentando o processo de ocupação da área. Na área da RESEX este movimento pode ser observado, com a coloração vermelha, na parte sul da mesma (Figura 04). Neste processo a

territorialização vem da terra firme para a várzea, ao contrário do que ocorreu na época do ciclo da borracha.

Diante dos conflitos, cada vez mais intensos e mais próximos, as famílias, que como foi supracitado, na sua grande maioria moram as margens dos rios, vendo os efeitos do contato das comunidades que se encontram mais afastadas da várzea, resolveram agir contra esse processo (MOREIRA, 2004). Principalmente, porque mesmo as famílias morando na área de transição estas continuam mantendo práticas que conciliam também o uso dos recursos existentes na terra firme, a qual em boa parte é de uso comunitários, portanto, ainda dependentes das atividades agrícolas e extrativistas (voltada agora mais para o consumo, como a extração da madeira para a construção de casas) (NEVES, 2005).

As mesmas ao verem seus territórios, também principal meio de produção, sendo diminuídos progressivamente, resolveram, com o apoio de instituições como STR, Igreja católica, LAET/UFPA, tomar a decisão de se autoidentificar como populações tradicionais (ALMEIDA, 2008). Assim, exigiram que o Estado transformasse seus territórios em uma única Unidade de Conservação (UC). O que foi efetivado em 2004, com a implantação da “Reserva Extrativista Verde para Sempre”.

Com a efetivação da RESEX as famílias, de ribeirinhos, conseguiram frear o avanço dos agentes externos e das elites locais. Na atual conjuntura estes agentes estão estagnados, ou pelo menos, pouca movimentação é observada. De fato, os que ainda se encontram nos limites da reserva, parecem esperar pelas indenizações para que saiam de vez da área. A estagnação desses grupos é tal, que a importância econômica para o município dos grupos tradicionais na área da UC aparece, atualmente, à frente das de outras categorias, por exemplo, como a de fazendeiro. Inclusive, a ponto de o prefeito do município de Porto de Moz, em reunião recente sobre a destinação de recursos, fruto dos royalties que devem ser pagos pela implantação da barragem de Belo Monte, diante da mídia local, reclamar projetos para incentivar o fortalecimento da bacia leiteira na RESEX Verde para Sempre (Prefeito, 2013). Bacia formada atualmente por ribeirinhos.

Todavia, a criação da RESEX, como será analisada no estudo de caso mais adiante, não alterou o meio econômico em que as famílias se encontravam, e que era favorável ao desenvolvimento da pecuária. Pode-se dizer que ela alterou o meio político, afastando os riscos das famílias terem seus meios de produção expropriados, nada mais. Com isso, as famílias puderam voltar a interagir com o meio envolvente de acordo com suas capacidade e vontades, como ocorreu após o fim do ciclo da borracha.

Em síntese afirma-se que, as famílias adaptaram seus sistemas produtivos conforme os diferentes estímulos econômicos que surgiram ao longo do tempo, principalmente, no que se refere à escolha das atividades. Em outras palavras, para a escolha das atividades produtivas a situação da estrutura de mercado local é, e sempre foi, um fator relevante, em que a margem de lucro é um elemento importante na tomada de decisão⁵⁹. Atualmente, a conjuntura aponta o sistema de criação como a principal atividade fornecedora de receita, com isso as famílias se especializam, cada vez mais, nesta atividade, alocando as antigas ao papel de servir a subsistência ou, dependendo da situação da família, de subsídio à própria evolução desta atividade.

5.1.1 A evolução econômica na várzea: o caso da pecuária bubalina

De forma paralela e intrincada aos sistemas econômicos da RESEX a pecuária bubalina se desenvolveu. Por isso, é interessante se prender mais em torno do histórico da pecuária para poder compreender como esta atividade se misturou ao modo de vida das famílias desta área. Portanto, é em torno deste tema que este subitem discorrerá.

Segundo os povos locais, a área de várzea começa a ter seu potencial pecuário explorado por volta de 1910⁶⁰, embora com pouca expressividade, principalmente, quando comparada com o período pós década de 1960. Possivelmente, a pouca expressividade da pecuária se deve a competição com a borracha, o produto mais lucrativo da época. Em comparação com a terra firme a história da várzea, pertencente à área da RESEX, pelo menos durante este século, é bem mais fácil de ser relatada por ter bem menos participações de atores diferentes. É importante salientar que aqui se está falando das áreas de várzea e não da de transição.

Basicamente, a várzea durante o período pós-ciclo econômico da borracha foi controlada por dois latifundiários. O primeiro grande latifundiário foi o Coronel seringalista, conhecido como Zé Júlio. Este nos idos de 1900 dominou grandes extensões de terra que percorriam do encontro do rio Xingu com o Amazonas até o município de Souzel (MOREIRA, 2004). Neste território, sobre as áreas de terra firme, explorou os seringais,

⁵⁹ Mas, também pode ocorrer o contrário, em um ambiente de mercado desfavorável a escolha de uma atividade que gere menor risco poderá ser observada (ROY, 2002).

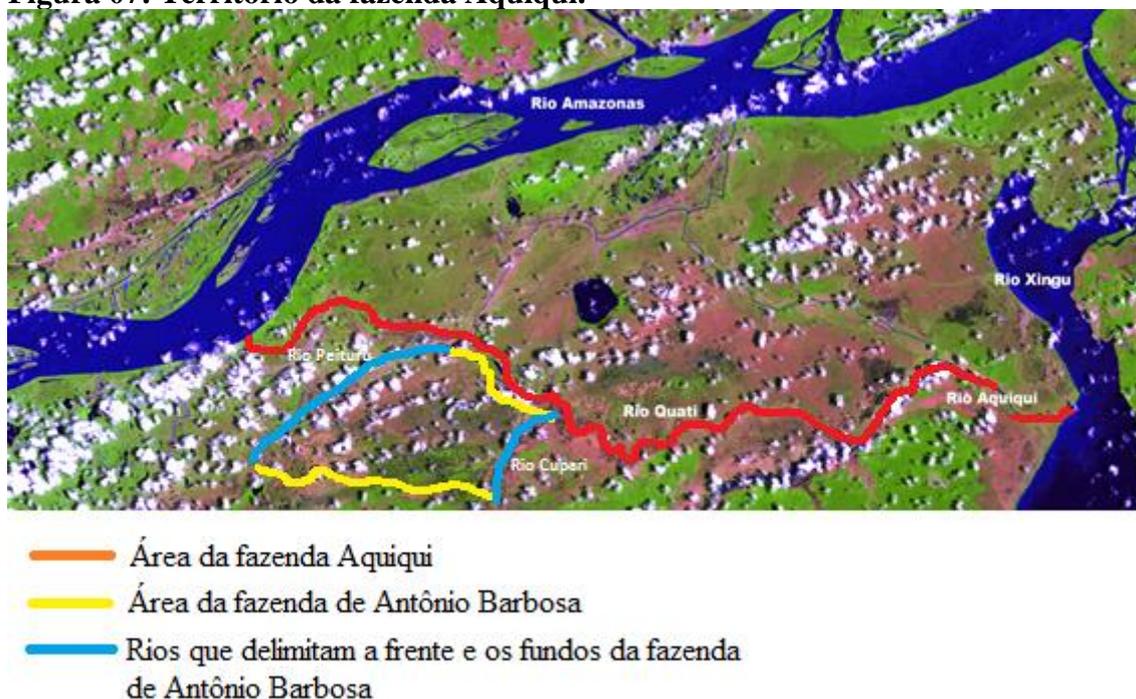
⁶⁰ Entretanto, essas datas não são aqui comprovadas. É provável que já existisse criação de animais de grande porte nas áreas de várzea antes do Cel. Zé Júlio trazer o búfalo, principalmente, como forma de subsistência dos trabalhadores dos seringais. Embora, haja comprovações que atividades extras à da borracha eram reprimidas (PORTO-GONÇALVES, 2010).

enquanto que na área de várzea desenvolveu a atividade da pecuária bubalina (MOREIRA, 2004).

O coronel ao expandir sua área de atuação para além das áreas de seringais aproveitou o nicho ecológico que as áreas de várzea disponibilizavam, inaugurando um nicho de mercado, mas que já era explorado em outras regiões do Pará (EMBRAPA, 1995). Com base no poder que possuía este demarcou a maior parte da área de várzea existente na atual RESEX Verde para Sempre, denominando-a de fazenda Aquiqui.

Por meio da pecuária as áreas de várzea, mais especificamente nos locais em que predominavam espécies de gramíneas nativas, que antes eram subutilizados, passaram a ser explorados de forma extensiva. Segundo os moradores, a fazenda era limitada pelos rios Aquiqui e Quati ao sul (linha em vermelho), pelo rio Amazonas na parte oeste e norte e o rio Xingu limitava a parte leste (Figura 07). Com passar dos anos a fazenda se expandiu rumo ao sul ultrapassando em alguns pontos os limites dos rios Aquiqui e Quati, chegando à terra firme.

Figura 07: Território da fazenda Aquiqui.



Fonte: Imagem do INPE (2012), referente ao ano de 2004, tratada pelo autor.

Abaixo da linha vermelha se encontravam as comunidades da zona de transição e, dentre elas, existia algumas áreas já demarcadas, como era o caso do território onde atualmente se encontra a comunidade São João do Cupari (Figura 07), a qual pertenceu a

Antônio Barbosa⁶¹, comerciante português, primeiro patriarca da comunidade, personagem descrito no capítulo 6. Na Figura acima a parte destacada em amarelo e azul está uma representação aproximada do que seria esta área.

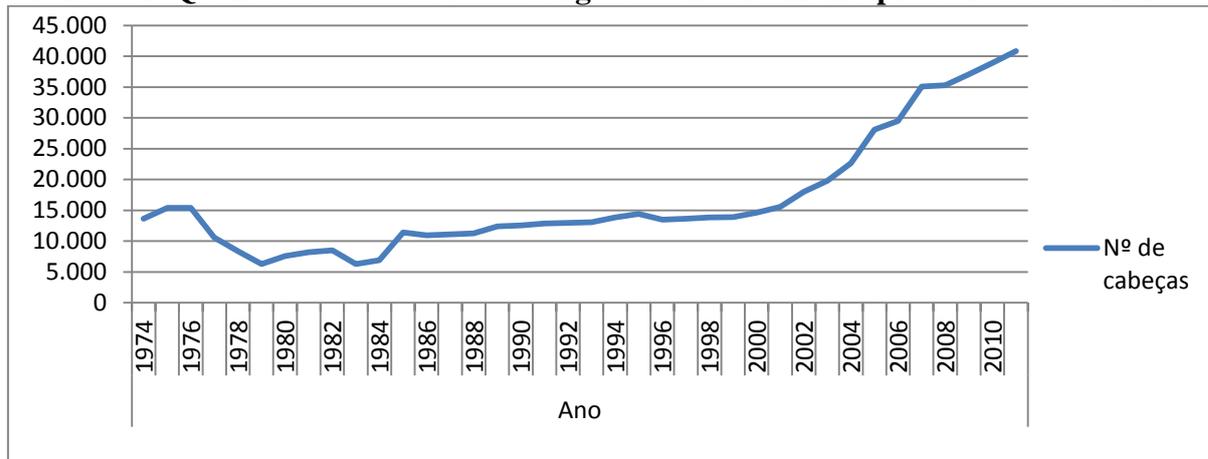
Enquanto a fazenda Aquiqui permaneceu sobre a tutela do coronel Zé Júlio a atividade bubalina se manteve subexplorada, possivelmente devido ao maior empenho das forças produtivas estarem destinadas à exploração da borracha. Mas a partir de 1948, com a venda da fazenda Aquiqui para o senhor Michel Silva de Mello, seguida pela morte do coronel Zé Júlio, a área de várzea passou a ser mais intensivamente utilizada para essa atividade, havendo importação de búfalos da região do Marajó.

Com a intensificação da atividade bubalina, ao mesmo tempo em que o período áureo da borracha entra em decadência, muitas das famílias que viviam em áreas de terra firme começaram também a atuar nas áreas de várzea da fazenda Aquiqui, como “vaqueiros”, função que também serviu para autoidentificação dessas pessoas. Os vaqueiros se tornaram os gerentes das subdivisões da fazenda Aquiqui. Esta fazenda, por ser muito extensa, foi dividida em fazendas menores, onde os trabalhadores, junto com suas famílias, cuidavam da propriedade em que moravam. Mais tarde, com a falência da fazenda, esses vaqueiros formariam boa parte das comunidades de várzea vista hoje.

O auge da atividade bubalina de várzea, sob o domínio do grande latifúndio, atingiu seu apogeu da década de 1960 até, aproximadamente, 1975, quando obteve um o financiamento via SUDAM. Este programa viabilizou a construção de um laticínio de grandes proporções, fato que denota a intervenção do governo visando à modernização da agropecuária. Neste período, segundo relatos, a fazenda Aquiqui chegou a contabilizar algo em torno de 30 mil cabeças de búfalos. Entretanto, o Gráfico 01 mostra algo em torno de 15 mil animais, dados que podem estar subestimados, visto que o IBGE chegou a esta informação por meio de estimativas⁶².

⁶¹ Para saber mais sobre esta importante figura da localidade ver (MOREIRA, 2004).

⁶² Este dado é extremamente representativo para área da RESEX devido não haver registros junto a ADEPARA de criação destes animais em áreas fora desta UC.

Gráfico 01: Quantidade de búfalos ao longo dos anos no município de Porto de Moz.

Fonte: IBGE (2012).

Porém, o projeto do laticínio, devido a problemas administrativos se mostrou incapaz de manter o controle sob um território tão extenso. O mesmo, por motivos não identificados, não chegou a ser efetivado em sua plenitude e ao final da década de 1970 começa a ruir. Com a decadência do projeto a falência da fazenda, por volta de 1985, se tornou inevitável.

Segundo relatos, no processo de decadência, muitos funcionários desviaram grandes quantidades de animais. Situação, segundo relatos, favorecida devido o dono da propriedade nunca ter cumprido corretamente com os pagamentos dos salários, muitas das vezes, simplesmente nem os pagavam. Nessas condições, e por não conseguir manter o controle efetivo sobre seu território, os búfalos foram aos poucos distribuídos, ou melhor, desviados e/ou comercializados principalmente com os moradores da RESEX, mas também com pessoas de outras regiões do Baixo Amazonas.

Por volta de 1985, através de um processo judicial, o proprietário da fazenda Aquiui foi obrigado a se desfazer de parte de seus animais e de parte da área da fazenda, uma vez que cerca de 50% dos seus bens foram destinados ao pagamento de dívidas trabalhistas com funcionários. Com isso, muitos dos “vaqueiros” que trabalhavam na fazenda adquiriram o direito de posse das áreas de várzea nas quais já moravam efetivamente. Além disso, o fato de boa parte dos animais da fazenda terem sido repassados a estabelecimentos familiares da região, e não mais por grandes fazendeiros, fez com que, atualmente, essa atividade seja representada por esse tipo de unidade de produção.

O domínio econômico da atividade da bubalinocultura pela fazenda Aquiui finda definitivamente em 1986, com a morte de Michel Silva. A partir deste momento os familiares que assumiram a administração da fazenda (os 50% restantes), terminaram por esfacelar o

5.1.2 Os sistemas produtivos e sua relação com os ecossistemas

Foi visto até aqui que, as escolhas das atividades receberam influências dos sistemas econômicos vigentes ao longo da história. Porém, os sistemas produtivos, como são vistos hoje, não podem ser determinados, em outra palavra, descrito, apenas pelo contexto econômico. Pois, as formas de como as práticas eram e são executadas dependem, também, da cultura dos povos ali existentes. Com base na teoria de Kormondy e Brown (2002), para os quais a cultura, logo também a tradição local, são construídas em diálogo com o ecossistema em que se desenvolveu, afirma-se que, o ecossistema em que as famílias se encontram, assim como de algumas etnias (como de tribos indígenas) das quais descendem, influenciou no desenvolvimento do sistema de produção (agrícola, de pesca e de caça).

Portanto, subentende-se que os sistemas produtivos das famílias foram construídos com base em apropriações de tecnologias de diferentes povos, logo, de culturas⁶³, as quais foram influenciadas pelo regime de funcionamento dos ciclos naturais locais. Nas comunidades da RESEX há influências claras de tecnologias indígenas como também de práticas da sociedade capitalista, apropriações notadamente percebidas na lida com os búfalos (*Pelorovis antiquus*) atualmente. É possível observar a combinação do uso de técnicas como a da pesca com zagaias, navegação com barco escavado em uma única peça de madeira e movido a remo e uso de arco e flecha junto com técnicas como inseminação artificial, aplicação de vacinas, uso de grandes redes de pesca, deslocamento com lanchas, espinhéis e até uso de cercas elétricas.

As técnicas mais antigas aplicadas aos sistemas de produção, o qual as populações tradicionais locais desenvolveram ao longo da história não possibilitaram grandes transformações, pelo menos no curto prazo, do meio natural. Autores como Kormondy e Brown (2002) sugerem que, para os ribeirinhos como os da região estudada, as especificidades naturais locais influenciam no sistema de produção, principalmente, porque as práticas desenvolvidas não permitem a subordinação da natureza a seus interesses; ao contrário, estes se adequam a suas condicionantes, ou seja, ao funcionamento dos seus ciclos.

Devido à influência dos ciclos naturais é possível perceber a distinção de manejos quando se muda de um ecossistema para outro, no caso, se em vegetação de floresta ou de várzea (ROCHA, 1996). Com isto, nos locais onde há predominância de florestas a forma de

⁶³ Segundo Lima e Pozzobon (2005, p. 49), “a cultura ecológica cabocla compõe-se de fragmentos de diversas tradições (principalmente indígenas e ibéricas), não sendo referida a um cosmo único nem a um ciclo coeso de mitos”. No entanto, segundo os autores, isto não quer dizer que não possuam mitos específicos que condicionam a lida com a natureza.

uso para agricultura e/ou pecuária segue técnicas como o do regime de corte e queima. Já nos ecossistemas de várzea e de transição o manejo da agricultura e/ou pecuária obedece ao ciclo de subida e baixada das águas. Com isso, obedecendo à reposição natural da fertilidade do solo promovida pela subida das águas (EMBRAPA, 1995). Com exceção das zonas de transição, pois são, geralmente, banhadas pelas águas do rio Xingu, o qual não possui a capacidade de fertilizar a terra, como o rio Amazonas. No entanto, na várzea quando se faz uso dos recursos florestais, seguem-se os mesmos fundamentos do ambiente de terra firme.

As práticas existentes nos estabelecimentos familiares da RESEX por acompanharem condições ecológicas específicas, basicamente, podem ser alocadas em três formas de exploração dos recursos. No ANEXO A, é demonstrado como IBAMA classificou diferentes formas de uso dos recursos sobre diferentes espaços biofísicos, nota-se claramente que cada ecossistema contribuiu para definição de técnicas e práticas específicas. Observando a mesma figura, as áreas podem ser resumidas, por aproximação das práticas agropecuárias, em: agroecossistemas da área de várzea (ZAM, ZCV e ZV); agroecossistemas da zona de transição (ZT e ZF); e agroecossistemas da área terra firme (ZCF e ZAL).

Assim, em relação às práticas de manejo agropecuário, na área da RESEX, não é notado a substituição por um modelo produtivo estritamente econômico, como de fato é o que também ocorre na maior parte da região amazônica⁶⁴. Na verdade, o manejo praticado pelos produtores desta localidade ainda seguem as formas tradicionais, o qual co-evoluíu junto ao ecossistema local (OLIVEIRA, 2011)⁶⁵. Deve-se muito disto, também, ao fato de as famílias deterem um baixo capital econômico e se encontrarem em um ambiente relativamente isolado, onde a atuação de instituições de intervenção, como as de assistência técnica, tiveram pouca atuação.

Os ecossistemas das comunidades, portanto, influenciaram, assim como foram influenciados, a caracterização dos sistemas produtivos das famílias, tendo em vista que, os moradores adaptaram ao longo do tempo seus conhecimentos pré-existentes às especificidades de cada ambiente (MORÁN, 1990). Assim como, cada ambiente foi apropriado segundo a cultura dos moradores das comunidades (SAHLINS, 2003). Há, portanto, que se considerar que ao longo do tempo houve uma co-construção, em que se

⁶⁴ No geral, na Amazônia, o modelo produtivo rural idealizado pelo Estado, balizados pelos padrões de modernidade contemporâneos, como o da Revolução Verde, não chegaram a ser implementados (OLIVEIRA, 2011).

⁶⁵ A autora desenvolveu essa reflexão com base na estrutura socioambiental e econômica da microrregião de Marabá, entretanto suas conclusões contribuem para compreensão da realidade da RESEX, principalmente, da parte sul, área com contexto parecido com as zonas de fronteira desta microrregião.

entrelaçam o ecossistema local, cultura e relações externas (como as oriundas dos diferentes ciclos econômicos) na definição ou evolução dos sistemas produtivos⁶⁶, logo sendo impossível a separação entre a sociedade e a natureza (LATOURE, 2009).

Portanto, em relação às técnicas e práticas produtivas pode se dizer que, há um processo de construção contínuo, o que promove transformações nas formas de uso dos recursos. As condições de uso dos recursos são alteradas na medida em que as famílias percebem que determinada estratégia e/ou tática de produção pode ser substituída, total ou parcial, por outra que possibilite trazer maiores retornos, segundo padrões culturais do grupo. As práticas também podem ser alteradas quando incorrerem em problemas de sustentabilidade, de modo geral quando os reflexos negativos se tornam evidentes, os quais, normalmente, são representados por um aumento de riscos às condições de reprodução das famílias.

Moreira (2004) aponta dois exemplos que ilustram bem essa condição em que se encontra a técnica junto aos povos tradicionais que vivem na RESEX, mais especificamente na comunidade São João do Cupari. Segundo a autora esta comunidade por muito tempo utilizou uma técnica de pesca de pirarucu (*Arapaima gigas*) que consistia em envenenar os peixes por meio da utilização de um cipó, que possuía tal capacidade. Com o passar do tempo o uso indiscriminado desta técnica acarretou em uma sensível diminuição desta espécie, chegando ao ponto de quase extinção. Os moradores da comunidade ao notarem que o uso desta técnica tinha efeito direto na diminuição da quantidade deste tipo de peixe decidiram, então, interromper o uso da mesma, para assim evitarem o seu desaparecimento.

Em outro caso, mas ainda na mesma comunidade, a mesma autora comenta sobre o uso da rede de pesca. Segundo ela, em um determinado momento da história os moradores haviam se aliado a pescadores profissionais vindos de outras regiões e, por meio dessa aliança, passaram a utilizar as técnicas trazidas por esses pescadores. Tal técnica consistia em fazer uso de grandes extensões redes de pesca com tranças muito pequenas, com isto capturava-se todos os tipos de peixes, como também de idades diferentes. Essas técnicas, no curto prazo, aumentaram a produtividade, entretanto, colocou em risco a principal fonte de alimento da população local, o que gerou movimentos reivindicatórios contra a sua utilização, inclusive, contra os pescadores de fora da comunidade, os quais trouxeram esta prática.

⁶⁶ Aqui não se tem a intenção de esgotar as possibilidades de fatores que podem influenciar na mudança de uma técnica de manejo, mas apenas de ilustrar que, justamente, essa mudança está em interação com um campo extremamente amplo, desta forma, mantendo-se em constante dinâmica.

Devido a estes conflitos, geralmente, entorno de recursos que eram de uso comum, foram criadas normas que regem a atividade da pesca, buscando a manutenção contínua do pescado, salvaguardando, assim, o modo de vida das famílias pertencentes ao grupo e limitando a atuação de atores externos em relação a essa atividade (MOREIRA, 2004; MORÁN; OSTRON, 2009). As normas chegaram ao ponto, inclusive, de se transformar em norma formal, com registro em prefeitura (MOREIRA, 2004). Desta forma, nas estratégias produtivas desenvolvidas pelas famílias para o uso dos recursos naturais, os ciclos do ecossistema local e disponibilidade do discurso se tornam um forte fator influente na definição das práticas utilizadas nas comunidades, e, simultaneamente, nos sistemas de produção como um todo.

5.2 OS SISTEMAS PRODUTIVOS E OS DIFERENTES ECOSSISTEMAS

Este item irá retratar os sistemas produtivos referentes às populações tradicionais existentes na RESEX e o ecossistema que elas vivem. É importante ressaltar que aqui não se tem a intenção de se apontar toda a diversidade dos sistemas produtivos ali existentes. Longe disso. O interesse é o de criar uma ligação entre a diversidade ambiental e a diversidade de sistemas produtivos. Pois, como supracitado, os ecossistemas da região têm fortes influências na definição dos sistemas produtivos. Foi visto também que existem pelo menos três ecossistemas distintos que determinam três formas de produção, todos com características específicas do meio ecológico em que se encontra o estabelecimento e da história particular de chegada das famílias que neles vivem.

Assim, este item discorrerá sobre: o sistema de produção no ecossistema de terra firme, o sistema de produção no ecossistema de várzea e, o sistema de produção no ecossistema de transição (várzea/terra firme).

5.2.1 O sistema de produção no ecossistema de terra firme

Como foi supracitado o ecossistema de terra firme tem representantes de varias categorias sociais. Estes estabelecimentos têm sua diversidade formada ao longo da história em função de estímulos oriundos de ciclos econômicos como o das drogas do sertão e da borracha – o primeiro e o segundo –, e das políticas de crédito após a década de 1960 – como

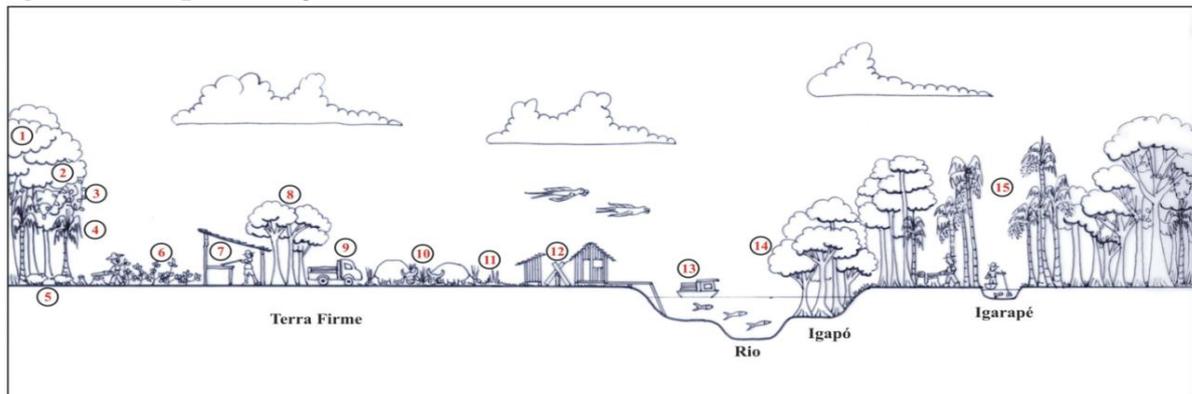
o FNO. Através das quais o Estado apoiou a expansão de fazendeiros e madeireiras sobre o território amazônico (PORTO-GONÇALVEZ, 2010).

Foi visto também que as famílias que chegaram a partir da década de 1960 podem ser categorizadas de posseiros até estabelecimentos patronais. A maior parte destes agricultores por terem chegado há pouco tempo não passaram pelo mesmo processo de construção de uma identidade cultural como a dos estabelecimentos mais antigos. A dimensão técnica destas categorias foi formada sobre outras bases, mais próximas das identificadas em área de fronteira, na qual a atividade produtiva mais expressiva é a pecuária bovina e, onde, a especulação de terras, logo a etinerância é mais perceptível e, conseqüentemente, os laços com o meio ambiente em que vivem são outros (MAYBURI-LEWIS, 1997).

Por outro lado, nos estabelecimentos familiares mais antigos, como àqueles dos ribeirinhos, que vivem às margens dos rios desde o primeiro ciclo da borracha, a relação com os recursos naturais é muito diferente. Para estes a relação é marcada pela perenidade com o local em que vivem, no qual as tradições são responsáveis pela manutenção de laços com a localidade de forma muito mais intensa.

Nos estabelecimentos ribeirinhos implantam-se culturas anuais, com ênfase no cultivo da mandioca para produção de farinha, sendo esta atividade, a principal geradora de renda. Além da farinha, existe ainda no sistema de produção uma grande participação da pesca, da caça e de produtos madeireiros (Figura 10). Devido os produtos destinados à venda serem, geralmente, os mesmos consumidos pela família, o sistema econômico é baseado na produção de excedentes. No caso das famílias de posseiros e fazendeiros isso é um pouco diferente na medida em que tem no gado bovino a principal fonte de renda.

Figura 10: Representação do modo de vida no ecossistema de terra firme.



LEGENDA

- | | | |
|---------------------------------|-------------------|--|
| 1 Cuilarana | 6 Área de roça | 11 Capim braquiaria |
| 2 Itaúba | 7 Casa de farinha | 12 Madeira serrada |
| 3 Cipó titica | 8 Capoeira | 13 Marreteiro |
| 4 Inajá | 9 Bufete | 14 Seringueira |
| 5 Queixada invade as plantações | 10 Gado branco | 15 Açazal nas cabeceiras de um igarapé |

Fonte: ICMBIO, (2006).

Nota: As figuras ilustrativas apresentadas neste item foram construídas pelo pesquisador Nunes (2005) e equipe, em pesquisa realizada para o ICMBIO, porém não foram publicadas.

O sistema de preparo da área para implantação dos cultivos é o mesmo amplamente observado nas práticas realizadas por agricultores tradicionais das regiões de trópico e que mantêm a família como base da força de trabalho⁶⁷. Estas praticam as atividades agrícolas subsidiadas pelo ciclo natural das florestas como fonte de renovação da fertilidade do solo, por meio do sistema de pousio em que o corte e queima da floresta primária ou secundária depende de fatores intrínsecos à família, como força de trabalho disponível e do objetivo desta (KORMONDY; BROWN, 2002).

Em relação à criação animal, bovinos ou bubalinos, a quantidade de animais por família nas comunidades da terra firme é bem menor, em relação às famílias que vivem nos ambientes de várzea e de transição, sendo que algumas famílias chegam a recusar a criação destes animais em seus estabelecimentos (NUNES, 2005). Há, inclusive, conflitos entre agricultores criadores e os não criadores, pois os animais na água poluem os rios, chegando no verão ao ponto da água ficar imprópria até para o banho. Quando o rio fica nestas condições, segundo moradora, é comum verem peixes mortos na água, motivos que levam os estabelecimentos da terra firme que não criam búfalos a entrarem em conflito com a

⁶⁷ Porém, não se tem a intenção de afirmar que só porque executam suas atividades por meio do regime de corte e queima da floresta estes estão em um mesmo patamar. Segundo Posey (1987), categorias como povos tradicionais, ribeirinhos, quilombos, povos indígenas e agricultores familiares guardam níveis de integração com meio natural em que vivem de forma e nível diferente.

vizinhança. Em reunião com ICMBIO (2012) estes chegaram a se posicionar contra a criação destes animais ou que pelo menos fosse estabelecido uma quantidade limite.

5.2.2 O sistema de produção no ecossistema de várzea

As características sociais desta área são mais homogêneas do que a anterior. É relevante considerar que nesta área o sistema de domínio latifundiário e patronal perdurou por mais tempo, como discorrido no item anterior, até aproximadamente 1985. Ano em que ocorreu a falência da fazenda Aquiqui, em que metade de seu território foi destinada, ao pagamento de dívidas, para com os vaqueiros. Assim, a presença de estabelecimento familiares derivados desta classe torna a várzea um ambiente socialmente mais homogêneo que nos outros.

As características do meio ambiente também apresentam diferenças em relação às áreas de terra firme ou mesmo da zona de transição. Com ecossistema específico o agroecossistema de várzea possui uma dimensão ambiental uniforme com baixa diversidade vegetal, em comparação a terra firme, sendo as gramíneas nativas a espécie dominante apenas com presença dispersa de palmeiras e/ou vegetação arbustiva (EMBRAPA, 1995) (Figura 11).

Figura 11: Ambiente de várzea.

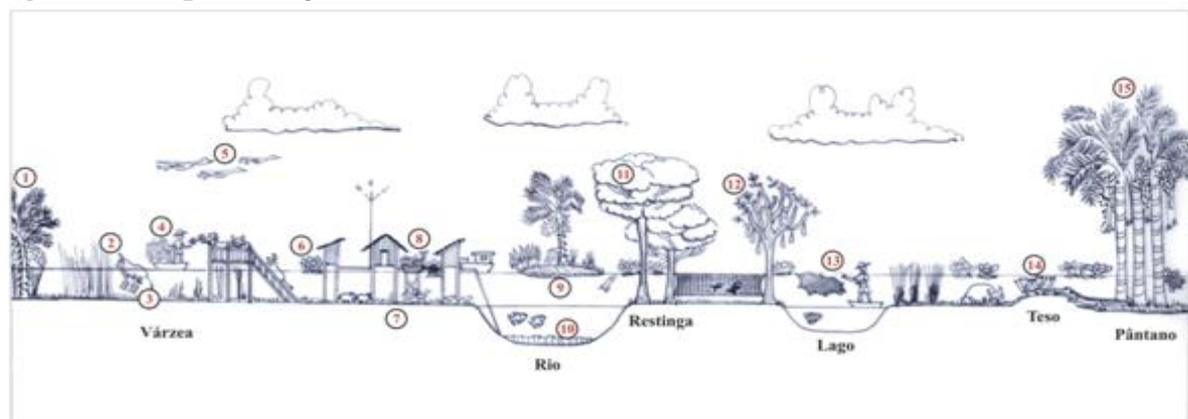


Fonte: Arquivo pessoal. Barbosa (2012).

Outra característica desse ambiente é sua sazonalidade bem definida (EMBRAPA, 1995). Na época das chuvas, com a subida das águas, o solo fica totalmente submerso por, aproximadamente, seis meses do ano. No verão o solo fica totalmente seco, exposto inclusive a grandes queimadas, estas segundo os moradores, sem propósito algum, visto que a queimada não é utilizada pelos mesmos no uso do plantio. Segundo relatos, as queimadas, geralmente, ocorrem por descuido ou mesmo por “crueldade dos moradores”, pois se acredita que muitas delas são ocasionadas de forma criminosa, sendo que isto tem ocorrido com mais frequência nos últimos anos.

Nesse ambiente a adaptação da prática, assim como na terra firme, segue os ciclos naturais, principalmente, de cheia e de vazante. Assim, pelas próprias limitações do meio, as atividades produtivas são profundamente constrangidas, forçando uma especialização entorno da criação animal e da pesca, pois são as atividades mais adequadas a realidade (Figura, 12).

Figura 12: Representação do modo de vida no ecossistema de várzea.



LEGENDA

- | | | |
|--|---------------------------------|--------------------------|
| 1 Caranã | 6 Mururé | 11 Tachi |
| 2 Capim rabo de rato (inverno) | 7 Pequenas criações | 12 Munguba |
| 3 Capim marreca (verão) | 8 Moradia com jiral e queijaria | 13 Pesca no lago (verão) |
| 4 Pequeno criador alimenta bezerro (inverno) | 9 Tapagem | 14 Taboal |
| 5 Bando de pato do mato | 10 Rio assoreado com tapagem | 15 Miritizal |

Fonte: ICMBIO (2006).

Nas comunidades de várzea a agricultura é incipiente, limitando-se ao plantio de hortas suspensas, principalmente, no inverno. Com isso a maior parte da força de trabalho é despendida para a atividade de criação de búfalo, o qual varia de acordo com o período do ano, se chuvoso, “inverno”, ou com menos chuva, “verão”.

No verão a penosidade do trabalho é menor, necessitando de menos mão de obra, visto que, os animais alimentam-se livremente pelos pastos nativos. Já no inverno, os bezerros que

não conseguem nadar, além do leite materno, são alimentados por meio do corte de gramíneas, servido nas marombas⁶⁸, o que eleva a intensidade do trabalho aplicado pela família (Figura 13). Como há, geralmente, limitação de mão de obra familiar, neste período do ano o tamanho do rebanho sofre um decréscimo por meio da venda de animais.

Figura 13: Manejo em maromba na área de várzea.



Fonte: Arquivo pessoal. Barbosa (2012).

Foto 1: Vaca que acabou de parir sobre uma maromba.

Foto 2: Bezerros se alimentando sobre uma maromba com capim cortado pela família.

Foto 3: Búfalos no inverno saindo de uma maromba para se alimentar de capim nativo.

Foto 4: Uma maromba para o gado.

No inverno, o gado adulto passa boa parte do tempo aglutinado em cima das “marombas”, saindo somente para se alimentar, o que possibilita a retirada do leite para produção do queijo durante todo o ano. Segundo os moradores a produção de leite por vaca chega a 5 litros/dia.

De acordo com as famílias, o sistema de criação bubalino praticado na várzea apresenta certas vantagens em relação à criação nas áreas de transição e terra firme. Segundo os moradores, as melhores gramíneas estão localizadas neste ambiente, além de serem

⁶⁸ Marombas são currais suspensos, como palafitas, sobre a água em época de cheia, onde os animais sobem após terem realizado o pastoreio. Nestes currais ficam em tempo integral somente os bezerros, onde são amamentados. E onde os criadores aproveitam para retirar o leite para produção de queijo.

disponibilizadas em abundância durante o ano todo, visto que o capim rabo-de-rato (*Hymenachne amplexicaulis*) é adaptado⁶⁹ a este ambiente (EMBRAPA, 1995). As cheias nesta ocasião não são um problema mais sério, pois além da gramínea sobreviver os búfalos conseguem pastejar a pleno nado (Figura, 14).

Figura 14: Búfalos pastejando a pleno nado.



Fonte: Arquivo pessoal. Barbosa (2012)

Outra vantagem da área de várzea, percebida pelos moradores, é que a mesma por ser banhada por rios navegáveis o ano todo, como o rio Uiuí, possibilita a conexão dos estabelecimentos deste ecossistema o com o rio Amazonas. Isto viabiliza a entrada dos marreteiros compradores de queijo, permitindo que as famílias da localidade consigam manter esta produção comercialmente ativa o ano inteiro. Essa fonte de renda permanente torna o gado uma atividade de aptidão mais leiteira, o que permite crer que o número de animais não tende a crescer tanto em números de cabeças, pois a pecuária leiteira exige mais mão-de-obra por unidade de área, fazendo com que as famílias mantenham somente um determinado número de vacas.

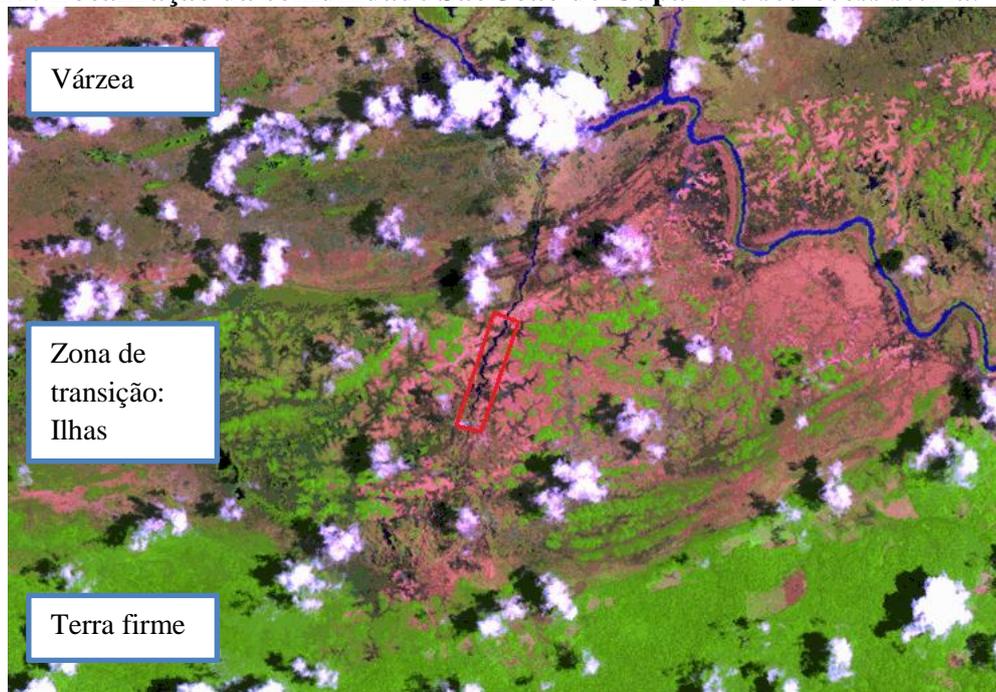
⁶⁹ Este capim tem a característica fisiológica de acompanhar a subida das águas, estando sempre disponíveis como alimento para o gado.

5.2.3 O sistema de produção no ecossistema de transição

A zona de transição é caracterizada pela presença dos ecossistemas de várzea e terra firme. Este espaço é marcado pela presença de muitas ilhas com vegetação arbórea, com a característica de dificilmente serem submersas. Sendo um ambiente mais heterogêneo, onde as famílias convivem com até três ecossistemas (várzea, transição e terra firme). Diante desta condição, o campo das decisões é bem mais amplo, ou seja, permite uma maior margem de manobra nas estratégias e táticas de produção elaboradas pelas famílias. Assim, o leque de atividades praticadas durante o ciclo agrícola, ao contrário das comunidades de várzea, em que o meio natural restringe ou condiciona de forma mais determinante, tem o grau de diversificação é bem maior.

Por exemplo, como pode ser observada na Figura 15, a comunidade São João do Cupari (dentro retângulo vermelho) encontra-se no limite das áreas de várzea (na cor rosa), com a área de terra firme (na cor verde). A presença de ilhas e a proximidade das casas com a terra firme possibilita um modo de vida que combina características de várzea, zona de transição e terra firme. Com isto os moradores dessas áreas guardam uma ambivalência com os agroecossistemas citados anteriormente.

Figura 15: Localização da comunidade São João do Cupari no seu ecossistema.

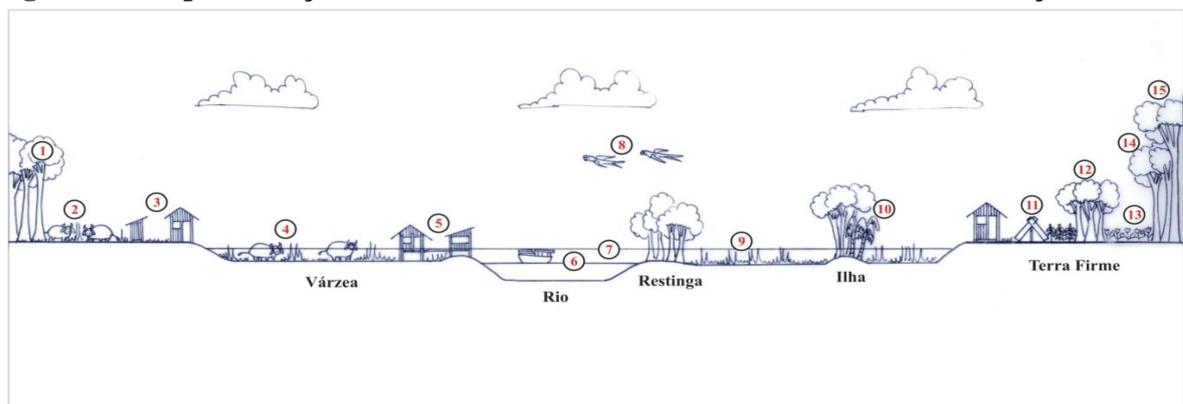


Fonte: INPE (2012), referente ao ano de 2004. Tratada pelo autor.

Devido a esta localização é notado que as famílias que vivem neste ecossistema têm seus sistemas produtivos com características dos observados na terra firme e na várzea. Contudo, as práticas de manejo do búfalo e da agricultura são um tanto diferenciadas (Figura 16).

Em relação à criação, a principal diferença decorre da não utilização ou uso restrito de marombas sendo, na maioria das vezes, destinada somente à criação de porcos, portanto, com tamanhos bem menores. Devido à proximidade com a terra firme e pela presença de ilhas o uso de marombas se torna desnecessário, pois durante o inverno os animais podem ser criados nas mesmas. Assim, a disponibilidade de recursos que a várzea não possui (como ilhas) possibilita a alteração na técnica de manejo, condicionando um comportamento prático diferenciado.

Figura 16: Representação do modo de vida no ecossistema de zona de transição.



LEGENDA

- | | | |
|-----------------------------|---------------------------|---------------------|
| 1 Muiraquitara | 6 Nível da água (verão) | 11 Madeira serrada |
| 2 Criação do gado (inverno) | 7 Nível da água (inverno) | 12 Capoeira |
| 3 Moradia fixa | 8 Casal de araras | 13 Área de roça |
| 4 Criação no verão | 9 Capim rabo de rato | 14 Angelim pedra |
| 5 Moradia temporária | 10 Inajá | 15 Angelim vermelho |

Fonte: ICMBIO, (2006).

Todavia, devido a frequentes cheias que vem ocorrendo a 10 anos, as ilhas tem ficado submersas, impedindo a criação dos animais. Este fato tem levado as famílias a organizarem táticas como a de derrubada da floresta para implantação de pastagens cultivadas. No entanto, este não é o único motivo que tem levado as famílias a tomarem esta decisão, existem outros, mas que serão retomados no próximo capítulo.

Devido à proximidade com a terra firme, as pastagens cultivadas têm se tornado uma constante das famílias que moram na área de transição. As pastagens cultivadas (Figura 17),

normalmente brachiaria, em terra firme foram estabelecidas, como em toda área em que se encontrem agricultores com base na força de trabalho familiar e com baixo capital financeiro. As famílias de forma gradual seguem a lógica do corte e queima da floresta com plantio de culturas anuais, para em seguida implantarem o cultivo definitivo, no caso as gramíneas forrageiras. Desta forma, imitam os moradores de terra firme.

Em alguns estabelecimentos o estágio de desenvolvimento atual das pastagens já apresenta sérios sinais de degradação, como erosão, diminuição da produção de biomassa, muitas vezes ocorrendo falta de capim no período final do inverno, indicando que os limites de suporte, devido o superpastejo, já foram, em alguns casos, em muito superado, sendo comum o aluguel de pastos para alocarem parte dos animais neste período do ano.

Figura 17: Pastagem cultivada em área de terra firme.



Fonte: Arquivo pessoal. Barbosa, 2012.

Assim, com o uso das ilhas, chamadas de “tesos” pelos moradores, da terra firme e em alguns casos da várzea o sistema de manejo dos búfalos é caracterizado por sua itinerância. Pois, os animais se movem, em busca de capim, de acordo com as diferentes épocas do ano: o gado se alimenta das pastagens cultivadas em terra firme até final de julho, quando os pastos já não suportam mais; após este período, são conduzidos para as ilhas, por serem as primeiras a apresentarem um pasto, que fica no seu em torno, de boa qualidade, logo no início do verão e; em casos de estabelecimentos com quantidades de animais acima de 400 cabeças, normalmente, metade fica na zona de transição e a outra na área de várzea.

Assim, na medida em que as águas vão baixando o gado segue pastejando as áreas com o capim que vão surgindo até o esgotamento deste, ao final, já no verão, o gado se encontra nas áreas mais baixas, na várzea ou próxima a ela. O gado que permanece nas áreas de transição por todo o verão são somente o das famílias que criam até 100 cabeças.

As ilhas (Figura 18), como fora dito, são utilizadas para abrigar os animais no período do inverno, em anos em que não são infligidos por grandes cheias. No entorno dessas ilhas estão às terras mais altas onde as forragens, geralmente, formadas por capim marreco (*Reimarochloa acuta*), se mantêm em melhor qualidade no início do verão. Porém, atualmente, com o rebanho animal das comunidades atingindo 1500 cabeças, essas áreas se tornam insuficientes havendo a necessidade de mais terra com pastagem.

Figura 18: Uma ilha da zona de transição.



Fonte: Barbosa (2012), foto esquerda, pesquisa de campo, 2012, foto da direita.

Nas ilhas é comum as famílias criarem porcos em regime (super) extensivo. Os porcos são largados nestes locais, é importante dizer que cada ilha pertence a um determinado grupo familiar, no início do inverno e capturados, já quase selvagens, no final. Estes animais se alimentam dos frutos das palmeiras existentes nas ilhas, como o inajá (*Attalea maripa* (Aubl.) Mart.) e de brotos de gramíneas flutuantes. Raras exceções deste tipo de manejo são vistas em períodos de grandes cheias, quando os animais são recolhidos para as marombas, onde é fornecido mandioca.

O pastoreio feito a longas distâncias, logicamente, influencia a produção leiteira e o beneficiamento do queijo, sendo o mesmo produzido em maiores quantidades quando o gado se encontra próximo a casa. Quando os animais ficam mais distantes, principalmente, quando se leva em conta os produtores que têm poucas cabeças de animais, fica inviabilizado, economicamente falando, de retirarem o leite. Assim, a produção de gado nas áreas de transição é mais voltada para a produção de carne do que do leite.

Outro fator relevante para a baixa produção de queijo se deve às restrições de acesso ao mercado do queijo. Como foi comentado, o queijo nas áreas de várzea tem livre acesso ao mercado durante o ano todo – inverno e verão -, o que não acontece com os moradores da área de transição. No verão, com a descida das águas, não existe acesso⁷⁰ das comunidades com os intermediários que chegam do rio Amazonas, a não ser por montarias ou a pé, deslocando-se rumo o rio Uíuí. Com isso, os compradores de queijo que chegam até a área de várzea ficam impedidos de comprarem a produção do rio Cupari e do rio Quati. Portanto, as compras mais consideráveis de queijo ocorrem na subida das águas, ou seja, a partir de janeiro, encerrando em março. Todavia, os períodos de produção podem variar, o que ocorre com frequência, a depender das condições climáticas do ano.

Em relação ao cultivo de culturas anuais estes agricultores guardam historicamente especial atenção no cultivo da mandioca para produção de farinha e alimentação de porcos, tendo em vista que a farinha junto com o marisco é a principal fonte de alimentação⁷¹. Nestes locais a forma de implantação dos roçados segue o mesmo dos agroecossistemas implantados na terra firme.

⁷⁰ A não ser pelo rio Quati, atendendo ao mercado de Porto de Moz, porém este mercado é bem menos expressivo devido a vigilância sanitária ser mais presente, dificultando a comercialização do queijo.

⁷¹ Apesar ser possível perceber que os alimentos industrializados já estão muito presentes.

6 O SURGIMENTO DAS NOVAS ESTRATÉGIAS DE USO DOS RECURSOS E A FORMAÇÃO DE NOVOS TIPOS EM SÃO JOÃO DO CUPARI: O ESTUDO DE CASO

Este capítulo, mais especificamente este subitem, tratará das fases por qual a comunidade de São João do Cupari passou, identificando os fatores que levaram a conformação dos diferentes sistemas produtivos. As fases são melhores sintetizadas na Figura 30.

6.1 O SURGIMENTO DO TIPO 1 E AS ESTRATÉGIAS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS FRENTE ÀS CONDICIONANTES DA PRIMEIRA FASE

Em São João do Cupari os primeiros indícios do modo de vida atual das famílias, com os respectivos sistemas produtivos, emergem por volta de 1945, após o fim do período áureo da borracha. É neste período em que se identificam as primeiras formas produtivas derivadas do livre exercício das faculdades das famílias e não da coerção dos coronéis (PORTO-GONÇALVES, 2010).

Todavia, por a comunidade ser fundada por um coronel da borracha o seu poder, e também a terra, foi repassado por herança para um de seus descendentes, o que permitiu estender alguns dos elementos que estruturavam o antigo sistema econômico, possibilitando a formação de um sistema econômico paternalista. Por meio da reprodução de relações paternalistas Antônio, o filho que herdara as terras que hoje são da comunidade, manteve influência sobre as pessoas que ali moravam, apesar de possuir bem menos poder de coerção que seu pai (MOREIRA, 2004). Como é comum de relações paternalistas, segundo os relatos da comunidade, o mando de Antônio não é tomado, atualmente, de forma ditatorial (SABOURIN, 2009).

Com base no poder centralizado do herdeiro da terra, os sistemas produtivos das famílias da comunidade se mantiveram, basicamente, entorno da prática agrícola, por meio do cultivo de roçados voltados a subsistência e produção de excedentes de farinha, arroz, milho e da pecuária extensiva voltada, principalmente, para poupança viva. Em relação à atividade do roçado as famílias tinham certa autonomia, até porque as áreas de terra firme eram consideradas livres, ou seja, sem donos ou sem influência de poder, pois com a saída dos coronéis após o período áureo da borracha as mesmas perderam a presença de um representante legítimo (PORTO-GONÇALVES, 2010).

A pecuária estava diretamente relacionada a um sistema de herança, o qual permanece ainda hoje, em que a cada novo casamento o casal recebe certa quantidade de animais. Todavia, esses animais recebidos de herança liga o novo casal ao patriarca, pois este continuava, e continua, morando no entorno da casa do pai. Isto propiciava uma situação em que o marido ou chefe de família, criava seus animais junto com os do patriarca, assim, assumindo uma função, guardando, inconscientemente, o sentimento de estar devendo para o patriarca. No geral, o novo casal, atingia no máximo de 10 a 15 cabeças, enquanto que o patriarca mantinha de 200 a 300 cabeças. Assim, os pastos comunitários seguiam regras geradas por uma relação de parentesco assimétrica (SABOURIN, 2009).

A influência do poder do patriarca, certamente, é ainda melhor observada nas regras de exploração do sistema extrativista. Por ser a principal fonte de receita daquele período existiam regras claras para a exploração da fauna silvestre as quais colocavam esta atividade sob o controle do patriarca. O que colaborou para manter o sistema extrativista como pilar principal do sistema de produção. As regras colocavam o patriarca como mediador da produção extrativista com os regatões. Desta forma, com o controle legitimado pelos moradores, o patriarca mantinha um sistema de troca com base no aviamento. Inclusive, utilizando o barracão onde era comercializado o látex. Hoje restam apenas vestígios desse barracão.

No entanto, a influência patriarcal se diluiu ao longo do tempo na medida em que seus descendentes, cada vez em maior número, herdaram as terras, como também quando estes se casavam ou vendiam os direitos de posse para novos grupos familiares externos à comunidade. A influência paternalista se manteve até meados de 1975, ano em que faleceu o herdeiro direto do coronel, o Antônimo. Com a morte as normas de uso dos recursos naturais impostas por ele para os moradores da comunidade se alterou. Este fato acabou por findar as estruturas que conformavam mais rigidamente as atividades das famílias.

Mesmo com maior liberdade as famílias ainda não tiveram muitas escolhas relativas a produção, pois os produtos da fauna silvestre permaneceram sendo os de maior liquidez no mercado, facilitando a troca. Esses tinham como origem a caça e a pesca, sendo que a caça na maioria das vezes era realizada nas áreas de floresta, na terra firme, próximas ao aglomerado de residências desta comunidade, enquanto que a pesca era realizada desde as áreas de transição até a várzea. Assim, o sistema produtivo como um todo, durante toda a primeira fase, variou pouco, apenas conforme leves adaptações frente às demandas específicas de mercado.

Em síntese, durante a primeira fase, a qual é denominada de Atividade Extrativista Hegemônica (Figura 30), houve somente duas variações do sistema de produção, as quais possibilitam delimitar a história deste em duas subfases específicas. A primeira é oriunda de estruturas de mercado formadas logo após a época do comércio da borracha, os quais ainda eram intermediados por figuras como as dos regatões e o dono do barracão. Este período histórico ocorreu entre 1945 a 1975. Durante esse tempo extraíam-se produtos como pele de jacaré e de gato do mato, carne salgada de pirarucu (e outras espécies de peixe), anta, capivara, quelônios, etc., em que a produção seguia os ditames do patriarca.

No segundo momento histórico, entre 1975 e 1989, os sistemas produtivos, mesmo com a morte do patriarca, continuaram, basicamente, sob a mesma forma. Contudo sua morte fez com que a hierarquia de poder se alterasse se tornando mais horizontalizada, possibilitando uma maior liberdade na escolha e execução das atividades econômicas. Porém, não foi o que aconteceu de imediato. O sistema de produção continuou centralizado no subsistema extrativista. Mas, no intervalo destas datas, com as chegadas das geleiras, os produtos comercializados ficaram restritos mais especificamente sobre o pescado, sendo deixados de lado outros como pele de jacaré e de gato do mato, os chamados produtos “fantasia”⁷².

As geleiras num primeiro momento foram responsáveis por deslocar considerável força de trabalho para a atividade da pesca, no qual os moradores atuavam capturando o pescado para depois repassá-los. Neste período, a atividade pesqueira se fortaleceu a ponto de quase suprimir por completo a caça como atividade econômica, colocando de vez a terra firme em um segundo plano e sobrevalorizando o ambiente de várzea. Segundo os entrevistados, a “atividade de caça dos produtos “fantasia” é coisa da geração anterior, de seus pais” (ADONIAS, 2012). Os filhos afirmam nunca terem praticado esta atividade, tendo direcionado seu trabalho apenas para a pesca, sendo a caça, em grande parte, realizada para o consumo.

Portanto, devido à atuação das famílias se dá mais no campo da pesca e, em menor proporção, na caça, a alteração da cobertura vegetal foi pouco relevante, havendo derrubada de florestas primárias somente para implantação das roças, ainda assim, geralmente realizadas em um único espaço. A área utilizada para esse fim é a mesma desde o princípio da formação da comunidade. Essa área é tratada como um espaço comunitário, destinada para o plantio de roças. Neste espaço é acordado entre os pertencentes da comunidade que a mesma só deve ser

⁷² Eram assim chamados por que acreditavam que seus destinos finais eram como peças de vestuário.

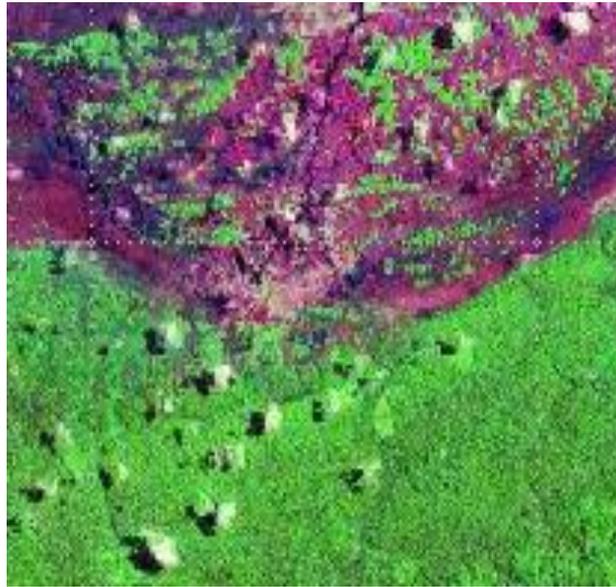
utilizada com este fim, o plantio de cultivo anual. Segundo os moradores nessa área todas as famílias que pertencem ao grupo possuem o direito de realizar o plantio da roça, tanto para o consumo quanto para o comércio. Esta é utilizada sob um regime de uso, amplamente observado e analisado em unidades familiares produtivas rurais, baseada no sistema de corte e queima, no qual o regime de renovação da fertilidade é obtido por meio do pousio e, conseqüente, regeneração da floresta.

É interessante destacar que esta é a única área onde se utiliza o pousio como forma de regeneração da fertilidade, o que se diferencia um pouco do observado na região da Transamazônica, local onde é comum se observar agricultores reservando áreas de pastos enjuquiradas para reforma-los no futuro. Na comunidade este tipo de prática, aqui adiantando informações coerentes com as atividades futuras, não é utilizada. Com isto, por exemplo, na reforma dos pastos, as famílias realizam roços anuais, utilizando o fogo como forma de limpeza, assim, não é percebido pastos enjuquirados.

Fato interessante é que mesmo com o crescimento populacional na comunidade não há necessidade do aumento desta área, visto que as famílias na medida em que investem na atividade bubalina, com conseqüente, aumento de renda, ocorre uma diminuição do uso dessas áreas pelas famílias para o plantio de cultivos anuais. As famílias com maior quantidade de animais, como as do Tipo 2 e 3 apenas esporadicamente plantam roças, sendo que na maioria das vezes em que estes chegam a implantar é devido o aproveitamento de área desmatada para implantação de capim.

A relativa conservação da paisagem, na área da comunidade neste período, pode ser constatada na imagem de satélite de 1990 (Figura 19). Ano este delimitado como final da primeira fase e início da de transição. A imagem mostra que não houve desmatamentos consideráveis, na floresta de terra firme. Principalmente, porque as atividades extrativistas realizadas nessa época não envolveram, ou envolveram muito pouco, a extração de produtos vegetais, o que poderia influenciar na mudança de paisagem.

Figura 19: Imagem de satélite da área da comunidade São João do Cupari referente ao ano de 1990.



Fonte: Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE, 2012.

Nota: Toda a área em verde corresponde à terra firme, coberta por floresta nativa, e a área de cor rosada representa a área de várzea.

Pela imagem confirmam-se, também, as afirmações dos comunitários de que a atividade da pecuária não ocupava espaço na terra firme, visto que não existiam clareiras, facilmente identificadas neste tipo imagem, refletindo o cultivo de forrageiras para pastejo dos animais. A imagem de satélite prova que a criação de gado no início da década de 1990 restringia-se às áreas de várzea e de transição.

Segundo relatos, nos dois subperíodos desta fase a criação de gado nunca atingiu quantidades significativas, próximas das de hoje. Segundo estimativas, a quantidade de bovinos, até 1989, quando finda a primeira fase, estava entorno de 400 animais, bem abaixo das 1500 cabeças dos dias atuais. Portanto, em relação às transformações da várzea ocasionada pela prática da pecuária os impactos foram baixos, não indicando mudanças severas de paisagem.

Como tratado no capítulo anterior, às famílias desta comunidade reagem a problemas ambientais, principalmente, os ocasionados por suas próprias ações (MOREIRA, 2004). Com base neste pressuposto, foi questionado junto aos comunitários, sobre a existência de problemas nas pastagens nativas da várzea. Os mesmos não souberam elencar nenhum tipo de problema, o que indica que a prática da pecuária, segundo o conhecimento local, não proporcionou sérios riscos ambientais ou sociais.

Outra noção que ajuda a entender que as pastagens não passavam por algum problema mais sério era a percepção de que as pastagens, no verão, imprimiam uma noção de infinito.

Os moradores dão a entender que as atividades, principalmente, de criação, poderiam se expandir para muito além do que ia, o que ajuda a evidenciar que os campos funcionavam em um regime de sobrepastejo.

Segundo os moradores, a quantidade de animal pouco expressiva, para o potencial forrageiro do ambiente local, se explica pela pouca adaptação da espécie bovina ao ambiente de várzea. Pois, a inaptidão do gado bovino a este ecossistema propiciava índices elevados de morte, o que impedia o crescimento da importância econômica desta atividade na vida das famílias.

Segundo relatos, houve famílias que perderam até 15 animais por ano, ou melhor, por inverno. Segundo as famílias, uma importante causa de morte do gado bovino era a intoxicação. Isto ocorria quando os animais se agrupavam nas ilhas, locais onde passavam a maior parte do tempo durante o inverno. Com a diminuição das pastagens, e incapacidade de nadarem por longo período de tempo para alcançarem gramíneas mais distantes, o gado bovino consumia ervas tóxicas existentes nas ilhas, causando mortandade dos animais.

Outros males eram o afogamento de bezerros, doenças que afligiam os mesmos após a parição, devido à alta umidade do ecossistema de várzea, efeito que é potencializado na época das chuvas e alta dos rios. Além dessas enfermidades fatais, os animais eram atacados frequentemente por doenças fúngicas, as quais feriam os cascos dos bovinos. As doenças fúngicas quando não levavam os animais à morte reduzia drasticamente seu rendimento, atrasando a evolução do rebanho.

Com todos os problemas por qual a criação do gado bovina passava é se levado a questionar, porque o búfalo demorou tanto tempo para se consolidar na comunidade? Visto que o mesmo já existia na área da RESEX desde o início do século. Segundo relatos dos comunitários, muito disso se deve a elitização do búfalo. Para os moradores, no momento da chegada deste animal, o mesmo era tratado de forma especial, como se essa atividade fosse somente para os fazendeiros. Do início do século até a década de 1970 o búfalo foi supervalorizado socialmente e comercialmente, chegando a custar no mercado o equivalente ao dobro do bovino.

Em entrevista um morador da RESEX afirmou “O búfalo é um animal do rico e do pobre, pois os dois têm condições de criá-lo” (WILSON, 2012). Esta fala evidencia que a boa adaptação do animal às condições de várzea exige menores custos de produção e, em função disso, esse valor simbólico construído, de ser uma atividade de rico (referendado tanto pelo

fazendeiro quanto pelos agricultores), não poderia interferir na escolha das famílias caso essas preferissem praticar este tipo de criação.

Além do mais, devido uma relação nem sempre amigável entre os grandes fazendeiros criadores de búfalos e as famílias, as últimas desenvolveram, inclusive, certa aversão contra este animal. Alguns problemas relatados pelos moradores dizem respeito a certos preconceitos que havia na comunidade contra o búfalo, por exemplo: a população local tinha medo de lidar com o animal; achava a carne ruim; e consideravam que o leite não tinha qualidade.

Outro motivo que também ajuda a entender a recusa das famílias pela criação bubalina se relacionava ao fato de que o mercado para esse produto ainda não estava consolidado localmente, sendo na maior parte destinada para exportação. Desta forma, não atendia aos interesses das famílias, pois a maior parte da sua rede de troca se estendia, somente, ao mercado local, onde seus produtos, como o queijo de vaca bovina, tinham maior aceitação.

Mesmo com toda dificuldade os primeiros búfalos foram inseridos na comunidade em 1976, por uma família de ex-vaqueiros da fazenda Aquiqui, tendo estes sido adquiridos como pagamento de dívidas trabalhistas. Após a entrada deste animal na comunidade as vantagens deste sobre o gado bovino no ecossistema de várzea ajudaram a romper pré-noções referentes à atividade. Em pouco tempo as qualidades deste animal, ao invés dos defeitos, passaram a ser apontadas. O búfalo passou a se destacar por atributo como: rusticidade, boa adaptação àquele ambiente, ótima produtividade tanto de carne quanto de leite, docilidade e até inteligência.

Todavia, segundo os moradores, o búfalo ainda continuou custando o dobro do valor do gado bovino. O alto preço, como foi referido, atrasou o processo de substituição de um rebanho pelo outro. Com isso, somente após 15 anos o processo de substituição foi concluído. Por volta da segunda metade da década 1980 a maioria dos grupos familiares já possuíam exemplares de búfalos, apesar dos rebanhos existentes na localidade na época serem, ainda, a maioria de bovinos.

Assim, mesmo com a entrada do búfalo no sistema de criação este ainda continuou funcionando sob o regime de poupança viva, como era com o gado bovino. A situação só se alterou no início da década de 1990, quando as condições de mercado para este tipo de produto começam a mudar, sendo este assunto tratado mais detalhadamente no subitem seguinte.

Desta forma, as condições de mercado, a organização social da comunidade e o ecossistema local, durante a primeira fase, promoveram uma situação favorável para que o modo de vida das famílias permanecesse sustentado pelo extrativismo. Ao mesmo tempo em

que, condicionava para que as atividades de plantio de roças e do sistema de criação funcionassem sob a lógica do consumo e da poupança viva, no caso do gado. No máximo com a realização de trocas esporádicas como era o caso da venda de queijo, o qual era fabricado em pouca quantidade e por poucas famílias.

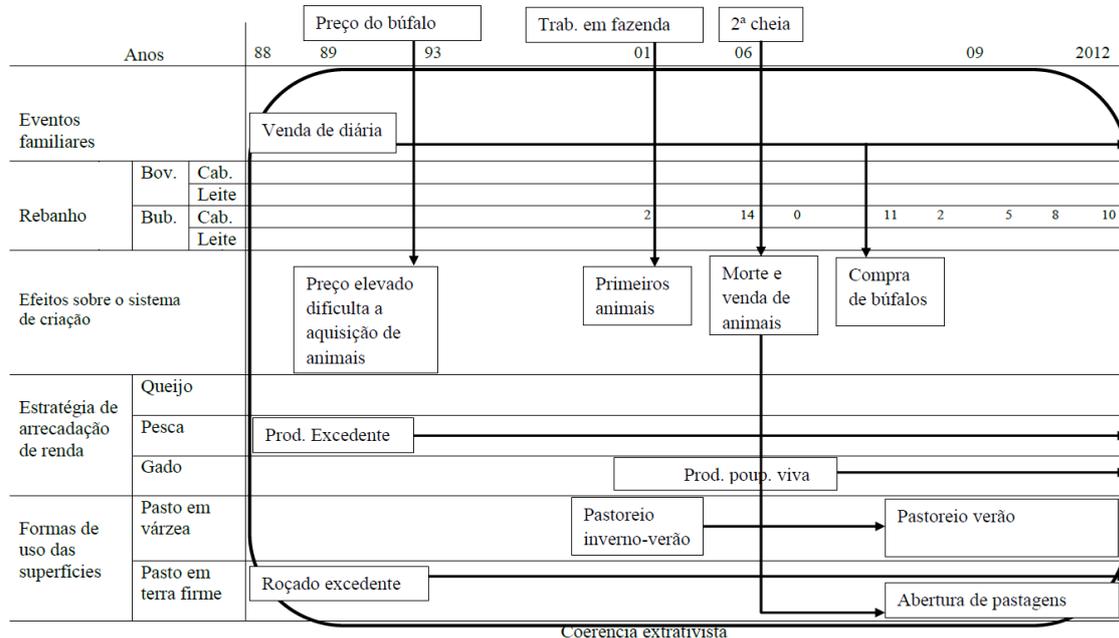
Contudo, este tipo de estratégia produtiva pode ainda ser observado e analisado atualmente, momento em que as condições de mercado para o gado bubalino se encontra propício ao desenvolvimento. Estas estratégias são utilizadas pelas famílias agrupadas no Tipo 1. Isto pode ser observado em famílias que passaram e passam por restrições financeiras, de capital social e em famílias que escolheram, ao longo de suas trajetórias, não trabalhar com determinadas atividades, mais condizentes com o meio envolvente.

Assim, a afirmativa da observação diacrônica de Adams (2000) de que as famílias se integram a diferentes ciclos econômicos ao longo do tempo, nesta situação, deve ser acompanhado também de um olhar sincrônico. Pois, observando as famílias do Tipo 1 essa integração depende da capacidade das famílias se ligarem a novos mercados, assim como do interesses singulares.

As famílias do Tipo 1 guardam estratégias de tempos antigos, porém adaptadas as estruturas atuais de mercado e política. Por exemplo, o sistema extrativista pesqueiro praticado pelas famílias daquela época era mantido devido à compra da produção de pescado pelas geleiras. Atualmente, a compra do pescado é feita pelos próprios moradores da comunidade, geralmente, das famílias do Tipo 2, como foi referido no item anterior.

Outro exemplo é o da venda de diárias, no passado essas eram feitas junto aos fazendeiros da região, para quem as famílias trabalhavam temporariamente, ou até permanentemente. Atualmente, com as fazendas sofrendo um processo de desapropriação ou sendo impedidas de continuarem com suas atividades, devido à criação da RESEX, que proíbe a permanência de populações não tradicionais, as famílias estão vendendo diárias para os moradores mais capitalizados da própria comunidade, que também são criadores de búfalos. Nestes estabelecimentos os filhos das famílias do Tipo 1 exercem a atividade de vaqueiro e queijeiro.

Como exemplo, a figura seguinte representa de modo sintético uma dessas estratégias produtivas. Através de uma crônica foi delineada uma trajetória evolutiva do sistema de produção de uma das famílias da comunidade, visando representar a situação do Tipo 1.

Figura 20: Crônica de um estabelecimento familiar do Tipo 1.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Box 1:

Nesta família o sistema criação tardou a ser efetivado, só iniciando no ano de 2001, com os animais adquiridos por meio de venda de diárias para fazendas vizinhas. Neste estabelecimento o sistema de criação ainda é uma atividade secundária, frente à venda de diárias, à atividade pesqueira e à aposentadoria. Como observado na figura 26, a criação no ano de 2006 sofreu um forte impacto causado por motivos naturais, no caso a 2ª grande cheia (a primeira ocorreu em 1989 e é discutida a seguir), que levou a morte de cerca de 80% dos animais dessa família, sendo que o restante foi vendido antes que estes também viessem a morrer. Após este evento se inicia o processo de abertura de pastagens em terra firme ao mesmo tempo em que reinicia o processo de criação, novamente com animais adquiridos por meio da venda de diárias, mas também com dinheiro da venda dos animais restantes.

Pela crônica se percebe que as famílias deste Tipo não alteraram de forma drástica suas lógicas produtivas, mantendo as mesmas estratégias, apenas as adaptando aos novos contextos sociopolítico e econômico, supracitado. Isto é observado pela existência e permanência de uma única coerência durante toda a trajetória da família, a qual atravessa as diferentes fases sem mudanças profundas na sua lógica de produção. Por isso, afirma-se que este Tipo é uma boa representação das formas produtivas existentes no passado.

A existência desse Tipo de sistema produtivo pode ser explicado por dois motivos: o primeiro motivo advém das escolhas pessoais, na qual o chefe de família disse que não criava animais de grande porte, simplesmente, porque não desejava fazê-lo, admitindo que preferia praticar a atividade da pesca. Isso ajuda a explicar a tardia aquisição dos animais na maior parte das famílias deste tipo. O segundo motivo, é o elevado custo de aquisição do búfalo no passado, fato que se torna mais evidente quando se percebe que a origem dos animais da maioria das famílias da comunidade foram adquiridos por meio do dote de casamento, evento que não ocorreu com as famílias representante do Tipo 1 existentes hoje.

Assim, pela manutenção de estratégias típicas de tempos passados, mas, principalmente, devido ao reduzido número de animais de grande porte, o poder de transformação da paisagem proporcionado por esses agente foi e ainda é baixo. A manutenção da paisagem, mesmo que de forma indireta, ou seja, não intencional, foi garantida devido às famílias manterem seu modo de vida baseado no sistema extrativista, em que as famílias articulam o uso dos recursos, a fauna aquática, com as demandas do mercado, o qual não exige uma mudança drástica da paisagem.

Assim, enquanto as famílias interagiram com o mercado por meio da negociação de produtos como o peixe, pouco afetou a mudança de paisagem. Contudo, a maioria das famílias manteve a interação com este mercado até enquanto este foi mais vigoroso, o que significa melhores retornos monetários. Desta forma, na medida em que este mercado se transformou restaram, como será visto adiante, apenas as famílias que não tinham interesse pela criação bubalina ou que não tinham capital para nele se integrar, os atuais representantes do Tipo 1. Mas, que apresenta tendência de mudança, pois tendo em vista que os filhos dos chefes de famílias que não desejavam criar animais ou que não tinham interesse tem iniciado esta atividade por meio da venda de diárias.

6.1.1 Segunda fase: novos mercados, novas possibilidades e um novo sistema produtivo, o Tipo 2

Como foi visto na primeira fase a participação da pecuária na vida da comunidade era secundária frente às outras atividades. Isto ainda se manteve mesmo com a entrada dos búfalos, em 1976, visto que, não houve, de forma relevante, alteração no ritmo de produção e nas influências sobre a transformação da paisagem quando da chegada desses animais. A presença massiva do búfalo, a ponto de propiciar maior relevância da atividade da pecuária,

no sistema produtivo das famílias só se efetiva em 1989. É a partir deste ano que o *status quo* que vigorou até então começa a se transformar.

Segundo as famílias, a substituição completa dos bovinos por bubalinos se deveu a uma grave doença que dizimou 80% do gado bovino, afetando inclusive alguns búfalos. Esta doença, segundo os mesmos, foi provocada por uma grande cheia que ocorrera no ano de 1989. Com a cheia os animais, na maioria bovinos, enfraqueciam e morriam. Diante da doença, todas as famílias se viram obrigadas a sair de uma substituição gradativa do gado bovino, que já durava 15 anos, para uma substituição abrupta, se desfazendo de uma vez só de todos os animais desta espécie.

Os bovinos foram trocados por búfalos, na proporção 2:1, devido o alto valor deste último em comparação com o primeiro. Assim, todas as famílias, de um momento para outro, passaram a criar búfalos, porém com menor número de animais do que antes. No entanto, a redução da quantidade de animais foi compensada pelo aumento do número de famílias criadoras. O maior número de famílias criando esta espécie junto com as qualidades genéticas do búfalo permitiu um crescimento progressivo e mais acentuado do que o gado bovino foi capaz.

Devida a pouca quantidade de animais a criação de búfalos não se mostrou como vantajosa logo de imediato. Por isso, o sistema produtivo continuou funcionando, basicamente, sobre os mesmos moldes, com o sistema de criação funcionando sob o regime poupança viva. O pequeno número de animais até a primeira metade da década de 1990 determinou a continuação da lógica de poupança viva, pois ainda não possibilitava a extração de receita, mantendo a atividade como secundária. As famílias, desta forma, permaneceram realizando as antigas atividades dependentes do sistema extrativista como a pesca e caça.

Porém, o sistema extrativista, agora, direta ou indiretamente, passa a subsidiar o sistema de criação. Com isso, o sistema de criação, além de aumentar naturalmente, é catalizado por conta de investimentos advindos de recursos do extrativismo. O sistema extrativista, além de gerar a produção necessária para a reprodução da família, via consumo e comércio, também, passa a ter por objetivo permitir o crescimento do rebanho mais rapidamente, evitando a necessidade de vendas. A lógica do sistema de produção se altera, em comparação com a fase anterior, pois as famílias passam a colocá-lo como meta principal, mesmo esta atividade ainda não gerando receita.

Boa parte das condições que favoreceram o surgimento dessa nova estratégia se deu por conta do mercado local mais propício, sendo as principais causas: a evolução e falência da

fazenda Aquiqui, a chegada de políticas públicas, como o FNO e a própria evolução das estruturas de mercado (assuntos tratados no capítulo anterior).

Junto a estes fatores houve também outras questões importantes para a consolidação da atividade bubalina na vida da comunidade. Por exemplo, a situação por qual passou a atividade da pesca também teve sua parcela de culpa na escolha da atividade bubalina como principal fonte de renda das famílias da comunidade São João do Cupari. Em um determinado momento da história da comunidade, por volta de 1985 até 1996, as atividades, baseadas no extrativismo faunístico, foram meio que estigmatizadas, ou seja, a prática comercial destas passou a ser percebida como deletéria (MOREIRA, 2004). A extração dos recursos da natureza, em grandes quantidades, o qual era definida como exacerbada quando acima do necessário ao próprio consumo, ficou simbolizada como uma ação negativa, causadora de danos ambientais.

Neste sentido é representativa a seguinte fala “quando Antônico estava vivo ele não permitia a captura de dois animais, como o tatu, pois não havia a necessidade, assim, ele mandava devolver um a natureza” (GRAÇA, 2012). Com isso, em algumas circunstâncias, definidas pelo patriarca, a venda era proibida. Assim, o recurso que é extraído exageradamente sem nenhuma forma de reposição, segundo as famílias, leva a extinção deste, o que ao mesmo tempo coloca em risco o modo de vida da comunidade.

Em relação à pesca, com a consolidação de um mercado favorável, ocorreu algo parecido. Do final da década 1980 até a metade da década de 1990, com a chegada das geleiras, houve um período de crescimento desta atividade, em que muitas das famílias se especializaram na mesma, em que as famílias pescavam e revendiam a produção para as geleiras (MOREIRA, 2004). Contudo, a elevada exploração por parte das geleiras, como também de muitos moradores, através de arrastões realizados com redes de pesca não seletivas, em poucos anos reduziu drasticamente a quantidade de peixes, como foi supracitado. Com isso, as famílias passaram a se encontrar em uma situação de risco, em que seu modo de vida estava se tornando cada vez mais difícil (MOREIRA, 2004).

Isto favoreceu a emergência de ações coletivas contra as geleiras, gerando graves conflitos, muitas vezes violentos, que culminaram com a criação de um acordo de pesca. Este apesar de ser amplamente aceito pelas famílias não significou a plena resolução das contendas sobre a questão da pesca. Mas, definiu consciente ou inconscientemente, que essa atividade praticada de forma comercial gerava problemas para a sustentabilidade do próprio grupo (MOREIRA, 2004). No acordo de pesca da comunidade, ficam claras as restrições à prática

da atividade comercial da pesca, impedindo o uso de práticas que eram realizadas no passado, fato que até hoje não é aceito por todos os moradores. Assim, de modo indireto, a alternativa de produção mais viável se tornou a pecuária bubalina.

Com as transformações nas lógicas produtivas, novos efeitos sobre o uso dos recursos naturais são impostos, visto que com a entrada do búfalo novas perspectivas surgem e novas medidas práticas são adotadas visando favorecer sua evolução. Importantes transformações na paisagem começam a ocorrer quando o número de búfalos eleva-se e, na mesma proporção, aumenta sua importância na vida social das famílias.

Em todos os sentidos o aumento da importância do gado favoreceu o deslocamento de antigas práticas produtivas, principalmente, as que eram executadas com fins comerciais e que eram oriundas do sistema extrativista, como a caça e a pesca, as quais foram deixadas parcialmente de lado para que novos elementos relacionados à lida dos animais passassem a serem postos em vigor.

Todavia, em relação ao manejo da criação, pouco foi alterado. Os búfalos continuaram a ser criados como se criava os bovinos. Na verdade, a criação do búfalo se tornou mais simples, sendo que a rusticidade e docilidade dos animais tornaram a lida mais fácil. Novos elementos práticos voltados à criação do búfalo foram desenvolvidos ou apropriados somente para ultrapassar alguns percalços que surgiram pelo caminho, os quais influenciaram na apropriação e/ou desenvolvimento de novas tecnologias. Estes obstáculos à criação designaram pelo menos dois caminhos evolutivos para as atuais formas de manejo, os quais determinam a forma de uso dos recursos da várzea e da terra firme.

O primeiro percalço, e o mais notável, foi o ataque de piranhas. Este foi e ainda é um fator crucial para a transformação do manejo dos animais, conseqüentemente, para a promoção da mudança de paisagem. A partir deste percalço, ofertado pelo ambiente natural, todo o aparato de técnicas efetuadas até o momento tiveram que ser reavaliadas e incrementadas.

A priori às cheias cada vez mais intensas se apresentavam como o principal motivo da implantação de pastagens em terra firme, devido à falta de capim no inverno, principalmente, a partir do aumento do número de animais. Contudo, quando se observa o comportamento dos búfalos naquela região nota-se que os mesmos são inteiramente capazes de sobreviver neste período nas áreas de transição, conseguindo alimentos, em algumas palmeiras aquáticas existentes nas ilhas, ou nadando por grandes distâncias em busca destas nas superfícies mais

elevadas, ou se alimentando a pleno nado de gramíneas quase que totalmente submersas⁷³. Isto só foi levado em consideração a partir do relato de um grupo familiar que criava metade dos animais na terra firme (vacas e bezerros) e a outra metade, constituída por animais solteiros, criados na várzea durante todo o ano⁷⁴.

Ao observar esta forma de manejo, concluiu-se, então, que não foram as cheias e a elevação do número de animais que levaram as famílias a criarem o gado bubalino na terra firme, mas sim, segundo informaram, o ataque de piranhas ao úbere das vacas em lactação: ao permanecerem por mais tempo expostos na água, principalmente após amamentar, os úberes das vacas lactantes atraíam as piranhas que comiam os úberes, tornando este evento muito mais notável que antes, quando da criação de bovinos. Os ataques causaram prejuízos na hora de retirar o leite para a produção de queijo, chegando até provocar a morte de bezerros, pela incapacidade de amamentação.

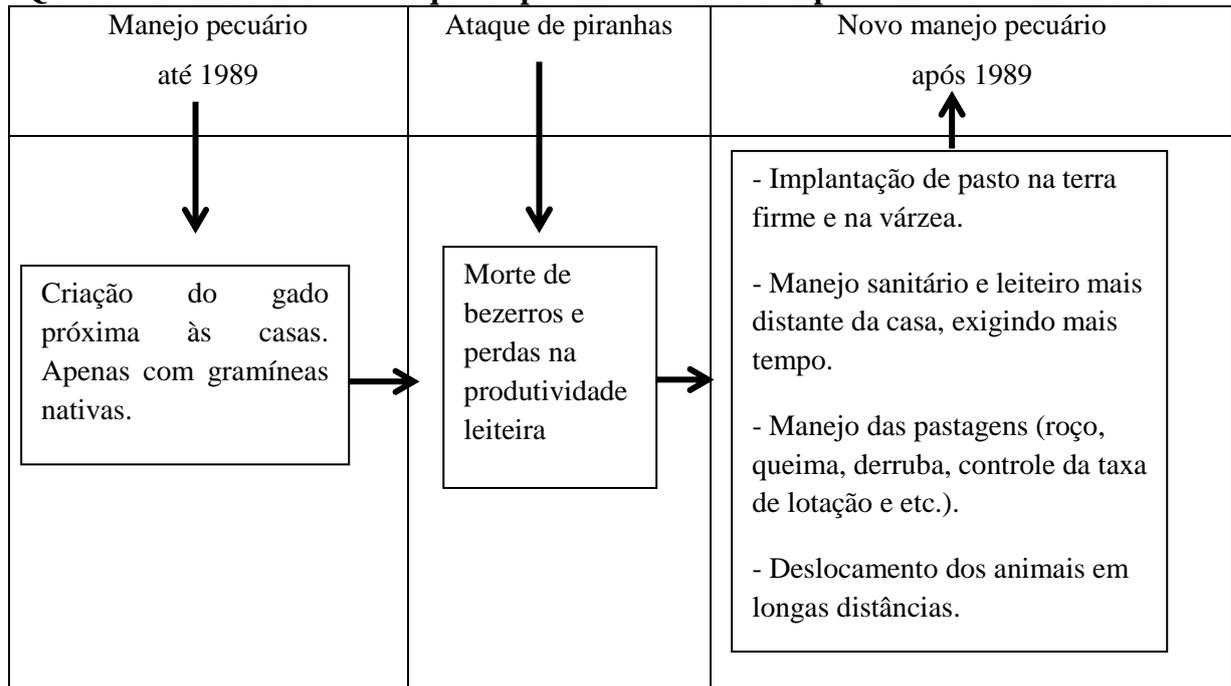
Este fator foi um sério limitante na elevação do número de animais e atingiu as famílias em tempos diferentes. As famílias que possuíam os estabelecimentos mais próximos à área de várzea e que tinham os pastos e ilhas totalmente inundados, mesmo nos anos em que as cheias não eram tão intensas (se comparadas com as atuais), foram as primeiras (por volta de 1993), a serem condicionadas a abrirem pastagens na terra firme (mesmos que a principio fosse somente para as vacas e bezerros) com intuito de diminuir as perdas destes animais.

Somente as famílias cujo estabelecimento localizava-se em locais com superfície mais elevada, em relação ao nível da água, permaneceram sem necessitar de recorrer às pastagens na terra firme. Estas adotaram estas práticas somente no ano de 2006, quando as cheias também os atingiram, provocando prejuízos e os levando, então, a abrir pastos na terra firme.

Desta forma, o ataque das piranhas desencadeou uma transformação nas práticas da comunidade. Pois, a vontade de elevar o número de animais levou as famílias a utilizarem a terra firme como alternativa para este problema. O uso da terra firme exigiu uma gama de práticas nunca antes implementadas pelo grupo, tais como: implantação de capim (na várzea, nas ilhas, e na terra firme), separação dos animais, manejo das pastagens (inclusive, por meio do fogo), rodízio de pastagens por meio do deslocamento de animais por grandes distâncias, entre outras (Quadro 01).

⁷³ Segundo as populações locais os búfalos conseguem arrancar até gramíneas totalmente submersas.

⁷⁴ Como veremos esta trata-se das primeiras práticas utilizadas criadas a partir das primeiras implantações de pastagens, mas que ainda podem ser observadas em algumas famílias do Tipo 1 e 2, no geral essas apresentaram indícios que essa técnica tende a evoluir para modelos que se utilizam das pastagens na terra firme de forma integral, em que todos os animais ficam durante todo o inverno.

Quadro 01: Influência do ataque de piranhas sobre o campo técnico da comunidade.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Desde que o novo manejo pecuário (Quadro 01) foi implantado este sofreu apenas uma modificação importante, no que tange à mudança de paisagem. Essa mudança é, basicamente, o uso integral das pastagens na terra firme por todos os animais durante o inverno inteiro. Pois, a criação na terra firme, no primeiro momento era ainda mais extensiva que a forma de criação usada por algumas famílias na atualidade.

No primeiro momento, somente as vacas em lactação e seus bezerros, ficavam nos pastos de terra firme durante o inverno. Todavia, como as famílias não tinham controle sobre o momento de cobertura das vacas, desconhecendo o período exato em que isto ocorria, possibilitava que muitas parissem sobre a água, levando o bezerro à morte. Essas mortes também se deviam ao fato de que no inverno os animais praticamente não eram acompanhados pelos seus donos, os quais vagavam por todo território da comunidade.

Diante desta constatação, as famílias passaram a alocar também as vacas solteiras na terra firme, o que levou à necessidade de aumentar os campos de forragem cultivados. Com o passar do tempo, durante o inverno todas as categorias de animais foram alocadas na terra firme, diminuindo também as perdas por roubo e fuga. Algumas famílias, do Tipo 2, ainda mantêm a primeira forma de manejo, o que é profundamente criticada por seus vizinhos, pois representa falta de zelo pela criação e também porque invadem as pastagens pertencentes a outras famílias.

O aumento dos campos de pastagens cultivadas na terra firme, simultaneamente, exigiu então das famílias maior intensidade de trabalho, refletido em uma maior quantidade de horas gastas para a criação ao longo do ano, ocupando, assim, o tempo que era gasto com outras atividades produtivas. Com a implantação das pastagens surgiu novas necessidades que antes não existiam quando os animais ficavam apenas nos campos nativos, essas necessidades são basicamente roço, realizado todos os anos de setembro a outubro, ou a queima.

Segundo as famílias que empregam o método mais intensivo, as taxas de mortalidade são bem menores do que nos estabelecimentos que não as utiliza, isto tem favorecido a substituição das práticas menos intensivas pelas mais intensivas. O novo padrão de manejo pecuário trouxe um enorme êxito na criação destes animais, elevando a população média para entorno de 50 animais por família, diminuindo consideravelmente as taxas de mortalidade ao ano, conseqüentemente, gerando animais de descarte, logo gerando também renda. Houve grupos familiares que anunciaram que no sistema de manejo antigo em um lote de 200 animais havia-se a ocorrência de mais de 30 mortes por ano, sem considerar os bezerros que morriam nas áreas alagadas sem que dessem conta.

No entanto, além da abertura das pastagens na terra firme, houve outras alternativas para se evitar o ataque de piranhas, porém, descartadas frente às vantagens desta prática. Como alternativa à abertura e implantação de pastos na terra firme surgiu duas propostas: uma era a construção de marombas nas áreas alagadas; e a outra a implantação de pastos nas ilhas. Segundo relatos das famílias, de modo até pragmático, a primeira alternativa se mostrou de imediato, ou seja, em curto prazo, mais custosa em trabalho e em valor e, além de tudo, como os campos de pastagem se encontram em uma zona de transição, com presença de muitas ilhas, há pouca quantidade de forragem próxima a possível localização das marombas, impedindo de se criar os animais durante todo o inverno, pelo menos se todas as famílias resolvessem desenvolver o mesmo método de manejo.

Quanto à implantação de pastagens de capim braquiário (*Brachiaria brizantha*) nas ilhas, a ideia até se mostrou válida enquanto as enchentes não chegavam a cobrir totalmente a superfície destas. Fato que ocorreu no ano de 2006 e que levou muitas famílias a iniciarem a empreitada do desflorestamento da terra firme para o cultivo do capim. Em relação à implantação destas pastagens as mesmas seguiram o método de corte e queima da floresta em um regime gradual e crescente, de acordo com a força de trabalho da família, podendo no intervalo de tempo entre a queima e o plantio de capim ser implantado culturas anuais.

Para os moradores, a partir da adoção do búfalo e das técnicas de manejo é inquestionável que o padrão de vida é bem melhor do que no passado, pois a renda das famílias aumentou substancialmente, possibilitando novos padrões de consumo. Contudo, esta mudança de estratégia se popularizou, também, por melhorar as condições de vida das famílias, por exemplo, diminuindo a penosidade do trabalho. Atualmente, a prática da pecuária exige bem menos esforço que a prática do sistema extrativista. Segundo relatos, a renda advinda do sistema extrativista baseada na venda de produtos salgados vinha a custo de muito trabalho por vezes arriscado e inútil (por ser incerto).

Segundo o morador Adonias (2012), quando se depende da caça ou pesca há necessidade de passar dias e noites a fio para garantir uma quantidade suficiente de peixe e caça que alimente a família e ainda produza excedente para comercialização. Isso, considerando que, para a prática da pesca e caça a pessoa encontra-se normalmente em um ambiente de alto risco, pois estão próximos a animais peçonhentos e com altas chances de sofrerem acidentes. Além do mais, depois de realizada a captura do pescado o processo de salgamento é ainda mais penoso, havendo ocorrências frequentes de ferimentos nas mãos ocasionados pelos espinhos e também por exigir uma constante vigilância sobre os produtos salgados, devido os mesmos necessitarem ficar expostos ao sol sobre suportes, sendo que a qualquer mudança de clima deve-se retirar e abrigar imediatamente o produto.

Segundo as famílias, a melhoria da condição de vida, também, se deve à substituição do tipo de atravessador, no caso o marreteiro⁷⁵, logo a partir da modificação do sistema de mercado local. Antes de 1996, quando a atividade principal ainda era a pesca, as principais relações de troca realizavam-se com os marreteiros, no qual se trocava mercadorias manufaturadas por produtos oriundos da caça e da pesca. Na vigência dessa relação praticamente não existia receita líquida, toda ela era amortizada em produtos destinados para o consumo, sendo a teoria de Chayanov, a que diz que, a quantidade de trabalho realizada por um família se estabiliza com a satisfação das suas necessidades, bastante elucidativa nesta situação.

Porém, a partir de 1996, com o gado passando a produzir de modo excedente, o próprio produto favoreceu a entrada de um novo tipo de atravessador, no caso os compradores de gado, o marchante. O maior número de animais possibilitou a venda em lotes, o que atraiu compradores intermediários de gado bubalino, alterando, ou enfraquecendo

⁷⁵ O marreteiro, segundo os moradores da Reserva, é uma figura cada vez menos presente na área, isto tem provocado até mesmo a saída de moradores que moram mais distante da sede do município, pois o custo de vida aumentou substancialmente, dificultando ainda mais para as famílias que não possuem barcos a motor.

consideravelmente todo um sistema mercantil do passado, o qual rebaixava o valor do trabalho das famílias, alocando-as em uma posição em que o poder de barganha destas era inexpressivo.

Com a chegada do marchante todo sistema mercantil foi alterado, agora passando a ser negociado em dinheiro vivo, sendo o produto comercializado a preços tabelados no mercado regional, o que diminuiu drasticamente a extorsão no momento da troca. Portanto, a mudança de estrutura de mercado na localidade é também um importante motivador da intensificação da bubalinocultura, pois os objetivos das famílias por este caminho pareceu mais favorável.

É preciso lembrar que, essa condição favorável de mercado, também, se deve a fazenda Aquiqui e do projeto SUDAM. Apesar dos conflitos travados com funcionários e estabelecimentos familiares vizinhos, como foi visto, acabou por servir para a consolidação de uma estrutura de mercado para o búfalo na região, principalmente em Porto de Moz. Com isto, após sua falência, a troca da bovinocultura pela bubalinocultura não passou por maiores problemas. Muito pelo contrário, encontrou um ambiente econômico favorável.

A maior entrada de capital após a evolução da bubalinocultura permitiu e permite uma ampla revolução na vida social das famílias, as quais adquiriram barcos a motor (rabeta), barcos de pesca maiores, motores de energia, bombas d'água e casas com maior nível conforto e sofisticação. Com o aumento do número de barcos movidos a combustão, as idas a cidade se tornaram muito mais frequentes, permitindo a aquisição de produtos de consumo de origem industrial, com isso desobrigando às famílias de melhor condição financeira da implantação de roçados para consumo, com exceção das que criam animais de pequeno porte como o porco, servindo os produtos do roçado mais como ração⁷⁶.

O serviço do roçado, como também a caça comercial, passam a ser agora realizado mais pelas famílias de menores condições financeiras, como as do Tipo 1, mas quase sempre com os produtos sendo comercializados com as famílias da própria comunidade.

Para consolidar a transição de uma fase para outra surge, a partir da segunda metade da década de 1990, o FNO - especial, o último elemento importante deste período, que marca definitivamente a diferença da primeira fase para a segunda. O FNO - especial propiciou um acréscimo de aproximadamente 40% dos animais, permitindo que até famílias que nunca trabalharam com a atividade de criação a iniciassem.

Além do incentivo à pecuária, o FNO – especial possibilitou, também, a realização de tentativas de implantar cultivos como banana, café, açaí e cacau (e até uma casa de farinha)

⁷⁶ O aumento da renda também possibilitou a ida das famílias mais vezes à cidade o que fez com a que a importância do marreteiro fosse diminuída.

com apoio de organizações como o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET). Visto que, o mesmo exigia que junto com a pecuária fossem implantadas atividades agrícolas. Porém essas tentativas não foram levadas a diante por falta de acompanhamento técnico e pela pouca experiência das famílias. A maior parte da tentativas tiveram êxito, muitas das vezes nem chegando a produzir ou atingir o máximo potencial produtivo destes cultivos.

Com as inúmeras frustrações no cultivo das diversas espécies, a alternativa que o FNO – especial consolidou foi mesmo a da bubalinocultura, até porque as famílias dominavam as práticas de criação naquele ambiente. Nestas condições os fatores que levaram e levam ao fortalecimento da bubalinocultura não divergem muito dos elencados na Transamazônica⁷⁷. Elementos como a abundância de recursos como terra (em várzea e terra firme), necessidade de baixo capital de investimento, domínio das técnicas de produção e um campo econômico que possibilita a obtenção da renda familiar acima de outras culturas (pelo menos sob as condições locais) esclarecem o porquê da escolha dessa atividade pela maioria das famílias.

Diante de toda essa conjuntura favorável o FNO - especial consolida de vez a atividade bubalina como hegemônica. O mesmo catalisou a atividade, praticamente dobrando o número de animais em um curto período de tempo, de 1998 a 2001. Neste intervalo de tempo a comunidade adquiriu 18 financiamentos, com valores que variaram de 3.000,00 R\$ até 8.000,00 R\$, sendo que nem todas as famílias conseguiram adquirir o crédito por completo⁷⁸. Pois, as famílias, devido o medo do endividamento, desistiram de prosseguir pegando as parcelas do financiamento, visto que a maior parte do valor saía na forma de produtos, na maioria das vezes superfaturados, como arame para cercas, adubos, mudas ruins e até mesmo animais de péssima característica biofísica⁷⁹, por exemplo, vacas estéreis.

Mesmo assim, ainda houve os que conseguiram realizar manobras para fugir desta situação, trocando cercas por animais e/ou negociando diretamente com os fornecedores de matrizes para obtenção de animais de melhor qualidade. Quando esta negociação foi bem efetuada as famílias adquiriam de 10 a 16 matrizes, na maioria das vezes prenhes. Em 1998, as famílias detinham, aproximadamente, 387 animais bubalinos e até 2001 foram acrescidas em mais de 144 cabeças advindas do FNO – especial.

⁷⁷ Com base na pesquisa do LAET sobre o fortalecimento da pecuária bovina na agricultura familiar (SABLAYROLLES; ROCHA, 2001).

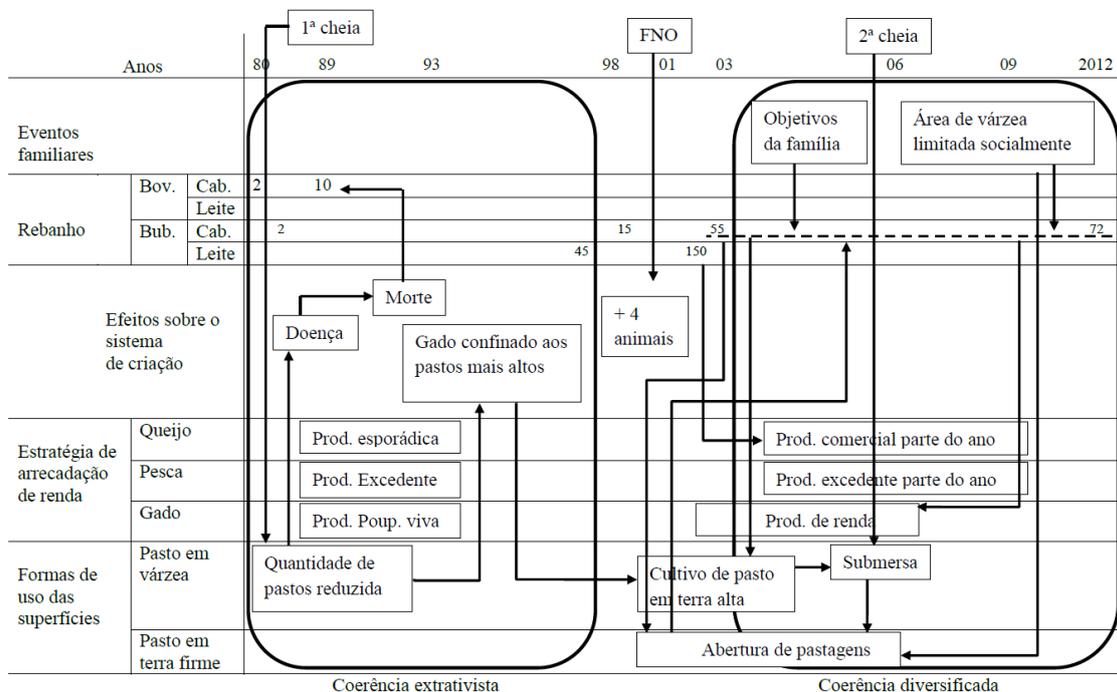
⁷⁸ Mas, em outros casos houve diversas famílias que adquiriram dois financiamentos.

⁷⁹ Muitos dos produtos ofertados pelo crédito não se adequavam em nada com as técnicas utilizadas na comunidade. Um bom exemplo é o do arame, pois sua aquisição, pelo menos no início criação, não tinha uma função tão clara e útil, visto que devido área ser alagada as cercas não apresentavam a mesma eficiência. E também pela forma que o búfalo é manejado atualmente não necessitar de piquetes para a criação. Segundo as famílias os búfalos adultos, quando bem acostumados pelos seus donos não saem do território pertencente a família, além de não se misturarem com outros rebanhos e ainda voltarem sozinhos para o curral.

Segundo os moradores, outro método utilizado que colaborou para o crescimento do rebanho foi o de negociar apenas matrizes, dificilmente aceitando reprodutores nas negociações, pois como a comunidade já os possuía, não tinha razão de adquirir novos reprodutores se a intenção principal era ampliar o número de animais. Desta forma, estes preferiram as vacas prenhes, sendo que aproximadamente 50 % destas chegaram cobertas aos estabelecimentos. Com isso tem-se um acréscimo total de 216 animais. Portanto, o FNO - especial foi responsável por um acréscimo de 56 % do rebanho desta época. Além do que o comprometimento com FNO - especial fazia com que as famílias tendessem ainda mais a acumular animais para conseguir sanar as dívidas assumidas.

Como pode ser observado na crônica abaixo os estímulos inerentes à segunda fase da trajetória das famílias da comunidade São João do Cupari possibilitaram o abandono parcial das estratégias que marcaram toda a primeira fase (Figura 21). A partir das antigas estratégias imanaram um novo modelo produtivo, o do Tipo 2, o qual inaugurou também uma nova forma de relação com a natureza, marcada pela implantação do cultivo de pastagens em áreas desflorestadas e a elevação da importância da pecuária no modo de vida das famílias.

Figura 21: Crônica de um estabelecimento familiar do Tipo 2.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Box 2:

Nesta família o sistema de criação sempre existiu, recebendo gado bovino de herança do pai no ato do casamento, que aos poucos foi sendo trocado por gado bubalino. Desde então, o rebanho se desenvolveu sobre o ambiente de várzea consumindo as gramíneas nativas. Entretanto, com elevação gradual do nível das águas, surgiu a doença que dizimou o restante dos bovinos forçando a troca total e imediata por bubalinos. O ambiente biofísico em que este estabelecimento se encontra, por ser localizado sobre terras mais altas, permitiu que a abertura de pastagens em terra firme fosse adiada até a segunda grande cheia, em 2006, quando os pastos foram submersos. Atualmente, o sistema de criação encontra-se estabilizado, o qual nos últimos nove anos o número de cabeças tem se mantido em um mesmo patamar.

Isto ocorre a partir da incorporação da atividade bubalina como objetivo principal da família, mas sem abandonar por completo as atividades do passado. Assim, muito mais esse Tipo incorporou novas dinâmicas de produção do que substituiu as antigas por completo, sendo caracterizado, portanto, por sua diversificação produtiva.

No Tipo 2 a pesca e a caça passam a suprir somente as necessidades de troca das famílias na menor parte do ano. Normalmente, a receita advinda da pesca atende as necessidades dos meses de maio a setembro, período que coincide com a maior disponibilidade de peixe. O período de maior fartura de peixe coincide com uma menor disponibilidade de leite para a produção de queijos, pois nesses meses os animais estão na terra firme, mas já iniciando o retorno para a zona transição. Nesse período inicial as pastagens nativas ainda não se encontram bem recuperadas do inverno, assim, a quantidade de leite nos meses de junho a setembro é praticamente zerado.

A baixa produção leiteira também se deve ao fato de que é nestes meses em que ocorrem a maioria dos partos, o qual ocorre praticamente de forma simultânea entre as vacas da comunidade, o que corta a produção leiteira, deixando as famílias dependentes do pescado para geração de receita. Na falta de pescado nesta época há forte tendência das famílias realizarem descartes de animais. Quando estas possuem porcos, estes, geralmente, são os primeiros a serem descartados nas redes de comércio locais, quando não, é o búfalo que é comercializado.

Todavia, com a evolução das famílias do Tipo 1 para o Tipo 2 o número de animais passa a encontrar limites. Como foi dito anteriormente, a área de pastagem nativa, na várzea,

que sempre foi vista como um recurso quase infinito, no qual se não fossem as cheias o número de animais poderia ser freado apenas pelo interesse e a capacidade da família de lidar com estes passa a encontrar barreiras. Nesta década, de 1990, se definem fronteiras entre os estabelecimentos familiares, a qual é construída devido a capacidade limitada de uso das pastagens nativas.

É após esse período, sobre essa condição, que os estabelecimentos familiares dão mais um passo para uma nova forma de produção. É neste momento que o interesse e potencial das famílias, por serem diferenciadas, começam a promover a diferenciação de uma para a outra. As famílias que tinham, além do interesse, maior potencial para investir na bubalinocultura adotaram novas estratégias (discutidas no item a seguir) que possibilitaram romper, definitivamente, com o modelo de produção vigente no Tipo 2 e, assim, inaugurar a Terceira fase, a da “Atividade de criação hegemônica”, como também um novo Tipo.

6.1.2 Terceira fase: o Tipo 3 pecuarista

Antes iniciar a discussão deste subitem é preciso retornar, novamente, ao passado para que fique mais bem exemplificada a diferença entre as duas fases. Principalmente, devido à necessidade de se comentar um longo período de transição de 10 anos entre elas, o qual ofertou estímulos que não surtiram efeitos de imediato, como no caso do uso das novas áreas de terra adquiridas por volta de 1998.

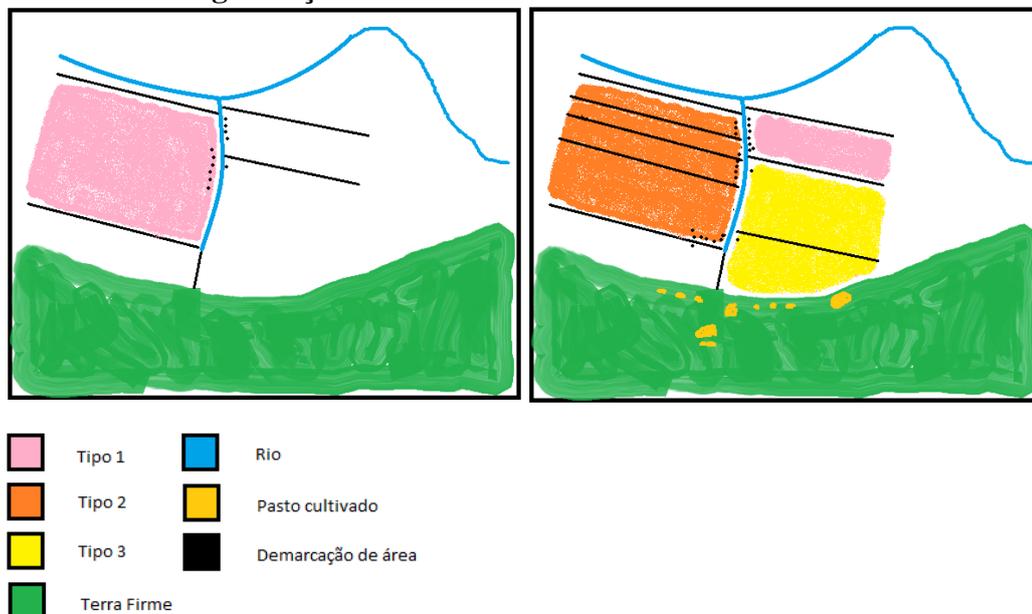
Na primeira fase as famílias estavam adaptadas às condicionantes do mercado de produtos extrativistas, mantendo-se por meio da estrutura comercial do aviamento, mesmo que em condições menos coercitivas do que do período da borracha. Essa estrutura se mantinha devido o sistema agrário ser baseado no patriarcado⁸⁰, o qual determinava a organização social, pelo parentesco, e, portanto, a produção e distribuição dos bens.

Este tipo de organização, centralizado, condicionava um modo de vida mais orgânico, que girava entorno de um objetivo comum, favorecendo a forma comunitária de existência do grupo, em que os recursos naturais eram de uso apenas relativamente livre, pois a produção extrativa tinha que passar pelo aval do líder da comunidade. Assim, a organização social da

⁸⁰ Esse poder era acentuado porque o chefe de família, o patriarca, era o herdeiro direto das terras. Com isso, seus filhos que iniciaram novas famílias ou mesmo pessoas de confiança que moravam no seu território prestavam contas com ele. Isso é notado até o final da década 1980, na criação de gado bovino, onde o segundo maior patriarca, que comprou metade das terras do primeiro, manteve o mesmo sistema, neste os filhos casados detinham um número de 10 animais em seus pastos, mas com a obrigação de cuidar de, aproximadamente, 300 cabeças do patriarca.

comunidade, centralizada na figura de um chefe comunitário, herdeiro e proprietário da terra, condicionava o uso comum dos recursos.

Figura 22: Gravura à esquerda: organização espacial das famílias na primeira fase; Gravura à direita: organização das famílias na terceira fase.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

No desenho da esquerda encontra-se exemplificado a organização da comunidade na primeira fase, em que era orientada pelo patriarca da família (Figura 22). Nota-se que todo o território é unificado, existindo apenas um Tipo, corporificado pela figura do patriarca. No desenho da direita, a figura do patriarca não existe mais, as famílias descendentes do mesmo assumiram uma maior autonomia, diferenciando-se uma das outras, e delimitando espaços específicos e particulares.

Com a morte, em 1975, do principal patriarca da comunidade, do qual descendem quatro grandes grupos familiares, cada família passou, a partir de então, a reorganizar as relações de trabalho em torno de seus núcleos, havendo um processo de descentralização do poder. Em um primeiro momento isto não se revelou como um elemento suficientemente capaz de alterar o modo de uso dos recursos naturais, pois as condições do meio ainda não eram favoráveis para que as famílias mudassem de estratégia.

Mas, certamente a morte do patriarca fez emergir esta possibilidade, pois agora, se as famílias quisessem adotar novas práticas, dependia-se somente da vontade e capacidade destas. E diante de um contexto favorável, como é o que ocorre a partir da segunda fase, essas mudanças surgem e com elas a diversidade dos sistemas produtivos entre os

estabelecimentos da comunidade. Assim, a partir deste ano surge, o Tipo 2. Modelo produtivo que elege a bubalinocultura como a principal atividade, desenvolvendo-a de acordo com o *know-how* da comunidade.

Este Tipo transforma parcialmente o modelo produtivo que até então vigorava. No entanto, diante do crescente rebanho, as primeiras limitações não demoraram a surgir. As primeiras limitações, como vimos, foram de ordem natural como ataque de piranhas e grande enchentes, as quais foram resolvidas com aberturas de pastagens na terra firme, ou, por certo tempo, nas ilhas da área de transição. Entretanto, a partir do ano 2000, a elevação do número de animais revela outra barreira, a limitação das forragens nativas.

Mediante a limitação das forragens nativas as famílias desenvolveram e definiram outras noções de espaço, onde as pastagens deixaram de ser tratadas como de uso comum, pois não satisfazia a necessidade da nova estratégia produtiva e do interesse individual a cada grupo familiar (MACKEAN; OSTRON, 2001, MORÁN; OSTRON, 2009). Com as novas estratégias, onde o búfalo é criado em grandes quantidades pelos grupos familiares as áreas ocupadas com pastagem nativa passa então a ser tratada como de uso particular. E somente às famílias detentoras por herança e/ou aceita pelos comunitários como tal poderiam usufruir deste recurso. Cada grupo, ou melhor, a comunidade como um todo, passou a considerar a quantidade de terras que cada grupo familiar possuía e, de acordo com essa quantidade, estabeleceu-se a quantidade de animais que estas poderiam criar.

Assim, os recursos naturais permaneceram sob o regime de uso comum (mas de acordo com as regras assimétricas de reciprocidade (SABOURIN, 2009)), enquanto os principais produtos destinados à comercialização procediam do sistema extrativista, ou melhor, enquanto a imensa maioria da produção vinha dos rios. Segundo Mcgrath et al (1998), em comunidades ribeirinhas da região amazônica, os rios são tratados como um bem comunitário, em que todos têm o direito de uso dos produtos dali extraídos (MCGRATH et al, 1998)⁸¹.

Portanto, a princípio, não houve a necessidade, ou melhor, não surgiu nenhum interesse particular de divisão das terras, fundamentalmente, por que a quantidade de bovinos permaneceu limitada a umas poucas cabeças, entorno de 300-400 animais. Em média, durante a primeira fase, a quantidade de animais chegava a 10 animais por família, entretanto, pela existência de um poder patriarcal essa divisão era desigual, sendo que 80% dos animais

⁸¹ Desde que, seja pertencente ao grupo local.

existentes na comunidade ficavam com estes. Ainda mais que, nem todas as famílias possuíam gado, não sendo motivo suficiente para delimitação de uso particular da terra.

Assim, o aparecimento da propriedade privada, aqui somente referente às divisões de lotes de terra para cada família, existiu formalmente desde a morte do patriarca, onde as terras foram divididas, em lotes de 272 x 3000 m, equivalente a 81,6 ha, mas na prática nunca havia se consolidado. A divisão dos campos em propriedades particulares, pelo menos virtualmente, passou a ganhar importância, quando aliado à nova autonomia das famílias, essas lograram metas, como supracitado, mais ambiciosas para a atividade bubalina.

Desta forma, o número de animais de determinadas famílias, que mais tarde viriam deixar o Tipo 2 para inaugurar o Tipo 3, elevou-se a ponto de impedir que outras também o fizessem, criando impasses e impedindo, nesse momento, a evolução do rebanho, visto que todos tinham o mesmo direito a terra, inclusive, sobre a mesma extensão. É diante destes impasses que as delimitações territoriais evoluem, esta evolução pode ser percebida cotidianamente com criação de normas informais que impedem o uso dos recursos, principalmente, os relativos às pastagens nativas.

Muitas das normas de controle do número de animais são determinadas pela quantidade de área que a família virtualmente tenha. Por exemplo, uma família, mediante um acordo comunitário informal, que tenham dois lotes pode então criar, aproximadamente, 100 cabeças, logo outra família que tenha apenas um lote pode, proporcionalmente, criar 50. Essas normas, evidentemente, são flexíveis, impedindo conflitos maiores, pois por não haver barreiras físicas (além das naturais já comentadas) os búfalos, frequentemente, perambulam de um pasto para o outro. Mas, o que realmente interessa neste caso é que o número de animais, para cada grupo familiar, é limitado conforme o tamanho que a sua área permite criar. Assim, reclamações são feitas quando determinado grupo familiar, cuja área de pastoreio é pequena em extensão, cria mais animais do que sua área permite. Pois, se reconhece que estes animais irão pastejar, além da quantidade de gramínea que existe na sua área, passando, então, para o pasto do vizinho.

Com as limitações apresentadas ao aumento do rebanho, as famílias que tinham maior potencial e interesse passam a se apropriar de terras fora da área da comunidade. É importante comentar que a história das terras adquiridas fora da comunidade se iniciou ainda na fase de transição. Estas foram apropriadas e demarcadas devido o STR ter declarado às famílias que seria necessário a sua aquisição por as mesmas apresentarem melhor qualidade de pastagens

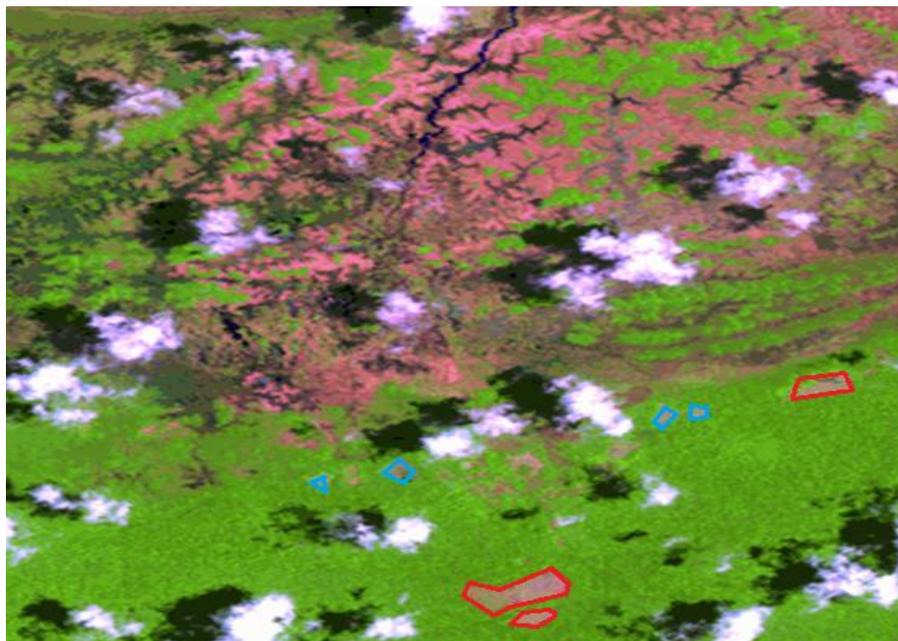
nativas, o que facilitaria a criação de búfalos, portanto, o pagamento, assim como o acesso, do crédito, FNO - especial.

Contudo, poucas são as famílias que hoje fazem uso destas áreas com objetivo de escaparem das limitações impostas pelo regime comunitário de uso dos recursos. As famílias que o fizeram passaram a articular os campos que detém por direito de herança, na comunidade, e os campos privados de modo a elevar a quantidade de animais a números bem superiores do que as outras famílias que não seguiram esse caminho. Normalmente, durante o verão, os animais são divididos ficando a quantidade estipulada e permitida na área comunitária (mas de uso particular) do grupo familiar e o restante na área privada.

Desta forma, com a elevação acentuada do número de animais, e de acordo com os interesses particulares a cada família, houve o aparecimento da nova estratégia de uso dos recursos, o Tipo 3. Este passa a agir sobre novos padrões produtivos, em que o sistema extrativista é colocado de lado, fornecendo somente produtos destinados ao autoconsumo, e o sistema de criação assume total responsabilidade na interligação da família com a sociedade englobante, por meio do mercado.

Contudo, os efeitos do elevado número de animais que estes possuem os colocam em uma situação diferente das outras famílias (Figura 23). Os mesmos passam a se destacar pelo alto grau de desflorestamento para implantação de pastagem. Em relação às outras famílias dos outros Tipos chega a média a 90 ha de pasto, contra no máximo 25 ha do Tipo 2. O Tipo 1 é ainda bem mais distante deste modelo produtivo, estando muito aquém deste valor, com no máximo 4 ha. Quando se considera essa quantidade de pastagens desde quando surgiu o Tipo 3, no ano 2000, o mesmo apresenta uma taxa crescimento mais elevada que a dos outros Tipos, chegando a 5 ha/ano, enquanto que o Tipo 2 apresenta uma taxa de 1,3 ha/ano e o Tipo 1 com 1 ha/ano.

Figura 23: Pastagem na terra firme do Tipo 3 (vermelho) em relação aos outros Tipos 1 e 2 (azul) no ano de 2004.



Fonte: Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE, 2012. Tratamento pesquisa de campo, 2012.

O uso das áreas de várzea permitiu a elevação da quantidade de animais antes interrompida pelas condições sócio espaciais da comunidade. Todavia, com a elevação da quantidade de animais nas áreas alagadas necessariamente houve também a necessidade de implementar novos desflorestamento para implantação de pastagens cultivadas na terra firme. Assim, o desflorestamento na terra firme para este Tipo está diretamente correlacionado com a aquisição e uso de novas áreas na várzea. Portanto, o desflorestamento, para o Tipo 3, evoluiu de acordo com a necessidade de abrigar, no período do inverno, os animais que aumentaram demasiadamente em número a partir do aumento das áreas de pastagens nativas, nas áreas de transição e várzea.

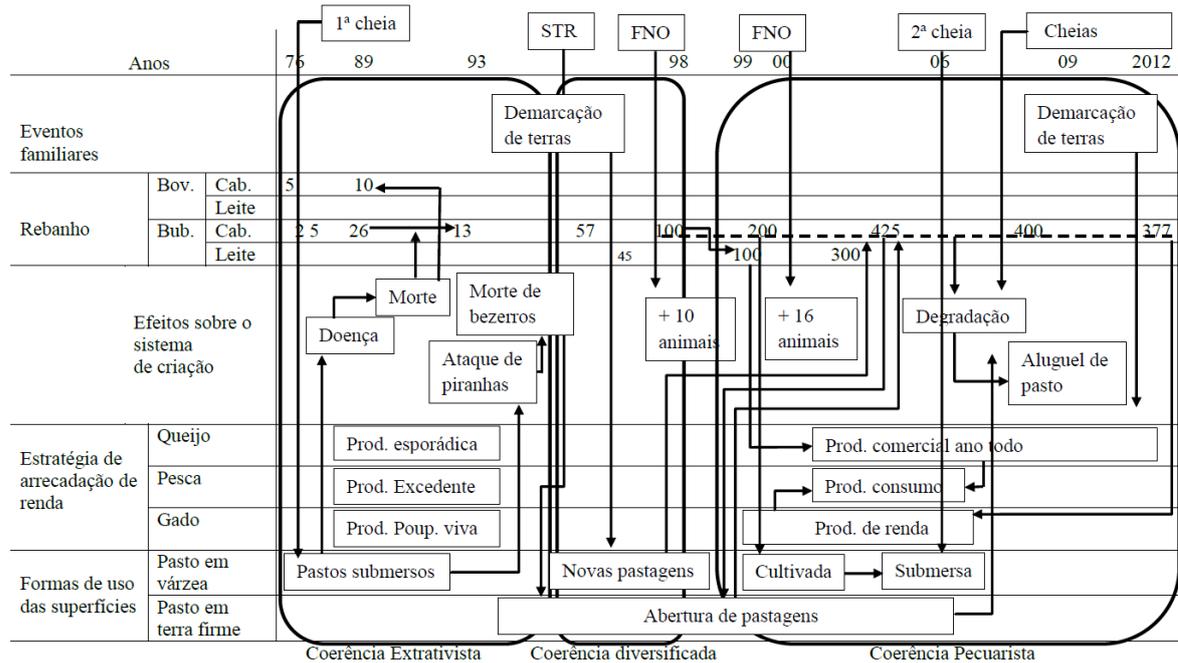
Assim, as pastagens cultivadas na terra firme evoluíram com lógicas diferentes em cada fase histórica. Na primeira fase as pastagens na terra firme se desenvolveram após os ataques das piranhas e para algumas famílias após as grandes enchentes, ocorridas a partir de 2006. No segundo momento, mas ainda na mesma fase, o aumento das áreas de pastagens cultivadas sofreram influência do interesse de abrigar todos os animais, evitando com isso a alta taxa de mortalidade. Mas, agora, na última fase, o aumento das pastagens segue o aumento da importância da bubalinocultura na vida das famílias e das necessidades de consumo cada vez maiores, propiciada pela melhoria das condições de vida, o que tem

promovido para as famílias do Tipo 3 uma especialização nesta atividade, assim como uma forma de acumulação de capital.

O processo de abertura de pastagens iniciado em 1992, após ataque das piranhas, progride para as famílias de forma diferente. A figura acima revela que o quadro de desmatamento do ano de 2004 pode ser analisado por duas lógicas distintas. As famílias que praticam diversas atividades, como os casos dos Tipos 1 e 2, conciliando o sistema extrativista com a bubalinocultura de corte e leite promovem um impacto bem menor sobre o desflorestamento. E o outro, do Tipo 3, mais especializado, em que a pecuária bubalina se apresenta como única alternativa a geração de renda, é responsável pelo maior índice de desflorestamento.

Como pode ser verificado na Figura 24, as famílias têm a mesma origem, porém, para chegarem a atual situação tiveram que superar, basicamente, o problema da limitação de área na zona de transição. Na Figura 30 entre as duas coerências nota-se dois elementos, são eles “novas pastagens” em área de várzea e “abertura de pastagens” em terra firme. Sem esses elementos é impossível compreender a atual situação deste Tipo.

Figura 24: Crônica de um estabelecimento familiar do Tipo 3.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Box 3:

A família iniciou o sistema de criação com animais de origem bovina, mas aos poucos substituiu por bubalinos. Essa substituição foi totalmente efetuada em 1989, devido a criação ser afligida por uma doença que dizimou 80% dos animais da comunidade. A partir de então, implanta-se as primeiras pastagens em terra firme com intuito de resolver o problema da falta de capim no inverno e evitar o ataque de piranhas ao úbere das vacas lactantes, evitando morte de bezerras, o que possibilitou elevar a quantidade de animais. Entretanto, o aumento do número de cabeças evidenciou que as áreas da comunidade não seriam mais suficientes e novas terras fora da comunidade foram demarcadas. Neste período de ascensão do número de búfalos é importante destacar o papel catalizador do FNO-especial. O aumento da quantidade de animais viabilizou a produção de queijo, atividade que assumiu o posto de subsidiadora da família, principalmente, no tocante as necessidades que envolviam trocas comerciais, limitando a pesca e caça a atender as exigências de consumo alimentar. Assim, o sistema de produção se especializou na produção de gado de corte e de leite, atingindo em pouco tempo o limite de suporte da taxa de lotação animal, nos pastos de terra firme, com isso o surgimento do fenômeno da degradação de pastagens, levando à necessidade de alugar pastos durante o inverno.

Na primeira coerência verifica-se que o número de animais estava numa progressiva ascensão, mas com graves percalços pelo caminho, o que levou as famílias a implantarem os primeiros pastos na terra firme. Isto possibilitou a mesma a elevar a quantidade de animais

até chegar ao número que o Tipo 2 possui. Caso as famílias não tivessem utilizado o recurso das áreas fora dos limites do território da comunidade a continuidade desta progressão se estagnaria, situando os estabelecimentos no mesmo patamar do Tipo 2, no limite de no máximo 80 animais por casal. Contudo, estas famílias, visando atingir seus interesses, que não eram os mesmos que os do Tipo 2, conseguiram escapar das condicionantes sócio-espaciais fazendo uso das novas áreas.

Observando a última coerência, “a pecuarista”, nota-se que os efeitos dessa especialização começam a dar evidência. A principal delas é a degradação das pastagens, efeito acentuado devido à superlotação. Isto tem inviabilizado a criação destes animais a tal ponto que nos últimos quatro anos vêm ocorrendo o aluguel de pastos de vizinhos ou de familiares. No ano da pesquisa uma família, do Tipo 3, havia fretado uma balsa e transportado 122 cabeças para cidade de Porto de Moz, onde utilizariam os pastos de um dos filhos. O que elevou demasiadamente a mão-de-obra da família causando transtornos e dando indícios que isso não se repetiria no ano seguinte. O aluguel é realizado regularmente, pois do contrário seria necessário se desfazer de boa parte dos animais no inverno.

As famílias que se encontram nessa coerência fazem baixíssimo uso dos recursos oriundos dos rios, destinando-os apenas para o consumo, colocando essa atividade num patamar produtivo bem abaixo do que as outras famílias. Sob a perspectiva dessas famílias a prática da bubalinocultura salvaguardou as espécies de pescado, pois o que é retirado dos rios é insuficiente para ocasionar problemas de extinção, ao contrário do que acontecia quando as famílias pescavam para o mercado. Sob esta ótica, essas famílias defendem a criação do búfalo: segundo a fala de um morador, “nunca vi um búfalo com um jacaré na boca”, querendo dizer que os búfalos não causam nenhum mau ao meio ambiente em que vivem.

Entretanto, é importante destacar que, a elevada quantidade de animais afeta diretamente a reprodução dos peixes, principalmente no verão, quando os búfalos ocupam os rios tornando-os impróprios para o consumo, até mesmo para banho. Segundo os moradores a água fica extremamente barrenta, provocando coceiras e a morte de peixes. Além disso, nas áreas de pastos na terra firme, foram visualizados desbarrancamentos provocados pelos animais quando descem para beber água. Esses desbarrancamentos ocorrem devidos os búfalos terem o hábito de se roçarem no barro, chegando a tal ponto que entre o rio e o pasto formam-se barreiras tão íngremes que o próprio animal não consegue subir novamente em direção as pastagens. Disso resulta que, além da erosão, conseqüentemente da perda de solo, há o assoreamento dos rios.

6.2 UMA TIPOLOGIA POR MEIO DA DAS ESTRATÉGIAS DE USO DOS RECURSOS

Como tratado acima, a história do sistema de produção na comunidade São João do Cupari pode ser dividida em fases. Nestas, os estabelecimentos familiares desenvolveram estratégias e táticas específicas de acordo com a conjuntura nelas existentes. Em cada fase houve estímulos de toda ordem (econômicos, políticos, ecológicos, sociais, culturais e etc.) que atuaram agenciando⁸² a transformação das estratégias produtivas das famílias, o que refletiu em diferentes articulações, feitas pelas famílias, de modo a melhor obter os retornos necessários à reprodução social, conseqüentemente, influenciando na mudança de paisagem.

Diante dessa dinâmica, as condições singulares de agência das famílias, mas também do seu meio, promoveram o desenvolvimento de diferentes trajetórias familiares. As trajetórias adotadas, além de se orientar pela utilização das potencialidades do meio, obedeceram às condições específicas de cada família em cada momento⁸³, visto que cada família guarda, no decorrer da sua história, particularidades derivadas de fatores como déficit ou não de mão de obra, desejo ou interesse – por uma determinada atividade -, *know-how* prático, doenças, separações, entre outros (BOURGEOIS, N/D).

Com isso, mesmo se tratando de uma única comunidade, sob um mesmo contexto simbólico, ou seja, cultural, foi possível identificar diferentes formas de uso dos recursos naturais, representada por práticas produtivas distintas. Essas singularidades afloraram ainda mais com o aparecimento de novos núcleos familiares ao longo do tempo e com a evolução de uma conjuntura (sociopolítica e econômica) menos determinante⁸⁴ (ou melhor, menos coercitiva) dos modelos produtivos.

De acordo com as singularidades de cada família, portanto, das diferenças entre estas, e em cada momento histórico foi possível alocar as mesmas em diferentes categorias produtivas. No caso em questão, as famílias foram alocadas em três grupos com lógicas produtivas distintas, estes grupos foram denominados de Tipos, como já foi visto. Assim, nesta comunidade, mesmo cada estabelecimento sendo único, foram identificados, em essência, três lógicas produtivas, portanto, três formas dos estabelecimentos lidarem com os recursos naturais.

⁸² Neste sentido assume-se que, como Latour (2009), o meio biofísico se comporta como ator, ou como diz o autor, um actante, que também tem função de agência na determinação da história.

⁸³ Para esta afirmação concorda-se com Sabourin (2001), para o qual os agricultores de base familiar, e tradicional, não separam as atividades agrícolas, mais especificamente no campo da técnica, da vida social.

⁸⁴ Uma conjuntura se torna mais determinante quando diminui as escolhas das famílias por outras atividades.

Para a definição desses Tipos, especialmente, quando se interessa saber como são as formas de uso dos recursos naturais, logo, da mudança de paisagem, fora fundamental compreender qual a perspectiva da família em relação ao ambiente em que vivem. No entanto, considerar o uso dos recursos nesta comunidade é ainda mais complexo devido ser uma zona de transição, constituída por três ambientes distintos: várzea, terra firme e, a própria, zona de transição. Assim, as estratégias de manejo das famílias unem as diferentes características desses ecossistemas, tornando-o um único território. Portanto, as famílias consideram os três ambientes de forma global (integrada).

Com isso, a tomada de decisão e ação, por exemplo, para implantação ou ampliação de uma dada atividade é feita de forma relativizada, articulando os três ambientes. Desta forma, um ambiente pode agir como limitador ou potencializador para uma determinada atividade prática. Por exemplo, o cultivo de pastagens em terra firme teve seu crescimento diretamente relacionado com o aumento da capacidade de criação na área de várzea, sendo que o oposto também é válido.

De acordo com essas considerações definiu-se um ponto comum, mas importante nos três ambientes, para diferenciação dos Tipos, considerando que, interessa analisar a relação sociedade/natureza, principalmente, no tocante à mudança de paisagem. O ponto comum identificado foi o da medida de área do desflorestamento para implantação de pastagens em terra firme. Através das medidas de áreas desmatadas nota-se o nível de interesse das famílias e suas atuais estratégias para criar búfalos. É segundo este parâmetro que as conclusões sobre o comportamento das práticas produtivas das famílias são avaliadas ao longo do tempo.

Conforme a área de desmatamento os Tipos foram organizados no Quadro 02. Por ele se observa que este indicador não aponta somente diferenças no nível da lógica produtiva, mas, também, agrupa diferenças do campo social, denotando a interação multidimensional existente neste indicador.

Quadro 02: Tipologia

	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Área desmatada em terra firme (ha)	0 - 10	10 - 25	90
Qtd de animais	1 - 14	30 – 100	377 - 400
Fonte de renda (em ordem de importância)	Pesca; venda de mão-de-obra; aposentadoria e; pecuária	Pecuária; queijo e; pesca	Pecuária e queijo
Organização da família por área	Comunitária (Vários núcleos familiares entorno de um núcleo patriarcal mais antigo)	Comunitária (Vários núcleos familiares entorno de um núcleo patriarcal mais antigo)	Particular (Um único núcleo familiar dominante)
Área de pastoreio	Terra firme e; Zona de transição	Terra firme e; Zona de transição	Terra firme; Zona de transição e; Várzea

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Pelo quadro é possível observar correlações entre o grau de desflorestamento e sua relação com outras dimensões, como o campo social, e que geram diferentes estratégias para reprodução da família, assunto discorridos nos próximos itens. Mas, *a priori*, é interessante se ter a noção que quanto maior a área desmatada na terra firme maior a especialização da família na atividade da bubalinocultura. E o inverso, quanto menor a área desmatada mais ampla é a estratégia de reprodução da família, ou seja, mais dependente de outras atividades como pesca, caça e roçado ela é. Entre este paralelo dicotômico existe ainda o meio termo, o que será visto e discutido mais adiante, quando se estiver tratando do Tipo 2.

6.2.1 Tipologia: as estratégias atuais de uso dos recursos naturais em cada Tipo

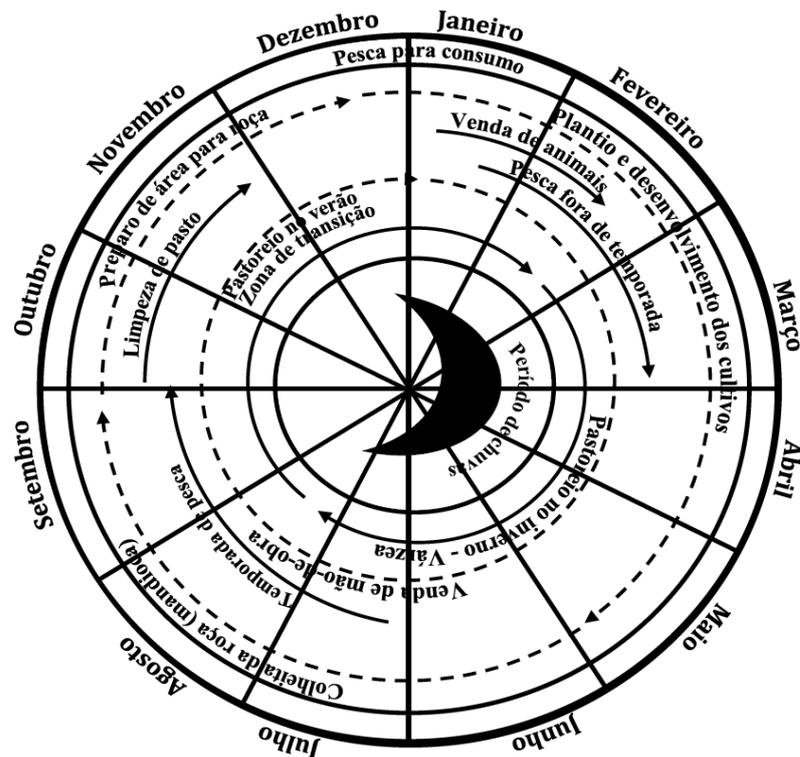
Neste tópico serão tratadas as características estratégicas referentes ao sistema de produção de cada um dos Tipos. Para realizar esta análise será utilizado o que a metodologia definiu como ciclo curto, ou seja, como as famílias se organizam estrategicamente para realizar as atividades ao longo do ano e com que interesse. Assim, ao descrever o último ciclo agrícola, identificada na última coerência de cada crônica, estar-se-á ao mesmo tempo

definindo as atuais lógicas de uso dos recursos das famílias e, desta forma, definindo os próprios Tipos.

6.2.1.1 Tipo 1: O “Extrativista”

A Figura 25 mostra como estas famílias estão estrategicamente organizadas durante o último ciclo agrícola. Por ela nota-se o comportamento atual das famílias frente à conjuntura do meio ambiente e socioeconômico. A compreensão da sua lógica de funcionamento hoje ajuda a explicar como o modo de vida dependente do sistema extrativista e do roçado mantiveram a cobertura vegetal por toda primeira fase.

Figura 25: Calendário agropecuário das famílias do Tipo 1.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Nota-se que, neste Tipo o sistema de produção é em grande parte sustentado pelo extrativismo pesqueiro e caça de animais da várzea. Neste, as famílias praticam a pesca comercial em boa parte do ano, podendo ser efetuada de 3 a 6 meses, mas a pesca pode ser prolongada pelo maior tempo possível, variando conforme a oferta de peixe em cada ano, o qual pode ocasionar ou não a pesca fora de temporada (Figura 25).

Mesmo estas famílias dedicando até a metade do ano à atividade da pesca, a participação desta na renda monetária das famílias ainda é muito baixa. Esta só ganha maior importância quando se considera o que é consumido. Desta forma, a pesca se torna a maior fonte de renda das famílias, devido ser o cardápio principal, o que não é apenas desse Tipo, mas da comunidade como um todo. Neste sentido, também a mandioca tem sua importância elevada, pois é consumida diariamente.

A pesca não é realizada de forma separada da caça, tanto é que as famílias da comunidade costumam unir as duas atividades, a caça e a pesca, por meio de uma única denominação, “mariscar”. Desta forma, incluem no ato de pescar a captura de animais como tartaruga, anta e jacaré, principalmente, para consumo próprio. A venda desses animais hoje em dia é feita de forma esporádica, quando algum marreteiro encomenda algum tipo de caça, a qual é comercializada salgada.

Muito frequentemente, quando a época é ruim para a pesca, são as crianças que assumem a atividade, e o que é capturado por elas é trocado com marreteiros, colaborando na obtenção de itens mais básicos a vida diária (como óleo, sabão, sal, açúcar entre outros, os quais não podem ser produzidos na localidade). Quando não, esses itens são abatidos das diárias dos filhos mais velhos, quando os mesmos prestam serviços aos donos de pequenos comércios administrados pelas famílias dos outros Tipos.

No geral, nos períodos de maior abundância do pescado, no qual toda a família está envolvida, tudo o que é capturado é comercializado com as famílias do Tipo 2, especialmente, com as mais especializadas nesta atividade, as quais possuem barcos de pesca e grandes caixas térmicas, com gelo produzido na cidade de Porto de Moz. Como foi comentado, os agentes da cadeia produtiva anteriormente eram outros. Hoje as famílias que mantêm esta estratégia de produção estão vinculadas a agentes intermediários da própria comunidade, portanto, as estratégias produtivas em relação à pesca são as mesmas, mas sobre condições de exploração diferente. Atualmente, as “geleiras” com quem a maioria das famílias negociava o pescado no passado, praticamente, não atuam mais.

Por esta condição, as famílias do Tipo 1, além de manterem sistemas produtivos como os do passado, ainda mantém relações de reciprocidade assimétrica, mas agora com os próprios moradores da comunidade, do Tipo 1 e 2, os quais reproduzem uma relação clientelista. Muito dessa dependência se deve a realização de favores, como empréstimos ou compras feitas no comércio local, fretes de barco e empréstimos de pastagem.

Como foi dito, os estabelecimentos deste Tipo tem como base significativa da renda monetária a aposentadoria do casal mais antigo, o qual, normalmente, equivale a 1.400,00 reais. A aposentadoria neste Tipo tem muita relevância no sustento da família, pois, geralmente, esta receita é redistribuída na compra dos produtos essenciais a reprodução da família.

Contudo, isto não quer dizer que as famílias deste Tipo sejam dependentes do casal mais idoso, por exemplo, por não terem filhos em idade de trabalhar, muito pelo contrário. As famílias deste Tipo têm a mais alta Unidade Trabalho Homem (UTH) da comunidade, chegando a um total de 6 UTH. E como a atividade do sistema de produção mais praticada, a mariscagem, é realizada apenas em parte do ano, isto faz com que haja disponibilidade da força de trabalho para venda de diárias.

Com isto, a venda de diária, geralmente, feita pelos filhos, é a maior fonte de receita dessas famílias. Os filhos vendem suas diárias para os outros Tipos, mas mais frequentemente para o Tipo 3, pois este por ser mais especializado, com uma produção em maior escala, não consegue atender as necessidade de trabalho que seu sistema produtivo exige, neste momento acontecem as contratações, onde as os homens do Tipo 1 trabalham por até 10 meses como vaqueiro e queijeiro.

Esta mão-de-obra também está disponível para o Tipo 2, porém por bem menos tempo, como é no caso para derrubada ou limpeza de pastagem, aí tanto para o Tipos 2 quanto no 3. O fato é que, estas famílias disponibilizam mão-de-obra para venda de diárias por todo o ano (representação tracejada na figura acima) e para todo tipo de serviço (pesca, broca e queima, marceneiro, serrador, vaqueiro, queijeiro e etc.) demandado pela comunidade como um todo. Isto reflete, também, que o sistema de produção não está bem desenvolvido, portanto, estando aquém da sua máxima capacidade de produção e de absorção de força de trabalho que as famílias deste Tipo dispõem.

Diante do que vem ocorrendo, as famílias do Tipo 1 por serem as mais humildes, quero dizer, não possuem o mesmo nível de bens acumulados dos Tipos 2 e 3, estão utilizando os outros Tipos como parâmetro de sistema produtivo a ser seguido⁸⁵. Assim, a venda de diárias, além de subsidiar as necessidades básicas das famílias, quando gera excedente, esta sendo acumulada na forma de gado bubalino. As receitas da venda de diárias,

⁸⁵ A maior simplicidade no modo de vida é representado, por exemplo, em casas sem motores para geração de energia, ausência de poços ou motor bomba para sucção de água potável no verão (particular), casas sem quartos separados, ausência de banheiros internos, aparelhos eletrônicos, fonte de energia solar e fóssil.

geralmente, retornam ao estabelecimento da família na forma de mais animais, contribuindo para o crescimento dessa atividade. Nota-se neste grupo que todo o empenho dos filhos mais velhos, que é a maior parte da força de trabalho dessas famílias, é reinvestido na compra de gado bubalino.

Em relação à pecuária esse Tipo é o que iniciou a criação mais recentemente, de 2005 em diante, com algumas exceções, por exemplo, de famílias que tiveram alguma crise particular, como doença, o qual a família foi forçada a vender o gado. Por isso possuem o menor número de animais, com no máximo 10 cabeças. O manejo da criação é o mesmo que o praticado pelo Tipo 2, assim, os comentários traçados para este, a seguir, satisfaz a forma como o Tipo 1 trata os animais. Com a diferença de se encontrar em um estágio inicial.

Contudo, o sistema de criação encontra-se em ascensão, apesar disso ocorrer lentamente, visto que o crescimento se dá por meio da reprodução natural e por meio de investimentos, geralmente, vindos da venda de diária. Este crescimento é favorecido tendo em vista ainda que o sistema extrativista se encontra desestabilizado, pois o mercado dos produtos da fauna silvestre não se encontra neste momento com uma cadeia produtiva estruturada. Com isso, os preços pagos pela produção não são compensadores, o que inviabiliza a capacidade do pescado gerar receita suficiente para suprir as necessidades das famílias.

O interesse pelo búfalo tem promovido a aberturas de novas pastagens, em média de 0,5 a 1 ha por ano. Tal padrão é seguido pela evolução da quantidade de animais ao ano, isto quando não negociam algumas cabeças para custear necessidades básicas (oriundas de problemas de saúde, ritos de passagem como casamento, aniversários, e etc.). Por iniciarem apenas recentemente o sistema de criação as pastagens na terra firme se encontram em média com 2 ha de área. A capitalização, na forma de acumulação animal, só não é efetuada quando surgem gastos que superam a capacidade das aposentadorias, do roçado e do pescado em cobrir as despesas das famílias.

Com a pequena produção do sistema de produção as famílias ainda não obtém receita (mensal ou anual) da atividade bubalina, por isso tratam a criação ainda como uma poupança viva. Portanto, à bubalinocultura, ao contrário dos outros Tipos que se encontram em relativa estabilidade, passa por um processo de crescimento. Aliado a isto, este Tipo é o que apresenta maior tendência e potencial de transformação da paisagem, pois está em franca ascensão e com exemplos (do Tipo 2 e 3) que apontam para isso. Principalmente, se considerarmos que estes possuem abundância em força de trabalho. Além do que, possuem a mesma quantidade

de terras que as outras famílias, na várzea e na terra firme, e ainda é importante considerar a aposentadoria, visto que estas podem subsidiar a evolução desta atividade.

Entre os produtos destinados para obtenção de receita, além do pescado, existem ainda os produtos oriundos do cultivo anual. Neste Tipo o produto e derivados da mandioca tem sua função ampliada, alimentando a criação de porcos e servindo, também, para produção de farinha. A farinha, em muitos casos, é elevada à condição de produção excedente, destinando-se à comercialização. No contexto local, as famílias deste Tipo são responsáveis por abastecer as famílias que não a produzem. Mas, há também famílias que produzem farinha essencialmente para o consumo.

O cultivo de roças, geralmente, é feito em uma área comunitária na terra firme. A área comunitária é um local reservado e acordado entre os moradores da comunidade para plantio de culturas anuais. A escolha da área de plantio, quando dentro desta área, normalmente é feita levando em consideração a força de trabalho da família, sob essas condicionantes determina-se a idade das capoeiras a serem derrubadas. Capoeiras mais novas são escolhidas quando existem limitações nas forças produtivas, enquanto que capoeiras mais velhas são, geralmente, escolhidas quanto maior for força produtiva da família, e quando o objetivo também é o de obter maior produtividade.

No entanto, mesmo sendo uma produção, em alguns casos, voltada para o excedente, os cultivos anuais estão, cada vez mais, inconstantes, tendo várias famílias que simplesmente abandonaram os roçados por vários anos seguidos, pelos motivos mais variados, como ataque de porcão⁸⁶ a até perda de força de trabalho. Havendo, inclusive, casos em que o roçado de mandioca é abandonado e retomado anos seguintes por outra família, desde que com consentimento daquela que implantou.

A produção de culturas anuais também pode variar em função da cultura definitiva⁸⁷. No caso, a mais comum atualmente é a do capim, em que os agricultores ao realizarem a derrubada e a queima da floresta aproveitam para maximizar o trabalho, recurso geralmente mais escasso, para implantar os cultivos anuais desejados. Geralmente, os cultivos são intensificados com intercalações de espécies diferentes, que podem variar entre a produção de melancia, milho, feijão e, a mais comum, a mandioca. Muito raramente a comunidade citou o plantio de arroz.

Ainda sobre esta atividade, é comum escutar reclamações entre os criadores de búfalo e agricultores que implantam os cultivos anuais. Devido o atual sistema de criação ser livre,

⁸⁶ Porco selvagem, conhecido como porco do mato, catitu (*Tayassu tajacu*) ou queixada.

⁸⁷ Cultura definitiva aqui é entendida como o cultivo principal e que permanecerá no longo prazo.

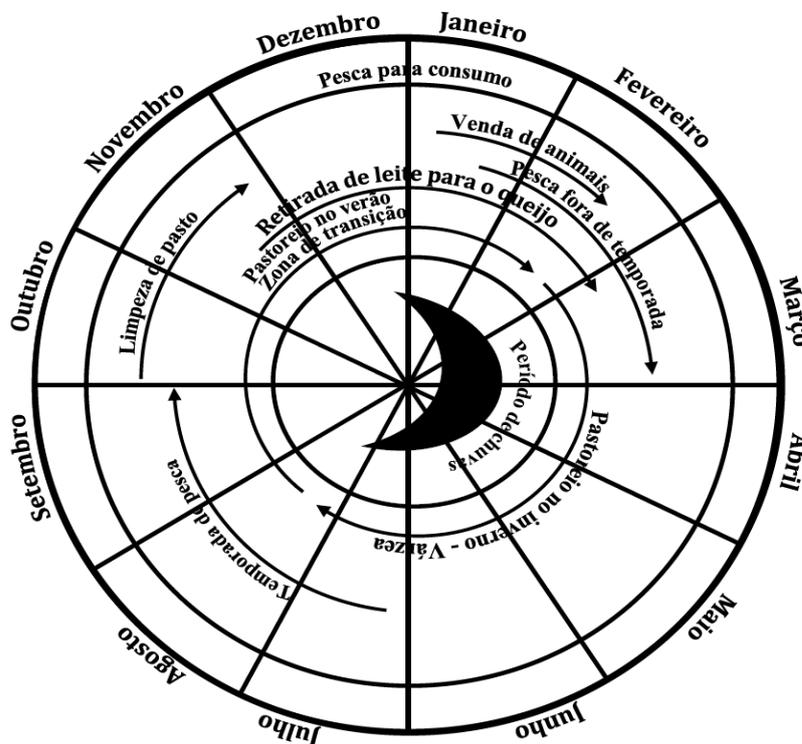
onde os animais pastejam sem limitações de cercas e piquetes, é comum que estes invadam as roças, causando discussões entre moradores. Até porque, o único meio de limitação para o pastoreio é a alocação dos animais em áreas que existam barreiras biofísicas, como pântanos ou entre ilhas densamente florestadas, mas nada que impeça o animal, principalmente, quando as pastagens definham, a saírem e buscarem outras fontes de alimentos. Isso é agravado ainda pelo fato de que, o roçado e o búfalo estarem próximos em uma mesma época, visto que no inverno é o período em que os animais vão para terra firme, assim como também é o período de plantio das roças, aumentando, assim, as chances de invasão.

6.2.1.2 Tipo 2: O “Diversificado”

Na Figura 26 está organizado como as famílias do Tipo 2 distribuem suas atividades ao longo de um ano (ciclo curto). Pela mesma notam-se diferenças em relação ao Tipo 1. Neste tipo as famílias não praticam venda de diárias, e a agricultura de cultivos anuais é realizada apenas esporadicamente, e quando efetuada é geralmente destinada ao consumo. As práticas deste Tipo em relação ao Tipo 1 só se equipara em relação a atividade da pesca comercial, mas mesmo assim existem diferenças acentuadas, visto que este Tipo atua como intermediário.

Nestas famílias as condições de vida é bem mais próximas dos padrões de vida comuns ao “modo de vida moderno”, com televisão, bomba d’água, motor de energia, casa na cidade, filhos estudando na cidade e mais de um barco por estabelecimento. Outra característica deste Tipo são a dos núcleos familiares que, apesar de serem muito próximos, com uma casa do lado da outra, geralmente, com a dos anciãos no centro, como ocorre com o Tipo 1, possuem somente um casal e os filhos em cada casa. Contudo, o sistema de produção ainda é, como no Tipo 1, totalmente integrado, em que a produção é realizada com base na força de trabalho do conjunto do grupo familiar a que pertença a família, por isso ainda é considerado como família extensa.

Figura 26: Calendário agropecuário das famílias do Tipo 2.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Neste Tipo o sistema de produção não é tão dependente do extrativismo, com isso a pesca, apesar de variar conforme a família em grau de importância, é secundarizada frente ao sistema de criação, principal fonte de receita do sistema de produção.

Como pode ser observado na Figura 26, o Tipo 2, assim como o Tipo 1, também chega a despender até seis meses do ano nas atividades voltadas à pesca. Entretanto, o normal é que apenas três meses sejam destinadas a essa atividade, que vai do mês de junho a setembro, período de vazante do rio, em que os cardumes se concentram em áreas menores, tendendo a voltarem para os grandes rios. A pesca fora de época ocorre quando são identificados grandes cardumes de peixes, normalmente no período de cheia. Caso bem expressivo ocorreu esse ano, quando um grande cardume de tambaqui foi notado, o que promoveu a efetivação da atividade pesqueira fora de época. Assim, a pesca se concentra nos períodos em que há maior produtividade⁸⁸.

⁸⁸ Ou seja, as famílias intensificam tempo e forças disponíveis neste trabalho somente nos períodos em que a produção apresenta um ótimo rendimento. Caso contrário, a pesca comercial não é praticada, dando preferência para outras atividades, já previamente consideradas.

A famílias deste Tipo tem maior capacidade de pesca por possuírem maior capital, sendo donos de embarcações voltadas para este fim e de caixas térmicas com gelo adquirido na geleira de Porto de Moz, para o armazenamento do peixe. Por essa capacidade de armazenamento para pós-venda, este Tipo negocia com as famílias do Tipo 1 o peixe pescado por elas, atuando, assim, como intermediário na negociação do peixe com as geleiras ou no próprio comércio do município.

Em relação ao sistema de criação este Tipo pratica uma pecuária de dupla aptidão, com produção de gado de corte e de leite para o fabrico de queijo. Aqui o sistema de criação, diferentemente do Tipo 1, tem capacidade de gerar renda, superando todas as outras fontes como aposentadoria, pesca, e trabalhos externos ao sistema produtivos.

As famílias deste Tipo articulam as atividades oriundas da bubalicultura com as atividades oriundas do extrativismo. Assim, em períodos de maior escassez de peixe, no verão até o início do inverno, as famílias concentram esforços na produção de queijo e, simultaneamente, do gado voltado ao corte. A produção de queijo durante os meses de setembro a fevereiro os animais se encontram próximos à casa, isto viabiliza a produção de pequenas quantidades de queijo, quando comparado com o Tipo 3, 49 kg em média. Produção que é encerrada quando o gado é direcionado à terra firme, pois a distância inviabiliza a retirada de leite, devido a pouca quantidade.

É importante frisar que o custo/benefício da prática de retirada do leite é relativizado mais por fatores como penosidade do trabalho frente à renda líquida produzida do que o custo monetário frente à receita líquida (como ocorre sob a perspectiva de um capitalista). Pois, o custo monetário para este Tipo é mínimo, tendo em vista que, a mão de obra é, na maioria das vezes, familiar, ao contrário do Tipo 3, no qual o custo de produção é diretamente influenciado pela renda líquida, devido, principalmente, a produção ser proveniente de mão de obra contratada.

A prática do gado de corte por essas famílias, ao contrário dos estabelecimentos familiares rurais da transamazônica, não é restrito somente a etapa de cria, mas atuam no processo completo, ou seja, cria, cria, recria e engorda (SIMÃO, 2003). Portanto, as famílias, geralmente, vendem os animais na fase adulta, quando estão pesando por volta de 400 kg. Essa prática é comum entre os bubalinocultores da comunidade, sendo praticada por todos os Tipos.

A quantidade de cabeças que o Tipo 2 possui é bem maior do que a do Tipo 1, sendo que o número de cabeças varia entre 50 – 100 cabeças, frequentemente, ao atingir o máximo

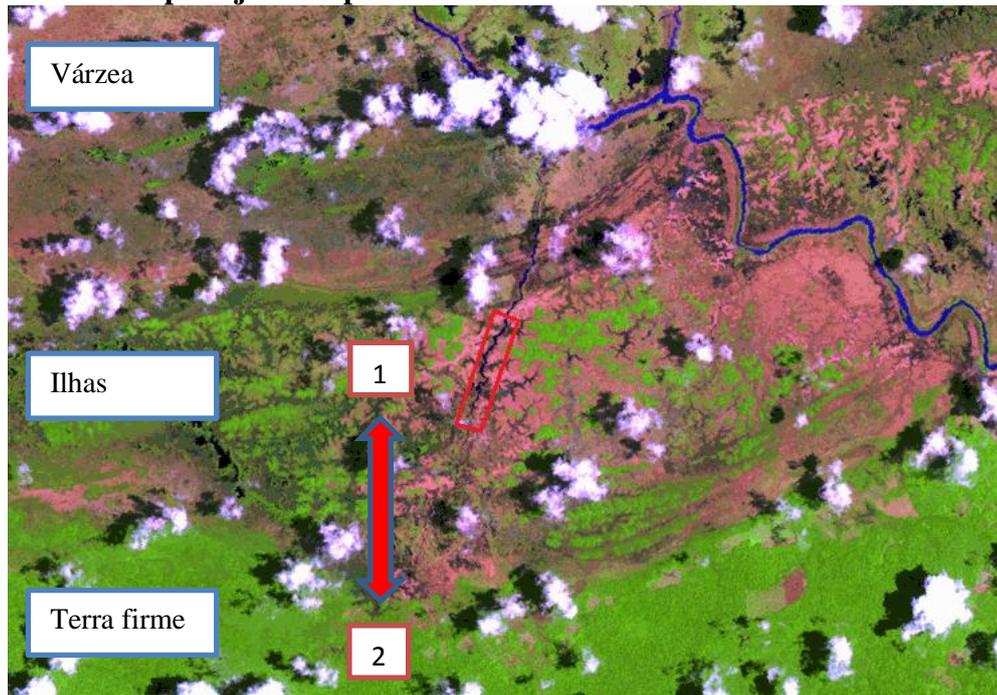
de 100 animais é feita a venda. Geralmente, a venda é realizada todo ano com uma quantidade que chega até 50 cabeças, situação em que o número de animais começa a crescer novamente. Isto faz com que a participação da atividade bubalina no modo de vida das famílias seja diferente da do Tipo 1 (o Extrativista).

Assim, a reprodução da família, pelo menos em parte do ano, é garantida pela conjugação da produção de queijo e a atividade pesqueira. A bubalinocultura, como gado de corte, responde às necessidades da família nos meses em que não são praticados nenhuma das outras atividades. Neste sistema produtivo não há sobreposição de atividades, cada uma ocupa seu lugar específico no tempo, há uma articulação com as condições do meio, aproveitando os recursos naturais disponíveis em cada período do ano.

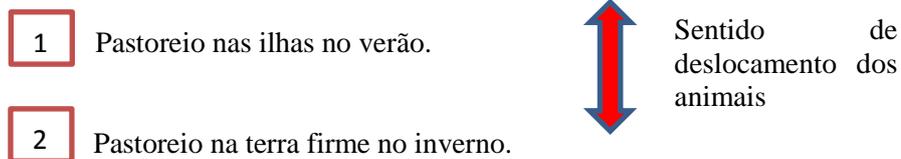
Em relação ao manejo do búfalo, sua produção em quantidades que atingem no máximo 100 animais por família permite que os animais sejam criados sob os pastos nativos nas proximidades das casas, sendo conduzidos ainda nos limites de pastagem que cada grupo familiar detém. Com isso, a criação dos grupos familiares deste Tipo se dão nas áreas da comunidade. No entanto, por a criação bubalina ser na área da comunidade o número de animais neste Tipo é limitado, tornando obrigatório a realização do descarte para não interferir na capacidade de criação de outras famílias.

O sistema de pastoreio (Figura 27) é realizado seis meses do ano em terra firme, nas pastagens cultivadas, e seis meses na área de transição, próximas às ilhas. Na terra firme, segundo os moradores, até este momento, a pastagem não atinge o ponto de definhamento do capim, o que forçaria o traslado dos animais para outras pastagens, como ocorre com o Tipo 3.

Figura 27: Rota de pastejo do Tipo 1 e 2.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



É importante salientar que, segundo conhecimentos agrônômicos, uma Unidade Animal (UA), equivalente a 450 kg, em condições de produção extensiva ocupa 1 ha/ano. No caso deste Tipo cabe lembrar que os animais ficam apenas seis meses do ano sobre o capim, portanto, se este estiver com sua lotação máxima a área necessária para ocupação é de 50 ha. Essa área pode diminuir ainda mais quando se tem em vista que, devido a técnica implementada, normalmente, somente as vacas e os bezerros ficam durante todo o inverno pastorando as forragens de terra firme, os animais adultos e solteiros raramente ficam durante todo ou a maior parte do tempo nas áreas de várzea.

Sintetizando, a relação do Tipo 2 com a paisagem é a que mais apresenta tendência de estabilização, esta condição lhe propicia um baixo impacto nas áreas de terra firme e baixo impacto na várzea, isso com um padrão de vida muito próximo da do Tipo 3, que é o Tipo com maior renda monetária. Outro fato interessante é que as famílias, no geral, comentam não ter interesse, pelo menos neste momento, de aumentarem a quantidade de animais, tendo como fator principal a penosidade do trabalho, que se elevaria em demasiado caso a

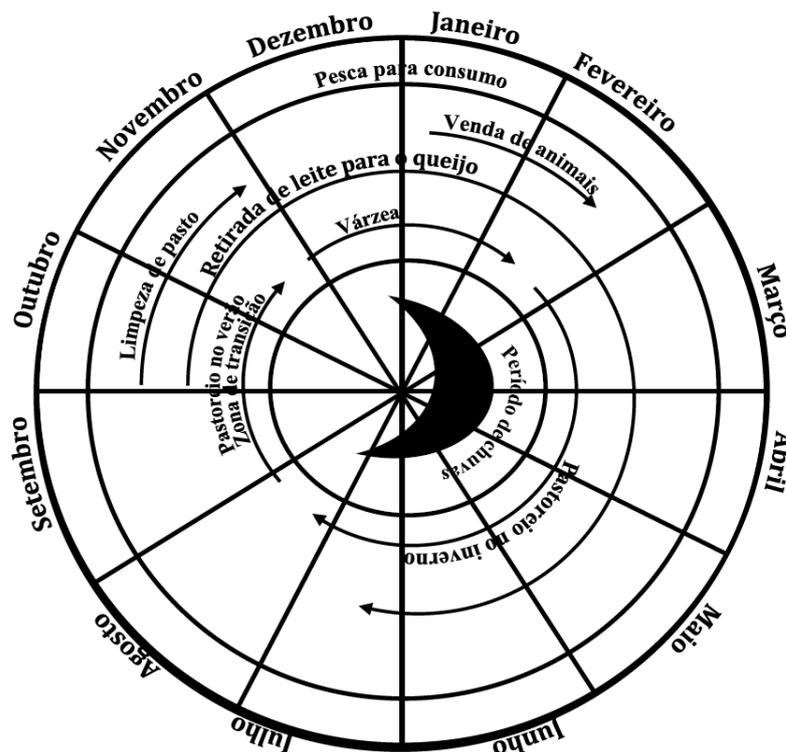
quantidade de animais ultrapassasse às existentes hoje. Esta estabilização na quantidade de animais é confirmado tendo em vista que o sistema de criação deste foi iniciado ao mesmo tempo que o sistema de criação do Tipo 3, atualmente, com uma quantidade de animais bem maior.

6.2.1.3 Tipo 3: “Bubalinocultor especializado”

As famílias do Tipo 3 elaboram estratégias bastante diferentes das outras (Figura 28). Por meio da Figura 28 nota-se que essas famílias deixaram de praticar algumas atividades que, normalmente, são praticadas por outras famílias da comunidade. Neste Tipo as famílias não praticam mais as atividades da pesca e caça e da roça de modo comercial, com isso, dedicam total atenção para atividade bubalina e a produção de queijo.

Como pode ser observado na Figura 28 o sistema produtivo do Tipo 3 é mais especializado que os outros, uma vez que seu modo de vida e uso dos recursos giram entorno da bubalinocultura de dupla aptidão, mas, normalmente, com o gado de corte se sobressaindo sobre o gado leiteiro. Dependendo do ano e das condições de mercado as famílias podem se enquadrar como mais especializada na produção de leite, e beneficiamento do queijo, ou na produção de gado de corte.

Figura 28: Calendário agropecuário das famílias do Tipo 3.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012

O Tipo 3 intensifica muita mais a atividade de criação tirando leite praticamente o ano todo, não sendo mais interposto pelo problema das cheias de inverno. A produção do queijo realizada durante o inverno é possibilitada devido à quantidade de animais ser grande o suficiente para viabilizar a produção. A grande produção possibilita o beneficiamento do leite na forma de queijo em uma quantidade tal (em média 100 kg/família/semana, no inverno, sendo que, no verão a produção é de 300 kg/ família) para ser atrativo, cobrindo os custos e gerando receita líquida. Do contrário a retirada de leite e produção do queijo é interrompida, limitando-se a produção no período em que o gado pastoreia próximo a casa, caso verificado no Tipo 2.

Além do aproveitamento da aptidão leiteira dos animais, as famílias também trabalham com o sistema de cria, recria e engorda dos animais. Assim, também, as vendas são geralmente feitas com animais adultos, pesando entorno de 400 kg (sistema de manejo que se diferencia do praticado por agricultores familiares das áreas de fronteira como da Transamazônica, onde se realiza, geralmente, apenas a cria, quando é comercializado com fazendeiros vizinhos, que assumem a recria e engorda). Segundo as famílias deste Tipo, as

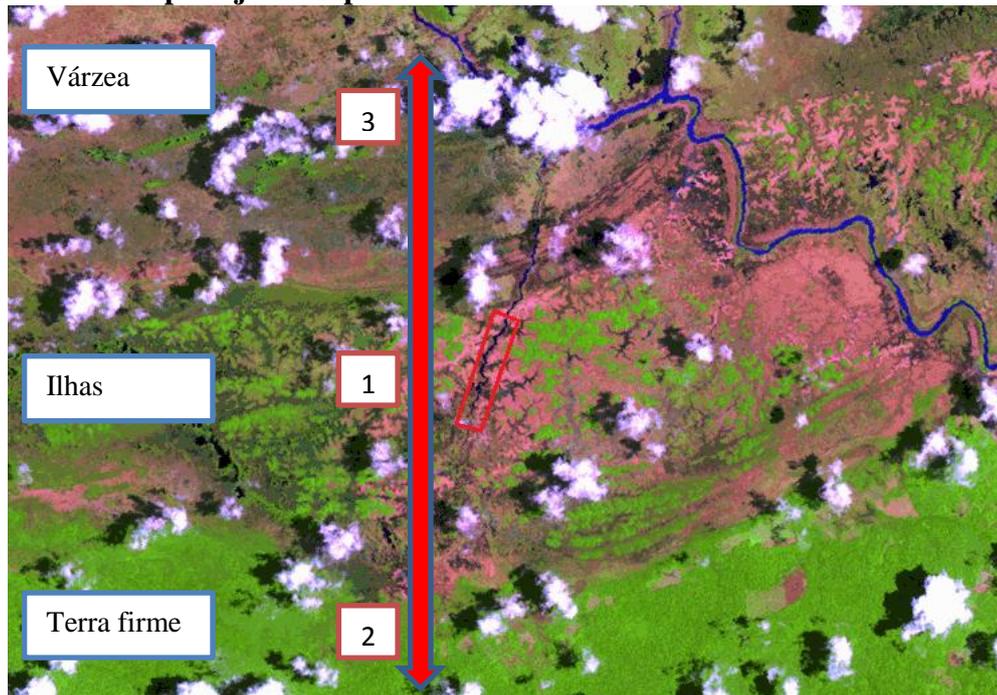
quais manejam uma quantidade de animais que gira entorno de 300 – 400 cabeças, os descartes são feitos em no máximo de dois em dois anos, sendo vendido como descarte até 80 cabeças.

Como a carne do búfalo tem o mesmo preço que a do bovino no mercado local, essa quantidade de animal comercializada equivale a R\$ 40.000,00 por ano, e com o queijo pode-se alcançar uma gerar uma renda média de R\$ 20.000,00 por ano, com a produção de inverno e verão. A renda deste Tipo eleva-se ainda mais quando leva-se em conta que a renda global é acrescida do que é consumido. No quesito consumo alimentar essas famílias não se diferencia das outras, mantendo a base alimentar tradicional, peixe e farinha. Esta vantagem financeira que este Tipo leva em relação aos outros faz com que o mesmo defenda aguerridamente este sistema de produção, o qual, segundo eles, nenhuma outra atividade no passado foi capaz de oferecer condições de vida melhores.

Portanto, fica claro que a principal forma de utilização dos recursos deve-se a criação animal. Sendo que o uso dos recursos é, em grande parte, diferenciado dos outros Tipos devido às formas do manejo alimentar praticado. Para este tipo (Figura 29), a forma de uso dos recursos se destaca pelo manejo itinerante dos búfalos em busca das pastagens nativas e cultivadas. Neste intento, pelo menos três ambientes (várzea, terra firme e zona de transição) são articulados durante o ano, considerando o inverno e verão, ao contrário do que ocorre com os outros Tipos, que se utilizam de dois ambientes.

Além das condições de pastagens, que variam de um ano para o outro, o manejo também varia conforme o objetivo da família, o qual, a depender do ano, pode escolher um sistema de criação mais destinado à produção de corte ou mais para a produção leiteira.

Figura 29: Rota de pastejo do Tipo 3.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

- 1** Pastoreio nas ilhas próxima as casas de parte dos animais no verão, se o interesse for a produção de queijo, somente as vacas e os bezerros ficam nesta áreas.
 - 2** Pastoreio na terra firme no inverno.
 - 3** Pastoreio na várzea de parte dos animais no verão.
- ↑↓** Sentido de deslocamento dos animais.

Quando o destino é a produção de queijo, as vacas tendem há permanecer mais tempo durante o verão nos pastos próximo às casas, com isso havendo um uso simultâneo dos dois tipos de pastagens nativas, sendo que na zona de transição ficam as vacas e os bezerros e na área de várzea os bois solteiros. Na terra firme esta separação também pode existir, entretanto, a separação dos bois solteiros em relação às vacas, que na várzea se dá pela distancia de alocação de um lote de animal para o outro, na terra firme se dá pela divisão das pastagens, ou seja, na terra firme este Tipo mantém dois pastos: um para os bois solteiros e outro para as vacas e bezerros. Estes pastos são separados de modo a manter uma faixa de floresta entre eles, com isso evitando o uso de cercas, logo diminuindo os custos.

7 A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CRIAÇÃO E A INFLUÊNCIA DA RESEX VERDE PARA SEMPRE

7.1 REFLEXÃO SOBRE A FORMA EVOLUTIVA DO SISTEMA DE CRIAÇÃO

Na metodologia utilizada neste trabalho, principalmente, quando se observa as crônicas, nota-se que muitos elementos, de diversos campos da vida, surgiram e foram apropriados pelas famílias. Dessa apropriação resultaram diversas modificações nos sistemas produtivos. Todavia, no método, não fica claro de onde vieram os estímulos e nem como interagiu com a antiga estrutura, já existente.

Para tanto, com o objetivo de dar corpo, ou uma estrutura definida, a evolução do sistema de criação observada na comunidade São João do Cupari é utilizado neste trabalho uma analogia da estrutura utilizada por Sahlins (1999) para definir a evolução do conceito de cultura. Tendo em vista que, este autor, ao tratar da cultura, consegue definir muito claramente seu objeto de pesquisa por meio de uma estrutura complexa com comportamento evolutivo, como é um sistema de produção (BOURGEOIS, N/D). Por crer ser possível transportar a estrutura de análise utilizada por Sahlins (1999) para outro objeto procura-se neste tópico adaptar seu método de abordagem para descrever o comportamento evolutivo do sistema de criação na comunidade São João do Cupari.

Acredita-se que, essa representação não encontrará maiores problemas, até porque, segundo Sahlins (1999), o campo da prática é definido *a priori* pela cultura para só então haver interação entre os grupos sociais⁸⁹ e o meio material. Assim, segundo Raynaut (1994, p. 83), “uma prática não possui somente um valor instrumental, mas é também a expressão de uma imagem, uma representação da realidade”. Um pouco mais adiante o mesmo autor diz que, “... são as normas e estratégias sociais que comandam o modo como os recursos naturais devem ser controlados e explorados e que orientam a manifestação das necessidades” (RAYNAUT, 1994, p. 83). Segundo Zanoni; Raynaut (1994):

Quando se analisa o ser humano em interação com os ecossistemas, não consideramos somente como um organismo vivo entre outros, mas, também como elemento de um sistema social, sem o conhecimento do qual seu comportamento não tem sentido. Admitir isto significa dizer que o imaterial – o ideal, para retomar a formulação de Godelier (1984) – pertence ao real do mesmo modo que os fatos

⁸⁹ Entretanto, quando a técnica se refere a uma inovação, entende-se que a ideia seja construída na relação dialética de um único sujeito (no caso também pode ser de uma família) com o objeto que analisa. E ainda, se considerarmos essa relação sob a perspectiva teórica de Latour (2009), vê-se que a ideia do sujeito, na verdade é co-construída, ou seja, a partir da relação dialética entre sujeito-sujeito, entre atores e actantes.

materiais e constitui, no mesmo grau destes, um objeto legítimo e pertinente de análise científica (ZANONI; RAYNAUT, 1994, p. 147).

Importando a esquematização teórica de Sahlins (1999) para o caso da evolução de um sistema de produção, pode-se dizer que, este evolui de forma sincrônica, ou seja, de acordo com os estímulos do meio, mas, também, simultaneamente de forma diacrônica, mantendo sua estrutura (ou seja, com base em normas sociais e culturais), o que faz com que cada sistema produtivo seja orientado de forma singular. Portanto, de forma estruturada, permitindo inclusive falar em historicidade (SAHLINS, 1999). Sob essa perspectiva teórica o sistema de criação evoluiu conforme apropriação das famílias, de acordo com seus respectivos valores culturais, dos elementos disponíveis, internos e externos ao estabelecimento agrícola, ao longo do tempo, percebidos como úteis a melhoria de suas técnicas. Mas, devido essa apropriação se dá segundo os valores culturais locais, o sistema de criação mantém características singulares de práticas, as quais co-evoluíram em conformidade com o meio natural local.

Retomando o esquema teórico-metodológico de Sahlins (1999). Segundo a perspectiva diacrônica o sistema de produção foi transformado na medida em que entrou em contato com novas situações, como de novas condições naturais, as vezes modificadas pelo próprio funcionamento do sistema produtivo, ou seja, de acordo com sua própria entropia, e socioculturais, como mudança no padrão de consumo e menor penosidade do trabalho, por exemplo. Sob a perspectiva sincrônica o sistema de produção evoluiu de acordo com estímulos externos a unidade família-estabelecimento. Em que, os estímulos externos como cadeias produtivas, crédito e políticas públicas influenciaram nas definições estratégicas das famílias, principalmente, na escolha por qual atividade seria a responsável pela geração de renda, ou seja, seria destinada a troca.

No geral, pode-se dizer que, o sistema de produção se transformou mais especificamente diante de novas situações. Quando o sistema de produção não era mais capaz de atender as expectativas das famílias, fato que normalmente ocorreu diante de situações inéditas, onde o antigo sistema ficava impossibilitado de apreender novas oportunidades e necessidades das famílias, executavam-se mudanças no sistema de produção. Na medida em que essas novas situações emergiam o sistema de produção funcionou de modo a melhor corresponder às contingências do momento histórico em que se encontrava. Em outras palavras, a cada mudança de situação do meio (como um todo) a antiga coerência produtiva era alterada, para, assim, se adequar a nova realidade.

Na prática, as contingências de cada momento histórico, refletiam novas oportunidades de melhoria de vida, ou não, o que levava o sistema de produção, por meio da agência dos atores, a se adaptar para poder abranger a cada nova situação. Todavia, esta adaptação nunca foi totalmente completa, ou seja, baseada em uma total transformação do sistema produtivo. Pois, desta forma, caso os elementos estruturais, que possuem significado no campo simbólico do grupo, deixassem de existir, a reprodução das técnicas ficaria impedida simplesmente porque deixariam de ser legíveis e comunicáveis entre seus pares (SAHLINS, 1999). Em relação às inovações das práticas de criação é bastante coerente, neste caso, a proposição de Raynaut (1994, p. 89), para o qual, analisando um caso específico, afirma: “as novas técnicas, ao serem adotadas, são reinterpretadas pelos agricultores em função de seus objetivos próprios... e que, longe de produzirem conturbações radicais, se inserem numa dinâmica preexistente”.

Mas, além da perspectiva cultural de Sahlins (1999), para compreensão da evolução do sistema produtivo, é interessante aliá-la a outra, sob pena de implicar demasiada culpa das ações das famílias a elas mesmas. Ao se ampliar a análise para além da perspectiva das famílias ver-se-á que a articulação de uso dos recursos não é definida somente pelos seus interesses. Na verdade, esses interesses são “traduzidos” pelas famílias em conformidade com uma situação conjuntural, em relação dialética com o meio, em que o meio é tão importante para definição dos interesses da família, logo da atribuição de valores aos objetos, quanto à própria família.

Analisando o conceito de Latour (2009), sobre redes sociotécnicas, nota-se que este autor vai além, e diz que, a cultura não é objetivada, ou seja, independente. Portanto, esta, evolui da interação simétrica entre sociedade e natureza. Com isso, ao levar-se em conta um método que parte da perspectiva das famílias, logo, também, da sua cultura, tem-se a impressão que esta é orientada pelos homens (sociedade), os quais articulam os recursos naturais a seu bel prazer. No entanto, segundo este autor, não é bem isto o que acontece. Sem retirar a capacidade de agência dos homens, mas atribuindo também capacidade de agência aos objetos inanimados, materiais e imateriais⁹⁰, o autor afirma que as ideias são co-construídas, sendo a ação humana determinada pelo interesse de ambas as partes, do homem e da natureza.

Portanto, é preciso considerar pelo menos dois pontos de vista para se compreender este trabalho. Um é o ponto de vista das famílias, em que ao definirem as estratégias e táticas

⁹⁰ Como a própria a rede, a qual, segundo Latour (2009), também é um ator. Por exemplo, a depender da posição em que o ator se encontra na rede a tradução das coisas que estão no seu em torno terá igual correspondência.

para atingirem seus objetivos acabam por corresponderem ao comportamento descrito por Sahlins (1999). Onde a cada situação inédita as famílias assumem um papel de “agência” moldando a cultura por meio de novas ações, o qual o seu antigo formato não permitia apreender novas realidades, ou, na maior parte do tempo, a cultura se impõe sobre o comportamento das famílias.

O outro é que na medida em que a cultura se constitui na relação dialética com o meio englobante o meio tem igual importância nas ações tomadas pelas famílias. A partir desta ideia, é preciso, então, considerar que, o sistema de criação evoluiu de acordo com a agência interativa de diversos fatores, os quais se destacam os de ordem natural, cultural, social e econômico. Sob essa lógica, portanto, a culpa dos impactos ambientais fica impossibilitada de recair sobre um único responsável, no caso o grupo social local. Por isso, a participação do Estado, assim como, dos sistemas econômicos, nos atuais níveis de desflorestamento deve ser considerada. Cada um desses fatores contribuiu, em maior ou menor grau, para que as famílias construíssem os planos de uso dos recursos. O qual refletiu diretamente sobre o sistema produtivo e sobre o impacto do meio ambiente.

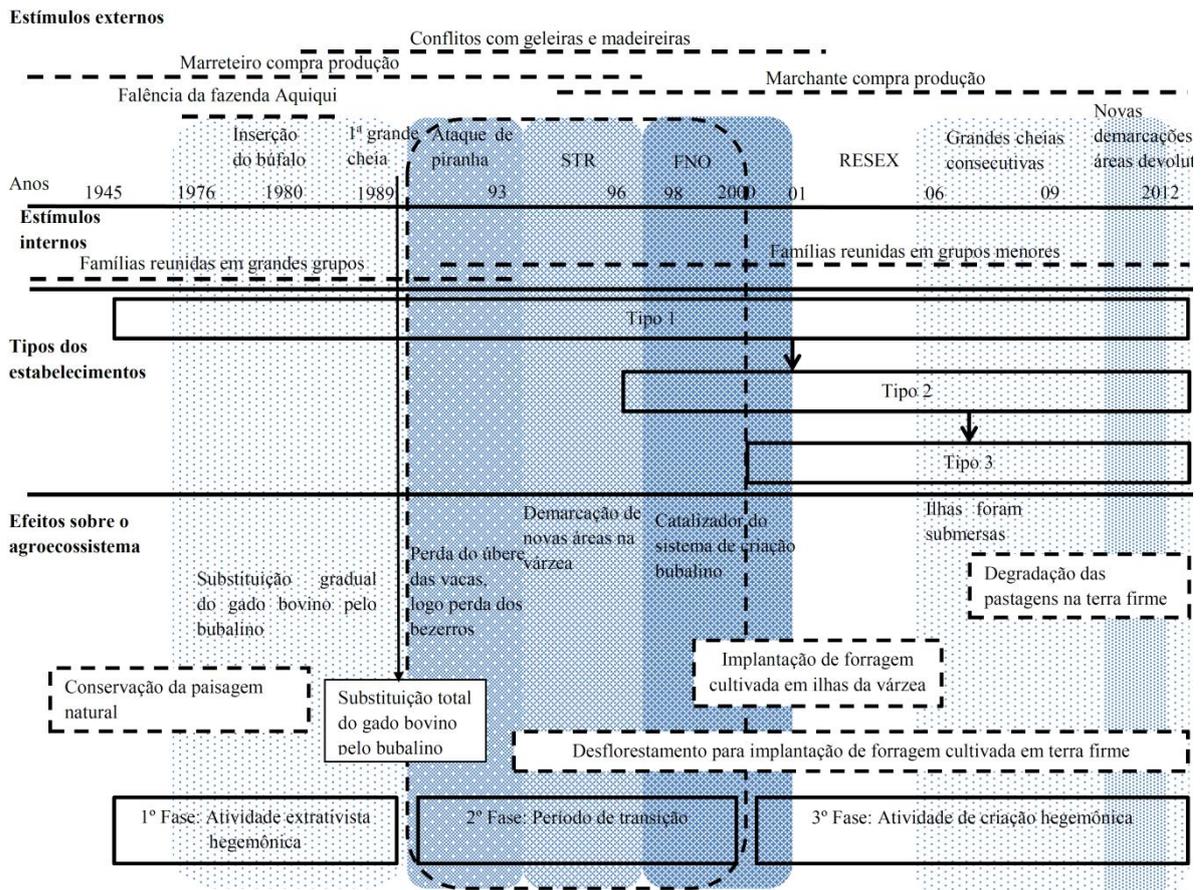
7.2 A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CRIAÇÃO

Primeiramente, antes de entrar no assunto da evolução do sistema de criação em si, é preciso considerar o que é o sistema de criação. Com base na definição Burgeois (N/D), considera-se o sistema de criação como um conjunto de ações estratégicas e táticas tomadas por um agricultor rural de modo coerente com um determinado contexto social, cultural, político, ambiental e econômico de modo a melhor utilizar os elementos (recursos) disponíveis para a criação de animais com fins a obter algum tipo de retorno (objetivos: de troca, de reciprocidade e/ou alimentar). Além do mais, este sistema co-evoluiu com o meio que está em seu em torno, assumindo uma determinada forma a cada apropriação de um determinado estímulo, e, dependendo das condições do meio, pode até deixar de existir.

Com base na definição supracitada compreende-se o sistema de criação como uma estrutura dinâmica que interage ao longo da história com diferentes estímulos. Para melhor compreender este comportamento a trajetória dos sistemas produtivos da localidade foi demonstrada na Figura 30. Nela, de forma sintética, foram destacadas as fases históricas vividas pela comunidade, onde determinados estímulos foram responsáveis pela adoção ou transformação, por parte das famílias, das estratégias e táticas de produção, condicionando,

assim, novas formas de uso dos recursos naturais. As mudanças de estratégias nos sistemas produtivos, quando consolidadas, são representadas (Figura 24) pelos Tipos 1, 2 e 3, que apesar de serem observados nos dias atuais, podem ser alocados – e o são - em diferentes períodos históricos.

Figura 30: A influência dos estímulos externos a comunidade ao longo do tempo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Nota: Adaptado de Moulin et al (2005).

Na figura acima, as fases foram definidas como: “1ª Fase: Atividade extrativista hegemônica”; “2ª Fase: Período de transição” e; “3ª Fase: Atividade de criação hegemônica”. Assim, para cada fase houve uma correspondência do sistema produtivo, provocada por uma mudança na estratégia, definida, pela escolha de novas atividades. Normalmente, relativa à atividade voltada à troca. Em cada fase é possível apontar um fator catalizador que numa conjuntura específica contribuiu para as novas escolhas das famílias, em relação ao sistema produtivo. Desta forma, as fases, servem para ajudar na compreensão do como as famílias

articularam o uso dos recursos naturais ao longo do tempo, logo também de como essas modificaram a paisagem local.

Pela figura nota-se que, ao longo do tempo as famílias abandonaram parcialmente as atividades relativas ao extrativismo, praticadas de forma preponderante durante toda a primeira fase, para praticarem o sistema de criação na terceira fase. Entre estas fases existiu um período de transição, onde diversos e novos estímulos influenciaram para que as famílias, ou pelo menos parte delas, decidissem transformar por completo⁹¹ (mas ainda mantendo elementos que permitiram certa continuidade) o sistema produtivo.

A figura, também, permiti notar que, as transformações no sistema de produção⁹² vêm ocorrendo de modo multilinear, uma vez que algumas famílias mantiveram ao longo do tempo o uso das mesmas tecnologias sob a mesma estratégia de uso dos recursos, enquanto que outras inovaram, em relação às estratégias, provocando o surgimento de novas trajetórias de desenvolvimento.

As famílias do Tipo 1 permaneceram com as mesmas estratégias e práticas de produção, contudo, tendo que se adaptar ao longo do tempo a outras situações do meio envolvente, apenas com leves adaptações. Enquanto que, as famílias do Tipo 2 e 3 adotaram novas estratégias e táticas, mas mantendo o mesmo nível tecnológico, apenas realocando recursos como força de trabalho e utilizando de forma mais intensiva recursos que antes eram exigidos em menor quantidade para assim se adaptar as novas situações do meio. Desta forma, alteraram a lógica inicial, do extrativismo faunístico, passando a ter no sistema de criação o principal meio de reprodução das famílias.

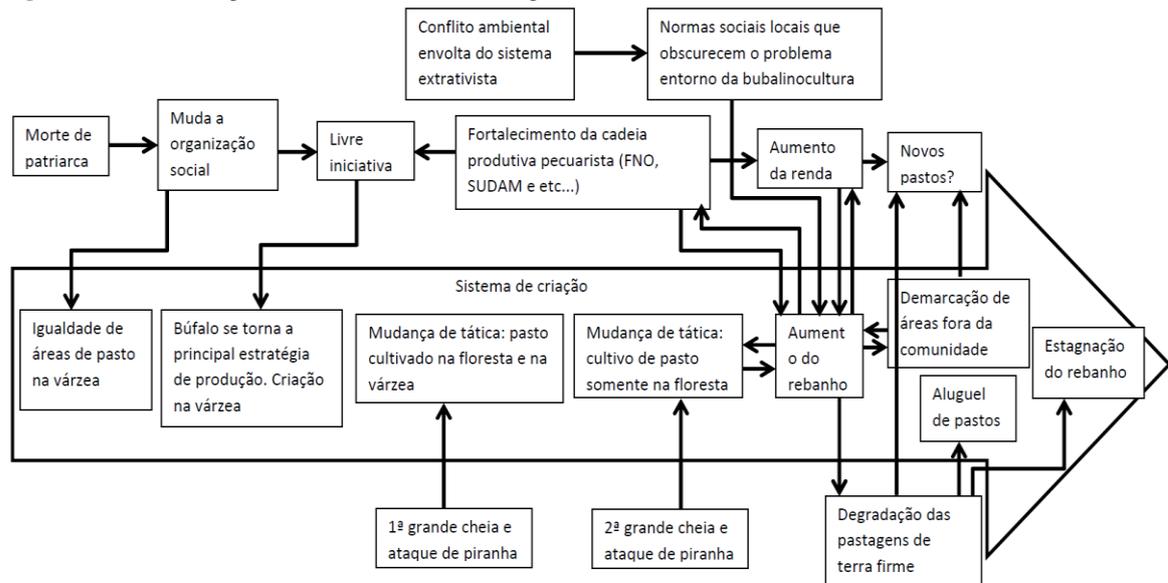
Ao analisar, especificamente o sistema de criação, e com base nas reflexões feitas no item anterior, vê-se que o mesmo evoluiu, segundo o interesse das famílias, modificando as estratégias e táticas em concordância com condições do tipo: diacrônica, a qual abrange características sociais (características organizacionais do grupo; normas sociais – regimento de uso dos recursos -; organização do espaço; uso comum ou privado dos recursos – pescada/pastagem) e ecológicas (enchentes; substituição de espécies; ataque de piranhas; diminuição de capim) e; sincrônicas (Políticas públicas; estruturas de mercado – preços constantes).

⁹¹ Por completo aqui se refere somente ao quesito de importância da atividade dada pela família, visto que as bases técnicas continuaram as mesmas ao longo da história.

⁹² Visto que, aqui os dois não são considerados em separados, logo levando em conta o conceito de sociotécnica utilizado por Sabourin (2001). Lembrando que o conceito de sociotécnica utilizado por este autor se refere ao fato de que os agricultores familiares, por manterem características do campesinato, não diferenciam, ou melhor, não separa a dimensão técnica da econômica ou mesmo da dimensão religiosa, assim, para o autor as técnicas são construídas socialmente e nas mais diversas situações e espaços da vida cotidiana das famílias.

Por meio da abordagem da análise retrospectiva e da organização das informações com base na analogia do conceito de cultura utilizado por Sahlins (1999) foi apreendida uma ampla gama de estímulos que influenciaram a evolução do sistema de criação, como pode ser percebido na figura abaixo.

Figura 31: Evolução do sistema de criação.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Observando a figura nota-se que, como afirma Sabourin (2001), à transformação do sistema de produção não se dá somente com base em uma noção econômica, muitas das vezes ela se define em outros campos da vida, como o sociocultural e político. Segundo o mesmo autor, as redes (sócio)técnicas são construídas em espaços diferentes, como o religioso, comunitário e o informativo. Assim, a definição das atividades produtivas não se dá com vistas a se obter à aplicação da melhor técnica, ou seja, a que ofereça maiores retornos, mas sim pela que corresponda as exigências em um nível global, portanto, em um nível ótimo.

Mesmo o sistema de criação, assim como o sistema de produção, apresentando três características distintas, representada pela existência de três Tipos, eles ainda possuem uma trajetória evolutiva comum, em que os problemas são semelhantes. Principalmente, porque as técnicas de produção não se diferenciam, a não ser em grau de intensidade, ou melhor, de “extensividade” (quero dizer, em quantidade de animais). Por essa semelhança, a figura acima ilustra bem o caminho seguido (e também a ser seguido) pelo sistema de criação na área estudada.

7.3 DISCUSSÃO DOS ELEMENTOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE CRIAÇÃO

Neste tópico os elementos, vistos na Figura 31 que contribuíram de alguma forma para mudanças no sistema de criação serão tratados separadamente. Porém, isto é somente por comodidade de escrita, sendo preciso subentender que todos os elementos estão em interação no momento da conformação de um sistema produtivo. Em outras palavras, os fatores condicionantes do sistema produtivo se transformam e se definem simultaneamente no momento da elaboração das estratégias e táticas produtivas.

A análise deste capítulo será baseada na diferenciação que determinados elementos proporcionaram no momento que deixaram de existir ou que emergiram ou, então, que se transformaram. Basicamente, será determinado o antes e o depois da atuação de determinados fenômenos e sua correlação com mudanças no sistema de criação. É interessante destacar, e lembrar, que muitos dos efeitos apontados foram relatados pelas próprias famílias, mas outros foram por dedução, via informação cruzada, por exemplo, a relevância do fim das relações de patriarcado para os atuais sistemas produtivos.

7.3.1 Os elementos do campo social

Abaixo (Quadro 03) seguem exemplos de fatores diacrônicos influentes, os quais devem ser tratados para se poder compreender a dinâmica evolutiva do sistema de criação. Estes elementos refletem a estrutura social do grupo e como estes percebem e tratam dos recursos disponíveis. A análise destes elementos se torna, também, interessante por possibilitar observar o sistema de criação de modo singular, ou seja, possuindo uma identidade particular, segundo a ordem sociocultural local. Os elementos, vistos no quadro abaixo, são marcadamente influenciados por esta ordem (sociocultural) por isto conferem ao sistema produtivo da comunidade característica de permanência ou de imutabilidade. Vistos que são elementos estruturantes do modo de vida local.

No entanto, por mais fixos que sejam, estes também são dinâmicos, e como Sahlins (1999) coloca, mantém uma relação dialética com o seu entorno, sendo que na medida em que se transformam modifica-se também a forma de uso de determinados recursos naturais. Assim, esta afirmativa, concorda com a crítica que Adams (2000) faz para os autores neofuncionalistas e diacrônicos. Para a autora, o fato dos povos tradicionais manterem estruturas sociais que conformam certa identidade, criadas muitas das vezes com base no

ecossistema local, não é suficiente para conferir-lhes um caráter de sociedades harmônicas para com a natureza.

Com isso, quando se observa alguns dos elementos estruturais que regem o funcionamento do uso dos recursos naturais da comunidade analisada, nota-se, claramente que, no decorrer da história da comunidade, a base da estrutura diacrônica transformou-se modificando seriamente as formas de se utilizar os recursos naturais entre seus pares. Consequentemente, alterando características que conferem singularidade ao grupo social.

Mas, é interessante destacar que as modificações internas, de cunho estrutural, nem sempre tiveram influência sincrônica, influenciada por alguma mudança da economia de mercado, como Adams (2000) destaca em seu trabalho. No caso em questão, a principal mudança, que se verá abaixo, que é a da organização social, se deu ocasionada por motivos internos ao grupo social, no caso a morte e envelhecimento dos primeiros chefes de famílias.

Quadro 03: Elementos do campo social que foram influentes na definição do sistema criação.

Elementos de análise	Antes	Depois	Ano de início da mudança	Efeito da mudança	Causas
características organizacionais do grupo	Patriarcado	Família nuclear	Primeira metade da década de 1980	Livre iniciativa; surgimento de novos Tipos. Logo, novas formas de uso dos recursos	Morte e envelhecimento dos patriarcas
normas sociais	Normas orais e hierárquicas, baseadas em um poder assimétrico	Regimento formal (escrito) e democrático	A partir de 1996	Exclusão inconsciente de atividades extrativistas	Conflitos agrários e busca da afirmação como sujeitos ambientais conscientes
organização do espaço	Famílias organizadas uma ao lado da outra	Famílias organizadas em espaços delimitados	Por volta de 2000	Individualização das atividades e do uso dos recursos. Logo, novas formas de uso dos recursos	Aumento do rebanho e limitação das pastagens
uso dos recursos	Uso comum dos recursos, mas sob coerção e com favorecimento aos patriarcas	Restrição ao recurso pastagem e liberdade de uso aos demais	Por volta de 2000	Definição da bubalinocultura como principal atividade; demarcação das propriedades	Aumento da importância do búfalo para a vida das famílias

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Pelo quadro tratado acima os elementos sociais mais importantes para a transformação do sistema de criação têm dois momentos (antes e depois). Por ele nota-se que houve uma

transformação gradual em que os elementos que condicionaram a reprodução do grupo no passado eram baseados em uma rede de “relações de reciprocidade assimétrica”, observados na segunda coluna do quadro, foram substituídas por um conjunto de elementos que permitiram transformar a antiga organização social, para uma baseada em uma rede de “relações de reciprocidade simétricas”, na terceira coluna do quadro (SABOURIN, 2009).

Com base na organização social do grupo propiciou-se diferentes formas de uso dos recursos. Sendo que, houve pelo menos dois tipos de organização social, um mais centralizado na figura do patriarca da família e ou outro mais descentralizado, em que os núcleos familiares detinham maior autonomia. No primeiro, havia ainda muita influência do sistema econômico da borracha, com as relações entre os comunitários fortemente baseada em um sistema patriarcal, condicionada pela existência de grandes grupos familiares centralizados na figura do primeiro herdeiro da terra.

Enquanto o poder foi centralizado na figura do patriarca o sistema produtivo da comunidade como um todo era mais coeso e homogêneo, servindo, no que toca a cobertura vegetal, para conservá-la, por mais 90 anos. Isto era possível devido às regras sociais, até mesmo coercitivas, criadas pelo patriarca limitar as ações das pessoas (SIMÃO, 2012). Muitas dessas regras eram reforçadas pelo sistema econômico vigente, onde o patriarca mantinha as famílias numa relação paternalista, por meio do sistema de aviamento. Em relação a isto, é preciso levar em conta que este poder era legitimado por o mesmo ser considerado o herdeiro das terras, portanto, possuindo o direito de impor regras.

Nesta condição, o patriarca definia as formas de uso dos recursos restringindo as atividades que as famílias poderiam praticar. Assim, o sistema de criação, como também de outras atividades, eram sujeitas às condições impostas. No caso da atividade da pecuária, a quantidade de animais era limitada por família, os quais eram adquiridos, junto com o direito de construir uma casa na área, no momento do casamento. Esta doação, no entanto, determinava, inconscientemente, que os animais adquiridos pelo novo casal deveriam ser criados junto com os do patriarca. Assim, o novo núcleo familiar continuava sob os mesmos ditames e ainda obrigados a realizar trabalho extra. Qual seja criar os seus animais ao mesmo tempo em que criava os do patriarca.

Sob estas circunstâncias a gestão do recurso natural pastagem era comunitária. Sendo que, todas as famílias que possuíam algum grau de parentesco tinham o direito de fazer uso da mesma, entretanto, a gestão do recurso era baseada em um sistema de reciprocidade

assimétrica centralizada, onde as pastagens e o número de animais eram limitadas pelo patriarca (SABOURIN, 2009).

Mas, quando o poder foi descentralizado com a morte do patriarca e com o aumento do número de famílias e, também, com o envelhecimento das figuras mais centrais do grupo, as famílias puderam interagir mais livremente, principalmente, com o mercado local. Confirmando o que diz Adams (2000), para a qual as populações tradicionais tendem a interagir com as economias de mercado. Mas, no caso, destaca-se que isto está diretamente relacionado a mudanças no sistema de relações de poder que regem o grupo, o qual evoluiu para uma situação de reciprocidade simétrica.

Com a descentralização do poder as famílias passaram viver sem a rigidez das normas sociais impostas pelo patriarca. Novas normas, inclusive formais, de uso recursos foram estabelecidas na forma de regimentos, os quais condicionam o uso dos recursos. Apesar de serem baseadas nas normas sociais ditadas pelo patriarca, agora estas não eram ditatoriais, mas sim democráticas, deliberando os mesmos direitos de uso dos recursos a todas as famílias da comunidade. Todavia, esses regimentos continuaram limitando a exploração desenfreada dos recursos.

Nota-se, observando as medidas práticas que as famílias passaram a adotar, como o aumento da área de pastagem e do rebanho, que após o fim do regime do patriarcado, as famílias, agora com maior liberdade de ação, iniciaram um processo de mudança do sistema de produção. Em que, a pecuária, ao invés do extrativismo, se tornaria a principal atividade, principalmente, por as famílias observarem que as condições conjunturais estavam mais favoráveis para esta atividade. Esta afirmação pode ser referendada quando se lê os regimentos, neles ficam claras as restrições para as antigas atividades, como caça, pesca e extração madeireira. Sendo que, o que resta é um apoio, indireto, para outras atividades oriundas da agricultura e pecuária. Mas, no caso, a que estava em melhores condições para se desenvolver, até mesmo, por as famílias possuírem maior *know-how*, era a atividade da pecuária bubalina.

Desta forma, a fala de Shanim (2005) quando diz que, os agricultores possuem capacidade de realizar uma leitura da realidade e se posicionar de maneira mais favorável a seus interesses é bastante elucidativa desta situação vivida na área da comunidade. Chegando ao ponto de modificarem seu sistema econômico, saindo de um modo mais autônomo, onde as relações de reciprocidade eram preponderantes, para outro que, por enquanto, aponta para uma maior preponderância das relações de troca. Visto que, a produção voltada para

satisfação interna do grupo está regredindo em prol de uma produção voltada ao mercado. Em que as famílias do Tipo 3 praticamente abandonaram agricultura de excedente e as atividades extrativistas voltadas para a troca. Fato que tem gerado aumento da renda e maior consumo de produtos, destinados à reprodução, de fora da comunidade.

Em relação à criação do búfalo, a democratização do poder representou um maior crescimento da quantidade de animais entre as famílias, ao ponto de equipararem-se as quantidades possuídas pelos patriarcas. Entretanto, o crescimento da quantidade de animais esbarrou no limite da área da comunidade, gerando a necessidade de divisão da mesma. Com isso, cada família pode criar de forma proporcional o tamanho do rebanho com o tamanho da área de pastagem que cada família dispõe. Divisão que já havia acontecido desde a morte do patriarca, mas que não tinha se tornado prática, até o crescimento do número de animais ultrapassar em média a quantidade 50 – 80 cabeças/família.

7.3.2 Os elementos do campo ecológico

Dentro de uma análise diacrônica é preciso considerar também o ecossistema em que o grupo social se encontra e que se desenvolveu, pois ele é fundamental para a própria construção da cultura, portanto, dos saberes e práticas existentes (SAHLINS, 1999). Segundo o mesmo autor, a cultura para poder imprimir significados coerentes, que possibilitem a comunicação entre seus pares, precisa ser moldada, também, de acordo com evidências materiais. Assim, por exemplo, o ecossistema local é um fator determinante para definir as práticas agrícolas.

Como de fato pode ser verificado, na área estudada, o ecossistema, até por ser muito rigoroso, com características que condicionam a liberdade de atuação, força a adequação das práticas segundo os ciclos naturais. Assim, como observado por Sabourin (2009, p. 278), “há, é claro, uma interdependência entre o ambiente natural e os sistemas agrícolas de produção”.

Assim, no que toca a evolução das práticas de manejo, principalmente, no que se refere ao sistema de pastoreio, o ecossistema local, certamente, é o fator mais importante para sua definição. O mesmo impôs ao grupo limites que com o nível tecnológico disponível era impossível superar. O que obrigou o grupo a articular os meios possíveis e disponíveis para poderem continuar a praticando a pecuária de modo vantajoso, utilizando aqui o sentido de bricolé citado por Goody (1988).

E assim como diz Strauss (1989), as restrições provocadas pela falta de capim, devido às enchentes, fez com que as famílias, com base nos elementos de sua cultura, desenvolvessem, por meio da racionalidade sensitiva, ou seja, por meio de ações práticas, novas técnicas de manejo de pastoreio. Inclusive, por meio do plantio de pastagens na terra firme e nas zonas de transição.

É interessante notar, Quadro 04, que os problemas ambientais pouco interferiram nos objetivos estratégicos, se limitando mais aos objetivos táticos. Pela Figura 31, vê-se que os problemas de ordem natural foram os responsáveis pelas principais mudanças técnicas⁹³ adotadas pelo grupo. Denotando que, os fatores de ordem natural ainda são de extrema importância na definição do sistema produtivo, mas não tanto para a escolha das atividades.

Entretanto, o fato do meio ecológico impor maior modificação no nível tático não quer dizer que o mesmo tenha menor importância. Tanto é assim que, uma modificação nesse nível, no caso, a substituição do gado bovino pelo bubalino foi certamente um fator de ordem tão elevada quanto os fatores de mercado e políticas públicas. Pois, se não houvesse sido inserido na vida das famílias, seria impossível que estas pudessem interagir de forma sincrônica com outros fatores como o mercado.

Quadro 04: Elementos agroecológicos que foram influentes na definição do sistema criação.

Elementos de análise	Antes	Depois	Ano de início da mudança	Inovação técnica	Motivação
Enchentes (1ª, 2ª e 3ª)	Pastoreio em pastagens nativas na área de transição e várzea, inverno ou verão	Pastoreio nas pastagens nativas somente no verão, no inverno pastoreio em pastagens cultivadas	1996	Desflorestamento das ilhas para cultivo de pastagens	Diminuição da mortalidade
Substituição da espécie de criação (entrada do búfalo)	Alta suscetibilidade a doenças. Alta taxa de mortalidade, baixa produção	Baixa suscetibilidade a doenças. Baixa taxa de mortalidade, alta produção	De 1975 até 1990	Substituição do gado bovino pelo bubalino	Diminuição da taxa de mortalidade
Ataques de piranha	Quando da criação de bovinos não notava-se a intensidade dos ataques	Destruição dos úberes diminuía a produção de queijo e as chances de sobrevivência dos bezerros	Maior percepção dos problemas durante a primeira metade da década 1990	Plantio de forrageiras na área de terra firme coberta por floresta	Diminuição das perdas ocasionadas pelos ataques

⁹³ É importante dizer que, aqui não se considera como inovação técnica as ações de vacinação e aplicação de remédios, medidas obrigatórias, como práticas relevantes, principalmente, quando se pretende considerar a influências destas sobre a mudança no meio ambiente.

Diminuição da disponibilidade de forrageira	Somente as vacas e bezerros pastoravam na área cultivada em terra firme	Todos os animais, gradativamente, passam a pasturar nas áreas cultivadas em terra firme	No final da década de 1990	Expansão das áreas de pastagens cultivadas na terra firme	Diminuição da mortalidade por falta de alimento, como também, elevação da produtividade
---	---	---	----------------------------	---	---

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Assim, problemas de ordem natural (Quadro 04) foram responsáveis, ao menos inicialmente, pelo desmatamento na terra firme, pela a junção das áreas de várzea mais afastadas ao sistema de práticas, o que ampliou ainda mais a distância percorrida com os animais. E, especialmente, pelo fator mais importante que foi a substituição do gado bovino pelo bubalino, problema, que como já foi comentado, foi ocasionado pela pouca adaptação do gado bovino as áreas alagadas.

Portanto, a dependência da natureza explica algumas tomadas de decisão feitas pela família. Por exemplo, a decisão de cultivar pastagens na terra firme nasce devido à subida das águas (enchentes) com conseqüente aumento do ataque das piranhas ao úbere das vacas. Este é um bom exemplo de tomada de decisão que é feita com base na disponibilidade dos recursos existentes.

Em relação às práticas de manejo é também preciso considerar que, certamente, houve diversas influências culturais, herdada dos imigrantes nordestinos, das tribos indígenas que habitavam a região (o que certamente ajudou as famílias a se adequarem ao meio natural) e de pecuaristas criadores de búfalos que abitam às várzeas do rio Amazonas. Tendo em vista que, principalmente, os grandes pecuaristas se basearam em técnicas de produtores do Marajó. Local de onde os búfalos foram importados.

A dependência da natureza foi ainda fortalecida devido à comunidade ter se mantido com relativo isolamento, sendo excluída de políticas públicas de assistência e desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2010). Situação que colaborou para a baixa apropriação de técnicas ditas modernas. As quais poderiam de alguma forma terem enredado a evolução do sistema de criação por outro caminho.

Em relação ao sistema de criação, o efeito desta atividade sobre o meio ambiente somente veio aparecer nos último 4 anos. Atualmente, o uso das táticas produtivas, principalmente, às utilizadas pelo Tipo 3, tem promovido demasiada degradação ambiental. Chegando ao ponto, de entrar em conflito com outros moradores da área devido à poluição dos rios. Mas, o principal motivo que tem refletido as ações dessas famílias e levado a alguma modificação no sistema de produção é a da degradação de pastagens. Este fator ao longo dos

anos tem condicionado às famílias do Tipo 3 a abrirem novas áreas de floresta para implantação de pastagens.

Em relação à terra firme por as famílias disponibilizarem uma grande quantidade de área, ainda coberta por floresta, as famílias não têm pesado, ainda, o impacto de suas ações sobre as novas aberturas. Segundo Sabourin (2009), essa lógica, de mitigação dos recursos, ocorre quando o acesso à terra não é precário, difícil. Ao contrário do que ocorre com agricultores que encontram dificuldades para acessá-la. Para estes, a relação com a terra “sela um vínculo mítico ou religioso com uma terra prometida” (SABOURIN, 2009, p. 279).

No entanto, para o caso analisado, essa quebra de vínculo acontece em relação à floresta e com os rios, visto que este está sendo seriamente afetado. Devido à floresta não fazer mais parte dos objetivos das famílias. Com isso, um elemento que há pouco tempo atrás foi motivo de contestação, inclusive, chegando a criarem a RESEX, para sua preservação, hoje é secundarizada frente ao interesse de desenvolver a pecuária. Assim, essa mitigação dos efeitos da abertura de novas pastagens pode contribuir para a continuação do desflorestamento.

7.3.3 Os elementos do meio econômico

É interessante notar que os problemas ambientais pouco interferiram nos objetivos estratégicos, se limitando aos objetivos táticos. Ao contrário do que ocorreu quando os produtos eram oriundos do extrativismo, como o acontecido com a pesca do pirarucu, a qual foi praticamente abolida, ou mesmo com a pesca de outros peixes. A explicação, percebida por meio do comportamento das famílias, de tal fato é de que o abandono de determinada atividade financeira esteja na leitura que as famílias façam das condições do meio envolvente (preço, cadeia produtiva, política pública), campo onde são traçadas a maior parte das estratégias (escolhas) produtivas. Desta forma, pode-se afirmar que a definição do sistema produtivo, quando as famílias tradicionais se inserem no mercado, não é tão endógena quanto se é levado a imaginar.

Essa mudança, normalmente, foi acompanhada de uma maior inserção no mercado. Ou como prefere Sabourin (2009), as mudanças técnicas permitiram a mudança ou emergência de novas relações, qual seja, a substituição de relações de reciprocidade por relações de troca, que com o passar do tempo estão mais preponderantes. E se expandem, cada vez mais, na medida em que as necessidades de consumo aumentam, havendo, assim, maior necessidade de especialização em atividades com maior capacidade de gerar capital financeiro, ou seja, com

dinheiro em espécie. E, com isso, simultaneamente, elevando o nível de transformação do meio natural.

As constantes apropriações culturais e econômicas denotam a importância que o meio envolvente tem na relação de uma determinada sociedade com o meio natural em que vivem. Conseqüentemente, o sistema produtivo será, também, reflexo dessas mudanças. Como vivemos em uma sociedade de consumo, o qual orienta em grande parte os valores simbólicos das sociedades contemporâneas, a capacidade de geração de renda de uma dada atividade produtiva certamente será muito importante para determinar sua escolha. E neste quesito, sem sombra de dúvida, a pecuária é atividade que melhor remunera as famílias no caso estudado. Sendo a que melhor disponibiliza as condicionantes para que isso ocorra.

Portanto, para compreender a mudança estratégica que levou a escolha dessa atividade é preciso que tenhamos também uma visão sincrônica, onde as famílias por estarem envoltas por um meio que evolui, ofertando novas condições para seu desenvolvimento (cultural e econômico), interage com esta modificando a si própria como, simultaneamente, o meio em que está inserido.

Quadro 05: Elementos do meio envolvente que foram influentes na definição do sistema criação.

Elementos de análise	Antes	Depois	Ano de início da mudança	Efeitos	Motivação
Política pública (FNO especial)	Rebanho com crescimento lento	Acréscimo de animais e conseqüente aceleração do crescimento	De 1998 a 2001	Expansão das pastagens cultivadas para comportar a nova quantidade	Elevar a produção
Cadeia produtiva	Subordinação aos atravessadores	Subordinação aos preços de mercado	A partir de 2001, quando começou a realizar os primeiros descartes de animais	Definição do gado bubalino como principal atividade	Melhor condição de barganha. Maior confiabilidade de retorno do investimento
Preços	Desvalorização da produção, a qual era trocada quase sempre sob condições de desvantajosas	Preços tabelados e recebimento em dinheiro	Essa situação se tornou mais relevante a partir de 2001, quando os búfalos começaram a ser vendidos em maior escala	Aumento das áreas de pastagens nativas e cultivadas em terra firme, por as famílias do Tipo 3,	Elevação da renda. Melhoria das condições de vida

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Como se percebe (Quadro 05), os melhores fatores influenciadores para a escolha da família, oriundos do meio envolvente, após a “1ª Fase: Atividade Extrativista Hegemônica” são condizente com o desenvolvimento da atividade da pecuária bubalina. Sendo que, durante esta fase as condições não eram propícias, principalmente, por não existir uma cadeia produtiva segura, com compradores garantidos. Entretanto, as condições do meio somente começaram a melhorar na medida em que as famílias adquiriram os búfalos, passando a criar uma quantidade muito maior de animais. Fato que atraiu compradores, assim, movimentando a cadeia produtiva. Nesta condição o mercado local da pecuária surgiu estimulado pelo próprio aumento do rebanho na comunidade.

Pode-se afirmar que, o sistema de criação saiu de uma situação em que era mais voltado para relações como as de “poupança viva”, “autoconsumo”, e viabilizador de “ritos” (como casamentos) para outra, já na “3ª Fase: Atividade de criação hegemônica”, em que se tornou a principal atividade comercial, geradora de renda, conectando as famílias ao mercado, logo a sociedade englobante. Fato que modificou sensivelmente a relação com a natureza, mais especificamente, sobre a cobertura vegetal. Modificação que como vimos se deu pelo desflorestamento e implantação de pastagens em área de transição (embora já não executem mais essa prática) e na terra firme. Como pode ser verificado na coluna dos efeitos (Quadro 05).

Mas, é preciso considerar que a importância do meio envolvente (principalmente, no que toca a dimensão econômica) só ganhou destaque quando as famílias deixaram de ser submissas ao sistema de organização social patriarcal. Portanto, quando as famílias passaram a viver sem os ditames gestacionais do patriarca é que é possível perceber o crescimento desta atividade, assim como a diversificação dos Tipos produtivos. As famílias, então, com maior liberdade de ação passaram a interagir com o meio envolvente, permitindo assim a transformação, em nível estratégico, dos sistemas produtivos.

O sistema de criação evoluiu, principalmente, por influência da emergência do mercado pecuarista bubalinocultor e pelo surgimento de políticas de crédito, como o FNO, FNO especial e SUDAM. Como foi discorrido no capítulo anterior foram as estruturas de mercado que se formaram paralelamente com a chegada de políticas públicas, oriundas dos programas de desenvolvimento econômico do Estado, que possibilitaram que as famílias organizassem seus objetivos estratégicos em torno da atividade bubalina.

Com isso, as famílias seguiram, basicamente, os mesmos princípios de criação utilizados em áreas de fronteira, como o da Transamazônica. Ou seja, elas se aproveitaram de

nichos marginais de mercado, normalmente, com menor margem líquida de ganhos, para se inserirem e obterem ganhos (condição, que como ver-se-á adiante, será alterada). Especificamente no caso estudado, as famílias passaram a atender a demanda do mercado local, de queijo e de carne, visto que a grande produção era voltada para exportação.

Um fato interessante é que, com a falência da fazenda Aquiqui, e das suas subfazendas, os estabelecimentos familiares, da várzea e da zona de transição, assumiram o papel de principal criador de gado. Inclusive, acessando mercados de outros estados, por meio de atravessadores que chegam pelo rio Amazonas. Condição que contribui ainda mais para a especialização na pecuária. Com a formação do mercado bubalinocultor as famílias puderam participar de uma rede de negociações onde o poder de barganha não era demasiado assimétrico, como ocorria com as trocas dos produtos derivados do sistema extrativista, via marreteiros e regatões. Fato que contribuiu para que as famílias elevassem seus ganhos econômicos e melhorassem sua qualidade de vida.

Nesta última fase, período em que foi criada a RESEX, certamente o produto mais favorável para o atendimento das necessidades das famílias é a criação de búfalo. Atualmente é este produto que pode gerar os melhores rendimentos e que pode ser trocado imediatamente na medida de uma necessidade urgente. E é também este produto que tem se mantido com preços estáveis há pelo menos 20 anos, permitindo o seu uso como poupança viva. Atualmente, este produto tem possibilitado o alcance de objetivos fundamentais para família como a construção de casas na cidade, viabilizando moradia dos filhos para estudar ou atender a qualquer infortúnio, assim, como fornecer renda líquida suficiente para os habitantes viverem dignamente.

Todavia, a melhor condição para geração de renda que a atividade bubalina dispõe tem gerado um círculo vicioso, onde a maior renda obtida pelas famílias tem propiciado o aumento do consumo. O que gera, novamente, maior necessidade de renda e, conseqüentemente, o aumento da produção. E como o aumento da produção se dá sobre as bases técnicas, mencionadas no capítulo 4, há, cada vez mais, uma maior pressão sobre os recursos naturais. Necessariamente, isto implica em dizer que haverá novos desflorestamentos. Concordando, assim, com Lima e Pozzobon (2005, p. 54) para os quais “o envolvimento das populações tradicionais com a economia de mercado elevam as taxas de exploração dos recursos naturais”.

Por isso os problemas ambientais são mais intensos quando as famílias deixam de praticar as atividades para o autoconsumo, ou melhor, quando as atividades econômicas

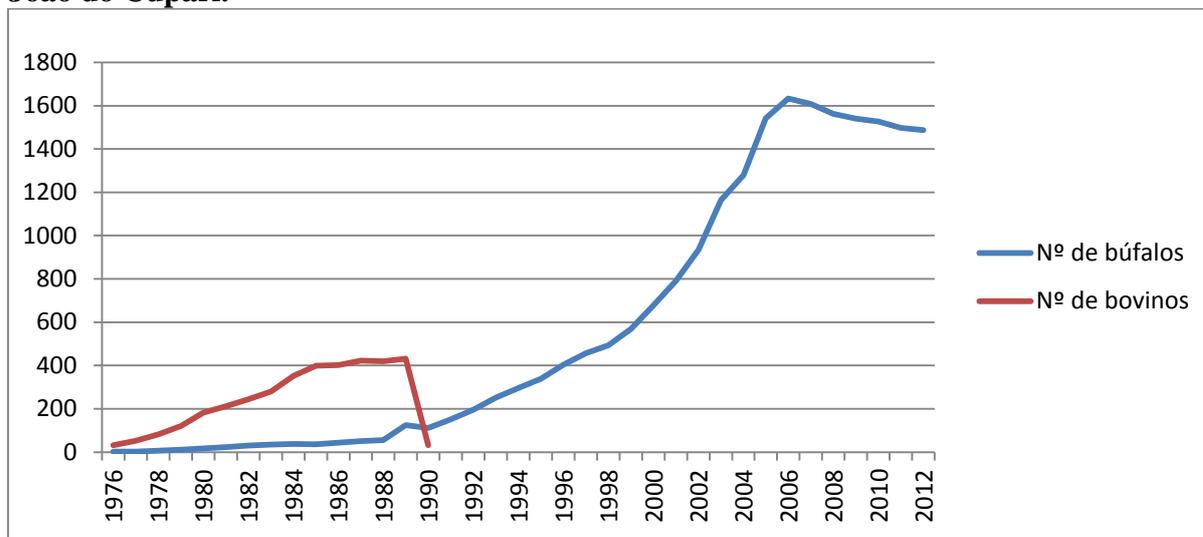
deixam de ser regidas internamente, pelas necessidades do grupo. Quando as famílias se inserem no mercado há uma maior condição de transformação do meio, pois os novos objetivos são formulados não mais em conformidade com as condições locais, mas sim com as condições externas. Pode-se dizer que, a nova condição cultural criada a partir da apropriação de elementos externos leva a alteração do ecossistema para que este se adeque a novos símbolos, alienígenas. Assim, alterando o antigo estilo de vida, a qual tinha co-evoluído juntamente com ecossistema local.

7.4 A ATUAL CONDIÇÃO DOS SISTEMAS DE CRIAÇÃO

Entretanto, diante de todos os fatores supracitados, é de se esperar que as famílias seguissem os mesmos caminhos, mas não é isso o que acontece (Figura 30). Devido às condições de produção variar de família para família os sistemas produtivos ganharam em diversidade. De modo geral, as famílias com melhores condições produtivas (geralmente com maior força de trabalho) e com interesse de fazê-lo tem se apropriado de lógicas econômicas de mercado. Na comunidade estudada existem pelo menos três sistemas de produção distintos. Cada um deles está adaptado de uma forma particular ao mercado local, mas com tendência de maior inserção na medida em que o tempo passa, seguindo os passos do Tipo 3.

Assim, a população bubalina na comunidade (Gráfico 02) há 36 anos, vem aumentando, sendo que a partir de 1996, onde começa a crescer com valores exponenciais, prepara o terreno para a emergência de atores com estratégias e táticas mais agressivas, como o Tipo 3. Esta característica se desenvolve influenciada por estímulos idênticos aos que contribuíram para a evolução da bovinocultura no restante do estado do Pará, mais especificamente devido os projetos de desenvolvimento que se deram fora das margens dos rios amazônicos, ao longo das rodovias, como os Programas de Integração Nacional (PIN) (LIMA; POZZOBON, 2005). Mas, também com a sua chegada às margens do rio, como foi o caso da implantação do laticínio via o projeto da SUDAM da fazenda Aquiqui.

Gráfico 02: Quantidade bovina e bubalina ao longo da trajetória da comunidade São João do Cupari.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

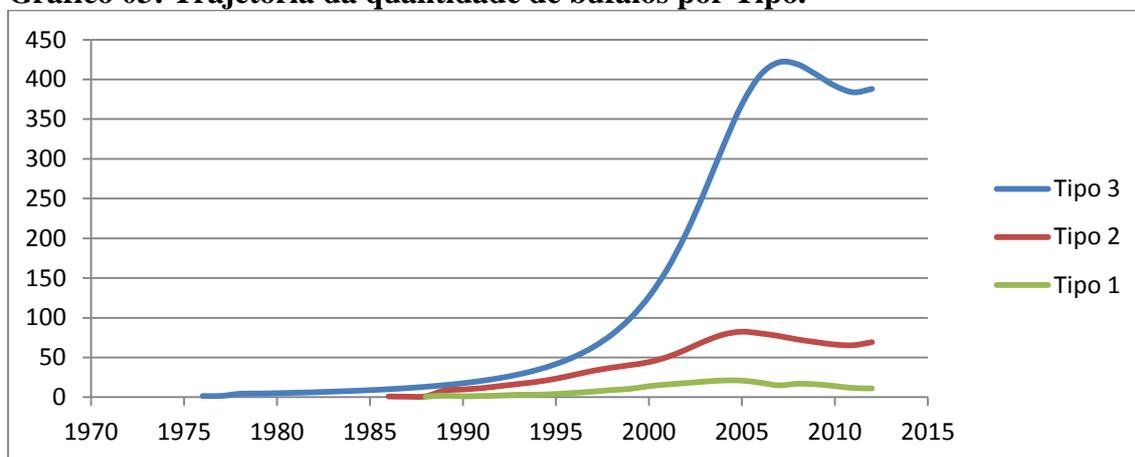
Contudo, a partir de 2004, coincidentemente com o ano de criação da reserva, o número de búfalo começa a estabilizar, até mesmo diminuir (Gráfico 02). Porém, este rearranjo não é referente ao fato da existência ou não da RESEX, mas sim, segundo a pesquisa, com as limitações sócio-espaciais, interesses particulares das famílias e crises agroecológicas.

Em relação aos fatores sócio-espaciais os limites, como discorrido no item anterior, foram motivados por falta de espaço nas áreas de transição, fator que tem afetado o Tipo 2, restringindo-o a manter constante o número de animais. O Tipo 2 também tem sua responsabilidade para este equilíbrio devido seus interesses particulares, refletidos nas estratégias e táticas não ser mais o de expansão da pecuária, como também foram vistos, mas sim de estabilização. Muito disso se deve a restrição de mão-de-obra familiar. Já as crises agroecológicas são responsáveis por frear o Tipo 3, situação que é reflexo da degradação das pastagens.

Por meio da pesquisa notou-se que os Tipos 2 e 3 estão com os sistemas de criação, atualmente, mais estabilizados, apesar de serem por motivos diferentes, e o Tipo 1 com tendência de ascensão, com expectativa de seguir rumo aos primeiros Tipos, apesar do Gráfico 03 não apresentar este fenômeno. Fato que só é explicado quando se observa a curta história do sistema de criação deste último tipo, pois o mesmo passou por sérios problemas para iniciar a criação devido às cheias ocorridas após 2006, o que fez com que a quantidade

do rebanho oscilasse drasticamente. Caso isso não houvesse ocorrido certamente os números relativos a esta atividade seriam mais representativos.

Gráfico 03: Trajetória da quantidade de búfalos por Tipo.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O Tipo 3 chega a essa estabilização ao atingir, novamente, mas em um novo patamar, o limiar da capacidade do sistema de criação, principalmente, por atingir o limite das pastagens cultivadas em terra firme. Este Tipo, por possuir grande quantidade de animais, atualmente, está com problemas sérios de degradação das pastagens na terra firme, inviabilizando o aumento da criação (Gráfico 03). Diante destes problemas pelo menos nos últimos 4 anos tem havido a necessidade de aluguel de pastagem nos períodos mais críticos do ano, geralmente, nos dois meses que antecedem a chegada do inverno. Com isso, previsões de novas implantações de pastagens são perfeitamente plausíveis.

Para o Tipo 3, devido o superpastejo, não seria contraditório se de agora em diante apresenta-se declínio no número de animais, pois os efeitos da degradação das pastagens tendem, cada vez mais, a acentuar-se. Fato que pode ser promovido pela limitação de mão-de-obra, inclusive, para contratação, pois está cada vez mais escassa. Mas, se as condições que promoveram essa situação até este momento continuarem a serem reproduzidas pode ser também que novas áreas, assim como, o que ocorre nas regiões de fronteira agrícola, sejam desflorestadas para implantação de pastagens.

As famílias do Tipo 2 são na maior parte famílias que tendem a se manter no mesmo padrão de funcionamento atual (porém neste mesmo grupo há famílias que iniciaram a adoção das estratégias do Tipo 3, bastando tempo para atingirem os mesmos patamares de desflorestamento), elas admitiram não se interessar por prosseguir com o aumento do número

de animais. Alegaram que, a quantidade de aproximadamente 80 animais está de acordo com a quantidade de trabalho disponibilizado pelas famílias. Assumindo que, o que é produzido é o suficiente para a satisfação da família, mesmo que para isso haja necessidade de manterem a atividade da pesca.

Ao contrário, o Tipo 1, mesmo sendo o Tipo com menor impacto ambiental, tem apresentado aspirações para o crescimento, podendo, em pouco tempo, atingir o padrão de vida do Tipo 2. O principal motivo são os filhos que adotaram esta atividade, ao contrário dos pais, como a principal meta do sistema produtivo, apesar de estarem passando por dificuldades para atingirem esta meta. Visto que, a acentuação dos problemas climáticos fez com que muitos animais morressem ou fossem vendidos antes disso. Como resposta a esse problema o cultivo de pastagens na terra firme tem sido a principal alternativa, levando a crer que este Tipo prosseguirá com o desflorestamento.

É interessante notar que no Tipo 1 e 2 a teoria de Chayanov em que as famílias buscam um equilíbrio entre satisfação e penosidade do trabalho é perfeitamente plausível. Todavia, para o Tipo 3 esta justificativa teórica já não permite mais compreender a situação do sistema de produção. Isto se deve a elevada contratação de mão-de-obra, a qual permite às famílias a elevação do consumo marginal para além do limite do próprio esforço.

A elevada contratação de mão-de-obra influencia diretamente às práticas de manejo. Isso é ainda mais notável quando se alia a disponibilidade de mão-de-obra o nível de capital acumulado (geralmente, em bens). Conjuntamente, esses fatores são importantes por definirem a capacidade de atuação das famílias. As famílias que possuem baixo capital e não consegue realizar contratações de trabalhadores, têm a sua capacidade de agir sobre o meio ambiente, por exemplo, de retirar leite, aumentar a quantidade de rebanho e limpar as pastagens, limitada pela disponibilidade de força de trabalho familiar. Mas, as famílias, do Tipo 3, que por algum motivo conseguiram acumular capital, tem suplantado a pouca força de trabalho familiar por meio da contratação de mão-de-obra, a qual chega a atingir até 10 meses por ano.

No entanto, a contratação viabiliza maior produção, mas não maior produtividade. Pois, as famílias continuam gerenciando seus estabelecimentos com base nos saberes técnicos tradicionais, os quais eram muito mais adequados às condições do passado, ou seja, baixa produção. E não sobre esta nova condição, de um grande rebanho, com isto o aumento da produção tem se dado de forma extensiva, em que maximiza-se a exploração dos recursos

mais abundantes, geralmente, terra, em função da poupança dos mais escassos, capital e força de trabalho (FIGUEIREDO; SIMÕES; VEIGA, 2003).

Como a área estudada ainda possui abundância de recursos como terra, ou melhor, floresta, não é tolice propor que se esta dinâmica continuar as famílias aumentarão seus rebanhos, de modo extensivo, sobre o maior consumo do recurso floresta e várzea.

Diante das dinâmicas apresentadas pelas famílias o número de queimadas após a criação da RESEX não diminuiu, pelo contrário vem aumentando (INPE, 2012)⁹⁴. Em 2004, a quatorze anos da imagem de satélite referente ao ano de 1990, no item anterior, as pastagens evoluíram, chegando ao patamar que pode ser observado na Figura 23. Atualmente, neste regime de uso, das 16 famílias entrevistadas, as quais fazem parte de seis grandes grupos familiares, as pastagens chegam a um total de 382 ha. Disto dois grupos, referentes ao Tipo 3, detém 170 ha, sendo que essa área é utilizada por quatro casais basicamente. Enquanto que o Tipo 1 e 2, alocados nos quatro grandes grupos familiares restantes, representam 52 casais utilizando aleatoriamente 212 ha de pastagem na terra firme. Pastagens que variam de 1 a 25 ha por casal.

O aumento das pastagens também se dá pela via da formação de novos núcleos familiares. Com o aumento da família extensa e de famílias nucleares, o qual tem preferido uma relativa independência, ou seja, um pouco afastado do núcleo patriarcal, novas áreas de pastagens são abertas para criação de novos rebanhos ou para incrementação dos já existentes, pois o novo casal já inicia a vida conjugal com uma quantia determinada de animais herdada dos pais.

Assim, as pastagens evoluíram, como discutiu-se no item anterior, a partir da enchente de 1989 e do aumento significativo do ataque das piranhas por volta de 1992, e em 2006 para as famílias que possuíam as terras mais altas. Desde então a transformação da paisagem passou a ser uma constante, evoluindo gradualmente conforme os interesses e capacidade das famílias. Que como vimos varia profundamente, tendo famílias com áreas de desflorestamento mais elevadas do que outras.

⁹⁴ Porém, é preciso levar em consideração que as queimadas não necessariamente indicam novas aberturas na floresta, pois podem representar apenas o modo de renovação das forragens, normalmente enjuquiradas após o período de uso pelos búfalos. Visto que, estes passam metade do ano na área de transição e a outra na terra firme, o que propicia um período de pousio a cada 6 meses, sendo neste período realizada as queimadas. Principalmente, para os casos do Tipo 2, o qual praticam a atividade sob um regime, na maioria das vezes, de sobrepastejo.

7.5 O PAPEL DA RESEX VERDE PARA SEMPRE NA FORMAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO

Neves (2005), tratando de populações ribeirinhas do Amazonas diz que, elas são muito mais sujeitos políticos do que econômicos. A autora faz essa colocação por observar que a atuação destes atores é muito mais reivindicatória, na busca por direitos negados historicamente, do que pelo reconhecimento econômico, ou seja, na busca pela expressividade de seus sistemas econômicos-produtivos.

Esta colocação é bastante proveitosa para indicarmos o papel da RESEX Verde para Sempre na vida da população estudada. Pois, certamente, quando se observa a história das famílias, a participação da RESEX como uma política pública de intervenção teve muito mais importância no campo político, servindo na resolução de conflitos agrários locais em um momento pontual da história. Enquanto que, sua contribuição para um desenvolvimento econômico sustentável das famílias no longo prazo, observando e atuando nas estratégias e táticas produtivas das famílias, ficou completamente de lado.

A importância política da RESEX teve maior relevância, mais precisamente, entre 1996 e 2004. Neste período por haver sérios e consecutivos conflitos com agentes externos (madeireiros, fazendeiros e grileiros) a comunidade, mais expressivamente as lideranças, buscaram meios de impedir as ações expropriatórias ensejadas por esses agentes.

No bojo desses conflitos, a comunidade local, em contato com os movimentos sociais da região e organizações sem fins lucrativos, as quais estavam a par de exemplos como o que havia ocorrido com os seringueiros do Acre, adotou a perspectiva que outros grupos tradicionais em conflito pelo país a fora vinham assumindo. Qual era a da reivindicação do reconhecimento perante o Estado de que as famílias exerciam um papel jurídico de guardiões da floresta, assim, assumindo uma pretensa sustentabilidade com vista a serem reconhecidas como sujeito jurídico (MOREIRA, 2004; ALMEIDA, 2008).

Desta forma, as famílias se apropriaram do discurso ambiental, mas vislumbrando a possibilidade de resolver problemas agrários. Para isso, a população de São João Cupari, reivindicou o direito de permanecer no território em que moravam recorrendo a Lei 9.985, visando que o Estado transformasse seu território em área de conservação, e, conseqüentemente, os reconhecendo como populações tradicionais. Portanto, segundo a própria lei, detentores de um saber útil à conservação ambiental. O Estado reconheceu a área como uma UC em 2004.

De fato, é percebido que as famílias chegaram a se reconhecer como portadoras de saberes práticos capazes de preservar a natureza. Para isso, retoricamente, muitas das vezes reaccessaram práticas utilizadas pelos antepassados, principalmente, nas atividades relacionadas ao consumo (MOREIRA, 2004). Sendo menos conservadores em relação às atividades voltadas a troca.

Durante a pesquisa, foi corriqueiro ouvir discursos exaltados sobre a defesa de interesses comuns, como é o caso da pesca, contra agentes “degradadores” de fora. Histórias de conflitos violentos contra estes são verídicas e inclusive contadas com muita satisfação pelos moradores, demonstrando seu real interesse pela defesa de determinados recursos. Histórias assim são originárias desde antes da criação da RESEX quando as famílias vinham agindo de modo a defenderem recursos importantes à manutenção da reprodutibilidade das famílias. Para constatação destas histórias ver Moreira (2004).

O interesse pela defesa dos recursos naturais locais são facilmente observados nos regimentos feitos pelas comunidades, elaborados de 1996 a 2003, período auge dos conflitos. Contudo, nestes regimentos, muitas vezes elaboradas na presença de diversas instituições formais (governamentais ou não), destacam-se sérias restrições contra a pesca feita por pescadores profissionais e pela extração de madeira feita de modo comercial. No geral, observa-se nesses regimentos que muitas das atividades comerciais do passado, que de uma forma ou de outra geraram conflitos, foram tratadas pelas famílias como danosas ao meio ambiente e a reprodução das mesmas. Assim, acredita-se que, as normas sociais construídas em meio aos conflitos serviram indiretamente para frear determinadas práticas, como a pesca, e fortalecer outras, como a pecuária.

Esta situação abriu margens para que a pecuária bubalina fosse vista pela comunidade como uma possível saída a exploração insustentável que os agentes externos vinham ocasionando, principalmente, via extração madeireira e pela pesca. Verifica-se, com isso que, a não existência de normas sociais, principalmente, nos regimentos, contra esta atividade abriu um caminho para que à pecuária bubalina se desenvolvesse como a principal atividade econômica. É importante, também, considerar que a sustentabilidade da bubalinacultura, para a população local, foi construída tendo em conta que os animais iam ser criados na várzea, sem a necessidade de desflorestamento.

Desta forma, diante de condições sociais, ambientais e econômicas favoráveis, vistos durante a década de 1990, propiciou-se uma situação conjuntural para emergência e desenvolvimento da atividade de criação bubalina voltada para a troca.

Retornando as afirmações feitas por Neves (2005), com o crescimento da atividade bubalina, pode-se afirmar que, atualmente, a população ribeirinha de São João do Cupari é mais econômica do que política, ao contrário do que ocorreu no passado. Hoje, segundo dados do IBGE, a quantidade de animais na RESEX gira em torno de 40 mil animais, sendo que a grande maioria deles se encontra nos estabelecimentos familiares. Somente na comunidade estudada a quantidade de animais gira em torno de 1500 a 2000 animais. A importância econômica dos estabelecimentos familiares tem aumentado, também, devido os estabelecimentos não tradicionais estarem em processo de saída da área em questão.

A criação de búfalos nesses moldes, a partir da criação da RESEX, tem assumido um papel economicamente importante para o município, como já foi destacado anteriormente, tornando-se reconhecidamente relevante a participação das famílias na vida econômica do município de Porto de Moz. E, claro, como sujeitos que se reconhecem como praticantes de um sistema econômico.

Em conversas com moradores de fora da comunidade estudada foi possível constatar que: desde a criação da RESEX houve um enfraquecimento dos sistemas econômicos antigos, por exemplo, impedindo e dificultando a atuação de marreteiros, os quais negociavam a compra de produtos de origem dos recursos naturais locais. Fato que colocou em risco as famílias que moram mais distantes da sede do município de Porto de Moz. Com a presença cada vez menor desses atravessadores tem-se dificultado a reprodução de antigas práticas produtivas. Com o impedimento das antigas relações de troca incentiva-se indiretamente a criação de búfalos, visto que estes animais, atualmente, é a única produção com venda garantida, via os marchant ou com os próprios moradores da região.

Assim, a comunidade São João do Cupari, devido o relapso gestacional por qual tem passado desde que foi criada a RESEX Verde para Sempre, tem continuado a se desenvolver como se essa política não tivesse sido aplicada. O sistema de produção continuou a evoluir, como fez desde que começou a existir, conforme a percepção possibilitada pela cultura local sobre as características e disponibilidade de recursos do meio ambiente, o qual permitiu a comunidade organizar simbolicamente os recursos e, assim, administrá-lo de modo a se inserir no mercado (SAHLINS, 2003). Desta forma, adquirindo os bens necessários a sua sobrevivência, como também, a satisfação das necessidades culturais (POLANYI, 2012).

De modo geral, o sistema de criação apresentou dois comportamentos diferentes, um na primeira fase mais retraído e o outro, a partir da fase de transição, até a terceira fase, em que ganhou muita importância na vida das famílias, crescendo exponencialmente.

Acompanhando o crescimento que ocorreu na reserva como um todo como pode ser visto no Gráfico 01. Pode-se afirmar que alguns elementos (Figura 32) que surgiram ao longo dos anos, já discutidos anteriormente, têm contribuído para que as famílias analisadas assumissem uma perspectiva mais liberal, saindo de uma condição clássica do tipo ideal de camponês para o de uma agricultura mais especializada e mercantil.

Figura 32: Relação de alguns fatores com a contribuição para a especialização do sistema produtivo.

Sistema patriarcal (reciprocidade assimétrica)	Sistema individual (reciprocidade simétrica)
Criação de gado zebuino predominante (baixa produção)	Criação de gado bubalino predominante (alta produção)
Submissão ao mercado (regatão)	Mercado amplo (vários compradores, preços tabelados, políticas de crédito)
Preços baixos	Preços satisfatórios
Baixo consumo de bens	Alto consumo de bens

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Na primeira fase o sistema de criação manteve-se funcionando sob uma lógica mais consuntiva e como poupança viva, com isso menos integrada ao mercado. Nesse período o impacto sobre o meio ambiente também foi menor, concordando assim com Lima e Pozzobon (2005), para os quais a produção, de produtores tradicionais, para satisfação das necessidades promovem efeitos menos deletérios sobre a natureza.

Contudo, como não são estáticos, a partir da segunda fase esses, ou melhor, o Tipo 2 e 3, se integraram ao mercado, superando a relação Chayanoviana, citada no capítulo anterior, modificando profundamente seus padrões de consumo, gerando acúmulo de capital na forma de bens semoventes, como o búfalo, e imóveis na cidade, como casas. Isto alterou sua relação com a natureza de forma negativa, em que a biodiversidade natural tem sido substituída pelo monocultivo do capim nas áreas de terra firme. Apesar desse processo também ter sido iniciado na área de transição, fato que não se consolidou ao longo do tempo devido à enchente ocorrida em 2006 ter interrompido esta evolução.

Além do mais, a individualização ou livre iniciativa das famílias, iniciada a partir do fim da organização patriarcal, tem contribuído para o aumento do uso dos recursos. Diante

disto, a definição da área como comunitária tem se revelado um problema, pelo menos no atual momento. Pois, na medida em que as famílias demarcam e reconhecem socialmente uma área como privada somente a partir da realização de trabalho, os níveis de desflorestamento tendem a aumentar quando o trabalho é a implantação de capim. Além do mais, as famílias tendem basearem o seu patrimônio pela a que mais desmatou. Esta situação tem propiciado a demarcação crescente de áreas por meio do desmatamento.

Como os recursos na área da RESEX é o elemento mais abundante, ao contrário do capital e força de trabalho, acredita-se que os impactos ambientais continuarão a aumentar, principalmente, por que as famílias ainda não perceberam a gravidade do desmatamento que estão provocando. Elas acreditam, segundo relatos de uma liderança da comunidade, que os efeitos negativos do processo de corte e queima são insignificantes.

Essa condição ganha proporções ainda maiores por a mudança nos padrões culturais ser acompanhada pela elevação do nível de consumo, a qual é mantida pelo aumento extensivo de suas práticas. Algumas famílias por terem melhorado seu padrão de vida com o aumento extensivo da produção, passam a ditar novos padrões de consumo, situação que outras famílias poderão querer seguir. Lógica que é altamente possível de ser acompanhada devido às famílias que moram naquela localidade terem as mesmas quantidades de meios produtivos. Ou seja, todas as famílias, atualmente, possuem, segundo as normas sociais do grupo, as mesmas quantidades de terras, o que viabiliza para que outras, caso queiram seguir os mesmos passos, possam o fazê-lo.

Se junta a isso o surgimento das aposentadorias (as quais diminuem a dependência do exercício de atividades garantidoras da reprodutibilidade da família, como o plantio de culturas anuais, as quais desviam a força de trabalho das famílias) e a elevada força de trabalho excedente que algumas famílias possuem, como ocorre com o Tipo 1. Assim, fica difícil imaginar um cenário que não seja o de uma expansão da pecuária para os próximos anos, e em nível acelerado. E em moldes muito próximos do que ocorre com os agricultores da região da Transamazônica. Logo, os motivos que levam ao desflorestamento não partem mais apenas de fora para dentro RESEX, agora também dentro para fora.

A RESEX Verde para Sempre, portanto, segue os mesmos processos que tem sido registrado abundantemente no meio acadêmico, o de que a política de conservação na Amazônia enfrenta uma série de dilemas na alocação de recursos, ainda escassos nesta área (FEARNSIDE, 2003). Mesmo com evolução, principalmente, no campo jurídico, os interesses referentes a questão ambiental tem sido perante o Estado secundarizada, sendo

tratada como de menor importância diante dos interesses econômicos, conseqüentemente, problemas administrativos são uma constante na realidade das Unidades de Conservação no Brasil (BRASIL, 2009).

O déficit pelo qual passa as instituições responsáveis que gerenciam as Unidades de Conservação reflete no atraso do cumprimento de deveres estatuídos pela Lei ambiental. Com o atraso segue a paralização de todos os benefícios que estes poderiam obter para o apoio das atividades exercidas pelas famílias, assim como, da manutenção de elementos socioculturais importantes para a preservação dos recursos naturais. Desde que foi criada, em 2004, há oito anos, nem se quer o plano de manejo foi totalmente consolidado, sendo que deveria ser concluído em até 180 dias. No máximo o que é notado, e comentado pelos moradores da área, é uma enorme quantidade reuniões não conclusivas e nem sequenciais que levam ao cansaço e desinteresse por parte dos habitantes da reserva. Além disso, a vasta quantidade de propostas não cumpridas e as substituições constantes dos responsáveis pelo gerenciamento do órgão gestor faz com que os moradores percam os pontos de referência neste órgão e, ao mesmo tempo, a confiança.

Da forma como a RESEX vem sendo executada sua influência foi muito pouco sentida pelos moradores, pelo menos no que se refere aos sistemas produtivos, pois nada foi concretamente realizado, pelo contrário foi cortado o acesso às políticas de crédito (e até as políticas de assistência oriundas de órgãos como EMATER) motivo causador de muita contestação entre as famílias. Atualmente, o crédito tem sido uma questão altamente requisitada pelas famílias. Muito dessa demanda por crédito se deve pelo interesse de financiar os equipamentos necessários para produção de queijo de búfala, produto com grande potencial na localidade, mas que as famílias estão impedidas de comercializarem, formalmente, no mercado regional e interestadual devido não cumprirem exigências sanitárias recomendadas.

Assim, em assembleia, em junho de 2012, diante de um novo coordenador desta reserva, o crédito se tornou a pauta principal do ICMBIO, o qual se comprometeu em libera-lo e prestar assistência técnica para o processamento do queijo. Desta forma, nota-se o posicionamento do órgão governamental frente à questão do búfalo. Em reunião, este órgão declarou que a meta é diminuir a produção de gado de corte na região por meio do incentivo a produção leiteira, visto que para este tipo de produção não há necessidade de grandes quantidades de animais, o que reduziria o impacto sobre o ambiente.

A condição, de maior importância econômica dos sistemas produtivos familiares, só aumenta a importância da atuação intervencionista dos órgãos responsáveis pela co-gestão da RESEX com intuito da preservação ambiental. Porém, não é o que de fato acontece. Desde quando a RESEX virou parte da conjuntura, fazendo então parte de uma perspectiva sincrônica, a mesma não influenciou em nada no sistema de produção. Parafraseando Neves (2005), a população estudada foi relegada ao abandono e disposta à sua própria iniciativa após a criação da RESEX, se desenvolvendo da forma como foi discutido no item anterior.

Atualmente, a condição de sujeito político da população ribeirinha estudada encontra-se enfraquecida, contrariando até a própria afirmação que fizeram no ato da criação da reserva, de que eram guardiães dos recursos. Após conquistar os direitos políticos, tendo resolvido os problemas referentes à questão agrária, se nota muito mais uma população ativa economicamente do que política, relegando antigas funções que exerciam, como a de vigilância dos recursos naturais. Fato reforçado pela situação de negação mútua de saberes, tanto por parte da população local que nega o conhecimento científico, quanto por parte do órgão responsável, ICMBIO, que nega o saber local, contrariando os princípios incumbidos ao próprio órgão⁹⁵.

⁹⁵ Com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável⁹⁵, uma RESEX é amparada por normas jurídicas como as do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), segundo a qual para um modo de vida sustentável os programas de desenvolvimento devem ser elaborados localmente, sendo que para tanto tem por base que as “populações” e “povos” tradicionais que vivem da e na floresta o são, ou pelo menos podem indicar, o caminho da sustentabilidade (COSTA, 2010). Em relação às populações tradicionais, ou povos, esta norma regimental jurídica tem uma expectativa de que as mesmas são, como no ideal levantado para os seringueiros do Acre, “protagonistas do futuro de uma região e de uma floresta cujos recursos passam agora a se tornar interesse, em princípio, de toda a humanidade” (COSTA, 2010). Atualmente, como agente animador desse processo, o Estado criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), órgão com corpo técnico competente para avaliar os interesses da sociedade local com o da sociedade englobante, mas de acordo com o real potencial de uso dos recursos naturais da localidade, levantados pelo mesmo *a priori*. No geral este cumpre o papel de “executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União” (ICMBIO, 2013). Portanto, este é responsável por aliar o saber científico ao saber tradicional local. Em outras palavras, o mesmo avalia os modelos de manejo em termos de seus impactos sobre os recursos dos ecossistemas locais, e, também, até que ponto o modelo de manejo comunitário poderia servir como base para uma estratégia regional de desenvolvimento sustentável, claro que isto sob um olhar acadêmico científico. Assim, a intenção final é manejar os recursos de forma sustentável, integrando as populações locais que atualmente deles fazem uso, sendo que estas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento dos métodos de uso dos recursos (MCGRATH et al, 1998). Segundo o ICMBIO, “busca-se identificar iniciativas promissoras, tais como projetos de produção e uso sustentável e garantir o apoio a eles para implementação e disseminação dessas iniciativas (ICMBIO, 2012)”. Atualmente, tendo em vista o engajamento destas populações esses órgãos mediadores tem buscado definir e legalizar os sistemas de gestão da área com base em critérios e mecanismos de acordos já existentes nas comunidades, de modo a integrá-los no sistema formal, um exemplo, é o caso da pesca nas áreas de várzea da Amazônia (CASTRO; MCGRATH, 2001). Segundo os autores, o desenvolvimento desse novo sistema de gestão participativa envolve um conjunto de atores incluindo, além do IBAMA, as comunidades ribeirinhas, ONG’s e organizações de base como algumas colônias de pescadores e diversas associações regionais e comunitárias. Desta forma, é que seria determinado, então, o uso sustentável. As Reservas Extrativistas seguem os mesmos princípios, sendo que, a elaboração do plano que estabelece as regras para a utilização dos seus recursos é definido de acordo com decisões tomadas em assembleias de moradores junto com

Essa negação de deveres se acentuou ainda mais devido a inaptidão do órgão responsável pela gestão da RESEX de resolver conflitos. Recentemente, alguns moradores da comunidade São João do Cupari têm discordado das normas de pesca, a qual, segundo eles, restringe demasiadamente realização satisfatória desta prática. Essas normas, ao impedirem de fazerem uso de redes de pesca não seletiva propiciou a divisão da comunidade em dois lados, até certo ponto hostis.

Com isso, até o ano de 2010, havia o grupo defensor do regimento da pesca e os que iam de encontro a este. A relação do grupo que é contra o uso da rede de pesca com o órgão governamental ficou, ainda mais, abalada quando, após constatar o uso de tal prática pelo o outro grupo, buscou apoio com o ICMBIO para interferir na questão. Contudo, o que receberam foi uma resposta negativa, onde foi alegado que, sem pesquisas prévias que comprovassem a real degradação dos recursos não se poderia impor nada as famílias que estavam realizando tais práticas.

Assim, o ICMBIO desautorizou as famílias e o regimento da comunidade, o que fez com que as lideranças, do grupo defensor, se desencorajassem da luta contra agentes externos e internos depredadores dos recursos, segundo seus conceitos. O que causou um grande mal estar com as famílias que estavam dispostas a agirem como defensoras. Essas disseram que não iriam mais atuar desta forma, pois não valia apenas colocar suas vidas em risco (WILSON, 2012). Com isto, as famílias vêm perdendo o interesse por cumprir este papel.

Esta condição vai totalmente de encontro com que é proposto por Fleury e Almeida (2007), em que para os quais:

[...] nenhuma população é imune a mudanças, permanecendo intacta quando todo o ambiente ao seu redor é alterado. Por isso, importante é conhecer como as populações interpretam e reinterpretem suas tradições e forma de lidar com a natureza, para que essas noções sejam consideradas ao se desenvolver planos de manejo para as áreas protegidas e para se manter as estruturas necessárias para que esse equilíbrio com o meio persista, entre elas a disposição das terras e condições econômicas de reprodução da comunidade (FLEURY; ALMEIDA, 2007).

as instituições governamentais e não governamentais, entretanto, em última instância, apesar de levar em conta as normas locais já existentes, este é julgado, se aprovado ou não, pelo ICMBIO. Assim, a realização de assembleias se torna necessária e, também, uma constante na vida dos moradores até a aprovação do “Plano de Manejo”, onde se determinam as regras para o uso dos recursos florestais e hídricos. Portanto, este órgão tem ou deveria ter por ideal o entendimento de conservação ambiental como uma construção social, aproveitando as experiências das instituições políticas e sociais locais, para identificar as condições que podem fomentar a conservação em uma determinada comunidade (FLEURY; ALMEIDA, 2007).

8 CONCLUSÃO

Os povos tradicionais são dinâmicos, alterando seu comportamento produtivo constantemente e na mesma medida o grau de influência na mudança da paisagem (VIANNA, 2008; ADAMS, 2000). Essas constantes alterações são oriundas de fontes diversas, que podem ser de ordem material e imaterial (STRAUSS, 1989; HAESBAERT, 2011). Além das inovações criadas no âmbito de um grupo social, por meio de uma ciência sensitiva, as transformações nos sistemas produtivos podem se originar por meio da apropriação de novos elementos físicos, como ferramentas, ou sócio-culturais, como a adoção de novas estratégias (STRAUSS, 1989). Geralmente, essas mudanças são seguidas por novos valores culturais, os quais podem ser a origem das mudanças ou podem ser reflexo de mudanças da adoção de novas práticas (SAHLINS, 1999). Fato é que, as constantes transformações ao longo do tempo modificam a forma que uma determinada sociedade tem de lidar com a natureza (VIANNA, 2008; ADAMS, 2000).

Na RESEX Verde para Sempre esse padrão de comportamento também é identificado. Principalmente, porque, neste trabalho, o objeto de estudo, o sistema de criação de animais de grande porte, se trata de um objeto complexo, sensível a uma vasta gama de estímulos, portanto, que mantém interface em um campo multidimensional. Ao aplicar essa noção a trajetória do sistema de criação nota-se que este variou conforme modificações infligidas pelas famílias, as quais se articularam com os estímulos naturais, sociais e econômicos, tomando decisões que, muitas das vezes, no longo prazo transformaram seu estilo de vida, consequentemente, o ambiente em que viviam.

De modo geral, na segunda parte da história do sistema de criação, a partir de 1989, este apresentou índices crescentes de aumento do rebanho, ao contrário do período anterior. Nesse período, esta atividade é vista como a melhor alternativa para atingir os objetivos das famílias. Fato percebido devido às famílias com as melhores condições de vida apresentar um rebanho com quantidade significativa, inclusive, para os padrões dos agricultores familiares das regiões próximas, como a da Transamazônica, com algo entorno de 300 – 400 animais. Com isso, as famílias que ainda não tem esse número de cabeças pode apresentar tendência neste rumo. Mas, também há outra possibilidade que é a de estabilizar a quantidade de animais por volta de 80 – 100 cabeças, como ocorre as famílias do Tipo 2.

Devido à diferença no número de animais a paisagem local apresenta três situações, conforme os Tipos identificados. Nos grupos criadores de grandes quantidades de animais, o Tipo 3, devido o superpastejo tem ficado evidente, segundo as famílias e conforme observado,

que as pastagens estão se degradando, a ponto do aluguel de pastos se tornar uma constante nos últimos anos, indicando, assim, a possibilidade de novas aberturas nas áreas de florestas. Já a situação do Tipo 2 é a mais estável, equalizada pela prática de múltiplas atividades, garantindo, segundo as famílias, que as pastagens suportem a quantidade de animais que não é tão grande quanto a do Tipo 3, havendo tendência de manutenção da paisagem. O Tipo 1, apesar de também atuar com múltiplas atividades, vem apresentando nos últimos anos índices crescentes de desflorestamento para implantação de pastagens, sendo possível que sigam no sentido de um dos Tipos anteriores, logo sendo um Tipo que apresenta tendência de transformação da paisagem.

Assim, tem-se uma situação não muito favorável, conforme os padrões de desenvolvimento inerentes a uma RESEX, que é o de manutenção da biodiversidade, visto que a pecuária de corte praticada nos moldes aqui relatados, como em toda forma de pecuária existente hoje, tendem a diminuição da diversidade vegetal. Contudo, essa situação não deve ser analisada de forma fixa, estática no tempo, pois nem sempre a grave situação encontrada hoje é verificada ao longo da história da comunidade, havendo períodos em que a pecuária foi menos importante do que hoje. Por isso, a proposta deste trabalho foi a de analisar o sistema de criação de modo a destacar suas interações e transformações no tempo. E com isso identificar a situação em cada momento e as causas das mudanças.

Com base nesses preceitos se chegou aos seguintes fatos que nos levam a responder a pergunta de partida. A comunidade essencialmente apresenta três trajetórias, uma para cada Tipo. O surgimento das trajetórias, para cada Tipo, foi possível de acordo com as diferentes apropriações que as famílias fizeram, objetivando obter melhores condições de vida. Essas apropriações foram necessárias devido a inúmeros fatores como para escaparem de limitações naturais – cheias, falta de capim nativo no inverno, piranhas – e sociais – como uso comum das pastagens nativas, penosidade do trabalho, baixa remuneração do trabalho -, mas também para aproveitarem as oportunidades ofertadas pelo meio – como estruturas de mercado e créditos agrícolas.

Dentre estes fatores é importante considerar que há uma ordem hierárquica de importância, definida segundo os interesses das famílias. Considera-se, assim, que o fator mais importante, que direciona as estratégias das famílias, é aquele que traz os melhores retornos, sendo o primeiro aquele que garante a reprodução básica da família, - autoconsumo – e o segundo aqueles que garantam a satisfação da família segundo os padrões culturais do grupo - consumo marginal (CHAYANOV, 1981). Como se tem aqui que os padrões de

consumo são ditados pelas famílias com maior valor de bens acumulados, credita-se que a atividade escolhida, além da destinada ao autoconsumo, seja direcionada para a que melhor remunerar. Assim, as famílias tendem a escolher as atividades produtivas que trouxeram maior receita (FIGUEIREDO; SIMÕES; VEIGA, 2003).

Portanto, o mercado, por onde se obtém receita, possui decisiva influência nas atividades executadas pelas famílias. Como as práticas do grupo é, na maior parte, definida pelas suas tradições, essa é responsável também pelo grau de impacto no ambiente local, nesse caso pela transformação da paisagem. Neste sentido, as práticas vêm aumentando seu grau de impacto sobre o meio ambiente na medida em que as relações com o mercado evoluem e o Estado se abstém⁹⁶. No passado, quando as práticas da pecuária, principalmente, as voltadas para a criação animal na várzea, destinava-se somente a atender as necessidades internas do grupo, esta apresentava um relativo equilíbrio entre sociedade e natureza local. Suas técnicas eram adequadas a um modo de vida mais sustentável ou pelo menos mais duradouro.

Mas, com as fortes alterações no padrão de vida dos grupos (aumentando assim a necessidade insumos externos) a necessidade de produção para o mercado externo cresceu de forma acentuada (LIMA; POZZOBON, 2005). Com isso tem havido um crescimento extensivo da produção (principalmente da pecuária), mas ainda sobre as mesmas bases tecnológicas. Nessas condições a dimensão técnica que antes era condizente com um modo de vida sustentável hoje não o é mais. O impacto sobre os recursos naturais é cada vez mais perceptível, principalmente, para os moradores menos dependentes da pecuária.

Assim, com as devidas considerações feitas, a resposta da pergunta de pesquisa “De que forma se deu as interações entre sistema de criação bubalino e o meio ambiente e como evoluíram essas interações na comunidade São João do Cupari, RESEX Verde para Sempre, município de Porto de Moz?” pôde ser elaborada. Essa pergunta é respondida da seguinte forma: o sistema de criação permaneceu como uma atividade secundária enquanto houve fatores que impediram as famílias de perceberem esta atividade como vantajosa, sendo que esses fatores variaram ao longo da história da comunidade, a ponto de poder se dividir, como de fato foi feito, em três fases.

Na primeira fase as estratégias produtivas não contemplavam o sistema de criação pecuário como principal atividade por dois motivos: 1) o mercado local não permitia que a pecuária fosse desenvolvida como melhor alternativa de renda das famílias, devido a demanda

⁹⁶ Segundo McGrath et al (1998) o Estado não tem apoiado os modelos comunitários de desenvolvimento regional e local muitas vezes iniciados pelas próprias comunidades.

ser por outros produtos 2) a organização patrilinear da comunidade impedia a livre tomada de decisão por parte das famílias constituintes da família extensa, assim, a maior parte da propriedade da terra se encontrava em poder dos chefes de família, geralmente, o herdeiro mais antigo ou primeiro comprador, que impedia o livre exercício das atividades dos novos núcleos familiares, sendo que em boa parte do tempo os novos núcleos trabalhavam em função do pai da noiva ou do noivo.

Na segunda fase, as condições existentes na primeira se alteram, o poder de decisão se descentraliza, surgem problemas de ordem social (conflitos) e natural e a conjuntura se torna favorável com aparecimento de novos estímulos a produção. Com a descentralização do poder as famílias optam pela criação de búfalos e gradualmente deixam de praticar a atividade pesqueira, pelo menos voltada ao mercado. A evolução da criação, porém, sofre impedimentos de ordem natural, como é o caso do ataque das piranhas no inverno, o qual leva a adoção da técnica de criação em terra firme. E, para consolidar de vez a pecuária na comunidade, aparece os créditos agrícolas, como foi o caso do FNO especial, que catalisou a evolução desta atividade.

Na terceira fase, as famílias que tinha potencial e interesse para aumentarem seus rebanhos, mas esbarraram nas normas sociais dos grupos. Estas normas barravam as famílias interessadas em ultrapassar um determinado número de animais, pois impedia que outras famílias, cujo tinham o mesmo direito, de praticarem a mesma atividade e nas mesmas proporções. Com isso as famílias que tinham esse interesse adquiriram terras fora dos limites da comunidade, passando a articular as terras particulares, com as comunitárias, entre os grupos familiares, e a da terra firme. Por meio desse arranjo conseguiram elevar o número de animais bem acima das atingidas pelas outras famílias. No entanto, isso passa a caracterizar outra forma de uso dos recursos naturais, em que a derrubada da vegetação de floresta na terra firme não se encontra mais dentro de uma lógica de sobrevivência. Mas já de acumulação de capital, com vistas à evolução do rebanho.

Assim, além de condições diferentes as famílias viveram com perspectivas diferentes, em que em uma a presença de lógicas acumulativas se faz de modo mais acentuado que no outro, pelo menos para um Tipo, o 3. Desta forma, as hipóteses devem ser verificadas conforme as diferenças do tempo histórico vivido pela comunidade e também conforme cada família, visto que houve trajetórias específicas, no total três. Assim, a primeira hipótese levantada “a elevação da taxa populacional dos rebanhos bubalinos levou a derrubada das florestas” é satisfeita apenas em um período, o atual, ou seja, a 3ª fase, e somente para o Tipo

3, visto que para o Tipo 2 isso só válido na 2ª Fase, pois na 3ª Fase o crescimento se estabilizou. Enquanto que, para o Tipo 1, como no Tipo 3, há o crescimento na 3ª Fase, porém sob uma lógica de poupança viva e mais lentamente.

A segunda hipótese “na ausência de regulação ambiental o sistema de criação bubalino funciona como em toda frente pioneira, no qual o sistema de pecuária bovino se estende sobre a floresta” só é possível afirmá-la como verdadeira quando aplicada a lógica vivida pelo Tipo 3, pois as famílias dos Tipos 2 mesmo atuando também de forma pragmática, utilizando os recursos mais abundantes e conservando os mais escassos, preferiram permanecer em uma lógica produtiva correspondente a teoria de Chayanov, da produção tendo em vista a satisfação das necessidades, assim, parando a progressão do desflorestamento para implantação do capim. Para o Tipo 1 atualmente essa definição ainda não é possível devido o sistema de criação se encontrar em processo de desenvolvimento, funcionando sob um regime de poupança viva.

Quanto à terceira hipótese “o funcionamento da RESEX modifica o sistema de criação bubalino levando a novos usos dos recursos naturais”. A participação da RESEX nos modos como vem sendo conduzido o sistema de criação das famílias é inexpressivo, no máximo promovendo um retardo, por meio de reflexões cognitivas devido a consciência de estarem indo de encontro a algo que defenderam no passado ou até por meio de conflitos internos a comunidade, em que uns defendem e querem seguir o regimento da reserva enquanto outros não. Isto de certa forma tem impedido um maior desflorestamento para implantação de pastagens, pois as famílias que detinham maior poder de transformar o meio natural se sentem constrangidas frente ao medo de denúncias que as famílias do contra podem fazer. Contudo, a bubalinocultura praticada em larga escala nos mesmos moldes tecnológicos do passado tem provocado o aumento do uso dos recursos mais abundantes, a terra nas áreas de floresta. Portanto, o aumento da produtividade tem se dado a custo do uso extensivo da terra, como acontece com os agricultores familiares das áreas de fronteira como a Transamazônica (ROCHA, 2003).

E preciso ter em mente que este trabalho aborda apenas um ponto de um campo mais amplo, que por razões óbvias é impensável o realizar por completo, deixando muitos espaços vagos, mas que servem para pesquisas futuras. Certamente, um dos pontos que mereciam novas investigações se dá entorno do sistema de organização social dos grupos familiares, se patrilinear ou não, e o uso dos recursos naturais. Outro ponto interessante a se investigar é a da possível relação entre a maior participação das famílias nas redes de mercado locais e o

abandono do uso coletivo dos recursos naturais. Junto a este, verificar quais elementos do ambiente local são ou podem ser considerados de uso comum e quais não são, assim, quais e em que sentido o incentivo a sua exploração pode promover a proliferação de novas organizações sociais favoráveis à conservação do ambiente.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. **Caíçaros na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento gestão ambiental**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da amazônia que dominam a vida intelectual. In: ALMEIDA, A. W. B. (Org.). **Antropologia dos arquivos da amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. (Org.). **Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas**. Manaus: PPGDA/UEA; PPGSCA/UFAM; Fundação Ford; UFAM, 2007.
- ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no brasil. In: SCHERER – WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H.; BORBA, J.; SELL, C. E. (Org.). **Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, n. 2, 2007, Florianópolis. **Anais do 2º seminário nacional**. Florianópolis: NPMS/UFSC, 2007, p. 121 – 144.
- ALVES, L. N. Análise de mudanças nas práticas de criação de bovinos, em região de fronteira agrária no sudeste do pará. In: **VIII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção**, n. 8, 2010, São Luís. Agricultura familiar: crise alimentar e mudanças climáticas globais. São Luís: EMBRAPA, 2010. p. 85 – 102.
- BALÉE, W. Cultura na vegetação da amazônia brasileira. In: NEVES, W. A. (Org.). **Biologia e ecologia humana na amazônia: avaliação e perspectivas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989. (Coleção Eduardo Galvão).
- BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R; NEVES, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BOURGEOIS, A. O. **O estabelecimento visto como sistema**. Belém: CNEARC. (Texto mimeografado, traduzido por Antônio Cardoso e apresentado em um curso de agronomia na cidade de Altamira por um professor do NEAF).
- BRASIL. Decreto de 8 de novembro de 2004. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, no Município de Altamira, no Estado do Pará, e dá outras providências. **Lex**: Diário oficial da união: república federativa do brasil. Imprensa nacional, n. 215, 2004.
- BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Lex**: Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm, 2012.

BRASIL. **Pilares para a sustentabilidade financeira do sistema nacional de unidades de conservação.** 2ª ed, Brasília: MMA, 2009.

BRONDÍZIO, E. S. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. In: In: ADAMS, C., MURRIETA, R. S. S., e NEVES, W. A. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Annablume, 2006. p. 195 – 235.

CARVALHO, S. A. de. **Entre opportunisme et persistance.** Quelles dynamiques et perspectives d'évolution pour les exploitations laitières familiales de la Transamazonienne?. 2010. p. 222. Tese (Zootecnia interdisciplinar) - Ecole Paris L'Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement (AgroParisTech), Paris.

CASTRO, F. de; MCGRATH, D. O manejo comunitário de lagos na amazônia. **Revista Parcerias Estratégicas.** Brasília, n. 12, p. 112 – 126, setembro 2001.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLKE, V. (Org.). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, E. M. L. **Uma floresta politizada:** relações políticas na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre (1994-2002). 2010. p. 526. Tese (antropologia), UNICAMP, Campinas.

COSTA, F. de A. Estrutura fundiária, modos de produção e meio ambiente na Amazônia. In: OLIVEIRA, N. P. de (Org.). **Comunidades rurais, conflitos agrários e pobreza.** Belém: Universitária UFPA, 1992.

COSTA, F. de A. **Formação agropecuária da amazônia:** os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica do modelo aos novos paradigmas. **Revista São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, n. 6, p. 22 – 29, jan/julho, 1992.

DIEGUES, A. C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

DUPAS, G. O mito do progresso. **Revista Novos Estudos,** n. 77, p. 77 – 100, São Paulo, 2007.

CAMARÃO, A. P.; MARQUES, J. R. F. **Gramíneas nativas de terra inundável do trópico úmido brasileiro.** Belém: EMBRAPA-CPATU, 1995. 62p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 81).

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Revista Acta Amazônica,** v. 36, n. 3, p. 395 – 400, 2006.

FEARNSIDE, P.M.. Conservation policy in Brazilian Amazonia: understanding the dilemmas. **World Development,** v.31, n. 5, 2003. 757-779. doi: 10.1016/S0305-750X(03)00011-1. Disponível em

<http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/conserv%20Policy-port.pdf>. Acesso em 2 setembro 2013.

FEENY et al.. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

FIGUEIREDO, R. B. de; SIMÕES, A.; VEIGA, I. Inovação e mudanças tecnológicas: estratégias de reprodução familiar e gestão agroecológica do meio em regiões de ocupação antiga na Amazônia. In: SIMÕES, A. V. (Org.). **Coleta amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na amazônia**. Belém: UFPA/NEAF/SBSP, 2003. 324 p.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. Populações tradicionais e conservação ambiental: um a contribuição da teoria social. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 3, dezembro, 2007.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro – RJ: Record, 2000.

GLUCKMANN, M. Tradição e tradicionalismo. In: SCOT, J. (Org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GREENPEACE. **Pará: estado de conflito**. Sem corpo editorial, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6º ed. Ed. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand, 2011.

HÉBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da transamazônica. In: HÉBETTE, J. **Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. 4.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar na amazônia oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, 1999.

IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 2 setembro de 2013.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/>>. Acesso em 2 setembro de 2012.

INPE. Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais. **Amazônia prodes**. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php>>. Acesso 2 de setembro de 2012.

KASHIURA JÚNIOR, C. N. **Contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2009.

KORMONDY, J. E.; BROWN, E. D. **Ecologia Humana**. São Paulo: Atheneu, 2002.

LAMARCHE, H. **A Agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LATOURE, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: 34 Ltda, 2009.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan/março, 2002.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis – RJ: Vozes Ltda, 2001.

LIMA, A. J. P. et al.. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.

LIMA, D. de M. A economia doméstica em mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R; NEVES, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Revista Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 45 – 75, maio/ago. 2005.

LIRA, S. R. B. de; SILVA, M. L. M. da; PINTO, R. S. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da amazônia no século XXI. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 153 – 184, jan./abril 2009.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília, p. 1 - 32, 2002.

MACKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado?. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

MARQUES, P. E. M. Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF. **Revista raízes**, Campina Grande, v. 22, n. 2, p. 168 – 180, dez. 2003.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo – SP : HUCITEC, 1997.

MARTINS, J. de S. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Revista sociologia tempo social, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARY, A. **Reservas extrativistas no foco da crítica**. Disponível em <<http://maryallegretti.blogspot.com.br/2008/07/reservas-extrativistas-no-foco-da.html>>. Acesso em: 2 de setembro 2013.

MAYBURI-LEWIS, B. Terra e água: identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio solimões. In: FURTADO, L. G. (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA/NUMA, 1997.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Historie des agricultures du monde: du néolithique à la crise contemporaine**. Paris: Seuil, 1997.

MCGRATH, D. et al. Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na amazônia. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 1, n. 2, 1998.

MORÁM, E. F. **Ecologia humana das populações da amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOREIRA, E. S. **Tradição em tempos de modernidade**: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA. Belém: EDUFPA, 2004.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos baixo amazonas e baixo xingu paraenses. In: GODOI, E. P. De; MENEZES, M. A. DE; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP/NEAD, 2009, p. 187 – 208.

MOULIN, D. C. H. et al.,. **Guia metodológico para análise das mudanças nas propriedades rurais das frentes pioneiras na amazônia**. Sem corpo editorial, 2005.

MUSUMECI. **L.O mito da terra liberta**. São Paulo: ANPOCS, 1988.

NEVES, D. P. Os agricultores de várzea no médio rio solimões: condições sócio-ambientais de vida. In: DEBORA, L. (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2005.

NUNES, W. L. L. **Estudo participativo sobre a realidade sócio-econômica e ambiental das comunidades ribeirinhas de Arimum e São João de Cupari, município de Porto de Moz, Pará**. Sem corpo editorial, 2005, (não publicado).

OLIVEIRA, M. C. C. de. Diversificação dos sistemas produtivos familiares: reflexões sobre as relações sociedade-natureza na amazônia oriental. **Novos Cadernos do Naea**, Belém, v. 14, n. 2, p. 61 -88, dez. 2011.

OLIVEIRA, M. C. C. de; ALMEIDA, J.; SILVA, L. M. S. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na amazônia oriental**. 2009, p. 305. Tese (Interdisciplinar). PGDR/UFRGS, Porto Alegre.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre os povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais**. 3ª ed. Brasília: OIT, 2007.

PANTOJA, M. C.; COSTA, E. L.; POSTIGO, A. A presença do gado em reservas extrativistas: algumas reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v.6, n.12, p. 115 – 130, jul./dez. 2009.

PINTON, F.; ALBERTIN, C. Novas fronteiras e populações tradicionais: a construção de espaços de direitos. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 1 – 27, dez. 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária: capoeira, campos e cerrados (kayapo). In: RIBEIRO, B. G. (Org.). **Suma etnológica brasileira**. : Etnobiologia. Petrópolis: Vozes, 1987. v.1.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

RAFFESTIN, C. De uma problemática a outra. In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Khedir, vol.29, 2011, p. 10 – 58.

RAYNAUT, Claude. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. **Revista Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. Curitiba, n. 1, p. 81 – 105, 1994.

RIVERO et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Revista Nova economia**. Belo Horizonte, v.19 n.1, p. 41 – 61, abril 2009.

ROCHA, C. G. S. Condições econômicas da intensificação da agricultura e seu efeito no desmatamento da transamazônica. In: SABLAYROLLES, P.; ROCHA, C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na transamazônica**. Belém: AFATRA/LAET, 2003.

ROCHA, C. G. S.; CASTELLANET, C.; MELLO, R. **Diagnóstico rápido participativo do município de porto de moz**. Altamira: LAET, 1996, (não publicado).

ROY, G. A agricultura familiar nas frentes de colonização da transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas. **Revista Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, v.1, n.3, 2002.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 16, p. 37 – 61, abril 2001.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

SADER, E. (Org.). **O desafio ambiental: Carlos Walter Porto Gonçalves**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAHLINS, M. D. **Como pensam os nativos**. São Paulo: EDUSP, 2001.

SAHLINS, M. D. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAHLINS, M. D. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SALGADO, I.; KAIMOWITZ, D. Porto de moz: o prefeito dono do “município”. In: TONI, F.; KAIMOWITZ, D. (Org.). **Municípios e gestão florestal na Amazônia**. Natal: AS editores, 2003, p. 219-252.

SANTOS, I. V. dos. **Criação de búfalos (*bubalus bubalis*) e sustentabilidade sócio-econômica e ambiental: um desafio às famílias ribeirinhas de são joão do cuparí, reserva extrativista “verde para sempre”, porto de moz – pa**. 2006, p. 76. Trabalho de Conclusão de Curso (Agronomia). UFPA, Altamira.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica**. Itabuna, v.19, p.21-30, 2007.

SHANIN, T. A definição de camponeses: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 1 – 21, julho/dez. 2005.

SILVA, L. M. S.; MARTINS, S. R. Impactos das limitações epistêmicas sobre sustentabilidade nas ações do pronaf na porção sudeste do pará. **Revista Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém, v. 8, n. 5, p. 7 - 28, 2008.

SIMÕES, A. Caracterização da transamazônica. In: SABLAYROLLES, P.; ROCHA, C. G. (Org.). **Desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na transamazônica**. Belém: AFATRA/LAET, 2003.

SIMÕES, A. **Funcionamento do estabelecimento agrícola familiar**. Sem corpo editorial, 2007, (Apostila ministrada em nível de graduação por um professor do NEAF em um curso de agronomia).

SKLAIR, L. Globalização. In: SCOT, J. (Org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SOARES, L. E. **Campesinato: políticas e ideologias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOARES-FILHO, B. S. et al.. Cenários de desmatamento para a Amazônia. **Revista estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 137 – 152, maio/ago. 2005.

STRAUSS, J. C. L. A ciência do concreto. In: **O pensamento selvagem**. 9º ed. Campinas: Tânia Pellegrini, 1989, p. 15 – 49.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.

WALDMAN, M. **Meio ambiente e antropologia**. São Paulo: Senac, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. Prefácio à edição brasileira. In: SABOURIN, E. **Camponeses do brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2009.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZANONI, Magda; RAYNAUT, Claude. **Meio ambiente e desenvolvimento:** imperativos para a pesquisa e a formação? Reflexões em torno do doutorado da ufpr. Revista Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente. Curitiba, nº 1, p. 143 – 167, 1994.

ANEXOS

ANEXO A: Zoneamento socioeconômico e ambiental feito pelo ICMBIO, 2006.

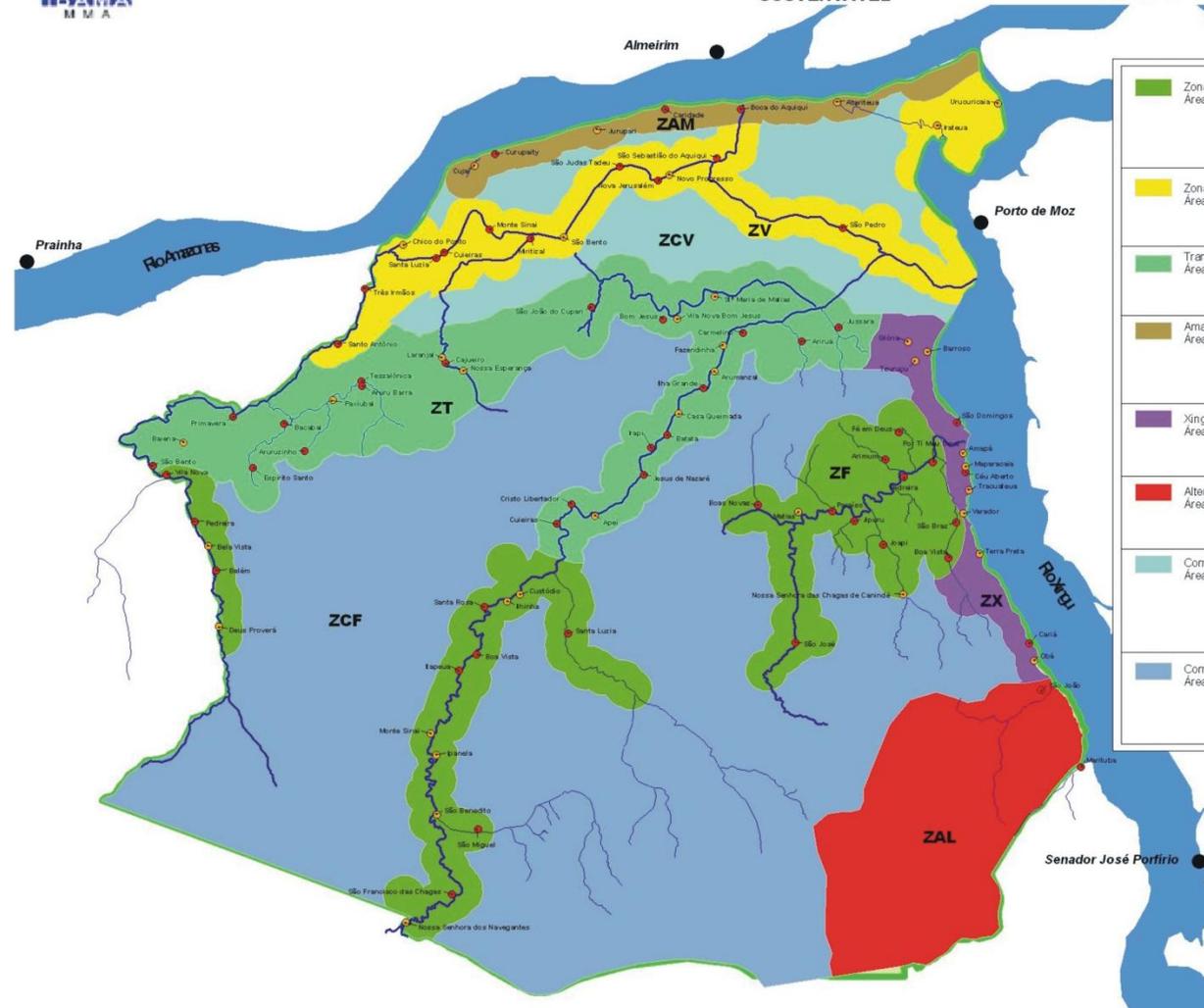


**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

**DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL
CENTRO NACIONAL DE POPULAÇÕES
TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



**PROPOSTA DE ZONEAMENTO DA
RESERVA EXTRATIVISTA VERDE
PARA SEMPRE**



<p>Zona Floresta Área aproximada: 13.554 Km²</p>	<p>Esta zona corresponde às comunidades/localidade onde predomina o sistema de produção baseado na agricultura de subsistência, extração de madeira, produção de casco e rinho e a coleta de produtos florestais não madeireiros. Uma das potencialidades para esta zona é o manejo florestal (madeira e não madeira), agricultura diversificada, manejo de animais silvestres e turismo ecológico.</p>
<p>Zona Várzea Área aproximada: 9.527 Km²</p>	<p>Compreende a área localizada na várzea, onde predomina o sistema de produção baseado na criação de búfalo, gado branco e pesca. Esta zona possui como potencial econômico a criação de búfalo, peixe, abelhas, animais silvestres e turismo ecológico.</p>
<p>Transição Área aproximada: 17.627 Km²</p>	<p>É a zona que fica na transição entre os ambientes de várzea e terra firme, ou seja, campos, lagos e floresta. Uma grande potencialidade para esta zona é o manejo dos recursos florestais (madeira e não madeira), a criação de búfalo, pesca e a agricultura diversificada e o turismo ecológico.</p>
<p>Amazonas Área aproximada: 2.729 Km²</p>	<p>Nesta zona o sistema de produção predominante tem como base a pesca (peixe e camarão) e a criação. Como potencial produtivo para esta zona, apresentamos a criação de peixe, principalmente a do pirarucu que no verão morre muitos exemplares nos lagos, e o manejo do búfalo e aproveitamento dos seus produtos derivados do leite, como o queijo e a manteiga.</p>
<p>Xingu Área aproximada: 2.739 Km²</p>	<p>Compreende a área na qual predomina o sistema de produção baseado na agricultura, pesca e criação (gado branco principalmente). Esta zona possui como potencial a agricultura diversificada a pesca no Rio Xingu, o turismo ecológico e a criação de animais silvestres.</p>
<p>Alterada Área aproximada: 9.048 Km²</p>	<p>Corresponde a área que predomina os sistemas de produção baseado na criação de gado branco, agricultura e pesca. Esta zona possui como potencialidade a agricultura diversificada (recuperação das áreas alteradas), pesca e o turismo ecológico.</p>
<p>Comunitária de Várzea Área aproximada: 9.650 Km²</p>	<p>Corresponde à área de grande diversidade biológica, existem vários lagos (incluindo o lago do urubu) que funcionam como berçários naturais de espécies de peixes, répteis, mamíferos, quelônios, etc. que abastece de uma enorme variedade de aves que se aglomeram em ninhas. Esta zona pode ser utilizada para pesquisa científica visando o manejo da fauna e flora (como jacaré, capivara, pirarucu, quelônios, miri, etc.), ecoturismo.</p>
<p>Comunitária de Floresta Área aproximada: 65.400 Km²</p>	<p>É a maior zona da RESEX, será destinada a pesquisa visando o uso sustentável dos recursos da fauna e flora e para preservação das nascentes dos rios e igarapés. Nesta zona estão presentes as espécies de valor comercial para produção de madeira e não madeira como: a massaranduba, cedro, ipê, sucupira, angelim, louro faia, além das castanheiras, copaibas, uxi, piquiá, andiroba e breu.</p>

